

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE**

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE.**

TESE

**OS SERTÕES DE SÃO PAULO DO MURIAHÉ
TERRA, RIQUEZA E FAMÍLIA NA ZONA DA
MATA MINEIRA: 1846-1888**

Vitória Fernanda Schettini de Andrade

2011



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**OS SERTÕES DE SÃO PAULO DO MURIAHÉ
TERRA, RIQUEZA E FAMÍLIA NA ZONA DA MATA MINEIRA: 1846-
1888**

VITÓRIA FERNANDA SCHETTINI DE ANDRADE

Sob a Orientação do professor
Dr. Luiz Flávio de Carvalho Costa

e Co-orientação da professora
Dr^a Margarida Pereira Varela dos Santos Montenegro Durães

Tese submetida como grau de **Doutora**
em Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade, no Curso de Pós graduação
em Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade, Área de Concentração
Estudo de Cultura e Mundo Rural

Seropédica, RJ
Junho de 2011

981.51
A553s
T

Andrade, Vitória Fernanda Schettini de.

Os sertões de São Paulo do Muriaé. Terra, riqueza e família na Zona da Mata Mineira, 1846-1888 / Vitória Fernanda Schettini de Andrade, 2011.

232 f

Orientador: Luiz Flávio de Carvalho Costa

Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 213-226

1. Zona da Mata Mineira - Teses. 2. Terra – Teses. 3. Riqueza - Teses. 4. Família - Teses. I. Costa, Luiz Flávio de Carvalho. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE

VITÓRIA FERNANDA SCHETTINI DE ANDRADE

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, no curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, área de Concentração em Estudo de Cultura e Mundo Rural.

TESE APROVADA EM ____/____/____

Luiz Flávio de Carvalho Costa
Dr em História Econômica – USP (UFRRJ-CPDA)
Orientador

Maria Verônica Secreto de Ferreras
Dr^a em Ciências Econômicas – UNICAMP (UFF-PPGH)

Jorge Luiz Prata de Sousa
Dr. em História Social – USP (Coordenador Mestrado em História UNIVERSO/Niterói)

Eli de Fátima Napoleão de Lima
Dr^a em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – UFRRJ/CPDA
(UFRRJ-CPDA)

Rômulo Garcia Andrade
Dr. em História Social – USP (UFRRJ – ICHS)

SUPLENTES

Susana Cesco
Dr^a em História Social - UFRJ (UFRRJ-CPDA)

Rita de Cássia Silva Almico
Dr^a em História – UFF (Colégio de Aplicação- UFF)

Aos meus filhos Douglas e Bárbara

AGRADECIMENTOS

Desafios perpassam a vida do pesquisador. Às vezes solitário, em meio a arquivos organizados, às vezes em porões como um caça fantasmas, no meio de um emaranhado de papéis a deriva, dando vida nova às interpretações. Às vezes como um carrossel rodeado de amigos que juntos a brincar compartilham dos sofrimentos e nos faz sentir mais felizes numa cumplicidade de uma viagem longa e sem fim.

Veza em quando o carrossel girava mais rápido de forma a não controlá-lo, outras vezes mais lentamente, quase a encalhar nas engrenagens da viagem. Durante o girar, tanto em períodos mais conturbados, como em períodos mais calmos, lá estava à presença especial de alguns companheiros que seguiram por tempos mais longos ou mais curtos nesta viagem, mas que me levaram a aprender muito da Mata Mineira, de Portugal e de mim mesma.

Há de se entender que o carrossel não para, a não ser que o desliguemos. Chegamos, pois, a apenas a mais uma conquista, e que deve ser comemorada. Mas o divertimento, que sempre nos põe em movimento em torno do eixo de si mesmo, tem que continuar. Digamos, então, que colocaremos em descanso para comemorarmos o momento da conquista. E tenho muito a celebrar e a agradecer.

Tudo do que aqui se fez presente devo em certa maneira ao incentivo de diversas pessoas que pelo meu percurso acadêmico passaram. Mesmo que omita alguns nomes neste inventário, todos sem distinção foram imprescindíveis para este ponto de chegada. A todos agradeço de coração, mesmo que os nomes me escapem neste momento.

O que apresento aqui não é um trabalho individual, e sim fruto de um trabalho coletivo, que não se encerra por aqui, mas que incentiva o carrossel a continuar vivo, atuante, nos próximos trabalhos que virão.

Não poderia esquecer da ousadia em procurar pela primeira vez, em Cataguases, o meu “guru”, professor Jorge Prata, no qual em uma conversa informal orientou-me brevemente sobre meu interesse em História Regional. Não tínhamos noção que dali surgiria uma cumplicidade de preservação documental da Zona da Mata Mineira e futuros trabalhos sobre a região. Com o passar dos anos entendemos o quanto é difícil, mas ao mesmo tempo gratificante salvar o que possuímos, mesmo que necessitemos de muita luta.

Neste girar constante lembro-me ainda na seleção do mestrado, alguns anos atrás, de Rodrigo Fialho, *meu amigo de fé, irmão, camarada*, que de uma maneira informal me ensinou muito do *ofício do historiador*, e eu numa escolha madura e consciente optei pelo papel

interdisciplinar, que é necessário a toda e qualquer ciência. Daí minha escolha pelo doutoramento que aqui se encerra.

Jamais me esquecerei do carinho dedicado pelo professor orientador Luiz Flávio de Carvalho Costa, aqui no Brasil, e pela co-orientadora professora Margarida Durães, em Portugal; que com dedicação e ao mesmo tempo sem privar-me de minha autonomia, faziam-me indicações de leituras, orientando-me sabiamente. Mostraram sempre seguros em si e possibilitaram sempre que fora preciso, o apoio, a dedicação e o carinho que todo orientador deve ter. Meu muito obrigado de maneira especial.

Recém chegada a UFRRJ/CPDA, Henrique e Terêsa, mesmo sem ter a exata noção, foram fundamentais à minha adaptação, pois através de informações precisas, me mantinham informada de tudo, do início ao final da defesa.

Aos professores que na instituição se fizeram presentes, Maria Verônica Secreto, Eli Lima, Héctor Alimonda, Regina Bruno, Maria José Carneiro, Roberto Moreira, John Comeford, Fátima Portilho e tantos outros que de uma maneira ou outra me possibilitam sentir “em casa” em pleno centro do Rio de Janeiro.

São tantos especiais companheiros presentes neste período: Terezinha Cavalcante, Ricardo Marinho, Ana Lúcia Silveira, Emmanuel Ogguri, Mariana Trotta, Ana Letícia, Laécia, Júnior Wesz, Paulo Niederle, Cátia Griza, Sílvia Aquino, e tantos outros amigos que por lá me acolheram que perderia a conta em descrevê-los.

Agradeço ao amparo da Universidade do Minho, em Portugal, a todos os professores do Departamento de História, de maneira especial professora Isabel Sanches e Sá e ao senhor Antunes sempre a acolher-me carinhosamente.

Residência Universitária Santa Tecla, saudades ficarão! Amigos que jamais esquecerei. Ali pude compartilhar laços de amizades muito fortes, seja entre brasileiros, moçambicanos, e portugueses. Dentre eles destaco: Deolinda, Regina, Everton, Roberto, Juliana, Bárbara Quatin, Andréia Gomes, Isabel Pimenta, Celestino, Isaac e Marcelino. Jamais me esquecerei de vocês, seja pela alegria, pela ajuda, pela cumplicidade, pelo carinho, pela amizade. Santa Tecla com certeza jamais terá o mesmo sabor!

Neste convívio tive a alegria de conhecer Marangaze, minha fiel companheira. Sua fala constante acabou por conquistar-me como uma grande amiga a partir do primeiro encontro em um café, em uma noite fria da cidade de Braga. Amizades acadêmicas que se fizeram e se fazem presentes.

Não poderia esquecer da presença marcante de Emília Lagido, que sempre bem disposta me auxiliou em dicas de leituras que foram fundamentais para desenvolver a pesquisa.

A Tchuca, não apenas pela ajuda junto aos arquivos mineiros, mas pela amizade incondicional.

Agradeço também a atenção e o auxílio dos funcionários e dirigentes das diversas bibliotecas e arquivos nos quais trabalhei ao longo deste tempo, seja nos arquivos mineiros ou portugueses. De maneira especial ao Padre Xiko. Saiba que em qualquer lugar que estiver os frutos de sua confiança estão sendo colhidos.

O apoio da CAPES foi fundamental por acreditar no meu trabalho e muito me incentivou, seja aqui no Brasil durante o doutoramento, seja em Portugal, me agraciando com uma Bolsa Sanduíche para poder estar em Braga por alguns meses. Cidade que aprendi a amar e respeitar, num sentimento meio que de desespero e ódio a início e de intenso amor ao regressar para o Brasil.

Aos companheiros do grupo de pesquisa Sociedade, Cultura e Trabalho na Zona da Mata Mineira, séculos XVIII e XIX e Sociedades Escravistas nas Américas. De maneira especial a Márcia Amantino, Jonis Freire, Elione Guimarães, Rita Almico, Fernando Lamas, Luiz Fernando Saraiva, Rômulo Andrade. Obrigada por compartilharem conhecimentos em comuns e dialogarmos vez em quando.

Aos alunos e dirigentes da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Santa Marcelina e da Faculdade de Minas, que se fizeram presentes neste momento e muito me ajudaram nas pesquisas, de maneira especial a Jamila, Bia, Kaká, Antônio Anardino, Ronan e Sérgio, que sempre quando necessário estavam de prontidão a me darem suporte, seja nos arquivos, seja em trabalhos acadêmicos. A Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, que me possibilitou ausentar da faina diária para dedicação exclusiva à pesquisa.

A minha família não tenho a capacidade de expressar o que fizeram por mim. A meus pais, mesmo ausentes em vida, devo todo o sustento e gratidão. Exemplos de postura ética e por apenas ser, me ensinaram a ser íntegra. As minhas irmãs Stela, Nena, Cacau e Ceinha, que sempre acreditaram no meu potencial. Àqueles que de maneira mais presente sentiram meus sofrimentos, angústias e alegrias mais de perto: Jorge e Luciene.

Aos meus filhos Douglas e Bárbara, a vitória é para vocês.

RESUMO

ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. **Os sertões de São Paulo do Muriaé. Terra, riqueza e família.** 2011. 229p Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2011.

Até recentemente, a Zona da Mata Mineira era uma região com poucos títulos em nossa historiografia, sobretudo por se tratar de área fora do eixo do Caminho Novo, direcionado mais ao vale do rio Pomba, Muriaé e Carangola. Com o objetivo de descortinar um passado pouco conhecido, este trabalho aborda as relações sociais e econômicas estabelecidas em São Paulo do Muriaé, uma freguesia agrária localizada no leste da Zona da Mata Mineira, entre meados do século XIX até o final da escravidão. Para melhor aproximar desta realidade, foram buscadas na longa duração as causas que levaram o adentrar pelos sertões do leste mineiro, para então compreender as bases de sua organização fundiária. A partir da expansão das fronteiras agrícolas são analisados os conflitos mediados pela posse da terra, os desmembramentos territoriais que originaram o município de Muriaé, os investimentos monetários, a fim de entender as variações e bens aplicáveis. Por fim, foram considerados a formação familiar e os mecanismos de sucessão de herança como meio de perpetuação ou mesmo de crescimento e poder pessoal, os casamentos consanguíneos, a ilegitimidade e os laços de parentescos gerados a partir do batismo, em esforço comparativo entre a região em foco e o Minho – Norte de Portugal.

Palavras-chave: Zona da Mata Mineira; terra; riqueza; família; Minho, Portugal.

ABSTRACT

ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. **The inland of São Paulo do Muriaé. Land, wealth and family**, 2011. 229p Doctorate Thesis (Doctor's Degree in Social Science, Development, Agriculture and Society). Institute of Human and Social Science, Development Department, Agriculture and Society, The Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2011.

Until recently the Zona da Mata Mineira was a region that had few titles in our history, mainly concerning areas out of the axle next to Caminho Novo, directing to the Pomba river valley, Muriaé and Carangola. Aiming at opening that unknown past, this work will approach social and economic relationships established in São Paulo do Muriaé, an agricultural community located in the eastern Zona da Mata Mineira, from mid XIXth century up to the end of the slavery period. In order to analyse that reality we will look for the causes which led explorers to penetrate the eastern countryside of Minas Gerais, so that we'll be able to understand the base for that fundiary organization. As of the agricultural expansion frontier we will study the conflicts mediated by land ownership, the territory divisions that originated the municipality of Muriaé, the financial investments effected, in order to understand the variations and suitable assets. Ultimately we will dedicate our attention to family formation and to succession mechanisms of heritage as means of perpetuation or even increase of personal power, to the analyses of blood-related marriage, to illegitimate ties and the family bonds generated from baptism. In that sense, we will give special emphasis to comparative analyses between the focused region and the Minho – North of Portugal.

Key word: Zona da Mata Mineira; land; wealth; family; Minho; Portugal.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ADB – Arquivo Distrital de Braga

AHU – Arquivo Histórico de Ubá

APM – Arquivo Público Mineiro

APMM - Arquivo da Prefeitura Municipal de Muriaé

APMSP – Arquivo Paroquial da Matriz São Paulo

CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais

CPAB – Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia

CSAB – Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga

CT – Concílio de Trento

DMM – Dispensas Matrimoniais de Mitra

FTPM – Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros

OF – Ordenações Filipinas

RPT – Registros Paroquiais de Terra

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de muares existentes em Muriaé e região (1846-1864)	97
Gráfico 2 – Quantidade de muares existentes em Muriaé e região (1865-1888)	97
Gráfico 3 – Quantidade de muares por região.	99
Gráfico 4 – Alocação da riqueza São Paulo do Muriahé e região (1846-1865)	106
Gráfico 5 – Alocação da riqueza em São Paulo do Muriahé e região (1846-1858).	107
Gráfico 6 – Alocação da riqueza em São Paulo do Muriahé e região (1859-1865)	107
Gráfico 7 – Análise dos bens. São Paulo do Muriahé, 1850-1859.	110
Gráfico 8 – Análise dos bens. São Paulo do Muriahé, 1860-1869.	111
Gráfico 9 – Análise dos bens. São Paulo do Muriahé, 1870-1879.	112
Gráfico 10 – Análise dos bens. São Paulo do Muriahé, 1880-1888.	113
Gráfico 11 – Quantidade de escravos por ano constante nos inventários, 1858-1888. Muriaé-MG.	123
Gráfico 12 – Relação dos escravos por sexo, 1858-1868 e 1878-1888.	124
Gráfico 13 – Idade dos escravos, 1858-1868. Muriaé-MG.	125
Gráfico 14 – Idade dos escravos 1878-1888. Muriaé – MG.	126
Gráfico 15 – Quantidade de escravos por faixa etária, 1858-1868 e 1878-1888. Muriaé – MG.	126
Gráfico 16 – Valor dos escravos 1858-1868 e 1878-1888. Muriaé –MG.	129
Gráfico 17 – Variação de casamentos por categoria social. Matriz São Paulo do Muriahé, 1855-1888.	177
Gráfico 18 – Nubentes com sobrenome iguais. Matriz São Paulo do Muriahé, 1855-1888.	178

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Batismos de índios. São Paulo do Muriaé, 1850-1889.	33
Tabela 2 – Relação de mães e pais que aparecem nos registros de batismos de índios. São Paulo do Muriaé, 1850-1889.	34
Tabela 3 – Condição social do padrinho e madrinha. São Paulo do Muriaé, 1850-1889.	35
Tabela 4 – Forma de aquisição das propriedades, segundo os Registros Paroquiais de Terras, Muriaé/Itamuri.	75
Tabela 5 – Relação Proporcional de Produção cafeeira da Zona da Nara na Produção do Estado de Minas Gerais (períodos selecionados).	104
Tabela 6 – Os proprietários rurais de Muriaé e a concentração de escravos, terra e café, 1872-84.	108
Tabela 7 – Comparações das inversões em escravos, terra e café. Muriaé, 1872-84.	108
Tabela 8 – Distribuição de livres e escravos por região, Minas Gerais, 1862/63.	117
Tabela 9 – Municípios e população da Zona da Mata Mineira em 1872.	118
Tabela 10 – Inventários por ano 1858/1868.	122
Tabela 11 – Inventários por ano 1878/1888.	123
Tabela 12 – Valor de escravos, 1858-1868/ 1878-1888.	129
Tabela 13 – Demonstrativo dos bens de raiz encontrados nos inventários <i>post-mortem</i> , 1853.	137
Tabela 14 - Demonstrativo dos bens de raiz encontrados nos inventários <i>post-mortem</i> , 1858.	138
Tabela 15 - Demonstrativo dos bens de raiz encontrados nos inventários <i>post-mortem</i> , 1863.	139
Tabela 16 - Demonstrativo dos bens de raiz encontrados nos inventários <i>post-mortem</i> , 1868.	140
Tabela 17 – Demonstrativo dos bens de raiz encontrados nos inventários <i>post-mortem</i> , 1873.	141
Tabela 18 - Demonstrativo dos bens de raiz encontrados nos inventários <i>post-mortem</i> , 1878.	142

Tabela 19 - Demonstrativo dos bens de raiz encontrados nos inventários <i>post-mortem</i> , 1883.	143
Tabela 20 - Demonstrativo dos bens de raiz encontrados nos inventários <i>post-mortem</i> , 1888.	144
Tabela 21 – Distribuição dos títulos de posse do domínio útil. Adaúde (1593-1609).	157
Tabela 22 – Casamentos consanguíneos, Matriz São Paulo, 1855-1888.	175
Tabela 23 – Dispensas Matrimoniais da Mitra - Minho, 1848.	175
Tabela 24 – Casamentos consanguíneos – Minho, 1871.	176
Tabela 25 – Mulheres com sobrenome “de Jesus”. Matriz São Paulo do Muriahé, 1855-1888.	178
Tabela 26 – Cópulas - ADB, 1848.	179
Tabela 27 – Local de domicílio dos batizados. Paróquia de São João do Souto, Braga 1700-1799.	186
Tabela 28 – Local de domicílio dos batizados. Paróquias Diversas – Braga, 1848-1888.	187
Tabela 29 – Local de domicílio dos batizados. Paróquia São Paulo do Muriahé, 1848-1888.	189
Tabela 30 – Local de domicílio dos batizados de escravos. Paróquia de São Paulo do Muriahé, 1848-1888.	190
Tabela 31 – Casamentos de escravos segundo a origem, Muriaé, 1852-1888.	192

LISTAS DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa de localização do Porto de Diamantes.	22
Mapa 2 – Os sertões do rio Doce e Jequitinhonha, a Zona da Mata, a Zona de Mineração e a zona fronteiriça denominada Mato Dentro, com distribuição de núcleos urbanos, 1808.	24
Mapa 3 – Criação de vilas entre 1710-1789.	41
Mapa 4 – Criação de vilas entre 1710-1820.	42
Mapa 5 – Criação de vilas entre 1710-1850.	43
Mapa 6 - Criação de vilas entre 1710-1880.	44

Mapa 7 - Criação de vilas entre 1710-1910.	45
Mapa 8 - Zona da Mata de Minas Gerais. Destaque São Paulo do Muriaé, 1872.	46
Mapa 9 - Etapas da ocupação da zona de floresta de Minas Gerais, entre 1750-1819, usando como base o mapa da divisão em meso região da FIBE.	69
Mapa 10 – Província de Portugal, século XVIII.	151

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Planta Topographica.	85
Foto 2 – Chegada e embarque de tropas de burro nos armazéns da freguesia.	90

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1 - Desmembramento (parcial) de Vila do Carmo (v.1711-1962).	53
Diagrama 2 – Desmembramento (parcial) de Rio Pomba (1718-1962).	54
Diagrama 3 – Desmembramento (parcial) de São João Nepomuceno (1841-1962).	56
Diagrama 4 – Desmembramento (parcial) de São João Batista do Presídio (1810-1962).	60
Diagrama 5 – Desmembramento (parcial) de São Paulo do Muriaé (1852-1962).	61

QUADRO

Quadro 1 - Escravos do Município de Muriaé, segundo sexo, idade e tamanho do plantel, 1872.	120
Quadro 2 - Número de Inventários Analisados do Fórum tabelião Pacheco de Medeiros, 1848-1888.	134
Quadro 3 - Relação das benfeitorias, o número e o percentual de registros no livro paroquial, 1855 a 1857.	135
Quadro 4 - Discriminação das culturas agrícolas e pasto nos registros do livro paroquial. 1855 a 1857.	136
Quadro 5 - Homens disponíveis para casar. Concelho de Viana, Vila Real, 1848.	171

LISTA DE ORGANOGRAMA

Organograma 1 – Desmembramento (parcial) da Zona da Mata Mineira (1711-1962).	62
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1	
A OCUPAÇÃO DO LESTE MINEIRO: UM OLHAR SOBRE O ESPAÇO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO	15
1.1 Das Minas aos sertões	15
1.2 A cristianização de índios Puris e Coroados na Matriz São Paulo	28
1.3 Modificação espacial e a complexa noção da divisão territorial administrativa da região	37
1.4 Traços de uma economia regional	64
1.5 Posse, poder e propriedade: a disputa pela terra	72
1.6 Posse e direito a terra	77
1.7 O caso da Fazenda Capivara	81
CAPÍTULO II	
A ECONOMIA NASCENTE E SUA CONSOLIDAÇÃO	86
2.1 Os tropeiros: um realce à parte	86
2.2 A alocação da riqueza	101
2.3 Um adentrar pelo maior bem aplicável: a análise das escravarias	116
2.4 A produção de alimentos: uma releitura ao cultivo do café	131
CAPÍTULO III	
JOGOS E INTERESSES: PARENTESCOS E REDES DE SOCIABILIDADES	146
3.1 Uma incursão comparativa entre as famílias minhotas e muriaenses	146
3.2 Conhecendo o Norte português: o quadro natural, econômico. Traços de um sistema sucessório	151
3.3 <i>Se casando cessa todo o escândalo</i> : a obediência a Igreja e seus preceitos. Casamentos e laços consanguíneos	164
3.4 Tramas familiares: a legitimidade nas bandas de lá e do lado de cá	182
3.5 <i>Os santos óleos</i> : o compadrio e as redes sociais ampliadas	194
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	204

5 FONTES MANUSCRITAS	208
6 FONTE ORAL	210
7 FONTES IMPRESSAS	210
8 FONTE DIGITALIZADA	210
9 FONTE INTERNET	210
10 FONTES IMPRESSAS	211
11 REFERÊNCIAS	213
12 ANEXOS	227

Canção da cidade no seu dia

Constantinopla

Constantinópolis

Constantilândia

Não tens nenhum desses nomes

Nada sabes sobre eles

Não és grega

bizantina

estrangeira

Muriaé, somente.

Luiz Gonzaga da Silva

INTRODUÇÃO

A Zona da Mata permaneceu como terra sem história, uma área anecumênciã até o limiar do século XIX. Com estas palavras Orlando Valverde (1958:25) se refere à Zona da Mata Mineira, quando descreve geográfica e historicamente a região. Tal dedução é feita, por levar em consideração a intensa cobertura florestal, que atravancava sua penetração, sendo vista como local inculto, incivilizado, de índios bravios, o que resultou numa falsa ideia da suposta visão inconsciente sobre os nativos como selvagens, uma área que não possuía registros documentais e muito menos histórias a contar.

Terras sem Histórias? Jamais. Esta afirmativa é fruto de trabalhos e mais trabalhos de discussões originados em grupos acadêmicos na região e que, de fato, traz à tona questões pertinentes e que jamais nos levam a pensar em passado morto, muito ao contrário, um passado vivo se faz presente e influencia definitivamente naquilo que, na região, se pensa, se reproduz e se idealiza na atualidade. A Zona da Mata Central é sim, uma região recém descoberta historicamente e com muito para produzir.

Desmistificar esta declaração será nosso principal objetivo; para tanto, buscaremos subsídios, antes da ocupação, para entender este espaço. Traremos para discussão as bases que originaram a formação, a constituição das fronteiras agrárias e os efeitos decorrentes deste campo. Assim, a pesquisa contribuirá para uma compreensão mais abrangente das relações econômico-sociais da população mineira nos oitocentos, além de desvendar uma parte da história dessa província, que possui um rico acervo documental ainda pouco visitado pelo olhar do pesquisador.

A proposta promoverá novos vínculos de análise como a organização territorial, a composição da riqueza e os vínculos familiares. A título de enriquecimento ao trabalho traremos os casamentos consignados por laços consanguíneos e/ou por interesses familiares em São Paulo do Muriaé e seus liames na região, em conexão com uma análise comparativa com a região minhota, Noroeste de Portugal. O tema é pertinente, uma vez que a vida social, política, econômica e cultural das duas regiões, na época analisada, girava em torno da posse da terra, e ainda, por serem regiões que se interligavam pelo intenso trânsito de portugueses para as áreas mineiras. Desta forma, muito do que aqui se produziu continha traços dos efeitos lançados no outro lado do Atlântico.

A forte concentração de terras nas mãos de algumas poucas famílias foi um fato constante nas histórias lusa e brasileira. Tais conquistas foram alcançadas mediante a transferência de algumas instituições portuguesas para o Novo Mundo, de maneira a possibilitar um maior domínio territorial dos desbravadores e uma reprodução e multiplicação de seus interesses. Automaticamente, esse fator estava ligado a uma maior vigilância sobre as tributações, as rendas e um controle das ações humanas (Oliveira, 2005), mesmo que tais atitudes fossem seguidas pelo viés da desobediência dos que residiam no Império português, a um simples acatar de regras impostas pela Coroa.

À medida que o território brasileiro vai sendo ocupado, amplas relações sociais são firmadas, acordos são feitos, tecendo extensas redes de compromissos, em nome da honra e do apreço, no sentido de multiplicar os interesses de antigos grupos dominantes. Tais combinações acabam por gerar um delineamento político e econômico, mediante a distribuição de privilégios, sendo permitido aos grupos que se formam agir de acordo com seus interesses pessoais e familiares.

No Noroeste português, o território estava praticamente todo ocupado pela nobreza e o clero, os quais negociavam suas rendas com foreiros que viviam na região, de forma a manterem firmes seus propósitos de senhorio, encurralando os pequenos proprietários, que se submetiam ao poder dos mais fortes. Todavia, nem por isso deixavam de criar estratégias de sobrevivência, seja com os contratos efetuados, seja com os laços instituídos. Vemos, assim, que independente do grupo social, quer em Portugal, quer no Brasil, mecanismos de sobrevivência foram criados mantendo viva, simultaneamente a chama do respeito e do poder.

Acredita-se que tanto em Muriaé como no Minho, a terra, bem sonhado por todos, seria a grande norteadora das relações estabelecidas entre os que ali se fixavam e os não residentes nas localidades que por ela adentravam a fim de ampliar seu patrimônio. Dela originaram-se as atividades de mercado, que dinamizaram uma economia intrincada por intermináveis trocas de concessões e favores, consignados por vastas relações de amizade, muitas vezes concretizadas pelos casamentos endogâmicos, casamentos arranjados e pelos apadrinhamentos.

Por estar o tema intimamente ligado às bases da organização fundiária, as lentes estarão voltadas para a instalação e fundação dos primeiros povoados que faziam parte da freguesia de São Paulo do Muriaé, em um momento em que os limites, ainda móveis, definiriam de maneira conflituosa, o sistema agrário, a formação familiar e a organização administrativa da localidade. Somente na última parte desta pesquisa voltaremos a atenção

para o Minho em análise comparativa, de forma a acedermos aos aspectos culturais transportados por quantos se dirigiram e fixaram nesta região como já era previsto, mesmo antes do Estágio Doutoral.

Cabe esclarecer que, no recenseamento de 1872, São Paulo do Muriaé era geograficamente um vasto território, compostos por 11 (onze) distritos, descritos adiante com seus respectivos nomes atuais: São Paulo do Muriaé (Muriaé), Nossa Senhora das Dores da Vitória (Dores da Vitória), Nossa Senhora da Glória (Itamuri), São Francisco do Glória (São Francisco do Glória), Santa Luzia do Carangola (Carangola), Divino do Espírito Santo (Divino), São Sebastião da Cachoeira Alegre (Cachoeira Alegre), São Francisco de Assis da Capivara (Palma), São Francisco de Paula da Boa Família (Boa Família), São Sebastião da Mata (Eugenópolis)¹ (Andrade, 1995: 155).

Para estudar o nascimento, o desenvolvimento do mercado e mesmo as atividades da terra também levar-se-á em consideração alguns aspectos como, por exemplo, a estrutura de posse de escravos, o estabelecimento de sociedades comerciais e as relações de parentesco, quer tenham sido estabelecidas através dos apadrinhamentos, quer tenham sido produzidas pelas alianças matrimoniais.

Acredita-se, tal como entende Karl Polanyi (2000:92) para a Inglaterra, que a instituição de mercado no período abordado, ainda não estava totalmente construída, não havendo *separação institucional da sociedade em esferas econômicas e políticas*, uma vez que outros valores, além do econômico, estavam em jogo na época não existindo ainda um mercado auto-regulável nem a sua base estava estruturada.

Outro fator relevante para entendermos a ocupação das terras na área brasileira estudada são as presenças indígenas e os conflitos surgidos entre nativos e brancos em torno de sua posse. As relações entre colonos e indígenas no período em que foram abertas as portas para a ocupação dos sertões são marcadas por tensões que passam por diversos desentendimentos sobre a propriedade agrária.

Esses conflitos, conforme salientou Maria Hilda Baqueiro Paraíso (1998: 337), fundamentam-se na resistência preconceituosa dos colonos em conviver com os indígenas. Tais desordens tornam-se ainda mais complexas diante da confusa legislação da primeira metade do século XIX, referente à questão da terra indígena (Machado, 2006: 67), resultado de uma complexa legislação agrária herdada de Portugal pelo Império brasileiro (Motta, 2007:424).

¹ Os distritos de Nossa Senhora das Dores de Vitória e Divino Espírito Santo encontravam-se neste momento na situação de Curato, ou seja, sob a responsabilidade de um vigário, ou coadjutor de pároco.

A resolução desses conflitos, especialmente na área Central da Mata, ocorreu, apenas a partir da década de 1820, quando o processo de “civilização” dos indígenas encabeçado por Guido Thomaz Marlièri, ao longo da década de 1810, culminou com a pacificação daqueles. Contudo, esta investida não se realizou de forma absolutamente pacífica, tal como indica o título pelo qual Marlièri ficou conhecido, mas foi marcado por muita violência até alcançar a resignação final dos indígenas.

Assim, para uma melhor aproximação desta realidade e até mesmo para uma confirmação de alguns traços questionados, pretende-se, neste trabalho, responder a algumas perguntas mediadas pelas interrogações decorrentes das fontes históricas utilizadas. A organização territorial era estabelecida com base em algum esquema pré-definido? Como se deu a organização fundiária na região Leste da Mata Mineira, mais especificamente na freguesia de São Paulo do Muriahé, a partir da chegada dos primeiros desbravadores? De que forma a exploração da terra, os investimentos monetários e as alianças familiares estabelecidas contribuíram para a manutenção e poder de antigos grupos sociais, reforçando a ideia de perpetuação econômica de algumas famílias? Qual a relação existente entre as organizações familiares na região mineira e portuguesa?

Para melhor entendimento das hipóteses propostas, torna-se necessário delinear brevemente algumas características sobre a ocupação da região mineira mencionada. Por ser o nosso principal foco de estudo é fundamental uma aproximação ao objeto analisado, mesmo sabendo que será um exagero abarcar, em poucos parágrafos, a sua complexidade. No terceiro capítulo, estaremos destacando algumas características centrais para o entendimento da região portuguesa.

A imensa região entre os rios Muriaé e Pomba e aquela região que fica no encontro desses rios com o rio Paraíba do Sul, no litoral fluminense campista, até as proximidades da Mantiqueira, era uma área ocupada por mata nativa. Uma floresta densa e montanhas quase intransponíveis tornavam-na numa barreira natural às povoações e numa zona onde se abrigavam índios e negros fugitivos.

Por mais de um século, a terra nesta região permaneceria com uma vegetação quase que intocável, apesar das “matas” serem caminho para negociantes que circulavam de São Paulo e Rio de Janeiro para o interior mineiro em busca de pedrarias e metais preciosos.

Devido às dificuldades em desbravar os sertões do Leste da Zona da Mata Mineira, no final do século XVIII - principalmente pela decisão política da Coroa em não ampliar as áreas de ocupação das fronteiras além-mineração de modo a reforçar a vigilância ao contrabando do

metal – a região somente será habitada no início do século XIX. Esses condicionalismos, somados às dificuldades naturais, levarão a Zona da Mata a efetuar seu desenvolvimento tardiamente (Lanna, 1986: 82).

Porém, a possível obediência à Coroa pode ser vista por um viés da desobediência e descumprimento às normas determinadas pelo governo. A expansão da fronteira funcionaria mais como uma saída ou uma válvula de escape da classe dominante às pressões demográficas, econômicas e sociais, ocasionadas pela lógica da escassez do ouro e do crescimento no centro minerador, o que lhe levaria a desenhar novos contornos geográficos no território mineiro. Seria, pois, uma forma de fixação de grupos que estavam ligados a outras atividades na área mineradora, que se viram na necessidade de migrar para outras regiões da Capitania Mineira, mesmo burlando as leis estabelecidas pela Coroa, na necessidade de buscarem novas alternativas de sobrevivência.

Segundo Paulo Mercadante (1973: 30-32), o sertão, se observado de lugares já ocupados ou mesmo em locais de uma vegetação rasteira, parecia impenetrável. Na região estudada, encontravam-se em seu estado primitivo os índios Purís, e ao longo de todo sertão do rio Pomba fixavam-se os Croatos e Coropós.

Conforme Jean-Baptiste Debret (1975: 42-43), os Purís eram da grande família de tapuias, dividiam-se em várias tribos e tinham sua origem na língua dos Coroados. *Esses indígenas eram ainda selvagens, nas solidões que se estendem desde o mar e a margem setentrional do Paraíba, até o Rio da Pomba, na Província de Minas Gerais*

Mercadante (1973:31-32) e Debret (1975:31 e 32) afirmam que *à medida que se processava a colonização do território fluminense, com a lavoura organizada e ocupação de território, trazia como consequência o deslocamento dos coroados para além das margens esquerdas do rio Paraíba*. Definição que é constatada nas fontes pesquisadas junto aos registros paroquiais da Matriz São Paulo, em Muriaé, sendo constante a presença de tais índios na administração de batismos e até mesmo casamentos ².

A doação de parcelas de terra para cultura e estabelecimento familiar desses nativos foi uma grande aliada à sua fixação. Alguns tornaram-se agregados das fazendas e tinham sua morada própria. Este relacionamento entre as culturas indígena e branca possibilitou a sedentarização ou a semi-sedentarização de alguns índios possibilitando um maior convívio entre eles (Freire, 2004).

² Livros de batismos e casamentos, 1850-1888, APMS, Muriaé - MG

No entanto, não entraremos na discussão acerca da discriminação injusta feita para a formação destes aldeamentos (Silva, 1996: 170-172), mas se deve aos nativos o início de uma pequena produção agrícola destinada ao consumo local.

Ricardo Bastos Cambraia e Fábio Faria Mendes (1988:141) salientam a necessidade de desbravar os sertões, sob o ponto de vista histórico, como forma de amenizar a “dita decadência” das minas:

Em carta ao Governador da Capitania, Pedro Maria Xavier de Athayde Mello ao Príncipe Regente, no ano de 1807, a visão dos “sertões do leste” como solução dos problemas da Capitania encontra sua forma mais elaborada... “esse importante objeto”, ganhava lugar de destaque no discurso oficial, assumindo desde já a forma de um projeto colonizador.

É ainda importante observar que a ocupação da região estava totalmente associada à ligação ao Caminho Novo, sem vínculo algum com o Caminho Velho. O último trajeto do Caminho Velho que ligava Parati a Minas Gerais, passando por Cunha e São Paulo tornava-se cada vez mais perigoso devido aos ataques de piratas, *foi por isso que o governo colonial julgou por bem abrir uma estrada que da região das minas levasse diretamente ao Rio, encurtando o caminho e evitando o percurso marítimo* (Valverde, 1958: 26).

Diogo de Vasconcelos (1918: 39) ressalta que existiam vários colonos habitando a beira deste caminho, antes mesmo da distribuição de lotes de terras pelo governo, que permitiram a instalação de pousadas para os viajantes ao longo deste trajeto. A investigação feita por Renato Pinto Venâncio (1999: 181-187) confirma a visão do Caminho Novo, porém, na sua versão, não havia nada de novo, pois era uma rota indígena milenar.

Os indícios fazem acreditar que o fechamento das fronteiras demoraria alguns anos para se consolidar, por ser visível na documentação um número grande de ações de medição e demarcação de terras. Uma outra observação importante, feita por Márcia Menendes Motta (1998: 163,180), diz respeito ao Relatório da Repartição Geral das Terras Públicas feito em 1855. Este relatório aponta para o Rio de Janeiro e Minas Gerais várias terras devolutas, inclusive para a freguesia de Muriaé, reforçando a idéia da existência de conflitos agrários num período em que a terra começava a ter valor de troca.

De acordo com a Revista do Arquivo Público Mineiro (1897:16-17), coube ao Diretor Geral dos Índios, Guido Thomas Marlière, em 31 de Agosto de 1819, povoar e fundar um estabelecimento para os índios purís, no sertão do Muriaé, levantar uma Igreja para eles e demarcar suas terras, desde que fossem bastantes para sua cultura e sustento. A fixação dessas

terras foi feita pelo medidor aprovado, Alferes Francisco de Paula Silveira, que utilizou um conjunto de recursos naturais para tal missão.

Paulo Mercadante (1990: 28), em sua obra, cita Maximiliano, Príncipe de Wied-Neuwied, que, quando da sua viagem ao Brasil, nos anos de 1815 a 1817, faz menção à grande produção de açúcar e à existência de engenhos junto ao “pequeno Rio Muriaé”, de modo que, *quando Guido Tomás Marlière designou Constantino José Pinto para o primeiro Diretor dos puris, em 1819, já havia fazendas desenvolvidas no lugar.*

O local de desembarque de Constantino José Pinto foi próximo à Armação e Rosário. O povoado que se iniciara, receberia a princípio o nome de Quartel de Robinson Crusoe, e para lá Marlière mandaria mais tarde, João do Monte, um dos seus subordinados (José, 1958: 76).

Assim, no alvorecer dos oitocentos, nascia nesta região um outro Brasil, não destruído pelas escavações das minas, mas com uma fronteira agrícola imensa a ser desbravada em meio a currais, colinas, montanhas e com um clima e maneira de viver, talvez parecida, mas não idêntica a outras regiões mineiras.

Vemos assim, que a ocupação, a exploração e as relações sociais estabelecidas em São Paulo do Muriaé foram promovidas pela expansão da fronteira agrícola e que, aos poucos, foi-se constituindo um dos pólos de maior importância econômica da Província de Minas Gerais.

A nova configuração geográfica, marcada pela diminuição da extração do ouro levou vários grupos familiares a deslocarem-se para a região das matas. Vagarosamente, algumas famílias com certo poder aquisitivo adentram-se pelo sertão mineiro e acabam por dominar alguns poucos proprietários que na região residiam, por não possuírem recursos financeiros para se manterem donos do espaço ocupado.

Nesta lógica, a terra, que antes da criação da vila era um bem insignificante, sob o ponto de vista econômico, acabaria virando alvo de especulação financeira a partir da constituição da freguesia e conduziria a um aumento de prestígio social dos seus possuidores, dando origem a uma sociedade hierarquizada e pouco flexível.

Partindo destes pressupostos, mediados pela ocupação das terras, pelas disputas e pelos mecanismos de perpetuação de poder, afirmamos que a mudança da dinâmica ocupacional em São Paulo do Muriaé estava intimamente relacionada às características de uma região de fronteira aberta, por ser visível a criação de novas vilas, o crescimento

demográfico, o aumento da produção, a variação da riqueza - fatores que interferiram de forma significativa na disputa pela sua posse.

Consideramos ainda, que tanto na região mineira, como na minhota a composição e organização dos grupos familiares estavam ligadas não só à tentativa de salvaguardar os bens oriundos de heranças, mas também estava subordinada a um conjunto de estratégias que tentavam alcançar prestígio econômico e/ou social. Tais acordos desencadeavam amplas redes de solidariedades consignadas através dos casamentos e batismos, reforçando as tentativas de permanência da posse da terra e, simultaneamente, evitando possíveis desigualdades na distribuição dos bens.

A pesquisa encontra-se no campo da História Regional, estabelecendo um constante diálogo com a História Agrária e a História Demográfica, mais especificamente a História da Família. Para tanto, buscaremos um apoio em alguns conceitos e ferramentas teóricas imprescindíveis para o diálogo e mobilização da pesquisa.

No que diz respeito à História Regional, o francês Pierre Goubert (1992) define-a como uma história vista pelo microscópio, o que possibilita o propósito de testar generalizações mais amplas através da utilização de dados-base. Ao fazê-lo, parte da análise de uma pequena região e de uma definição grosseiramente secular, efetuada com ajuda dos arquivos até então esquecidos pela academia.

Bebendo da definição de Goubert, Maria Yedda Leite Linhares, uma das primeiras historiadoras brasileiras a se embrenhar por este campo, entende que este conceito deve ser visto como um recorte *a priori*, não de caráter exclusivamente físico, mas estabelecido pelo historiador, não existindo manual, nem tão pouco subdivisões, podendo mudar de acordo com a época e locais estudados ³.

O recorte abordado não deve, necessariamente, obedecer a um critério geográfico ou administrativo, variando de acordo com o tempo histórico e a sociedade que se pretende estudar. Mas, deve-se basear num espaço construído a partir das relações sociais estabelecidas num determinado contexto e *intelectualmente produzido* (Corrêa, 2000: 22).

Neste sentido, a região torna-se um princípio relativamente abstrato de contornos e conteúdos incertos, que pode ser definido, sobretudo, pelas suas contradições. A partir desta definição, uma região é vista como uma situação histórica modelada pelas situações, pelos

³ Dados colhidos durante as discussões do GT de História regional, realizado na Universidade Severino Sombra, Vassouras – RJ, coordenado pelos professores doutores, Jorge Luiz Prata de Sousa, Maria Yedda Leite Linhares, Márcia Suely Amantino e Célia Muniz.

debates e pelos conflitos que caracterizam um período e um lugar (Roncayolo, 1986: 185-187).

Vemos, assim, que o conceito de região está muito mais relacionado a um movimento constante, o que dificulta sua definição de maneira integral e definitiva. Através da ação humana a região pode transformar, a partir do momento em que possui uma ampla relação com a natureza, na qual o homem entra em processo, numa ação constante, nunca ficando estanque em si mesma.

Ao dialogar com a História Agrária, buscamos em Ciro Flamarion Cardoso (1979: 15) a explicação para seu conceito. Dos quatro modelos explicativos de História Agrária instituídos pelo autor, observa-se que o padrão que mais se aproxima deste projeto é o que diz respeito à História Agrária como uma modalidade de história social da agricultura, cujo objeto seria constituído não só pelas formas de apropriação e uso do solo, mas também pelo estatuto jurídico e social dos trabalhadores rurais.

Para entender a forma de apropriação do solo, é necessário perpassar pelo conceito de expansão de fronteira, pois a região em foco apresentava no período recortado, fronteiras abertas a expandir. Uma fronteira entendida como limite territorial implica definir traçados, condicionar usos, construir percepções e conseqüentemente, influenciar comportamentos humanos (Myskiw, 2005:229-230).

Considera-se que a expansão de fronteiras está ligada a diversas transformações porque, um determinado território, não dispendo de barreiras físicas e militares como forma de separar, isolar ou dificultar a mobilidade populacional entre os dois lados, passa por contínuas alterações. Antônio Marcos Myskiw (2005) corrobora essa visão ao afirmar que a *transformação de uma fronteira política entre dois países num espaço “transfronteiriço” estimula a mobilidade no seu interior e confere uma nova centralidade política geográfica, econômica, social nos territórios fronteiriços.*

A partir do momento em que a fronteira começa a fechar, a circulação de indivíduos será diminuída, principalmente quando nos referimos às elites agrárias que se fixam. Este grupo tende a definir um novo contorno político e econômico, que implica a destruição *da possibilidade de uma trajetória social ascendente do campesinato e o fortalecimento de uma subordinação estrita e imediata* (Velho 1979: 101).

Por seu lado, a história demográfica dedicada principalmente à formação da família muriaeense e minhota terá uma função especial neste trabalho, sendo possível investigar mais profundamente a natureza das relações pessoais, que, na realidade, atuam como pano de fundo

para a consolidação das relações econômicas, configurando-se num jogo de arranjos matrimoniais e/ou espirituais, que caracterizava esta sociedade oitocentista.

Para tanto, haverá um esforço em dialogar com alguns autores que refletem sobre o conceito de família brasileira, tendo em vista que o entendimento desse conceito muito nos aproximará da realidade e constituição das famílias da região analisada.

Gilberto Freyre (2004) esclarece-nos que o modelo de família patriarcal foi a forma predominante nas grandes fazendas nordestinas, que teve neste sistema, a Casa-Grande, o grande símbolo para onde fluíam todas as atenções, vivências sociais, econômicas e políticas da época. Essa família patriarcal incluía toda a parentela que residia na Casa-Grande e todos os agregados que moravam na propriedade, sob administração de um patriarca.

A ideia de um senhor “todo poderoso” que permeava a família patriarcal, e que determinava as ordens, o poder e o domínio territorial, compelindo os membros à obediência, não o impediu de criar uma relação mais íntima com seus agregados, principalmente as relações sexuais entre senhores e escravos (Freyre, 2004).

Seguindo esta linha de raciocínio, Antônio Cândido Mello e Souza (1951), ao estudar as fazendas de café da região paulista, também via as famílias dos caipiras como parte da família patriarcal, já que elas se relacionavam através das relações de clientelismo, caracterizando-as de forma anômica, sem identidade própria.

Analisando a complexidade da sociedade brasileira, Mariza Corrêa (1994: 24) enfatizou *o contraste entre essa sociedade multifacetada, móvel, flexível e dispersa, e a tentativa de acomodá-la dentro dos estreitos limites do engenho e da fazenda; lugares privilegiados do nascimento da sociedade brasileira.*

Eni de Mesquita Samara critica a imprecisão dos conceitos de família e concluiu que estes conceitos se confundem por dois motivos:

1º) a família brasileira passou a ser sinônimo de patriarcal;

2º) o conceito de família patriarcal passou a ser usado como sinônimo de família extensa⁴.

Nesta perspectiva, os conceitos passam a ter significados comuns (Samara, 1987: 30). A própria autora afirma não querer com isso dizer que as famílias constituídas, principalmente

⁴ Sílvia Maria Jardim Brügger, em seu livro *Minas Patriarcal. Família e Sociedade*. São João Del Rei, séculos XVII e XIX, faz uma redefinição ao conceito de família patriarcal, no qual extrapola os modelos de definidos como família extensa. Toma como referência o sistema de valores, que coloca a família como centro da ação social firmada em alianças de *amizades desiguais* e como uma forma de conquista àqueles que buscavam alcançar o poder, fosse através das alianças com esferas de poder em Portugal, fosse a partir de sua influência no nível local. BRUGUER, Sílvia Maria Jardim. *Minas patriarcal. Família e sociedade*. São João Del Rei, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2007.

no Sudeste do país, não tenham sofrido influências desta família patriarcal. Pelo contrário, esta estrutura *estava presente e deixou resquício na sociedade brasileira, mesmo no sul do país. A formação de famílias do Sudeste são mais simplificadas e com menor número de integrantes* (Samara, 1988: 82).

Cabe, então, numa tentativa de desmestificação das distintas utilizações do conceito de família, a visão pormenorizada dessas famílias, em âmbito regional, já que está provado que elas variam de lugar para lugar. E, como já observado, o conceito de família patriarcal não poderia ser aplicado a toda a sociedade brasileira. Ele necessita, de acordo com Silvia Brügger (2007), ter como referência alguns valores, que, em sua grande maioria, destaca a família como centro de poder entre solidificações de alianças, amizades e poderes.

Deste modo, tornam-se necessárias algumas definições do termo em dicionário de época e atual, para depois, mediante a análise das fontes trabalhadas aprofundar no contexto enfocado.

Em dicionário da época, Antônio de Moraes Silva enfatiza que família são *as pessoas de que se compõe a casa, e mais propriamente, as subordinadas aos chefes, ou pais de família. Os parentes e aliados* (Silva, 1813: 9).

Para o período equivalente ao segundo decanato do século XX, família era composta e definida a partir das *pessoas que vivem na mesma casa, do mesmo sangue, que vivem ou não em comum. Membros de uma corporação* (Figueiredo, 1925: 862).

Porém, o conceito de família, recentemente, restringiu totalmente a sua ótica referindo-se e aplicando-se exclusivamente às *pessoas aparentadas que vivem em geral na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos* (Ferreira, 2001).

Fica visível, a partir do exposto, que os conceitos podem variar de acordo com a época, lugar e visão dos autores. Quanto mais distante da atualidade, maior a ampliação da concepção do termo.

De acordo com o dicionário de Antônio de Moraes Silva a formação familiar não se esbarra na consanguinidade, mas é ampliada pelos não-moradores da mesma casa, podendo assim estabelecer vínculos de afinidades com outras pessoas, ampliando seu leque de dependência e automaticamente de poder.

O conceito utilizado no dicionário, datado de 1925, modifica parcialmente a ideia de Moraes Silva. Num primeiro momento, Cândido Figueiredo se fecha na consanguinidade de pessoas que moram numa mesma casa, e, num segundo momento, afirma que a constituição

familiar está relacionada aos que vivem ou não em comunidade, dando idéia de uma expansão de coabitação indo além de um domicílio próprio.

Porém, de acordo com o conceito do dicionário Aurélio, o sentido de ser parente está intimamente ligado a poucas pessoas, sem qualquer conotação além da consanguinidade.

A análise de várias opiniões sobre o termo induz a necessidade de observar a variação e a complexidade da questão. Nota-se, claramente, que o conceito de família na atualidade apresenta uma redução, o termo *parentesco, sozinho, já está desligado de qualquer conotação que não a consanguinidade* (Faria, 1998: 43). Hoje ser parente está muito longe de ser compadre ou aliado, enquanto que, no século XIX, o conceito expandia-se e era reforçado por relações mais vastas.

Deste modo, entende-se que o trabalho poderá despertar o interesse dos pesquisadores para outros temas acerca da região mencionada, podendo contribuir para o debate e aprofundamento das configurações sociais, econômicas e políticas de São Paulo do Muriahé e seu entorno no período acima especificado.

Fazendo parte do sistema econômico, no qual o café era visto, até muito recentemente, como financeiramente predominante e sabendo que *a infra-estrutura ou o suporte humano, material e social sobre o qual se instituiu a economia cafeeira teve formação anterior a ela e não apenas concomitante* (Marcílio, 2000:16), será delimitado um recorte cronológico. Este terá como principal objetivo uma melhor compreensão das relações que antecederam a consolidação econômica da região, a fim de que as ações não se percam no emaranhado de informações ao mesmo tempo que será evitado um perigoso engessamento temporal. Assim, podemos aproximar e distanciar o período recortado de acordo com a necessidade, para melhor entendimento das estratégias proporcionadas.

Tomando como referência os primeiros registros de fontes existentes na localidade examinada, este trabalho inicia-se, cronologicamente, em 1846. Levamos também em consideração, que a partir de 1850 a mão-de-obra escrava entra num lento processo de extinção ocasionado pela Lei Euzébio de Queiroz, e, mais forte ainda, a partir deste ano teremos no Brasil a Lei de Terras, que previa um cadastramento imobiliário do domínio privado no país. Esta responsabilidade é transferida para os párocos das freguesias, que eram subordinados ao poder civil (Motta, 1998b). Estes são fatores a considerar já que vão interferir decisivamente nas mudanças verificadas em todas as estruturas do país.

A data limite será o ano de 1888. Esta data foi escolhida na medida em que ela permite fazer uma análise comparativa entre o período inicial da ocupação e as décadas finais do

sistema escravista, permitindo observar as variações sócio-econômicas da população e, ainda, os mecanismos utilizados pelos senhores para a manutenção e perpetuação do mando.

Porém, quando referir a formação territorial da Zona da Mata Mineira existirá um retroceder e um avançar nestas datas para permitir uma compreensão mais abrangente da ocupação do espaço. Um recuo no tempo será feito desde a formação original das três vilas mineiras: Vila do Carmo, Vila Rica e Vila de Sabará em 1711, aos desmembramentos feitos em 1962. Porém, será dada atenção especial a Vila do Carmo, por ser a partir desta vila que surgem os desmembramentos que originarão a freguesia de São Paulo do Muriaé.

A relevância desta pesquisa reside na possibilidade de que ela venha, por um lado, contribuir com informações temáticas e metodológicas para novas pesquisas sobre a história de Minas Gerais e, por outro, continuar os nossos estudos sobre o tema que foi iniciado durante o curso de mestrado.

Para esta fase foi dedicado um bom tempo de pesquisa nos arquivos do Fórum local, nos quais foram observados um grande volume de documentos existentes e de uma grande riqueza de informações. Porém, na ocasião, pela escassez de tempo, faltou oportunidade de estender e aprofundar outras análises.

O trabalho contribuirá também para preencher uma lacuna existente na história da região, pois em consulta aos dados da Capes, bibliotecas diversas e alguns sites na internet, observa-se a raridade de trabalhos científicos que têm como foco a pesquisa histórica na Zona da Mata Leste, principalmente no que se refere ao município de Muriaé.

Desta forma, retomar esta pesquisa de maneira ampliada, utilizando um *corpus* documental extenso, permitirá traçar um panorama bem mais complexo e profundo da região, procurando remontar o cotidiano do campo eleito.

Sua realização foi possível devido ao fato da maioria das fontes primárias estarem disponíveis em arquivos locais da cidade mineira, como, por exemplo, o Cartório do 1º Ofício Cível do Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros em Muriaé, Matriz São Paulo; além de arquivos diversos, como o Arquivo Público Mineiro (Registro Paroquial de Terras-Seção Provincial, Códice 134. Período 16/11/1854 à 05/10/1857, um total de 553 registros); Censo Geral do Brasil Império (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento-CEBRAP - CD-Room) e ainda a possibilidade de estar durante os meses de dezembro de 2009 a abril de 2010, em Estágio Doutoral, na Universidade do Minho, Portugal, no qual tivemos a oportunidade de frequentar o Arquivo Distrital de Braga, um dos maiores e mais organizados do país luso.

Como observado acima, o número de trabalhos que versam temas comuns à pesquisa aqui proposta é acanhado para Muriaé. A maioria das investigações de cunho econômico e demográfico existentes é correspondente à macro região de Juiz de Fora, região Sul da Zona da Mata Mineira, que poderá fugir das feições históricas, se comparado a São Paulo do Muriahé.

Em meio ao emaranhado das fontes e informações descritas acima chegamos às conclusões que serão apresentadas nesta tese. No primeiro capítulo será feito um estudo do período anterior à ocupação, tendo como princípio o declínio da mineração. Será observada a ação dos desbravadores e a sua relação com os nativos e ainda a configuração geográfica das vilas, povoados e freguesias desde a fundação da Vila do Carmo até à criação da freguesia analisada e a alguns dos seus desmembramentos, durante os anos de 1711 a 1862. Serão discutidas as questões relacionadas a cristianização dos puris e coroados e ainda o conflito e à posse da terra.

No segundo capítulo, as atenções estarão voltadas para o entendimento da economia nascente e da sua consolidação. Para tanto, o tropeirismo terá um enfoque especial, além, da alocação da riqueza, no qual será mostrado panorama da sociedade muriaense e região, no que diz respeito às aplicações econômicas, mediante o uso dos inventários *post-mortem*. Como os escravos são o maior bem aplicável, faremos uma análise da composição das escravarias. Abordaremos a diversidade e quantidade de sortimentos agrícolas nas unidades de produção, definindo quais os principais produtos consumidos e negociados.

Por fim, no terceiro e último capítulo faremos uma análise comparativa entre o Minho e São Paulo do Muriahé, no que diz respeito à formação familiar. Primeiramente mostraremos o cenário geográfico e econômico da região portuguesa, para então traçar um panorama do sistema sucessório, do casamento, das uniões consanguíneas, e, finalmente, realizar um estudo sobre as formas de apadrinhamentos, por acreditar que a grande maioria dos vínculos celebrados na pia batismal embutia outros interesses além do ato celebrado.

CAPÍTULO I

A OCUPAÇÃO DO LESTE MINEIRO: UM OLHAR SOBRE O ESPAÇO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

O lado oculto da lua...

Maria Yedda Leite Linhares

1.1 Das minas aos sertões

Meados do século XIX, São Paulo do Muriaé. Mais de cento e cinquenta anos de ocupação e pouco conhecida. Histórias perdidas no tempo. Distante das efervescências da Corte e do centro minerador, a freguesia se constituiu em um espaço geográfico e histórico de características ímpares para a compreensão das Gerais, mas só recentemente tem despertado o interesse em alguns pesquisadores. Dessa forma, essa pesquisa se justifica devido à importância do estudo desse rico universo cultural, principalmente, sobre o caráter naturalizado do espaço regional e do questionamento da própria identidade regional.

O que leva um pequeno grupo de interessados a revolver informações em papéis perdidos pelo tempo em arquivos locais, documentos que, na sua grande maioria servem de alimentos para traças e cupins, estando sujeitos às intempéries do tempo e tão desvalorizados pelos órgãos competentes? Esses arquivos não mereceriam um reconhecimento maior da própria comunidade pela singularidade que esta história representa? Por que só recentemente tem servido, mesmo que timidamente, para a intensificação dos holofotes das pesquisas nesta região?

Este modelo de descaso quanto à preservação documental serve de exemplo para a maioria dos arquivos espalhados pelo país afora, não muito diferente de Muriaé, Minas Gerais. Mas graças à atitude de um esforço conjunto envolvendo alguns professores, alunos e profissionais dedicados à tarefa de preservação histórica têm contribuído para que o mineiro, principalmente o interiorano, deixe de lado suas reservas pessoais e abra os olhos para o valor dos acervos de cunho cartorial, eclesiástico, jurídico, particular, dentre outros ⁵.

⁵ Não poderia deixar de agradecer ao professor Dr. Jorge Prata de Sousa pelo apoio sempre dispensado, para que tivéssemos uma orientação séria de preservação documental em Muriaé e região, no qual começamos a colher os frutos por ele plantados.

Um trabalho lento, porém, contínuo e muitas vezes árduo vem ocorrendo, o que colabora para desvendar segredos escondidos no tempo. Pautados na nova elaboração, na identidade local e na ressignificação do regional, o passado vem sendo criado, não como de fato aconteceu, mas de maneira provável.

Cada vez que nos propomos a fazer história regional estamos, ao mesmo tempo, repondo em discussão, fazendo novamente ressoar e fazer sentido uma dada identidade regional, mas também a estamos modificando a partir da ótica, do olhar, da visibilidade e dizibilidade de nosso tempo, da qual não podemos escapar, embora estas não sejam homogêneas ou unitárias (Albuquerque Júnior, 2008).

A crença de que muitas destas incógnitas do passado podem ajudar a revelar traços e características do presente, e a confiança de que a História Regional contribui para a compreensão de uma história mais ampla, apenas reforça o posto de que as reconstruções das desigualdades regionais e culturais devem ser compreendidas em seu aspecto mais profundo (Linhares, 1990: 23-32).

Historicamente é impossível compreender toda uma estrutura desprezando o pensamento espaço-temporal. Fernand Braudel nos adverte que *o tempo, a duração, a história se impõem de fato, ou deveriam se impor a todas as ciências do homem* (apud Dösse, 2003: 166-167). Perceber em um mesmo movimento a totalidade social é a grande ambição da história. Ao invés da busca de uma definição abstrata é preferível a observação de experiências concretas.

O mesmo autor afirma ser forçoso um diálogo entre a história e a geografia a fim de observar as ações humanas sobre o meio (1978: 21-22). Carl Sauer (1940:7), na mão inversa, afirma que a Geografia deve beber das águas límpidas da História, quando afirma que cada paisagem humana, cada habitação, é sempre uma acumulação de experiência prática e o pesquisador deve sempre ter como meta principal as origens dos fatos e os traços culturais dos processos de vida em comunidade. Para o autor, essa associação só se faz mediante a construção histórica.

Desta forma, ao debruçar por entre a imensidão das fontes locais fica fulgente a necessidade de mais e mais pessoas, como num entrelaçamento de correntes, juntarem forças para que a história não se perca. Ao mesmo tempo clarifica a necessidade de retroceder ao período anterior focado, para tentar entender o fio condutor que guia o investigador no labirinto documental e não ver o caso como isolado (Guinzburg, 2006, 51).

Partindo da premissa de ter que buscar na base o entendimento do período para achar o fio de Ariadne (Guinzburg, 2006), é necessário afirmar, que os sertões da Zona da Mata

Mineira, até meados do século XVIII foram considerados pela Coroa portuguesa, área proibida do povoamento e da exploração econômica. A partir deste momento, por força de interesses particulares, políticos e econômicos, a região será ocupada à revelia da lei e fortuitamente.

De acordo com Ângelo Carrara (1999:10 e 22), a ocupação do solo e o acesso à terra na Zona da Mata Central, - (espaço territorial compreendido pelos municípios que abrangem a margem esquerda do rio Pomba até o alto do vale do rio Doce, e daí para o leste do Espírito Santo, atuais municípios de Ervália, Guiricema, Visconde do Rio Branco, Senador Firmino, Ubá e parte setentrional do rio Pomba, Mercês, Rio Espera, Viçosa e Teixeiras), - abarcavam, no início do século XIX, duas áreas distintas. Uma primeira constituída pelos aldeamentos indígenas do Presídio e do Guido-Wal, e de Manoelburgo; núcleos dos atuais municípios de Visconde do Rio Branco, Guidoal e Muriaé; e uma segunda, onde a presença indígena era relativamente menor, no vale do ribeirão Ubá entre os três aldeamentos, e o antigo aldeamento do Rio Pomba, fundado em 1768.

Por possuir menor concentração demográfica nativa próxima ao ribeirão Ubá e ao rio Pomba, o autor afirma que as primeiras concessões de sesmarias na região foram doadas neste vale em 1775. O que leva a deduzir que a ocupação centrífuga, partindo da Vila do Carmo, atual Mariana, para a Zona da Mata Mineira (Prado Júnior, 1995; Cunha, 2002a) iniciou primeiramente próximo às serras da Mantiqueira e Espinhaço, em sentido galopante, morro abaixo, afastando cada dia mais da área mineradora ⁶.

Outro fator observado é que, quanto mais rápido processava a ocupação destas áreas próximas às serras, maior seria o número de nativos Croatos e Puris encurralados às margens dos rios Pomba, Muriaé, ribeirão Ubá, Chopotó, Piranga, Itabapoana e Paraíba do Sul.

Neste sentido, o sertão de São Paulo do Muriaé se constituiu muito além de uma região geograficamente estática, construída a partir de alguns rios que cortam o território, como o rio Muriaé, o rio Pomba e o rio Paraíba, mas extrapolava seus leitos, seus vales, seus córregos e seus afluentes, ampliando este intercâmbio para além deste território, mantendo contato com os rios Paraibuna, Preto, Manhuaçu, Casca, Doce e vários córregos que cortam estas terras.

⁶ O viajante que descesse pelas vertentes orientais da grande cadeia de montanhas da serra da Mantiqueira e Espinhaço encontraria pela frente extensas matas virgens, capoeiras e capões, nos vales montanhosos. (Saint-Hilaire, 1975:232)

A floresta tropical que fazia parte da paisagem natural destes sertões, diferenciada por uma exuberante riqueza de fauna e flora. No início, pouca atenção teve dos pioneiros que aqui chegaram a não ser pela necessidade de devastá-la para o plantio das primeiras culturas de alimentos, criações de animais, abertura de estradas e o plantio da rubiácea - produto que se tornaria o principal produto agrícola em finais dos oitocentos.

Seguramente, estas matas tropicais causariam espanto, medo e ainda satisfação em contemplá-la. A floresta, repleta de árvores gigantescas com cerca de 25 a 30 metros de altura, composta de cedros, perobas, jatobás, entre outras. Sua estrutura era composta, se vista de cima para baixo, parecia em alguns locais uma copa abaulada de modo a se misturar com cipós, folhas e galhos. De baixo para cima, espécies raras da fauna e flora eram observadas, como: orquídeas, bromélias, samambaias; jaguatiricas, micos, muriquis, borboletas, pássaros, além da exuberância de suas nascentes. Vozes ocultas e confusas que geravam ruídos diferenciados. *Esta voz do deserto, não é mais do que uma expressão de temor, de dor e de prazer que parte de seres diferentes* (Saint Hilaire, 1975: 20-22).

Como comprovado pela documentação local consultada, capoeiras também faziam parte deste cenário ⁷. Resultantes de queimadas de florestas virgens, após algumas plantações consecutivas, as capoeiras são motivos de atenção nas narrativas de viajantes que por ali passavam. Pelo aproveitamento do solo várias vezes, sem nenhum implemento técnico, as matas de capoeiras ficavam mais frágeis que as matas nativas e as espécies de plantas que cresciam, não eram mais as mesmas. O que para Saint Hilaire (1975: 90) refletia diretamente na composição orgânica do solo, deixando-o menos fértil.

Meteorologicamente entende-se a Zona da Mata Mineira como uma região de variações climáticas diversas, alteradas conforme a altitude. As chuvas predominam na primavera e verão, iniciando no final de setembro e diminuindo em março. No verão, entre os meses de novembro a fevereiro nas margens do Pomba e Paraíba, a Zona da Mata apresenta um calor *fortíssimo e estafante* (Saint Hilaire, 1975: 80), podendo ser amenizado em locais mais elevados e próximos a grotões, nos quais a abundância de água aumenta a unidade do ar refrescando os dias de sol intenso.

Entre os meses de março até o fim de setembro, ocorria a estação fria e seca. Eram meses em que muitas das nascentes diminuía sua vazão secando riachos e córregos e alguns rios transformavam-se em um fio d'água. Época de queimadas para o plantio. Os animais

⁷ Confirmações feitas junto aos inventários *post mortem*, as ações de medição e demarcação de terras, as ações de libelo, documentos presentes no FTPM, em Muriaé e ao RPT micro filmados no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte.

escasseados de alimento procuravam locais mais úmidos para se alimentarem (Matos, 1837: 218-219). O clima é, portanto, tropical quente e úmido, com temperaturas variando entre a média máxima de 38°C e média mínima de 15°C, com média anual de 23°C, podendo diminuir ou aumentar de acordo com o local.

Os solos dominantes das matas tropicais, como na maior parte do território brasileiro, são os latossolos. A estes se juntam na Mata Mineira *os aluviões – de riqueza química variável – e intergrades, ácidos e também pobres em nutrientes orgânicos* (Andrade, 1994: 28).

À medida que os espaços vão sendo ocupados e a monocultura desenvolvida, maior seria a necessidade de derrubar as matas e explorá-la, seja para a construção de casas, construção naval, transporte terrestre, instrumentos de trabalho, navegação fluvial, dentre outras, originando alguns clarões em meio à floresta ⁸.

Aos poucos, a *noção de riqueza foi ganhando um sentido mais objetivo de potencial dos recursos naturais do sertão*. Madeiras de lei, flores, produtos para tinturaria e plantas medicinais, couros de animais silvestres, pássaros, micos, exploração de minérios “menos preciosos” como o ferro, cobre, manganês, etc., consistiam em algumas destas explorações (Espíndola, 2005:84).

Viajantes que pela região circulavam, tentavam explicar a designação dada a esta área. Saint-Hilaire (1975) se referia ao local não como uma “divisão política”, mas como uma *espécie de divisão vaga* pelo reduzido número populacional.

Núbia Braga Ribeiro (2006) contrapondo esta definição acredita que o sertão se insere nos assuntos e decisões políticas, mesmo que o espaço não estivesse demarcado oficialmente pelo Estado e fosse incluído como lugar de não civilizado, pois, deveria se levar em conta a terra concebida numa perspectiva diferenciada por seus habitantes. Esse espaço tenderia, assim, a ser um lugar de conflitos, de litígios numa concepção territorial não fixa. Estas áreas de fronteiras acabaram, na visão da autora, por se tornarem focos de resistência indígenas desencadeando guerras acirradas.

Para os primeiros colonizadores das Gerais, a nomenclatura do termo *sertão* era utilizada para designar um espaço geográfico desconhecido, área considerada despovoada de

⁸ Para maiores detalhes sobre a exploração e uso da madeira da Mata Atlântica, ver: Dean, Warren. *A ferro e fogo. A história da devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Pádua, José Augusto de. *Um sopro de Destruição. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. Cabral, Diogo de Carvalho de. *Homens e Árvores no ecúmeno Colonial: a indústria madeireira na Bacia do Rio Macacu. Dissertação de Mestrado*. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2007.

elementos civilizados, porém, habitadas por índios considerados como inimigos e acusados de dificultarem o povoamento e desenvolvimento (Amantino, 2006).

Por seu isolamento, seria um lugar desumanizado, incivilizado e inculto. Parecia então um lugar estranho, habitado por quem não participava da lógica da colonização: índios, aventureiros, predadores de índios, caçadores e coletores, posseiros brancos pobres, mestiços, quilombolas e negros livres. Não significa ser um espaço literalmente desabitado, mas ausentes da civilização e de atividades voltadas para o mercado (Espindola, 2005: 75-76).

Na visão de Russell-Wood (1999: 8-20), o sertão estava associado à noção de fronteira como metáfora. Primeiro por ser visto pelos moradores da Colônia como *noção vaga*, causada por uma ausência de limites. Não era visto como uma fronteira num sentido político e geográfico, mas um *estado de espírito*, não cristão, caótico e abandonado por Deus. Por outro, apesar de ser um lugar com grau elevado de dificuldades de comunicação, possuía um altíssimo grau de unidade sócioeconômica e política, por serem intensas as misturas étnicas entre brancos, negros e índios.

De acordo com o autor, a penetração nos sertões estava associada às conquistas ou supressão, e não à noção de fronteira. Para os índios, seria a Pátria, para outras categorias sociais, teria uma conotação de sobrevivência, o que criava uma natureza díspar sobre seu conceito, não existindo um conceito linear de fronteira para o Brasil (1999:10).

Em meio a estas montanhas, nos *sertões* do rio Muriaé habitavam os índios Puris que de acordo com Lamego Filho (1934:123) não eram tão dóceis quanto se podia imaginar, eram temidos e perigosos quando importunados. O autor faz a seguinte observação: e *de cada tronco, de cada galho, de cada tufo, apontavam de imprevisto as flechas gigantescas dos minúsculos Puris*.

Na visão de Paulo Mercadante (1973: 32) *utilizavam o fogo, obtido através de atritos. Esses índios viviam da caça e da pesca, mostrando-se violentos na guerra. Alimentavam-se da carne, milho, mandioca, preparados em panelas de barro*. Assim, até finais do século XVIII e início do XIX, antes da devastação inconsequente da floresta de Mata Atlântica, e do seu povoamento de forma mais consistente, esses índios viviam em contato direto com a natureza.

Trabalhando para o governo Imperial entre os anos de 1808 a 1821, o Barão Wilhelm Ludwig Von Eschwege (1944) delineia alguns traços geográficos constituintes da formação territorial das Minas Gerais, incluindo São Paulo do Muriaé (Mapa 1). Mesmo existindo

alguns contrastes, se comparado à configuração atual dos rios, não deixa de ter um grande valor para o entendimento da geografia regional.

Ao localizar algumas representações cartográficas no mapa feito por Eschwege (1944) observa-se que o rio Robson Crusóé é, hoje, o rio Muriaé, o ribeirão São João do Monte, atualmente, é chamado de rio Preto, e que o único a não ter alteração no nome foi o rio Glória, que permanece com seu nome de origem.

Neste mapa, estão dois dos três maiores afluentes do Rio Muriaé: o rio Preto e o rio Glória. Falta, porém, o rio Carangola, que nasce na Província de Minas Gerais e deságua na Província do Rio de Janeiro, no curso do rio Muriaé. Apesar de traçar alguns riscos não identificados, sabe-se hoje, que além dos três principais afluentes do rio Muriaé, seu curso é ainda composto por 13 ribeirões, 57 córregos e 14 lacrimais (Vermelho, 1981:11-16).

Até desaguar no rio Paraíba do Sul, o rio Muriaé soma, em seu trajeto, 204 km. Deste total, 50 km são percorridos em terras mineiras e 154 km em solo fluminense. Dentre as cidades mineiras, por estas águas banhadas estão desde sua nascente na serra das Perobas, as cidades de Mirai, Muriaé, Patrocínio do Muriaé e, em território fluminense, Laje do Muriaé, Itaperuna, Cardoso Moreira e Italva.

O rio Preto, assim como o rio Muriaé, nasce em Mirai penetra em áreas muriaeenses pelo distrito de Pirapanema e, antes de vazar o rio Muriaé no bairro da Barra, recebe o ribeirão *Sem Peixe*, formado pelos córregos da *Fumaça e Jacaré*.

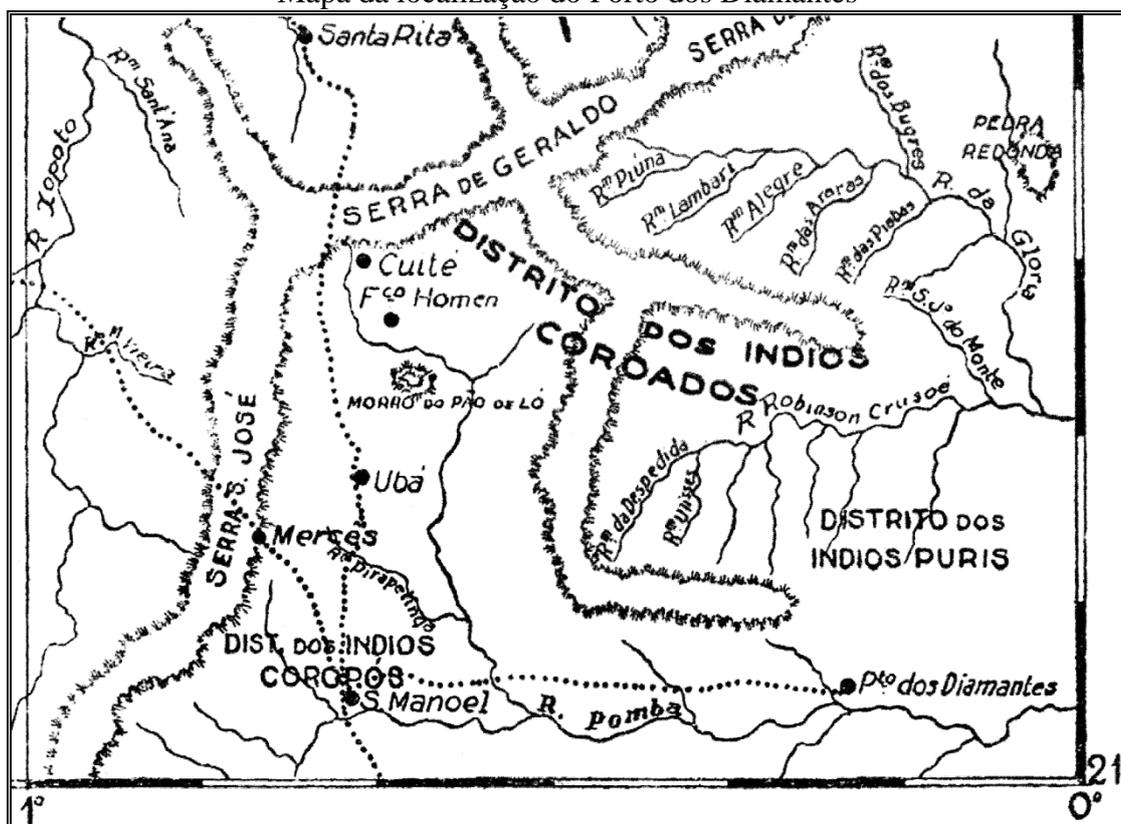
O rio Glória inicia seus primeiros fios de água da Serra do Brigadeiro, conhecida no período da ocupação como Serra dos Arrepiados no município de Fervedouro. Tal rio banha os distritos de Madeira, São Pedro do Glória, a cidade de Fervedouro, Bicuiba (distrito de São Francisco do Glória), a cidade de Miradouro (Glória) e Itamuri (Nossa Senhora da Glória) distrito de Muriaé, desaguando a 3 km abaixo desta cidade.

Já o rio Carangola, nasce nas proximidades da cidade de Divino (Divino do Espírito Santo), banha as cidades mineiras de Carangola (Santa Luzia dos Tombos do Carangola), Faria Lemos, Tombos (Nossa Senhora da Conceição dos Tombos do Carangola) e pelo lado fluminense, banha a cidade de Porciúncula e Natividade, e deságua no rio Muriaé, próximo à cidade de Itaperuna (Faria, 1995: 18-19).

A quantidade de córregos que compõem os afluentes do rio Muriaé pode aumentar em períodos de cheias, pois, tratando-se de cursos d'água intermitentes, desaparecem alguns nos períodos de longa estiagem e borbulham outros em épocas de chuva (Vermelho, 1981).

Outra referência geográfica de Muriaé hodiernamente perceptível, no mapa abaixo, é a Pedra Redonda - batizada mais tarde com o nome de Pedra Santa ou Pontão. Local de uma gruta belíssima, de paisagem exuberante, localizada próxima ao rio Glória e Usina do Glória, reconhecida por vários ângulos, se elevado o local em que o observador se encontra. O encantamento pelo panorama levou à construção de uma Igreja nesta gruta, a qual é visitada por fiéis em busca de promessas e orações.

Mapa 1
Mapa da localização do Porto dos Diamantes



VON ESCHWEGE W. "Parte da Nova Carta da Capitania de Minas Gerais". Pluto Brasiliensis. Vol.1. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1944.

Legenda
• Freguesias, vilas e povoamentos.
... Caminhos.

Também observamos, no mapa acima, os distritos dos índios Coroados, Coropós e Puris que viviam próximos a Serra dos Arrepiados, rio Pomba e rio Muriaé. O motivo que levou à aproximação destes indígenas foi a proteção que esperavam encontrar junto aos

botocudos, índios que viviam na margem sul do rio Doce, definidos por Saint Hilaire (1975:307) como um dos grupos mais *agressivos*.

Com a intenção de demarcar as terras destinadas aos índios, houve a distribuição de ferramentas à população que se aventurava pela região, o envio de um vigário paroquial, além da criação de presídios em alguns pontos da Província de Minas Gerais. Tal ação fazia parte da política dos capitães-generais da capitania de Minas Gerais, a partir de Luiz Diogo Lobo da Silva (1763-1768). E estes lugares, que ajudaram na luta contra os grupos indígenas, eram compostos por uma guarnição de soldados pedestres que não possuíam qualquer vínculo com o regimento regular. Tinham a função de rondar as vilas e matos, e, na grande maioria das vezes, sob o comando de um militar. *Era um lugar de degredo e, por esse meio garantiam-se os elementos que poderiam ajudar na luta contra os grupos indígenas, ao mesmo tempo em que a floresta e o medo dos índios impediam as fugas* (Espíndola, 2005:51).

No governo de Luiz Diogo Lobo da Silva, inicia-se a política de ocupação local, com a construção dos presídios de Arrepiados e Cuité, e aldeamentos para os índios Puris. É também estabelecido o Presídio e Freguesia do Pomba (Espíndola, 2005:51-52), ao qual São Paulo do Muriaé pertencia, antes de seu desmembramento administrativo para São João Batista do Presídio.

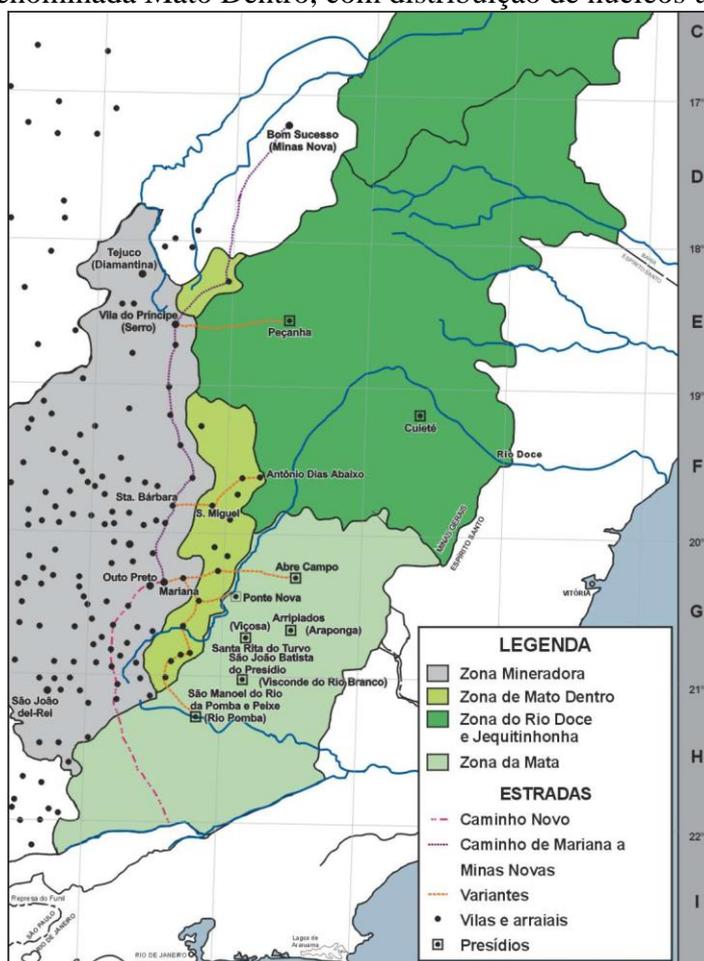
Em 1807, conforme Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello (1808:312-316), nos sertões do leste mineiro, funcionavam os presídios de Cuité, Abre Campo, Ponte Nova, Santa Rita do Turvo, Pomba e São João Batista, na parte meridional do rio Doce e no rio Pomba; na parte setentrional, ficavam os presídios de Guanhães e Peçanha (ver mapa 2).

Isolados no meio da floresta, os presídios funcionavam como suporte à colonização da região. Na Zona da Mata Central foram instalados dois presídios: o de São João Batista e do Pomba. *Em 1807 estavam aldeados, no Pomba, os índios Puri, Coroado e Croato* (Espíndola, 2005:62).

Segundo Haruf Salmen Espíndola (2005:52), logo no início do governo de Antônio de Noronha (1775-1780), por não existir uma preocupação com a sobrevivência humana, principalmente dos novos ocupantes dos sertões, declarou-se guerra aos índios da região do rio Muriaé, que faziam incursões aos incipientes aldeamentos do rio Pomba. Este compromisso ficou sob a direção do padre Manoel de Jesus Maria, o que deixava tais índios desprotegidos e vulneráveis.

Mapa 2

Os sertões do rio Doce e Jequitinhonha, a Zona da Mata, a Zona da Mineração e a zona fronteiriça denominada Mato Dentro, com distribuição de núcleos urbanos, 1808.



Fonte: ESPÍNDOLA, Haruf Salmen.⁹

Analisando o mapa 2 datado de 1808, observa-se uma rarefação de vilas e arraiais próximos aos presídios da Zona da Mata, invertendo o quadro na área mineradora. Porém, ao estudar um mapa em finais do século XIX várias seriam as freguesias, vilas e arraiais nesta região. E ainda, ao considerar o traçado do Caminho Novo, que corta esta região, percebe-se quão importante será seu percurso para a tarefa de ocupação da Mata Mineira.

Através do Caminho Novo, o curso entre Rio de Janeiro e Minas Gerais, que antes levava em média, quarenta dias de viagem, foi reduzido para vinte e cinco dias. Esta mudança de roteiro possibilitou aos negociantes dividir o trajeto em etapas, permitindo-lhes parar para

⁹ Agradeço ao professor Haruf Salmen Espíndola, que gentilmente enviou-nos o mapa por ele construídos, no dia 07 de agosto de 2008.

descansar nas roças, próximas ao rio Paraibuna e na Cordilheira da Mantiqueira (Venâncio, 1999). Este caminho constituiu-se de fato, na porta de entrada para a ocupação da Mata Mineira.

Para Orlando Valverde (1958:27), *os vestígios do pioneirismo da região da mata mineira em fins do século XVIII são mínimos. Para o autor, o que existiu foi abertura nas matas por precursores que abriram picadas e fundaram núcleos isolados na floresta, uma população espaçada em função da dificuldade de penetração.*

De acordo com Márcia Sueli Amantino (2003:94), os sertões poderiam ser vistos por dois ângulos, *por um lado eram vistos como local de excelência do descobrimento de ouro e da riqueza rápida e, por outro, um local associado à fome, às guerras com índios e escravos fugitivos, às más condições de vida, à insegurança e à morte.* Assim, a tarefa em desbravar, pacificar, na tentativa de obter algum ganho, era reservada a alguns brancos destemidos e de confiança da Coroa.

Segundo Mercadante (1973:38), para habitar este território, multiplicaram as concessões de sesmarias no curso do século XVIII. *Entre os anos de 1710 a 1822, o total ultrapassaria 6.642 léguas quadradas.* Para Ângelo Carrara (1999:26-37), as fronteiras nas freguesias do Presídio de Ubá são fechadas por volta de 1840, enquanto permaneciam abertas, na mesma época, em todo o vale do Rio Muriaé. Complementa ainda que, no mesmo vale a última vez em que uma escritura mencionou o apossamento, como modo de acesso ao solo foi em 1841. Assim, quanto mais distante da área de mineração, sentido Zona da Mata Mineira ao Mucuri e Jequitinhonha, mais tarde seria efetivada a ocupação. Ressalta-se que estas análises necessitam de pesquisas mais aprofundadas (ver mapa 3).

Como visto acima, Ângelo Carrara afirma que as primeiras doações de sesmarias ocorreram em 1755. Para Paulo Mercadante, a habitação deste território, no curso do século XVIII, entre os anos de 1710 a 1822 ultrapassou o total de 6.642 léguas quadradas de doações¹⁰.

Nos primeiros anos de ocupação branca à região, mesmo sendo a produção agrícola em pequenas proporções, afirma-se como Immanuel Walerstein (1986:217) que, mesmo em produções simples, as dimensões espaço-temporal são muito maiores do que as do ato em si. Baseado nesta análise observa-se uma cadeia de dependência que articulava este espaço,

¹⁰ Fernando Gaudereto Lamas, em seu doutoramento, desenvolve uma pesquisa voltada para a ocupação da área Central da Zona da Mata Mineira, o que pode contribuir para uma melhor percepção sobre o tema. Para breve detalhe ver, LAMAS, Fernando Gaudereto. Transformações na forma de aquisição de terras na área central da Mata Mineira na primeira metade do século XIX – (1820-1850). In: *XXV Simpósio Nacional de História. História e Ética*. 12 a 17 de julho de 2009. Fortaleza, Ceará.

muito antes da abertura oficial do governo para ocupação do território, ocasionando uma organização e articulação econômica que permitiu criar uma relação de dependência e hierarquização, a partir das primeiras produções manifestadas mediante o sistema de trocas.

Nesta *cadeia de dependência* e tramas de sociabilidades, chega a São Paulo do Muriahé Constantino Pinto, na ocasião com trinta e cinco anos, homem designado para ser vice-diretor dos índios. Nascido em Barbacena em 1784, filho de Manoel Domingos Pinto e Anna Francisca da Assunção constituiu uma família de nove filhos: Maria Angélica da Luz casada com José Ferreira Cezar; Constantina Angélica da Luz casada com Antônio Ferreira Cezar; Venâncio José Pinto casado com Emília Carlota; Messias Angélica da Luz casada com João Antônio Machado; Antônio José Pinto casado com Honorata Maria de Jesus; Francisca Angélica da Luz casada com Antônio Fortunato Pinto; Joaquim José Pinto casado com Maria Trindade Xavier; Belmiro José Pinto (solteiro); e, Felismino José Pinto (solteiro) ¹¹.

Mesmo sem fazer grandes genealogias, algumas observações são ressaltadas na constituição familiar de Constantino Pinto. Dentre os sete filhos casados, duas filhas que se uniram matrimonialmente com dois irmãos, Maria Angélica e Constantina, o que demonstra repetição de laços parentais entre famílias. Fornece também pistas de casamentos consanguíneos por haver uma repetição do sobrenome do sogro sobre um dos genros, mesmo entendendo que não havia no período preocupação em adotar sobrenomes de descendências familiares.

Nota-se, assim, que lentamente, estes espaços vão assinalando a construção dos primeiros arraiais e vilas, que foram se transformando em lugares de intensas sociabilidades. No entanto, segundo Alexandre Cunha, (2007b: 91), esta orientação espacial se apoia na perspectiva de que não são os processos e práticas sociais, culturais, econômicas, políticas, etc., elementos que simplesmente se desenrolam por sobre uma base espacial dada. Entende-se que este espaço é um ator presente nos processos sociais, influenciando diretamente na vida cotidiana, que se personifica à medida que suas formas são criadas e recriadas, segundo as plantas do próprio devir do tempo social.

Vale acrescentar que, a disposição em que novos núcleos populacionais se formam na Mata mineira, há diversificação das atividades produtivas, que auxiliam na articulação de novos desenhos sociais, econômicos, políticos e culturais. Entende-se que, essas ligações

¹¹ Ata de Qualificação de Eleitores. APMM.

ocorriam, a princípio, de maneira espaçada, mas que, aos poucos, se estruturaram numa intrincada e complexa rede de serviços, atividades e dependências ¹².

¹² Para melhor compreensão especialmente sobre a formação das cidades latino-americanas, ver HARDOY, Jorge E.; SCHAEDEL, Richard P. (comp) *Las ciudades de América Latina y sus áreas de influencia a través de la historia*. Buenos Aires: Sociedad interamericana de planificación. SIAP, 1975

1.2 A cristianização de índios Puris e Coroados na Matriz São Paulo

Como observado acima, antes da definitiva abertura do governo imperial para a exploração dos sertões leste da Zona da Mata Mineira, já existiam moradores que se aventuravam pela região. Podemos confirmar esta declaração a partir de alguns documentos examinados como inventários *post-mortem* e Registro Paroquial de Terras e até mesmo pelas doações de sesmarias existentes no Arquivo Público Mineiro, datadas de 1781 e 1821¹³.

Em pesquisa ao Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, em Muriaé, nota-se que os primeiros inventários arrolados para a região datam de 1846. A partir dos dados coletados, ressaltamos que existiam no período abordado, áreas de plantações antigas de milho, feijão, mandioca, além de animais de engorda no ponto de abate, alguns bovinos e suínos, além de vários equinos, bestas e éguas. Este fator nos fornece traços de uma atividade econômica que começava a aflorar em Muriaé: o tropeirismo, profissão que se intensificaria mais adiante no comércio local.

Mais do que nunca, a Carta de Sesmarias expedida por Dom Francisco de Assis Mascarenhas, o Conde de Palma, vem de fato esclarecer que muito antes da chegada de Constantino, já havia moradores na região. Tal carta, presente na Ação de Libelo feita pelos autores Francisco Luciano de Paula e sua mulher, José Venâncio de Paula e sua mulher, José Bernardino de Paula e Manoel José de Paula, à Firmino de Sá Rocha e outros é parcialmente descrita:

Na nova estrada que abriu pela margem do Rio Pomba, em direção a Campos de Goitacazes, se acham terras devolutas no Ribeirão da Duvida (...) à 13 de Abril de 1738 para conceder Sesmarias das terras desta Capitania aos moradores della que mas pedirem: Hey por bem fazer nome (como por esta faço) de conceder em nome de Sua Alteza Real ao dito Antonio Pereira da Costa por Sesmaria meia légua de terra em quadra nas pedidas, sem interpulação de outros...¹⁴.

Rômulo Garcia de Andrade (1995), pesquisando os Registros Paroquiais de Terras na Freguesia Nossa Senhora da Glória, em 1856, atual Itamuri, hoje distrito de Muriaé, chega a conclusão que um total de 25,92% dos declarantes afirmam viver mais de 10 anos na propriedade notificada. Mesmo variando de registro para registro, estas informações nos fornecem indícios, mesmo que em pequena proporção, de alguns moradores que viviam em contato direto com os gentios da terra.

¹³ Estes dados podem ser ampliados no Fórum Desembargador Pacheco de Medeiros em Muriaé, nos Cartório da Cidade de Rio Pomba e Visconde do Rio Branco (antigo São João Batista do Presídio)

¹⁴ Documento em anexo na Ação de Libelo acima descrita. FTPM, 1875, Maço 35. Muriaé-MG

Outro dado que merece atenção, para a mesma Freguesia de Nossa Senhora da Glória derivado dos Registros Paroquiais de Terras, são os números de alqueires que constam de matas virgens e capoeiras: 100% das propriedades declaradas possuem esta especificação. Estes dados são fundamentais para o entendimento e compreensão da exploração e derrubada das matas em meados dos oitocentos (Andrade, 1995).

E pensar que a Mata Atlântica foi a principal baluarte físico-geográfico da formação colonial, fornecendo, ao longo de mais de três séculos, a maior parte da matéria bruta utilizada no empreendimento ultramarino português, só nos faz observar quão desanimador é a atualidade. A variedade da fauna e flora, bem como a devastação desenfreada das matas, o uso e extração da madeira merecem, em outra ocasião, uma atenção especial.

Como cultura, a terra e a floresta não estão desconectadas da vida dos indígenas, convém indagar sobre as relações estabelecidas ente os nativos e colonizadores e seu contato com a mata. Como seria a função e/ou relação destes ocupantes com os nativos? Qual seria a função de Constantino Pinto na nova função que assumia como vice-diretor de índios, frente à missão estabelecida? O Regulamento das Missões, decreto que objetivava regulamentar a situação dos índios do Brasil conseguiu alcançar sua finalidade em Muriaé?

Cabe explicar que embora as terras tivessem sido realmente demarcadas para os índios Puris, conforme consta no Auto de Medição das terras destinadas aos índios, efetuado pelo Alferes Francisco de Paula Silveira, do Distrito de S. José do Barroso, Termo de Mariana, datado de 31/08/1819, redigido pelo capitão Geral dos índios Guido Thomas Marlière, (Revista do Arquivo Público Mineiro, 1819: 16-17) pouco ou nada valeu para que o problema das terras dos índios fossem de fato concedidas, pois, o apossamento, a compra, a grilagem e outras formas de ocupação do branco foram empurrando estes nativos para áreas mais distantes e obrigando-os a um acolhimento da cultura do colonizador.

Segundo Marina Machado (2007:331), muito embora o Regulamento das Missões de 1845 reconheça o direito de posse das terras pelos índios, não se estende aos índios selvagens sendo tal registro atrelado aos moldes do aldeamento. Desta forma, o direito à terra não provinha da condição de primeiro ocupante, mas estava centralizada em torno do Governo Imperial, e para ter direito a elas era necessário pertencer a esta sociedade.

A autora esclarece ainda que a Lei de Terras de 1850 também não garantia aos índios o direito à posse, uma vez que *dentre as terras devolutas, pertencentes ao governo, este pode vir a preservar as terras para a colonização indígena, não se fala em posse e sim em uso da terra pública com fins administrativos para a colonização.* As terras pertenceriam ao Estado

para continuar os projetos de civilização e catequese, conforme previsto no Regulamento das Missões (2007: 323, 340 e 341).

Neste sentido, surgem algumas “vantagens” dos índios selvagens aceitarem o aldeamento e a civilização, podendo usufruir das terras ocupadas. Uma das condições para serem considerados civilizados era exatamente frequentar o catecismo ministrado por autoridades competentes. Caso contrário os índios não pacíficos poderiam ser escravizados, desde que fosse comprovado que os índios eram bravios, não estando dispostos ao amansamento, sendo, pois, considerados agressivos e antropófagos, mesmo sabendo que esta ideia foi uma criação do colonizador.

Assim, poderia ser decretada uma Guerra Justa, um mecanismo de controle sobre a mão-de-obra indígena que abria a possibilidade de aprisionamento dos nativos. As autoridades usavam de ataques cometidos por indígenas como uma justificativa para legitimar o “barbarismo”. Amantino (2006) afirma que *para os religiosos, o barbarismo justificava a necessidade da catequese e transformava o religioso em um mártir à serviço de Deus.*

Espíndola (2005:106) ainda lembra que *pela tradição, os povos nativos seriam distribuídos em duas naturezas distintas: bons e maus. A índole positiva era atribuída aos que se deixavam subordinar ao colonizado e aqueles com temperamentos mais agressivos, que não ficavam submissos ao colonizador, seriam considerados perigosos. Na primeira linha de pensamento, havia uma necessidade de utilizá-los como mão-de-obra, porém, os padres teimavam em mantê-los em aldeamentos com uma economia própria, subordinados ao governo. O resultado desta investida seria a aculturação, passando a uma condição de índio a não-índio estigmatizando a sua condição de indígena.*

Até 1755, durante o período jesuítico, as medidas legais foram para isolar os locais de residência, proibindo os brancos de morarem nas aldeias com o objetivo de integrar o índio ao processo civilizador, ficando os padres como seus tutores, constituindo em agentes diretos do Estado. Os jesuítas queriam fazer do índio um agricultor religioso e obediente à Igreja.

Porém, a partir de meados do século XVIII, com a crescente luta contra a Companhia de Jesus, questionou-se a tutela dos padres sobre os índios, o que resultou em um domínio social, econômico e linguístico exclusivo dos jesuítas, passando a tutela a ser exercida diretamente pelo Estado (Espindola, 2005:109-110).

Sem a proteção dos padres e a exploração por parte de particulares, aumentou o contato interétnicos e, como consequência, a ampliação doenças de enfermidades. Caio Prado Júnior (1997: 85-115) alerta para a série de medidas tomadas pela Coroa para a integração do

índio à sociedade, como: trabalho assalariado, estímulos para portugueses que residissem nas aldeias, possibilidade de contato entre etnias diferenciadas, elevação das aldeias em vilas, sendo os índios considerados parte da população portuguesa, porém, sob a proteção de um diretor.

Em reflexões feitas sobre os índios da Província de Minas Gerais em 1826, Marlière afirma que os Botocudos eram em grande parte polígamos, devendo ser os missionários muito circunspectos nesse caso. Entre os Coroados afirma existir poligamia, mas em número menor se comparado aos Botocudos. Cristianizados desde final dos setecentos, os Coroados eram considerados mais mansos, o que refletia no seu modo de ser, mas mesmo assim deveriam os representantes do governo usar da persuasão para reduzi-los a uma só mulher ¹⁵.

Vemos então, que a catequese era um instrumento importante para a sedução dos índios, muito embora o discurso de promover a *civilização e pacificação* dos indígenas por este meio não fosse o principal objetivo, mas sim garantir a segurança dos fazendeiros e o desenvolvimento econômico dos negócios de quem se aventurava por estas terras (Carneiro, 2008:106).

Para entender este processo de civilização e catequese, os livros de batismos e casamentos são peças imprescindíveis na averiguação das relações instituídas via sacramento do batismo e casamento, mesmo entendendo as limitações e o jogo embutido nos interesses do vigário ao especificar a condição jurídica dos pais e dos batizados. Por este ângulo, poderiam existir outros registros, além das informações levantadas, no qual o vigário não designou a condição jurídica dos envolvidos. Mesmo assim, não impossibilita de usá-la como forma de construir, ou mesmo elaborar traços aproximados da realidade.

Ao consultar os livros de batismos e casamentos na Matriz São Paulo, em Muriaé, entre os anos de 1850 a 1886, enumeramos 142 atos de batismos de índios, o equivalente a 2,39% do total. Os escravos e libertos equivaliam a 16,08% e a categoria dos livres 81,53%. Com relação aos casamentos, encontram-se apenas dois registros de matrimônios entre índios e índias puris no mesmo período abordado.

Tais informações apresentam fragmentos do complexo universo da ocupação. Mesmo o batismo de índios, sendo em proporções reduzidas se comparadas a escravos, libertos e livres, é preciso levar em consideração, que somente após a chegada do primeiro padre da freguesia, Antônio Caetano da Fonseca, é que se iniciam os registros de batismos na Paróquia.

¹⁵ Reflexões sobre os índios da Província de Minas Gerais. Arquivo do Senado Federal, 1826. Arquivamento: 307

Neste momento, muitos desde índios já se misturavam entre outros grupos sociais, e fechar os olhos para esta análise, é simplesmente ocultar uma realidade apresentada.

Adriano Toledo Paiva (2006: 5-6), ao estudar a dinâmica populacional da fronteira leste do Termo de Mariana, mais precisamente os assentos de batismos da freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões da Pomba e do Peixe dos Índios Cropós e Croatos, em um período anterior aqui exposto (1767-1793) chega a dados interessantes se comparados encontrados na Paróquia São Paulo em Muriaé. Neste recorte, inúmeras tribos indígenas: Cropó, Croato, Puri, Bocayu e Guarulho foram destribalizadas. Os livres representam aproximadamente 28,25% dos registros de batismos, os escravos 12,25% e os índios 57,25%, não observando nenhuma queda abrupta entre os batismos de inocentes e adultos índios da administração da água batismal. Ou seja, o número de índios batizados quase duplica em relação aos brancos, o que demonstra um maior número da população nativa no período analisado.

A análise deste *corpus* documental apresentando números elevados de batismos de crianças e adultos revelam uma incursão destes grupos no aldeamento da Igreja Matriz e suas capelas filiais, bem como representa um movimento galopante de ocupação da região, que pode estar relacionado à incorporação dos indígenas à população da freguesia.

Para São Paulo do Muriaé, mesmo não havendo especificação do vigário para índios adultos administrados nos livros de batismos da Matriz São Paulo, as informações colhidas confirmam a importância do batismo para se dizer cristão, participante da Igreja e a não obrigatoriedade da concepção pelo sacramento do matrimônio para tal designação. A permanência ou não como membro da Igreja não era visto como um dos fatores primordiais para a aculturação.

Quanto mais próximo ao final do século XIX, menor o número de batismos efetuados entre os nativos (conforme tabela 1). Tais dados nos fazem acreditar que com a mistura étnica, estes grupos tenderam a ser ocultados pela fonte, como bem observa Hebe Castro (1998) para o desaparecimento da cor no que diz respeito aos escravos, sendo um dos mecanismos de se dizer co-participante de um grupo considerado etnicamente superior.

Tabela 1
Batismos de índios. São Paulo do Muriaé, 1850-1889.

anos	índios
1852-1854	20
1855-1857	30
1858-1860	30
1861-1863	7
1864-1866	8
1867-1869	12
1870-1872	5
1873-1875	12
1876-1878	9
1879-1880	1
1881-1883	4
1884-1886	3
ilegível	1
total	142

Fonte: Livros de Batismos. APMS, Muriaé - MG, 1850-1889.

Aproximando das redes de sociabilidades construídas por estes índios que levam seus filhos a pia batismal observa-se na tabela 2, uma predominância étnica das mães Puris e uma pequena proporção de mães Coroadas, como já era de se esperar, já que os Coroados residiam anteriormente à margem esquerda do rio Pomba e rio Paraíba, mas que se deslocaram, em um movimento lento, para as proximidades do rio Muriaé.

Em se tratando dos pais destes inocentes, 5 deles são Puris e nenhum Coroado, 4 pais são livres e a grande maioria deles, 133 (93,67%) não são notificados. Desta maneira, nota-se que a grande maioria dos filhos de índios batizados na freguesia são informados como filhos naturais, ou seja, apenas no nome da mãe.

Tal fator pode estar associado à constituição familiar matrifocal constituídas de mães solteiras, o que ocorre também na região com a população escravas (Andrade, 2006). Acredita que muitos destes pais são encobertos pela fonte, por não poder ou não querer apresentar perante a sociedade em uma situação social inferior a sua. Esta ocorrência é reforçada por não existir nenhuma índia Puri que se una com um índio Coroado, e ainda, todas as índias Coroadas não apresentam o nome do pai evidenciando uma maior valorização da união entre grupos etnicamente iguais ou superiores ao seu.

Preparando o índio para a vida civilizada, Prado Júnior (1995:93-94) reforça que os casamentos mistos seriam a solução para o cruzamento das raças, que sempre existiu, mesmo sem o auxílio de disposições legais, *a todo o grande e complexo problema da interassimilação das três etnias que formaram a população brasileira.*

Tabela 2

Relação de mães e pais que aparecem nos registros de batismos de índios. São Paulo do Muriaé, 1850-1889.

mães	total	%	pais	total	%
puri	118	83,11	puri	5	3,52
coroadada	10	7,04	coroadado	0	0
livres	0	0	livres	4	2,81
sem referência	14	9,85	sem referência	133	93,67
total	142	100	total	142	100

Fonte: Livros de Batismos. APMSP, Muriaé - MG, 1850-1889.

Negociando seu modo de viver e estabelecendo vínculos com os senhores, muitos destes índios trabalhavam em diversas fazendas em condições sub-humanas, em troca de comida, um pouco de cachaça e um pedaço de fumo. Alguns deles, para amenizar o processo de inferiorização, procuravam um protetor espiritual representado pela escolha de seus padrinhos e madrinhas livres, quando não eram pessoas de certa influência na sociedade.

Na tabela 3, designada aos padrinhos e madrinhas destas crianças, fica nítido como estes recém-nascidos eram batizados numa enorme proporção por pessoas livres, tanto para o padrinho, como para a madrinha. Apenas duas madrinhas são do mesmo grupo étnico do nativo e cinco padrinhos são escravos, em um caso deles, parecem dois padrinhos escravos e nenhuma madrinha, o que evidencia uma maior valorização da figura do homem como padrinho do que a figura da mulher como madrinha.

Mesmo havendo proibição da lei que rege o regulamento da Igreja de serem padrinhos, *o pai, a mãe do batizando, infiéis, hereges, excomungados, interditos, surdos, mudos, os que ignoram os princípios da Igreja, nem frade, nem freira, cônego e qualquer outro religioso,*¹⁶ a fonte apresenta um caso em que o padrinho é João José de Souza, o pároco da Igreja.

Vários destes padrinhos são pessoas influentes socialmente, como o próprio vice-diretor de índios, Constantino José Pinto, Dr. Luiz Vieira de Resende e Silva, Luiz Antônio de Magalhães Portilho, Joaquim Garcia de Mattos e Francisco Garcia de Mattos.

¹⁶ CPAB, 1707.

Tabela 3
Condição social do padrinho e madrinha dos índios. São Paulo do Muriaé, 1850-1889.

padrinhos	total	%	madrinha	%
livre	136	95,78	135	95,08
escravo	5	3,52	0	0
índio puri	0	0	2	1,4
padre	1	0,7	0	0
indeterminado	0	0	5	3,52
total	142	100	142	100

Fonte: Livros de Batismos. APMS, Muriaé - MG, 1850-1889.

Ao buscar discorrer sobre a ocupação dos sertões do leste da Zona da Mata Mineira, enfatizaram-se os interesses envolvidos nas relações entre conquistadores e conquistados, no território geográfico compreendido mais especificamente como São Paulo do Muriaé e seu entorno. Ressalta-se que mesmo antes da efetivação de abertura da região pelo governo colonial, já residiam alguns sesmeiros, posseiros, fugitivos, quilombolas, nativos que viviam uma relação de manha, na intenção de melhor sobreviver no meio da floresta.

Estas informações permitem ainda constatar que a cristianização e civilização dos índios Puris e Coroados na freguesia de São Paulo do Muriaé levou os envolvidos a tecerem amplas e complexas redes sociais, envolvendo não só a população nativa e colonos, como também representantes ligados ao governo provincial e eclesiástico. Agindo com astúcia e criando regras sociais próprias constituiu-se, muitas vezes uma forma de fazer valer seus direitos, baseados em articulações e interesses necessários a sobrevivência.

Com o discurso de se dizer superior, seja administrativamente, seja religiosamente, a cultura branca se fez dominante inclusive ocupando áreas que até então eram tomadas por índios Puris e Coroados. Nem mesmo o Regulamento das Missões de 1845 e a Lei de Terras de 1850 foram suficientes para conter os problemas enfrentados pelas concessões de terras aos índios, muito menos na atualidade estas dificuldades estão resolvidas.

Numa área praticamente coberta de matas e capoeiras, aos poucos a expansão da fronteira agrícola se amplia, e como consequência, uma economia surge atrelada a esta ideia de desenvolvimento e desmatamento. Associada a este conceito encontra a importância da construção do Caminho Novo como meio de agilização e mesmo diminuição de tempo e espaço ente os negociantes que ali circulavam.

Através da miscigenação do índio, o objetivo da Coroa foi sendo aos poucos alcançado: o seu domínio, a inserção ao mundo do homem branco e sua destruição, se

necessário. Em relação aos dois primeiros itens, a catequização e o batismo passaram a ser peças fundamentais para a administração dos nativos.

Como meio de selar esta rede de sociabilidade, amplas relações eram instituídas entre índios e homens livres, via apadrinhamentos, sendo muitos destes compadres membros da elite local.

Mesmo prevalecendo o domínio de famílias matrifocais entre os nativos, afirmamos que a indefinição dos pais é originada principalmente do homem branco, talvez por impossibilidade de se afirmar pai, ou mesmo pela vergonha de se relacionar com alguém de nível étnico inferior ao seu.

Conta-nos Sebastião Fontoura, nascido à 20/09/1929 em Santana da Cataguases e descendentes dos índios Puris, hoje residente em Miraí, que seu avô era possuidor de um sítio de cultura em Santana de Cataguases até a primeira década do século XX e decidiu vendê-lo por necessidades financeiras. Porém, ao lavrar a escritura em cartório, o comprador alegou não estar com o dinheiro em mãos para o pagamento, mesmo assim, o avô foi retirado da sua casa passando a ocupar a condição de colono deste novo dono, morando numa casa de pau-a-pique, coberta de sapé. Conta-nos ainda, que terminou a vida na miséria, pedindo a este proprietário mantimentos para sua sobrevivência ¹⁷.

O que sabemos é que longe de solucionar o problema dos direitos concedidos ao índio no Brasil, continuamos reproduzindo a mesmice de vê-los como impossibilitados, dependentes e inferiores. Muito embora estes índios tenham assinado tratados e alianças matrimoniais e espirituais com outros grupos étnicos resistindo ou não a escravização, não deixaram, em nenhuma das hipóteses, de serem massacrados e destruídos culturalmente.

¹⁷ Entrevista feita dia 10/08/2008 por Sérgio Antônio de Paula Almeida aluno do 2º ano de História da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Santa Marcelina – Muriaé-MG.

1.3 Modificação espacial e a complexa noção da divisão territorial administrativa da região

No tópico a seguir, trabalhar-se-á com as transformações espaciais a partir da chegada dos primeiros desbravadores e a complexa configuração territorial originada a partir dos desmembramentos territoriais oriundos de Vila do Carmo (Mariana). Como serão discutidos alguns princípios que nortearão a ocupação do espaço recortado, previamente, compete esclarecer o que se entende pelo conceito de território. Porém, há de considerar-se que não é uma tarefa das mais fáceis, pelo fato de existirem muitas definições do termo em decorrência de uma grande diversidade e ambiguidade de entendimento provenientes das áreas do conhecimento humano (Haesbaert, 2004).

Não haverá digressões extensas sobre o conceito, mas apenas em caráter esclarecedor e para melhor compreensão, será feito um pequeno diálogo ilustrativo que melhor se adapta ao trabalho aqui proposto.

Claude Raffestin (1993) disserta que é essencial antes de conceituar território, distingui-lo de espaço, *termos que foram utilizados, segundo ele, durante um longo período, como equivalentes* (Cunha, 2006: 22). Neste sentido,

O espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço. (...) O território nesta perspectiva é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder (Raffestin, 1993:143).

Nesta mesma linha coaduna Antônio Carlos Myskiw, (2005: 474) ao esclarecer que não existe território, sem antes haver a apropriação concreta (via conflito ou não) ou simbolicamente de uma área de terra ou espaço, bem como de informar aos outros seus limites e fronteiras. Esta relação revela uma analogia política ou controle e subordinação das pessoas, grupos sociais, recursos e lugares envolvidos. São então, fronteiras flexíveis, visto que refletem resultados de relações conflituosas ou não.

Ainda para o autor (2005: 475), o território, suas fronteiras e a população que compõem são as histórias dos movimentos, de migrações, de conflitos, de transformações de espaços e paisagens. Assim, cada lugar e cada tempo histórico possuem especificidades próprias. Por este ângulo, não há apenas uma definição de território, mas várias delas.

Enfim, frente a estas indagações, o território será visto aqui sob a ótica histórica, como uma diversidade que privilegia uma relação de poder composta pela multiplicidade de forças envolvidas por características econômicas, políticas, culturais e sociais, o que possibilita certa fluidez na história territorializada.

Após este incurso sobre o conceito de território, é possível entender, com um pouco mais de facilidade, as mudanças espaciais e territoriais ocasionadas pela ocupação da região analisada. Visto que representam um espaço no qual se configura a territorialização e que prevalece a soberania de uns sobre outros.

Como observado anteriormente, em meados do século XIX, houve uma aceleração pela ocupação de áreas, além das áreas mineradoras, ainda não povoadas, da Província de Minas Gerais, e o leste mineiro foi considerado lugar de excelência para esta ação. Fronteiras ainda a expandir levaram a um aumento populacional, possibilitando a abertura de várias rotas e caminhos, o que favoreceu o escoamento da produção, possibilitando uma complexa rede de intercâmbio mercantil entre os povoados que se instalaram e outras vilas antes instalados.

Com o crescimento acelerado e um território ainda desconhecido, *Minas revelava uma incógnita* no que diz respeito ao funcionamento da máquina político-administrativa em meio à aparente desorganização reinante no território mineiro. Mesmo havendo um esforço de transformar os *vastos Gerais* em um estado moderno, havia um retardamento de informações para os órgãos provinciais por parte do juiz de paz, autoridade judiciária máxima de cada distrito instalado (Martins, 1990: 12-15).

Subordinado ao controle do Ministro da justiça, o juiz de paz possuía amplos poderes nos distritos judiciários compostos por paróquias, curatos, capelas filiais e aplicações, assim como distritos de ordenança, policiais e administrativos, chamados de distritos de paz. Poderiam convocar novas eleições, se assim o conviesse, e, ao que parece, existia alguma resistência em prestar informações ao órgão central, retardando-as e mesmo sonegando-as, o que dificultava o trabalho dos serviços burocráticos do governo mineiro (Martins, 1990: 15).

É possível observar que esta morosidade e complicação no serviço administrativo corroíam os interesses da descentralização, pois, ao passar pelo crivo dos juizes de paz, emperravam as informações estatísticas e geográficas das vilas interioranas, ficando atreladas aos interesses de alguns grupos locais, da máquina administrativa e até mesmo aos interesses pessoais dos juizes.

Desinformados, nem mesmo os representantes locais tinham certeza dos distritos existentes, causando uma administração confusa, em que as *divisões territoriais política,*

administrativa, eclesiástica e judiciária se sobrepunham, fazendo com que distritos, vilas e comarcas fossem constantemente desmembrados, reagrupados, suprimidos e reinstalados (Martins, 1990:16).

De acordo com Joaquim Ribeiro da Costa (1970:20), no tocante ao período compreendido entre instalação das primeiras vilas em Minas até 1900 não existia uma carta geográfica do Estado que delimitasse as zonas fisiográficas, contribuindo para o desconhecimento territorial. Por iniciativa do Serviço de Estatística Geral da Secretaria da Agricultura, o território mineiro foi dividido para fins de agrupamentos estatísticos em nove zonas: Centro, Norte, Nordeste, Leste, Mata, Sul, Oeste, Triângulo e Noroeste.

Assim, inúmeras transformações foram feitas e refeitas criando um emaranhado de perdas e ganhos territoriais, de modo que a burocracia e os interesses envolvidos acabassem sendo um dos pontos de destaque na instituição dos municípios, muito mais do que das condições mínimas para o seu funcionamento.

De acordo com Costa (1970:16), as medidas representadas pela criação das vilas, freguesias e comarcas dependiam da fixação dos interesses econômicos e pessoais disponíveis para o exercício de funções públicas, além da existência de espírito comunitário com base nos princípios morais.

Porém, verifica-se que muitas dessas localidades são criadas por atos isolados, sem bases necessárias para manutenção. *Em alguns casos, os municípios nem chegam a ser instalados. Tiveram, assim, existência precária, a ponto de serem atingidos com atos de supressão, para só depois de algum tempo, assim mesmo nem todos, serem novamente emancipados* (Costa, 1970:40).

Muitos distritos eram instalados antes mesmo da criação das freguesias ou paróquias, tendo apenas uma natureza administrativa, pois, possuíam apenas serviços de policiamento e fiscalização. Logo nos primeiros anos de povoamento, surgiram as vilas, as paróquias ou freguesias. Neste sentido, vale a pena esclarecer que a freguesia era o distrito territorial de uma paróquia, isto é, o território subordinado a um prior ou vigário paroquial, com autoridade jurídico-administrativa e eclesiástica (Espíndola, 2005:51).

Com a chegada das primeiras *entradas e bandeiras*, poucas foram as vilas fundadas no território mineiro, porém, em finais do século XIX, fica nítida a multiplicação delas. Um dos fatores que justificam este aumento da elevação *regrada* das nucleações ao status de vila, se deve aos próprios interesses e vontades do Estado português em conferir pouca autonomia à região. A Inconfidência Mineira em 1789, por sua vez, seria responsável por uma reorientação

parcial desta política acelerando a elevação de outros núcleos em condição de vila em curto espaço de tempo (Cunha, 2007:112).

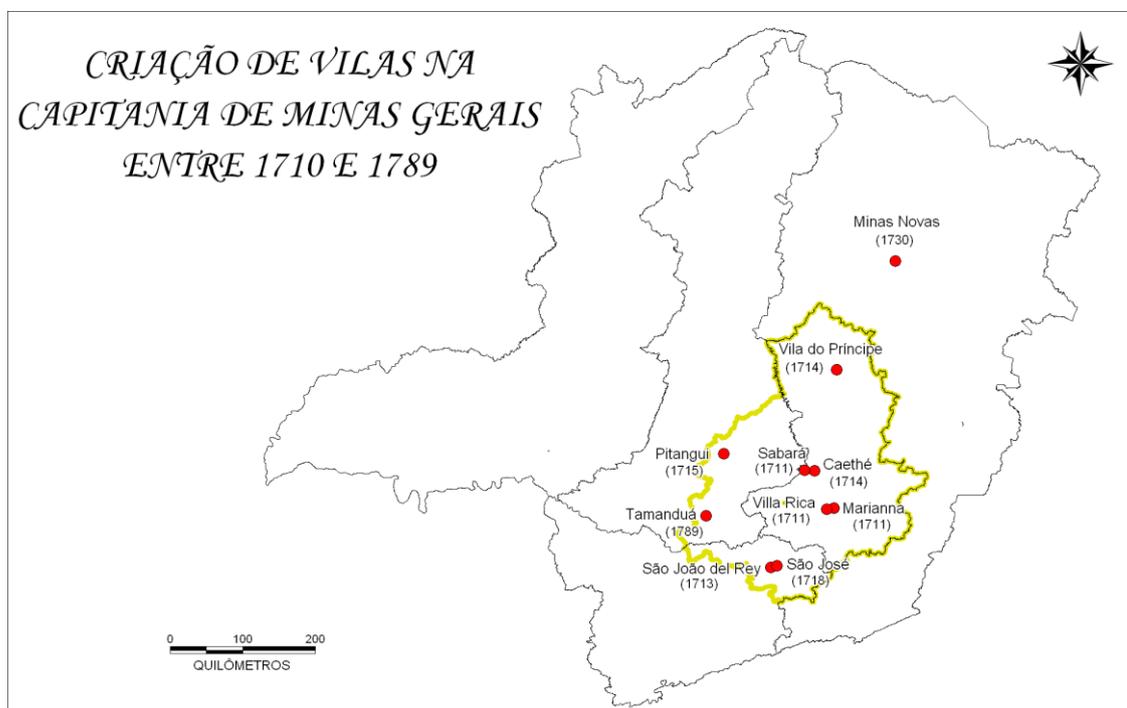
As primeiras nucleações de Minas Gerais são inseridas no centro minerador: Vila do Carmo (Mariana), Vila Rica (Ouro Preto) e Conceição do Sabará (Sabará). Instaladas em 1711, pelo então governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho constituindo na sede das três primeiras divisões administrativa em Minas desmembradas da Capitania de São Paulo. Em poucos anos, o número de arraiais e povoados isolados se multiplicam, com objetivo principal do enriquecimento.

Os mapas abaixo ajudam a pensar nesta multiplicação de vilas no território mineiro ao longo do tempo. No mapa número 3, esta construção analítica empenha-se em mostrar a ocupação do território a partir originalmente do pólo minerador central, entre os anos de 1710 e 1789. Além de Vila do Carmo (1711), Vila da Sabará (1711) e Vila Rica (1711) são instaladas em anos posteriores, as vilas de São João Del Rei (1712), Vila da Rainha (Caeté - 1714), Vila do Príncipe (1714), Vila Nossa Senhora da Piedade de Pitangui (1715), São José Del Rey (1718), Minas Novas (1730), Vila de São Bento (Tamanduá – 1789).

Em um espaço de setenta e oito anos após a criação das três primeiras vilas, são instituídas sete novas vilas nos setecentos, uma média geral de 11 anos para a criação de cada vila. Tal apreciação demonstra um raleamento no entorno dos três primeiros núcleos, no período estudado, que se configurariam em um dos maiores centros de concentração populacional das minas.

Mapa 3

Criação de vilas entre 1710 e 1789¹⁸



Fonte: CUNHA, Alexandre Mendes. Minas Gerais, da Capitania à Província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação. *Tese de Doutorado*. Niterói: PPGH/UFF, 2007 p.112.

No mapa a seguir, estão representadas as vilas criadas entre dois períodos: os anos de 1710 e 1789, num total de 10 vilas e de 1790 a 1820, totalizando 6 vilas. Além dos dez arraiais presentes no mapa 3, instalam-se no segundo espaço temporal as vilas de Campanha (1789); Queluz (Conselheiro Lafaiete – 1790); Barbacena (1791); Paracatu (1798); Jacuti (1814) e Baependi (1814).

Se compararmos proporcionalmente o primeiro (1710-1789) com o segundo espaço temporal (1790-1820) presente no mapa 4, observa-se um número em proporções menores de criações de vilas no segundo período analisado. Um resultado visível da exaustão das lavras, pelo menos no que diz respeito ao *ouro fácil*, em finais do século XVIII e início do século XIX.

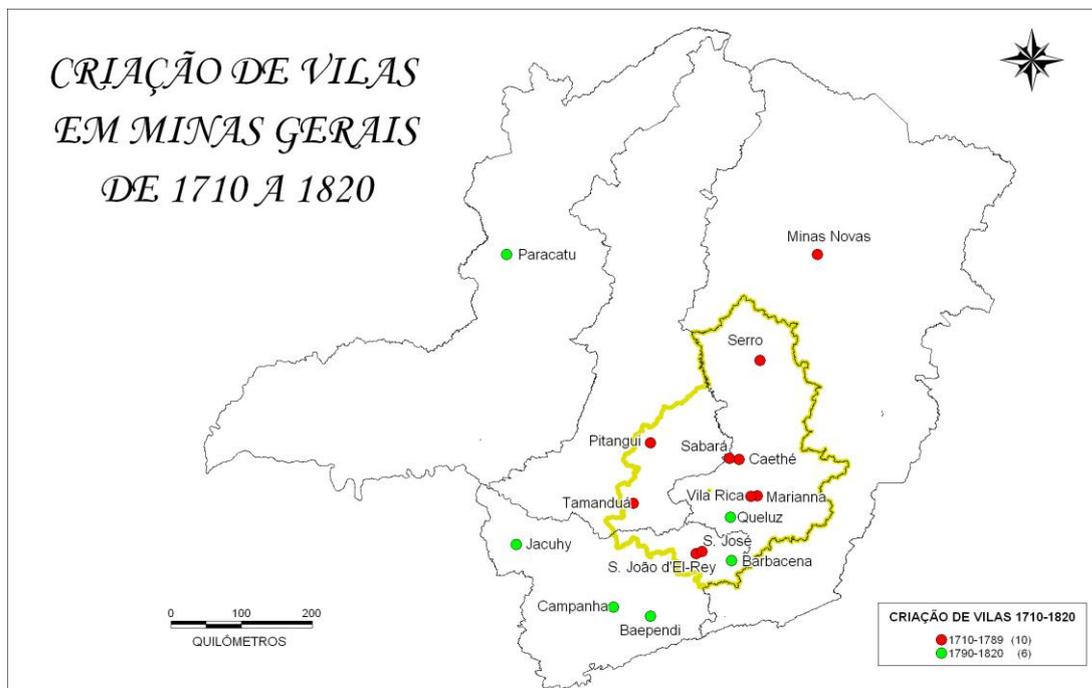
Ambos os períodos apresentam uma expressão clara da carência de condições para organização dos povoamentos: cinquenta e nove anos de espaço temporal entre a fundação de

¹⁸ Agradeço a Alexandre Mendes Cunha, que gentilmente nos forneceu os mapas sobre a criação das vilas mineiras.

Minas Novas e São Bento, e uma interrupção de quinze anos entre a instalação de Paracatu e Jacuti/Baependi.

Mapa 4

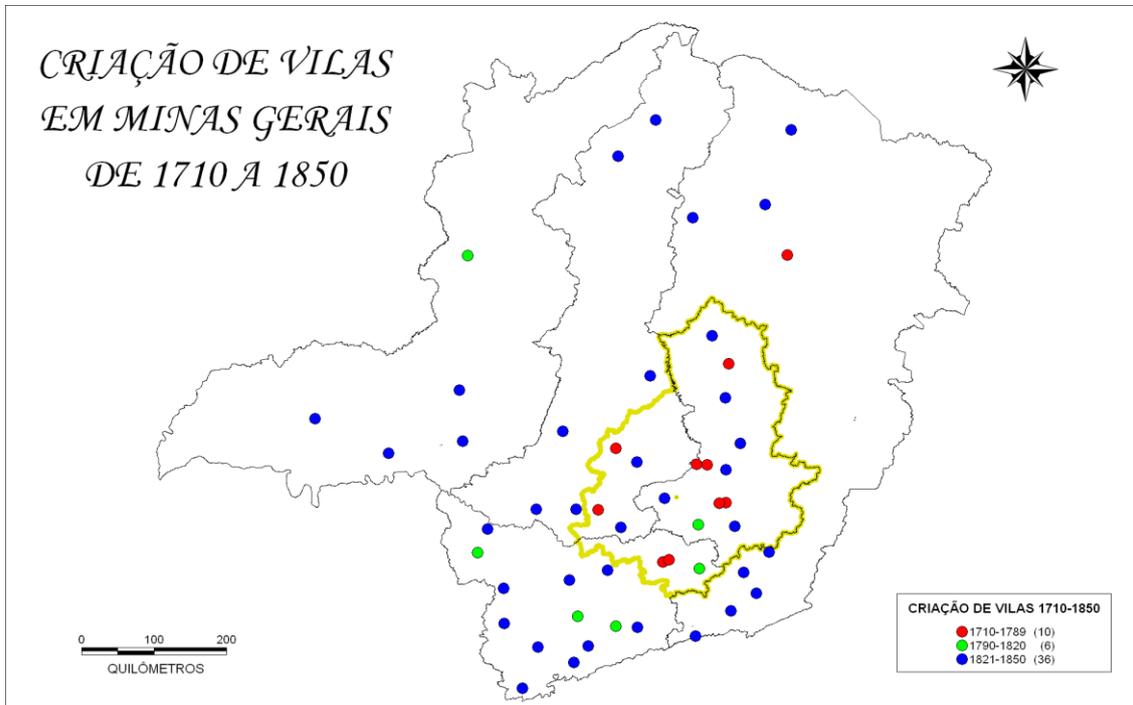
Criação de vilas entre 1710 e 1820



Fonte: CUNHA, Alexandre Mendes. Minas Gerais, da Capitania à Província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação. *Tese de Doutorado*. Niterói: PPGH/UFF, 2007:113.

Entretanto, a partir da segunda metade do século XIX, presente nos pontos em azul, no mapa 5, é perceptível o crescimento galopante das vilas em Minas Gerais. Nos dois períodos anteriores analisados (1710-1789 e 1790-1820), o total de vilas não passava de dezesseis, enquanto que no último período presente no mapa abaixo, estes números quase que triplica. Ressalta-se, assim, que outras áreas distantes do pólo minerador estavam sendo povoadas. Será destaque entre os anos de 1821 a 1850 a elevação das vilas de Lavras (1831), Formiga (Montes Claros -1831), São Domingos do Araxá (1831), Curvelo (1831), Rio Pomba (1831), Airuoca (1834), São João Batista do Presídio (Visconde do Rio Branco -1839), Conceição do Mato Dentro (1840), dentre outras.

Mapa 5
Criação de vilas entre 1710 e 1850

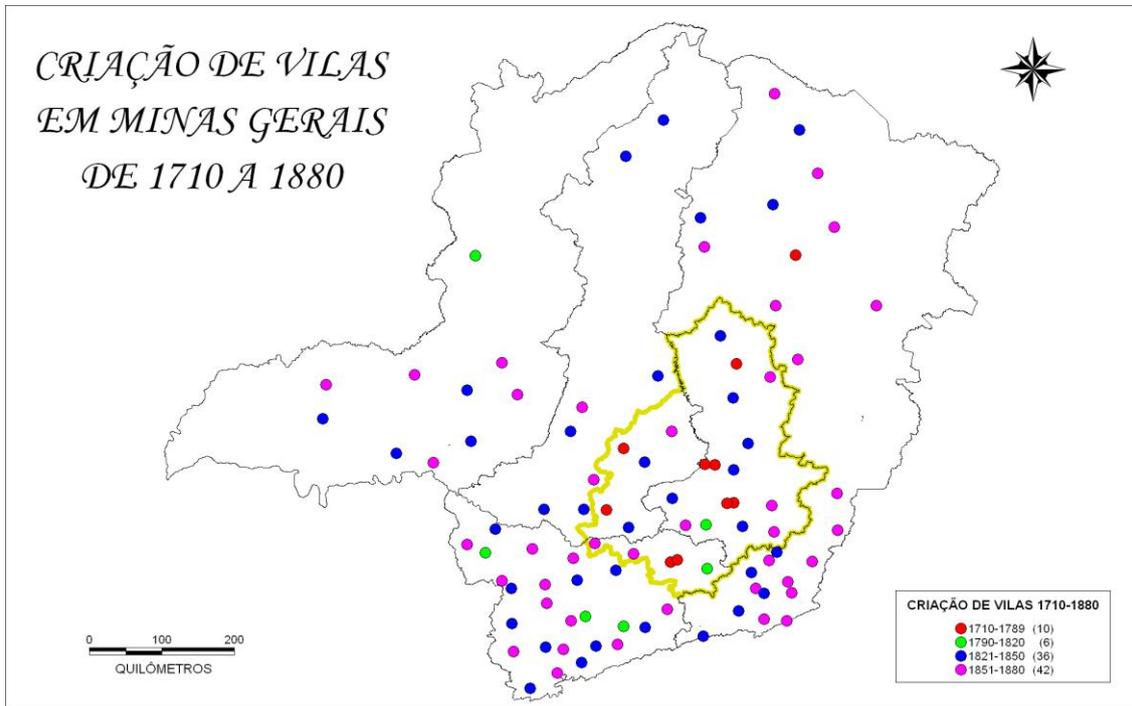


Fonte: CUNHA, Alexandre Mendes. Minas Gerais, da Capitania à Província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação. *Tese de Doutorado*. Niterói: PPGH/UFF, 2007:113.

Neste momento, expande intensamente a ocupação de outras áreas de Minas Gerais, consequência natural dos interesses em jogo: terras disponíveis e declínio minerador. Entre os anos de 1851 e 1880, as novas vilas crescem em número de quarenta e dois, chegando a um total geral de noventa e quatro emancipações. Em meio a este crescimento, encontravam São Januário do Ubá (1853), Leopoldina (1854) e São Paulo do Muriaé (1855). No circuito de várias construções territoriais novas subdivisões e novos municípios seriam criados.

Mapa 6

Criação de vilas entre 1710 e 1880

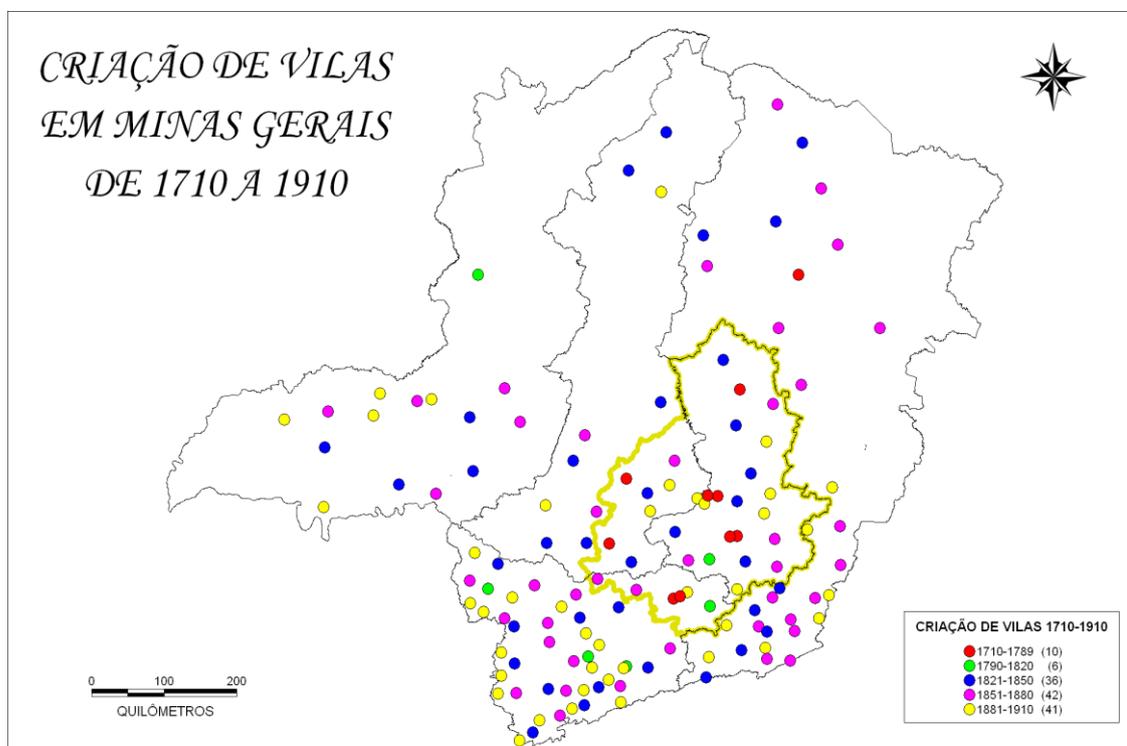


Fonte: CUNHA, Alexandre Mendes. Minas Gerais, da Capitania à Província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação. *Tese de Doutorado*. Niterói: PPGH/UFF, 2007:114

Ao utilizar de um mapa fornecido por Alexandre Mendes Cunha e não trabalhado em sua tese de doutoramento, relativo aos anos 1881 e 1910, nota-se que, mais quarenta e um municípios são instalados nas Gerais, e na grande maioria deles, na Zona da Mata e Sul de Minas.

Mesmo retrocedendo e ampliando o recorte temporal proposto neste trabalho, é importante perceber que o crescimento de vilas na Zona da Mata Mineira após 1820, tem sua intensificação. Respeitam-se estes novos centros, certa *continuidade das vilas junto ao núcleo minerador central*, formando pólos regionais secundários em outras partes de Minas (Cunha, 2007:112).

Mapa 7
Criação de vilas entre 1710 e 1910



Fonte: Elaborado por Alexandre Mendes Cunha¹⁹.

Dialogando com a exposição dos mapas acima, lembramos que conforme o censo de 1872 (visto acima), São Paulo do Muriaé, como enunciado no início do capítulo, era composto por um amplo território, perfazendo num total de 11 (onze) distritos: São Paulo do Muriaé (Muriaé), Nossa Senhora das Dores da Vitória (Dores da Vitória), Nossa Senhora da Glória (Itamuri), São Francisco do Glória (São Francisco do Glória), Santa Luzia do Carangola (Carangola), Divino do Espírito Santo (Divino), São Sebastião da Cachoeira Alegre (Cachoeira Alegre), São Francisco de Assis da Capivara (Palma), São Francisco de Paula da Boa Família (Boa Família), São Sebastião da Mata (Eugenópolis)²⁰ (Andrade, 1995: 155).

Obviamente que a área ocupada por São Paulo do Muriaé, em 1872, não era igual ao apresentado nos municípios em sua formação atual, pois, seus territórios distritais foram sendo subdivididos em várias outras cidades. Até 1962, estas cidades se acham atualizadas

¹⁹ Enviado por e-mail dia 12 de outubro de 2008.

²⁰ Os distritos de Nossa Senhora das Dores de Vitória e Divino Espírito Santo encontravam-se neste momento na situação de Curato, ou seja, sob a responsabilidade de um vigário, ou coadjutor de pároco.

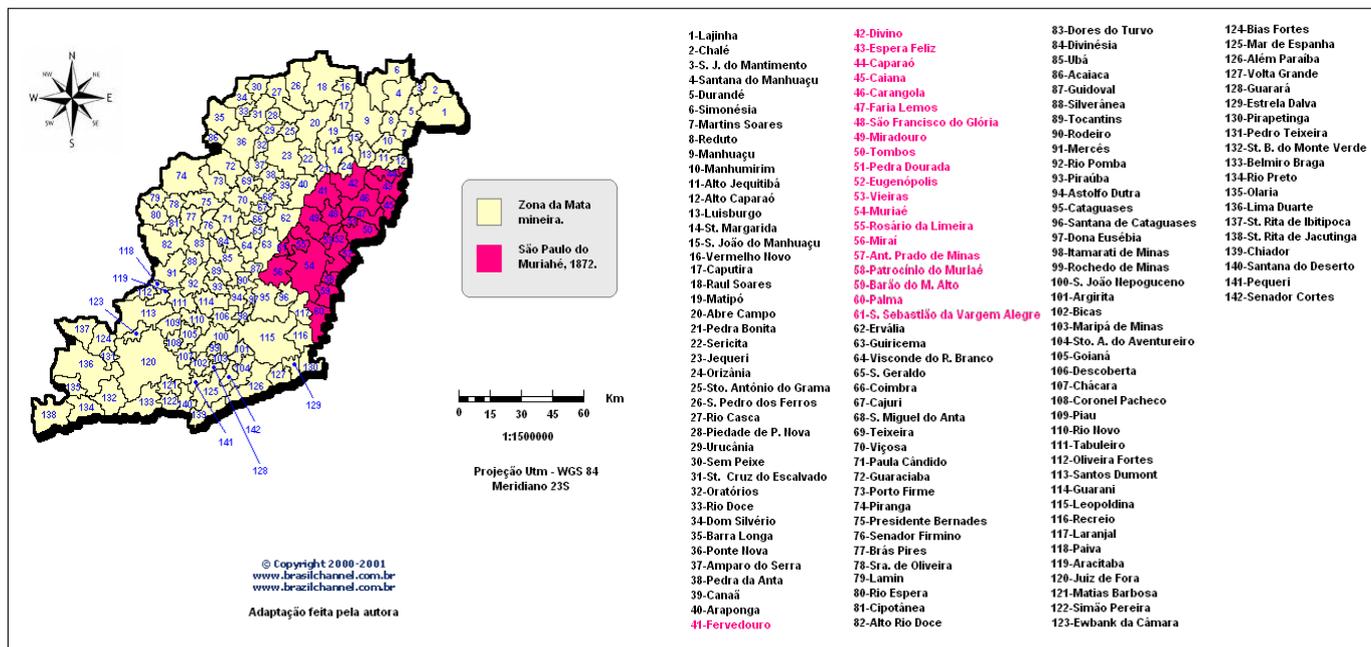
nos diagrama 5, e no organograma 1 (ao final do t3pico), por3m, outras cidades que tiveram sua emancipa33o ap3s esta data, n3o est3o em destaque, mas mesmo assim, faziam parte do territ3rio muriaeense.

Al3m dos 11 (onze) distritos acima citados, podemos enumerar mais alguns que desmembram de S3o Paulo do Muria3 anos depois, como: Fervedouro, Miradouro (Gl3ria), Vieiras, Bar3o do Monte Alto, Eugen3polis, Antonio Prado de Minas, Pedra Dourada, Espera Feliz, Caiana, Capara3, Faria Lemos e Patroc3nio do Muria3.

Este panorama marcado pela grande extens3o territorial, pertencente a Muria3 em 1872, 3 apresentado abaixo, no mapa 8. Nesta representa33o, n3o 3 eliminado o munic3pio de Mirai pelo fato de estar na 3poca incorporado ao distrito de Dolores da Vit3ria. O mapa ainda indica, em tons diferenciados, as cidades de Palma e Capara3, ambas por n3o pertencerem atualmente a microrregi3o de Muria3, mas sim a Cataguases e Manhua3u, respectivamente.

Mapa 8

Zona da Mata de Minas Gerais. Destaque S3o Paulo do Muriah3, 1872



Como consequ3ncia deste adentrar por este espa3o denominado de mata mineira, novos contornos geogr3ficos, pol3ticos, sociais e econ3micos s3o arquitetados e idealizados. Aos poucos a paisagem modifica, o com3rcio toma uma grada33o mais objetiva tracejando

uma nova configuração das vilas. Na sua grande maioria, ao redor de uma Igreja e próximo ao rio é instalado o povoamento que toma uma feição de reprodução de vidas.

Secos e molhados, serviços públicos, centralização de poderes, circulação de pessoas, um ir e vir se intensifica mudando a estrutura cotidiana dos que ali residiam anteriormente. Precisamente em São Paulo do Muriaé, lentamente, algumas casas são construídas de maneira enfileirada, tomando uma feição antes não existente.

De acordo com Cláudia Fonseca (2000: 98), entendemos que a “espontaneidade” e “organicidade” caracterizavam a maior parte de implantações das cidades mineiras. Mas ao mesmo tempo, não faltaram iniciativas no sentido de conferir a maior regularidade dos arruamentos e construções. Tal atitude estaria ligada, principalmente, à caracterização topográfica e à receptividade da população.

Originada primeiramente a partir do largo do Rosário, local que Constantino Pinto edificou sua moradia, o povoado aos poucos cresce como derivação desta primeira paragem. Surge mais tarde o Porto, a Armação, a Barra, a Rua Direita, que se estendia do Rosário até ao largo da futura Matriz São Paulo (Faria, 1994:40). Portanto, este espaço urbano, que ora se inicia, ultrapassa os limites de *percepção de referência puramente material, física, do espaço, mas um processo de produção social e coletiva* (Cunha, 2007:90), e que está em consonância constante com o espaço rural construído.

Não há dúvida, deste modo, da importância de rever a ótica dos sujeitos envolvidos nas relações sociais, que permaneceram por muito tempo escondidos da ênfase do investigador. Infelizmente, e de forma geral, os grupos sociais são explicados, na maioria das vezes, apenas por modelos de natureza cultural ou econômica, previamente construídos. Ao fazer isto, muitas vezes, ocorre o esquecimento de que os segmentos sociais em ação tendem a inovar e, por conseguinte, a mudar temporalmente seus modelos cotidianos.

Como nos sugere Jean Remy (1989 :267-268), os recortes administrativos, construídos baseados muitas vezes em recortes geográficos, estão longe de equipararem as abordagens normativas dadas pelos cientistas sociais, mesmo não descartando a sua relevância para formulação do rural.

Se é verdade que a compreensão de um grupo não se esgota em si mesmo, ou seja, na análise de suas relações interpessoais, para entendê-la, é necessário ultrapassá-la, realizando investigações em uma sociedade mais ampla entendida como lugar de sociabilidades.

Interessa agora reforçar, que todas as vilas, paróquias, freguesias e municípios instalados, bem como este jogo de perdas e ganhos territoriais, marcam as *manhas e*

artimanhas dos envolvidos, numa relação assimétrica de poder, na qual a autoridade de uns se sobrepõe ao poder de outros ²¹.

É possível, agora, após uma observação visual da ocupação espacial de Minas presentes nos mapas, conjecturar sobre as principais genealogias dos municípios que marcam o processo de desmembramento territorial e administrativo de parte da Mata Mineira.

Da criação das três primeiras vilas das Gerais, derivam os primeiros ramos de uma árvore genealógica que marca a ocupação do território mineiro: Vila Rica, Vila do Carmo e Vila de Sabará. Interessa esclarecer que São Paulo do Muriaé tem o seu ramo desmembrado de Vila do Carmo, num processo que se inicia em 1711, e se prolonga até recentemente com a instalação de novas emancipações de municípios na região ²².

Quando da criação das três primeiras vilas, juridicamente, os sertões do rio Pomba, rio Doce até Cuité pertenceriam à Vila do Carmo. Nesta mesma época, são criadas as três primeiras comarcas, e, devido à aproximação entre Vila do Carmo e Vila Rica, esta última se transforma na sede de uma delas, compreendendo seu termo e a Vila do Carmo (Costa, 1970 :77).

Elucida-se, então, que, pelo longo período de tempo aqui retratado, poderão ocorrer alguns erros, mas nem por isto, impossível de fazê-lo. Será dada atenção especial à desterritorialização de Vila do Carmo, por ser o braço da cadeia sucessória que originará São Paulo do Muriaé.

Costa (1970: 89) acredita que alguns municípios, diferentemente da maioria, tiveram seus territórios mantidos num maior número de anos sem desmembramento territorial. Dentre alguns deles podemos citar : Além Paraíba, que foi criado em 1880, e somente, cinquenta e oito anos depois, é que teve seu primeiro desmembramento para o município de Pirapetinga, em 1938 ; Viçosa, sessenta e sete anos após a sua criação (1871), perde os territórios dos então distritos, Ervália e Teixeiras, em 1938; e Eugénópolis, ex- São Manuel, que após setenta e um anos da sua emancipação (1891), perde o distrito de Antônio Prado, emancipado em 1962.

Para o autor acima,

Dos municípios que lograram maior período de inalterabilidade em seu território, muitos tiveram-na por imperativo de sua própria irredutibilidade. Outros por influência, talvez, junto ao governo estadual,

²¹ Para maiores detalhes ver: CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol 40, n°2, 1997.

²² Apenas para exemplificar, Fervedouro, após um plebiscito, se emancipa de Carangola pela Lei n.º 10.704 de 27/04/1992, elevando-se à condição de Município, tendo por Distritos a Sede, Bom Jesus do Madeira e São Pedro do Glória. Rosário da Limeira emancipa de Muriaé em 1995 e é instalado o município em 1997.

com a circunstância, em alguns casos, de que os eventuais desmembramentos estariam ligados a alterações na política local. Outros, em virtude de maior liberalidade de critério com que foi procesada a última Divisão Administrativa (1970 :92).

O que este exemplo oferece é uma expressão de força do próprio município e de seus moradores gerando ‘conchavos’ com o governo central e até mesmo uma maior liberdade de ação dos poderes administrativo, judiciário e religioso da localidade, permitindo um certo prestígio e poder concentrado nas mãos de poucos.

O espírito de inveja e intriga interpõe-se a tudo que se faz, favorecendo o tratante e desencorajando o homem honesto. Para Saint Hilaire (1974:19) *começa-se qualquer empreendimento útil, para logo ser interrompido e abandonado* e, ainda, um serviço ordenado pelo governo que poderia acabar em pouco tempo e com poucos gastos, nunca termina, muito embora nele se trabalhe. A obra se transforma quase sempre *em apanágio de um homem de posição*.

Costa (1970: 41-42) ainda adverte que, houve em Minas Gerais a supressão de alguns municípios em determinados momentos de sua existência transferindo a sede do município para outra povoação, *ora pela revogação da primitiva lei de criação, ora pela simples declaração de supressão ou extinção do município*. Dentre vários deles destacamos São Paulo do Muriaé, que tem sua sede transferida para Patrocínio do Muriaé, pela lei nº 1.045 de seis de julho de 1859 e, somente onze anos mais tarde pela lei nº 1.089 de sete de outubro de 1870, retorna sua sede para o então município original.

No que diz respeito à instalação de circunscrições administrativas autônomas do Estado, só há existência legal de seu funcionamento, depois de ser efetivamente declarada em ato sua instalação, e muitos deles não tinham estrutura para esta emancipação. Não possuíam prédios para abrigar os órgãos competentes, pessoal disponível para seu funcionamento, estruturação política, além de outros. Este cenário levava muitos municípios a apresentarem uma grande distância entre sua criação e sua instalação e, em alguns casos, por falta de condições mínimas, tinha sua sede transferida para outra localidade, como aconteceu em Muriaé.

Visto sob outro ângulo, utiliza-se de uma ilustração, via árvore genealógica, dos desmembramentos territoriais em momentos temporais diferentes, sendo possível obter uma visão mais abrangente das composições municipais. Utilizando de um programa de software denominado Family Tree Maker (Modelo de Árvore Familiar) foi refeito genealogicamente parte das criações de paróquias e municípios desmembrados do tronco inicial.

Para está análise foi utilizado, como fonte principal, o livro de Joaquim Ribeiro da Costa (Costa, 1970), *Toponímia de Minas Gerais: com estudo histórico da divisão territorial administrativa*, por saber que era a fonte bibliográfica mais próxima para o que se propunha fazer, além da *Revista de Historiografia Muriaeense*, datada de 1983, especificamente o artigo de José de Oliveira Vermelho, (1983) *Município de Muriaé. Formação administrativa*. Assim sendo, foram feitas cinco cadeias sucessórias da divisão territorial dos municípios e, em cada nova árvore construída, complementa o desmembramento anterior.

Para cada cidade, consta na primeira data a criação da paróquia, na segunda, a instalação do município. As primeiras datas que estão com um “c”, correspondem a um Curato, “d” Distrito e “v” Vila, pois, em alguns poucos casos, a fonte consultada não fornece a data de origem da paróquia.

Consta ainda, ao final dos diagramas, um organograma, contendo o resumo geral de todas as construções genealógicas das paróquias e municípios, o que ajuda a pensar o enredamento quando se refere à formação de distritos e municípios da região mineira.

O primeiro modelo de árvore genealógica trazida é desmembrado da ascendência inicial, qual seja: Vila do Carmo. Dela compreende sob sua jurisdição todo o território a sudeste da Capitania, depois Província de Minas Gerais.

Fazendo parte deste primeiro desmembramento, encontram-se as cidades de Rio Pomba (1767-1831), Santa Bárbara (1724-1839), Piranga (1724-1841), Ponte Nova 1832-1857), Alvinópolis (1832-1891), Acaiaca (1874-1962) e Diogo de Vasconcelos (1881-1962), conforme diagrama 1. Portanto, nossa atenção estará voltada para as vilas e municípios originados de Rio Pomba, por ser deste ramo que cresce a estirpe familiar de São Paulo do Muriahé.

Entretanto, muito antes da criação da paróquia São Paulo, em Muriaé, outras terras são amputadas de Rio Pomba, como: São João Batista do Presídio (Visconde do Rio Branco 1810-1839), Guarani (1859-1911), Mercês (1841-1911), Piranga (1724-1841), Tabuleiro (1866-1953) e Silverânia (v1890-1962).

São Manuel do Pomba, a princípio, município de Mariana, por provisão de 16/02/1718, tem a sua instalação paroquial quarenta e nove anos após esta data, com a chegada do primeiro pároco, Padre Manuel de Jesus Maria a 25/12/1767. Constituiu-se em vila e município pelo decreto imperial de 13/10/1831.

Após continuadas perdas e ganhos territoriais pelo alvará de 13/07/1810, é criada a paróquia de São João Batista do Presídio instalando a mesma paróquia como vila e município

pela lei nº 134 de 16/03/1839, compreendendo as paróquias de Santa Rita do Turvo (Viçosa) e Arrepiados (Araponga). Deste ramo, perfaz uma série de distritos e paróquias da região da zona da mata central como São Januário de Ubá (1841-1854), São Paulo do Muriaé (1852-1855), Guiricema (1872-1938), São Geraldo (1883-1948) e Paula Cândido (1879-1953).

Cabe realçar que muitos dos municípios que se instalam, perderam e ganharam áreas para a reconstituição de outras cidades, caracterizando um jogo complexo e de difícil entendimento. Para ilustrar esta afirmação, citamos parcialmente o caso de São João Batista do Presídio, atual Visconde do Rio Branco, que constitui um caso emblemático de transferência da sede, num vai-e-vem intermitente. Em 1840, São João Batista do Presídio incorpora territorialmente o distrito de Patrocínio do Muriaé e, em 1843, a paróquia Nossa Senhora da Glória (Itamuri). Em 1851, são criados os distritos de Guidoal (Guiricema), em 1851, São Francisco de Assis do Capivara (Palma) e Nossa Senhora da Conceição do Laranjal.

Porém, Palma e Laranjal são incorporados mais tarde ao município de Mar de Espanha por lei de nº 533 do mesmo ano, mas readquire Visconde do Rio Branco, em 1852, o distrito de Palma, entretanto, submerge novamente Palma, em 1854, para Leopoldina. Em 12/10/1871, Palma é incorporada a São Paulo do Muriaé e, a 22/11/1875, é incorporada a Cataguases. Em 1890, Palma se transforma em município e vila, compreendendo as paróquias da sede, Laranjal e Aliança (Cisneiros), em 1891, adquirem dos distritos de Itapiruçu e São Sebastião da Cachoeira Alegre. Em 1911, é criado o distrito de Morro Alto (Barão do Monte Alto). Em 1938, Palma perde o distrito de Laranjal e cria-se Silveira Carvalho (1953). Em 1962, Palma submerge os distritos de Barão do Monte Alto, Cachoeira Alegre e Silveira Carvalho.

À medida que são criadas novas vilas, é maior e mais complexo o entrelaçar da reconstrução territorial. A própria sede municipal de São João Batista do Presídio tem sua sede transferida para São Januário de Ubá em 1853, elevando neste mesmo ano à paróquia o distrito de São Sebastião dos Aflitos (Ervália). Em 1855, perde as paróquias de Tombos do Carangola e Nossa Senhora da Glória para São Paulo do Muriaé e, no mesmo ano, é criado o distrito de Laranjal, que tem o território incorporado ao distrito de São Francisco de Assis do Capivara, elevando-se em paróquia em 1864.

De acordo com a lei nº 1.573 de 22/07/1868, é restaurada a sede do município do Presídio, e criada, em 1870, a paróquia de São José do Barroso. Em 30/03/1871, São João Batista do Presídio tem novamente sua sede transferida para Ubá, voltando para seu

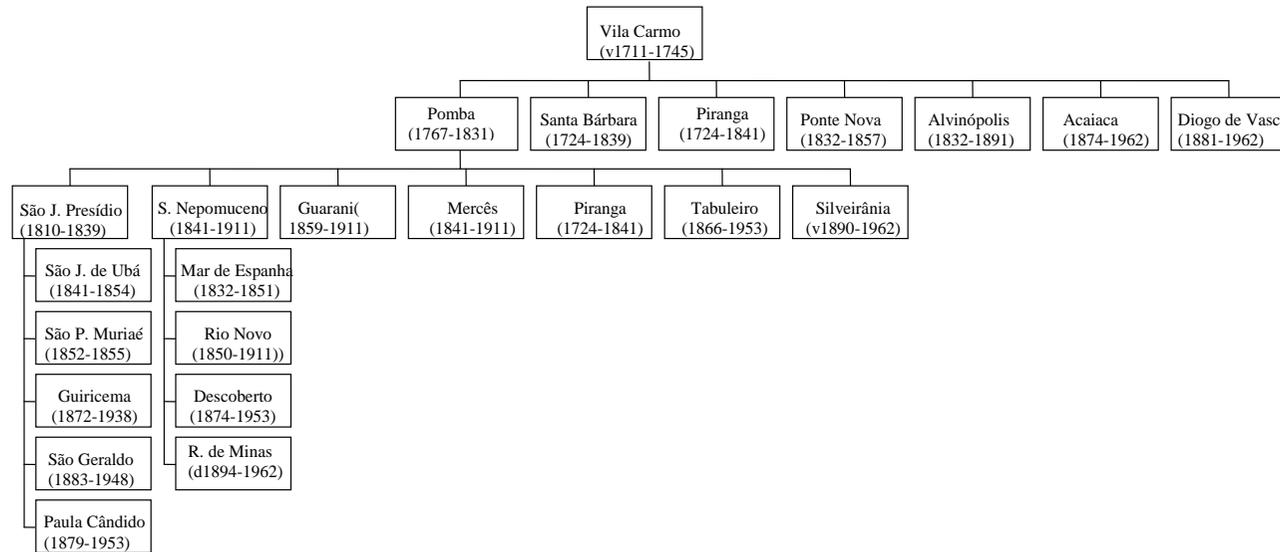
município de origem em 22/09/1881, compreendendo as paróquias da sede, Bagres e São José do Barroso. Entre os anos de 1903 e 1938, tem o seu nome mudado para Rio Branco e, a partir da última data, Visconde do Rio Branco, nome que permanece até os dias atuais.

Se detalhar parte por parte a composição dos diagramas abaixo, conseguirá um retrato dessas divisões administrativas, todavia, apesar de nos dar um panorama geral, elas ocultam estas complexidades inerentes ao processo de incorporação, re-incorporação e separação dos territórios dos municípios analisados.

No diagrama 1, a atenção está voltada para o carro-chefe, ou seja, os ramos iniciais originados de Vila do Carmo. No diagrama 2, a preocupação está exatamente em detalhar um pouco mais o primeiro modelo, partindo do município do Pomba e esclarecendo as subdivisões de São Januário de Ubá, São Paulo do Muriaé e Mar de Espanha, incluindo ainda outros municípios em que não são feitos seus desmembramentos até a data limite analisada (1862), como: Guiricema, São Geraldo, Paula Cândido, Rio Novo, Descoberto e Rochedo de Minas.

Diagrama 1

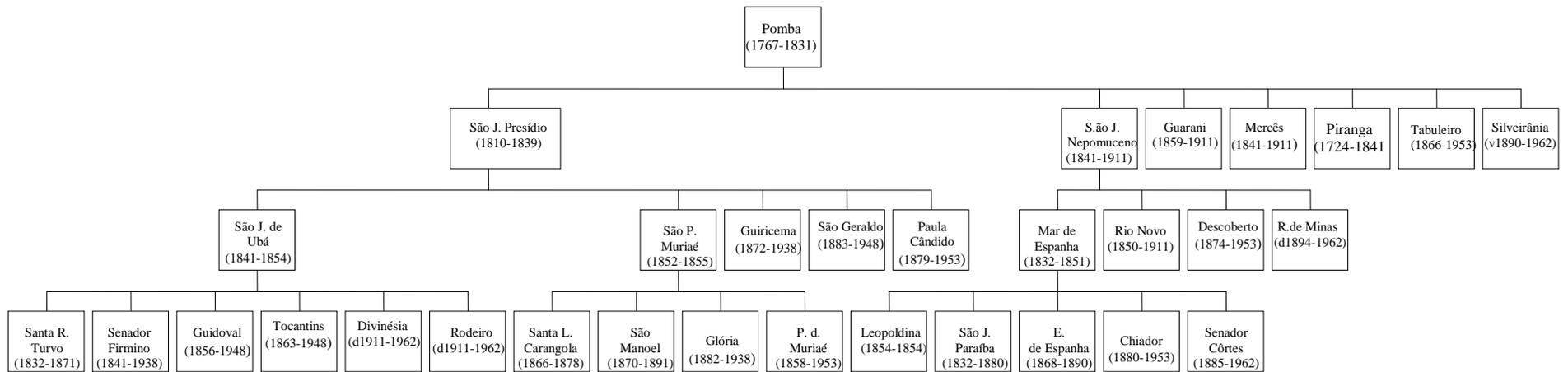
Desmembramento (parcial) de Vila do Carmo (v1711-1962)



Fonte: COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais: com estudo histórico da divisão territorial administrativa*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970. Adaptação feita pela autora

Diagrama 2

Desmembramento (parcial) de Rio Pomba (1718-1962)

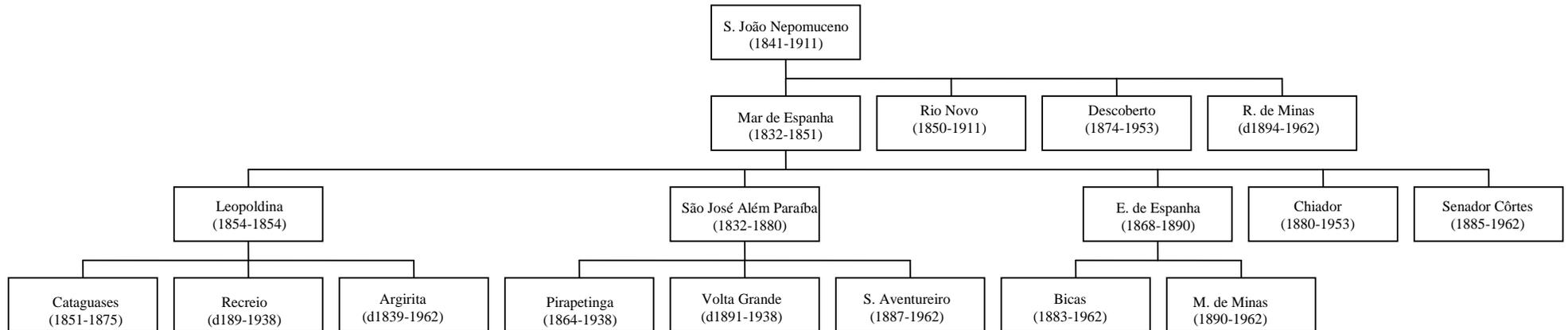


Fonte: COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais: com estudo histórico da divisão territorial administrativa*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970. Adaptação feita pela autora.

No diagrama 3, encontram-se, em caráter ilustrativo, os desmembramentos originários de São João Nepomuceno, que abrem num leque de cidades muito próximas a Muriaé, como: Leopoldina, São José do Além Paraíba (Além Paraíba), além de outras. O antecessor destas duas cidades é Mar de Espanha. De Leopoldina, originam as cidades de Santa Rita do Meia Pataca (Cataguases), Recreio e Bom Jesus do Rio Parto (Argirita) e, de São José do Além Paraíba (Além Paraíba), desmembram Pirapetinga, Volta Grande a Santo Antônio do Aventureiro.

Diagrama 3

Desmembramento (parcial) de São João Nepomuceno (1841-1962)



Fonte: COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais: com estudo histórico da divisão territorial administrativa*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970. Adaptação feita pela autora

O diagrama 4 é um complemento do diagrama 3 e dele originam os municípios de Leopoldina, São José do Além Paraíba (Além Paraíba), Espírito Santo do Mar de Espanha (Guarará), Chiador, Senador Côrtes. Dentre todos os municípios apresentados neste diagrama, o que mais subdivisões administrativas sofreu foi Santa Rita do Meia Pataca (Cataguases). Foram eles: São Francisco de Assis do Capivara (Palma), Santo Antônio do Muriaé (Miraí), Astolfo Dutra, Nossa Senhora da Conceição do Laranjal (Laranjal), Itamarati de Minas e Santana de Cataguases.

Os desmembramentos derivados de São João Batista do Presídio estão presentes: São José de Ubá (Ubá) São Paulo do Muriaé (Muriaé), Guiricema, São Geraldo e Paula Cândido. Importante observar que o número de divisões originadas diretamente de Ubá perfaz um total de seis municípios: Santa Rita do Turvo (Viçosa), Senador Firmino, Guidoal, Tocantins, Divinésia e Rodeio. A partir de Santa Rita do Turvo, cresce um ramo originado os municípios de Eral (Ervália), Santo Antônio dos Teixeiras (Teixeiras), São Sebastião dos Coimbra (Coimbra), São Manuel do Anta (Anta) e Cajuri. De Senador Firmino subdividem: Brás Pires e Dores do Turvo e por fim de São Paulo do Muriaé (Muriaé) descendem Santa Luzia do Carangola (Carangola) São Manoel (Eugenópolis), Glória (Miradouro) e Patrocínio do Muriaé.

O último diagrama clarifica os braços originários de São Paulo do Muriaé, bem como os municípios provenientes das divisões daí decorrentes. De Santa Luzia do Carangola, cresce um ramo que oriunda em Nossa Senhora dos Tombos do Carangola (Tombos) - que deriva em Pedra Dourada -, Curato de Divino do Espírito Santo (Divino), Espera Feliz – que desmembra em Caiana e Caparaó -, Faria Lemos e São Francisco do Glória. Do município do Glória (Miradouro) emancipa Babilônia (Vieiras).

O distrito de São Paulo do Muriaé e município de Presídio (Visconde do Rio Branco) foram instituídos por lei provincial nº 211 de 07/04/1841 tendo sido transferida para este distrito a paróquia de Senhora da Glória em 12/03/1846.

Em 21/05/1852, é transformada em paróquia independente de Visconde do Rio Branco, mas subordinada aos poderes episcopais de Mariana. Consequentemente, pela lei nº 724 de 16/05/1855, é instalado o município e vila de São Paulo do Muriaé, composto pelas paróquias São Paulo, Nossa Senhora da Glória, Patrocínio do Muriaé e Nossa Senhora da Conceição dos Tombos do Carangola. Dores da Vitória foi outro distrito desmembrado de São Paulo do Muriaé em 1857.

Embora o município de São Paulo do Muriahé tenha sido criado em 1855, somente em setembro de 1861 teve sua instalação definitiva. De acordo com José de Oliveira Vermelho (Vermelho, 1983:09), em 1864, três anos após a formação da primeira Câmara Municipal, o município de São Paulo do Muriahé era composto por seis distritos, a saber: a própria sede, Nossa Senhora do Glória, Patrocínio do Muriaé, Conceição dos Tombos, Dores da Vitória e São Francisco do Glória.

No ano de 1865, São Paulo do Muriahé adquiriu o distrito de Santo Antônio do Muriaé (Miraí), que pertencia a Leopoldina desde 1859. Apesar de não estar presente no último organograma, em 1865, é criado o distrito de São Francisco de Paula de Boa Família elevando para nove os distritos componentes do município muriaeense; e, em 1867, o distrito de Santa Rita do Glória (Miradouro); e, em 1870, o distrito de São Sebastião da Cachoeira Alegre (Vermelho, 1983:10).

Em 1870, é ainda criado o distrito de São Sebastião da Mata (Eugenópolis) e em 1871, como apresentado acima, perde para Ubá o distrito de Santo Antônio do Muriaé (Miraí), e no mesmo ano, adquire de Leopoldina o distrito de São Francisco de Assis do Capivara (Palma).

Em 1874, é criado o distrito de São Francisco do Glória e suprimindo o de Santa Rita do Glória. Em 1875, perde para Cataguases o distrito de São Francisco de Assis do Capivara (Palma). Em 1876, é estabelecido o distrito de Santa Rita do Glória e novamente incorporado ao município de Muriaé e, neste mesmo ano, é criado o distrito de Rosário da Limeira. Neste momento, já perfaziam um total de treze os distritos pertencentes a São Paulo do Muriahé.

Porém, em 1878, este número cai para dez, pois os distritos de Santa Luzia do Carangola, São Francisco do Glória e Conceição dos Tombos do Carangola são desmembrados de São Paulo do Muriahé. Em 1887, é desmembrado parte do território de Muriaé para a formação do distrito de Bom Jesus da Cachoeira Alegre. Em 1891 perde o distrito de São Sebastião da Mata, e reduz para o número de dez distritos pertencentes a São Paulo do Muriaé, o que perdura por trinta e dois anos com a emancipação de Eugenópolis (Vermelho, 1983:10).

Nesta altura, São Paulo do Murihé passara por mudanças ortográficas no nome de origem: de São Paulo do Muriahé transforma-se em São Paulo do Muriaé, e, mais tarde, é simplificado para Muriaé. Dentre os desmembramentos deste período enumeram-se, em 1923, o município de Mirai e o distrito de Dores da Vitória.

De acordo com Vermelho (1983:10), a perda do distrito de Dores de Vitória foi compensada pela criação do distrito de Pirapanema, em 1923, desmembrado de Rosário da Limeira.

Em 1938, os distritos de Santa Rita do Glória (Miradouro) e Santo Antônio do Glória passam a constituir um novo município (Glória), mais tarde Miradouro. Somente em 1953 é que Muriaé perde o seu mais antigo distrito: Patrocínio do Muriaé (Vermelho, 1983: 09-10).

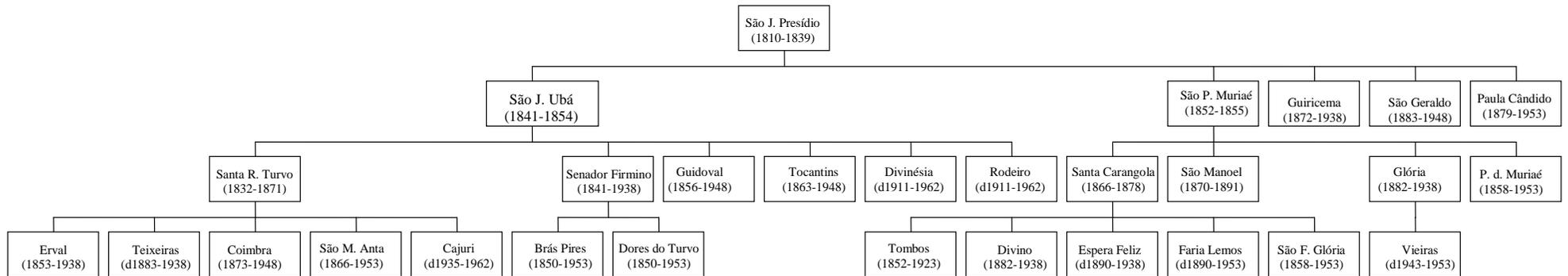
Ao findar esta primeira parte, cumpre esclarecer que a tentativa de reconstruir a ocupação territorial em um espaço temporal longo, tendo como ponto de referência o declínio minerador até as novas constituições territoriais de parte da Zona da Mata Mineira, é passível de falhas, principalmente, devido às complexidades existentes. Neste sentido, não nos eximimos da responsabilidade, porém, existe uma convicção intensa de poder contribuir para a compreensão de uma história que merece ser vista em seus pormenores, pois guarda feições que lhe são próprias.

Após esta explanação, ressalta-se que um território construído não se faz aleatoriamente, ou seja, não se efetiva sem um conjunto de fatores que deve ser vistos e analisados sob vários ângulos, como um intrincado jogo. Diversidades étnicas, culturais e sociais se entrecruzam, conjeturando vicissitudes de perdas e ganhos que refletem uma relação política pautada na subordinação de alguns sobre o poder de outrem.

Com o intuito de aprofundar na região analisada, será feito no próximo capítulo, um estudo sobre a economia nascente da freguesia mineira e sua consolidação, a fim de observar quais as aplicações monetárias, qual o papel social e econômico representado pelo tropeirismo, qual a composição das escravarias, quais os produtos produzidos e comercializados, visando um aprofundar na base econômica da freguesia que iniciara.

Diagrama 4

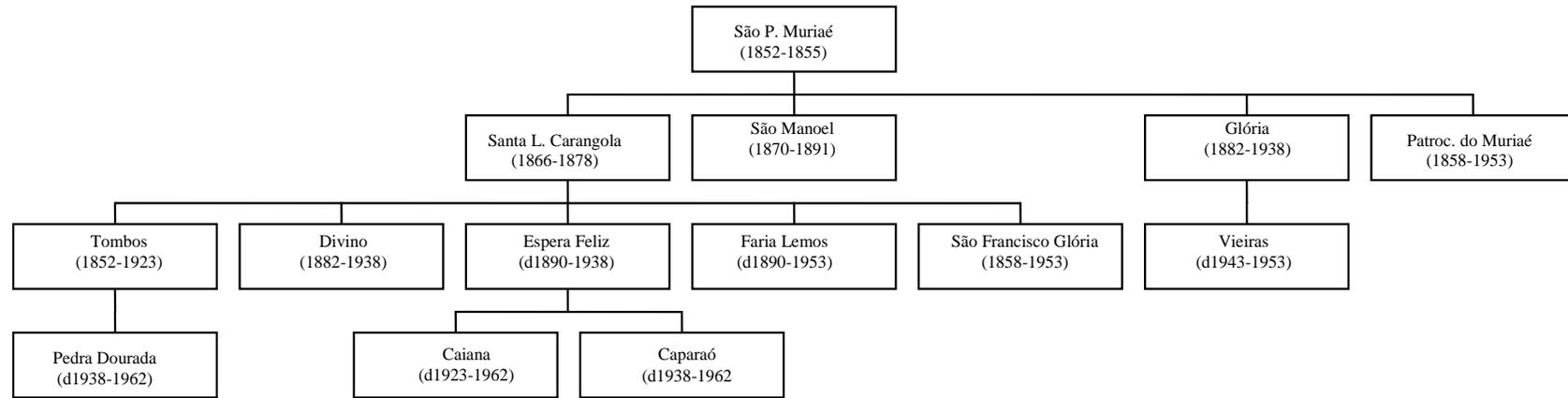
Desmembramento (parcial) de São João Batista do Presídio (1810-1962)



Fonte: COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais: com estudo histórico da divisão territorial administrativa*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970. Adaptação feita pela autora

Diagrama 5

Desmembramento (parcial) de São Paulo do Muriaé (1852-1962)



Fonte: COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais: com estudo histórico da divisão territorial administrativa*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970. Adaptação feita pela autora

Organograma 1

Desmembramento (parcial) da Zona da Mata Mineira (1711-1962)

1	Vila do Carmo (v1711-m1745)
..... 2	Pomba (1767-1831)
..... 3	São João Batista do Presídio(1810-1839)
..... 4	São Januário de Ubá (1841-1854)
..... 5	Santa Rita do Turvo (1832-1871)
..... 6	Ervai (1853-1938)
..... 7	Araponga (1827-1962)
..... 6	Teixeiras (d1883-1938)
..... 7	Pedra do Anta (1848-1962)
..... 6	Coimbra (1873-1948)
..... 6	São Miguel do Anta (1866-1953)
..... 7	Canaã (d1923-1962)
..... 6	Cajuri (d1935-1962)
..... 5	Senador Firmino (1841-1938)
..... 6	Brás Pires (1850-1953)
..... 6	Dores do Turvo (1850-1953)
..... 5	Guidoval (1856-1948)
..... 5	Tocantins (1863-1948)
..... 5	Divinésia (d1911-1962)
..... 5	Rodeiro (d1911-1962)
..... 4	São Paulo do Muriaé (1852-1855)
..... 5	Santa Luzia do Carangola (1866-1878)
..... 6	Tombos (1852-1923)
..... 7	Pedra Dourada (d1938-1962)
..... 6	Divino(1882-1938)
..... 6	Espera Feliz (d1890-1938)
..... 7	Caiana (d1923-1962)
..... 7	Caparaó (d1938-1962)
..... 6	Faria Lemos (d1890-1953)
..... 6	São Francisco do Glória (1858-1953)
..... 5	São Manoel (1870-1891)
..... 5	Glória (1882-1938)
..... 6	Vieiras (d1943-1953)
..... 5	Patrocínio do Muriaé (1858-1953)
..... 4	Guiricema (1872-1938)
..... 4	São Geraldo (1883-1948)
..... 4	Paula Cândido (1879-1953)
..... 3	São João Nepomuceno (1841-1911)
..... 4	Mar de Espanha (1832-1851)
..... 5	Leopoldina (1854-1854)
..... 6	Cataguases (1851-1875)
..... 7	São Francisco de Assis do Capivara (1864-1890)
..... 8	Barão do Monte Alto (d1911-1962)

.....	7	Miraí (d1859-1923)
.....	7	Astolfo Dutra (1873-1938)
.....	8	Dona Euzébia
(d1923-1962)		
.....	7	Laranjal (1871-1938)
.....	7	Itamarati de Minas (d1891-1962)
(1887-1962)		
.....	6	Recreio (d189-1938)
.....	6	Argirita (d1839-1962)
.....	5	São José de Além Paraíba (1832-1880)
.....	6	Pirapetinga (1864-1938)
.....	6	Volta Grande (d1891-1938)
.....	7	Estrela Dalva (1882-1953)
.....	6	Santo Antônio do Aventureiro
(1887-1962)		
.....	5	Espírito Santo de Mar de Espanha (1868-1890)
.....	6	Bicas (1883-1962)
.....	7	Pequeri (d1890-1953)
.....	6	Maripá de Minas (1890-1962)
.....	5	Chiador (1880-1953)
.....	5	Senador Côrtes (1885-1962)
.....	4	Rio Novo (1850-1911)
.....	4	Descoberto (1874-1953)
.....	4	Rochedo de Minas (d1894-1962)
.....	3	Guarani (1859-1911)
.....	3	Mercês (1841-1911)
.....	3	Piranga (1724-1841)
.....	3	Tabuleiro (1866-1953)
.....	3	Silveirânia (v1890-1962)
.....	2	Santa Bárbara (1724-1839)
.....	2	Piranga (1724-1841)
.....	2	Ponte Nova (1832-1857)
.....	2	Alvinópolis (1832-1891)
.....	2	Acaiaca (1874-1962)
.....	2	Diogo de Vasconcelos (1881-1962)

- Na série de 1 a 8 à esquerda, cada número corresponde a uma vertical numérica, indicadora de desmembramentos do mesmo município e cada número e em sentido horizontal refere-se à ordem do desmembramento, em relação à primitiva Vila do Carmo.
- A primeira data refere-se à criação da Paróquia, a segunda, à criação do município. As primeiras datas que estão com um “c”, correspondem a Curato, “d” Distrito e “v” Vila.

Fonte: COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais: com estudo histórico da divisão territorial administrativa*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970.

Adaptação feita pela autora.

1.4 Traços de uma economia regional

Como ressaltado, Minas Gerais caracterizava-se por apresentar um perfil diferenciado entre as regiões, até mesmo dentro das próprias sub-regiões provinciais. Cada localidade que surge na Zona da Mata após o esgotamento do ouro, passa a ter peculiaridades próprias.

Aos poucos, os sertões da Zona da Mata começam a ser frequentados por religiosos, negociantes, militares e aventureiros, que faziam o comércio da poaia (ipecacuanha), nome genérico de várias plantas vomitivas, de grande valor comercial e também destinado à exportação, sendo, inclusive, negociadas com os índios em troca de aguardente (José, 1958: 45).

Em São Paulo do Muriaé, comunidade agrícola, onde o sistema escravista era o sustentáculo dessa moldura econômica, *o trabalho escravo tinha o papel primordial na economia do período* (Libby, 1984:15). Assim, *expandir a produção implicava em primeiro lugar, o aumento do plantel de escravos* (Andrade, 1998:186), seguido de outras duas características fundamentais, *a terra e o café* (Andrade, 1995:61).

Para entender esta dinâmica, é imprescindível fazer algumas observações, pois, a região da Mata surge acoplada a esta idéia de decadência mineira, como uma forma de redefinição socioeconômica da Província. Importante, também, analisar as concepções de Minas Gerais aceitas por Celso Furtado (1980), que afirma existir decadência regional, por não haver uma diversificação econômica, sendo esta província dependente de outras.

Com o declínio do ouro, era natural para Furtado que a economia de Minas Gerais também declinasse, sendo consequência de uma visão consagrada, ou seja, o fator econômico, importantíssimo até então, deixava de existir. A região iniciava uma longa fase de involução que resultou em regressão para uma economia baseada numa agropecuária de subsistência. Como propõe Furtado (1980: 91-93),

Uns poucos decênios foi suficiente para que se desarticulasse toda a economia da mineração, decaindo os núcleos urbanos e dispersando-se grande parte de seus elementos numa economia de subsistência (...) a expansão demográfica se prolongará num processo de atrofiamento da economia monetária (1980:85).

Um ano antes da declaração de Furtado, Maria Yedda Leite Linhares (1979: 150), informa-nos que, apesar da diminuição da economia mineira e a decadência do

ouro, Minas não declinaria, pois apresentava modelos econômicos próprios, baseados numa economia diversificada e de subsistência, não concentrados na *plantation*; tese esta que vai ser seguida por muitos pesquisadores (Martins, 1994; Maxwell, 1995; Chaves, 2002; Andrade, 1998; além de outros).

Alexandre Mendes da Cunha (2002a) auxilia na dinâmica de redefinição dos espaços mineiros, tendo como pano de fundo a conjuntura marcada pelo arrefecimento final da economia mineradora, propondo um novo delineamento regional e possibilitando subsídios necessários para a compreensão do redesenho geográfico de Minas Gerais, a partir do efeito centrífugo. (Costa e Luna, 1982: 19; Cambraia, 1988; Libby, 1988; Cunha, 2002:2). Cunha afirma que,

O crescimento populacional de outras áreas foi um processo gradual, mas que já na segunda metade do dezoito marcava o desenvolvimento de outras tantas áreas para além do núcleo minerador, como se verifica o próprio aumento do número de povoações e na criação de várias novas freguesias em parte diversas do território (2002a:11).

O impacto sobre Vila Rica se dá de forma clara nas continuadas perdas populacionais dos antigos núcleos mineradores. Introduce uma caracterização específica, a partir da mineração, surgindo com ela a subregionalização entre o urbano e o rural. Desta forma, o ouro não só articula a distribuição geográfica, mas também redefine o espaço mineiro. Nas palavras de Cunha,

O que especialmente se tem em conta é que o conjunto do território vai sendo produzido a partir da força integradora de economia da mineração, a partir de uma progressiva incorporação de espaços de formação distinta, diferenciados a partir de suas especificidades físico-geográficas e do curso de suas formações econômico-sociais. Isto, porém não esgota a história na medida em que o refluxo da economia do ouro provoca um rearranjo dos eixos de integração (2002a:5).

Junto das rearticulações dos espaços produzidos e dos lugares do urbano e do rural na dinâmica histórica, Minas oferece um panorama das descrições do espaço econômico e as formas de produções diferentes, até mesmo dentro das próprias sub-regiões provinciais. Para Carrara (1999:10), *estas importantes diferenças internas não foram percebidas pela historiografia até muito recentemente, que sempre tratou a zona da mata como uma região com características homogêneas.*

Torna-se, então, fundamental perceber que as localidades que começam a surgir são criadas a partir de uma lógica interna, ou seja, o retorno ao mundo agrário, à busca de novas fronteiras – não que as cidades tenham deixado de ser um ponto referencial

para este crescimento – mas a dinâmica ocupacional do Leste da Zona da Mata surge a partir da influência urbana, pois o sustentáculo político e jurídico continua permanecendo nas cidades polo, não separando, porém, as novas vilas do vínculo umbilical dos centros mais desenvolvidos.

Observa-se também que a fronteira relacionada, principalmente a Muriaé, e a proximidade limítrofe com o Norte do Rio de Janeiro, – a região de Campos dos Goitacases, que recebe vários afluentes da área Leste da Zona da Mata Mineira –, possibilita um grande percurso navegável, pelo menos no baixo Rio Muriaé, passando o médio e alto rio a sofrerem consequências das cachoeiras, animais e índios, dificultando e entardecendo a colonização da localidade.

Até o Porto do Cachoeiro, atualmente Cardoso Moreira, era inteiramente navegável. Já em 1785, contava aquela região com a expressiva cifra de 20 engenhos financiados, sobre suas margens.

No Porto do Cachoeiro findava o curso navegável do Rio, em decorrência das cachoeiras lá existentes e começando aí o sertão bruto, o sertão das febres palustres e de venenosas serpentes, os sertões dos temidos Purís que aterrorizavam os viajantes (...) Desta localidade para frente já era o domínio do médio e posteriormente do alto curso do Muriaé (...) o que existiam eram aventuras isoladas de um ou outro destemeroso viajante em busca da Poaia ou de madeiras de lei (Manoel, 1980: 28-29).

A população vilareja que se estabelece ao lado do rio, configura-se pela exploração das ervas medicinais, utilizando os afluentes para locomoção desde os grotões do sertão até a antiga Cachoeira da Encoberta, atual Bairro do Porto²³.

A respeito da população, a localidade vai aos poucos se desenvolvendo com características agrícolas e construindo um dos mais importantes pontos de concentração populacional da região. Homens livres, escravos, forros e índios aos poucos, vão ocupando as imediações do rio, constituindo um dos principais pontos de referência para o comércio.

Segundo Carrara, *antes do café, a paisagem rural da região foi dominada até a década de 1840 pelas lavouras de milho, feijão, cana e alguns poucos arrozais* (1999:31), e como demonstrou Rômulo Andrade, *os plantios de café naquela área começam nos anos 30.* (1998: 185)²⁴.

²³ Cachoeira esta que foi destruída por causa das grandes enchentes provocadas na localidade, ponto final dos comerciantes campistas, pois não era possível sua navegação daí adiante.

²⁴ Será realizada, no capítulo 2, uma análise sobre a produção de alimentos e criação de animais, via inventários post-mortem, na intenção de definir quais seriam os principais produtos consumidos e comercializados.

Levando em conta que o município demora alguns anos para atingir a expressão máxima na produção de café, como afirmação feita por Carlos Prates (apud Carrara, 1999:49)²⁵ e tomando em consideração que um pé de café levaria alguns anos para ter sua produção em seu ápice, ou seja, demoraria mais tempo comparado aos dias atuais, por não existir implementos agrícolas que incentivassem a produtividade; percebe-se que o desenvolvimento cafeeiro ocorre de forma lenta e gradual, pois, neste período – final do século XIX e início do XX – possuía um maior número de pés em plena produção, favorecido pelas condições do relevo, do clima e da própria terra.

A discussão historiográfica da região é ainda incipiente e necessita de um maior aprofundamento no esmiuçar das fontes, pois estas são imensas e ainda se fecham num pequeno círculo de pesquisadores ou até mesmo curiosos. Como já notara Maria Yedda Leite Linhares:

(...) a elaboração de uma história regional realmente científica, além de ser de grande valia, para testar generalizações mais amplas, através de suas origens, nos dará uma maior consistência a nossos achados, revelando a complexidade dos sistemas socioeconômicos nos possibilitando o conhecimento de uma "história geral". (1997:170)

Como precursora para um trabalho de conscientização e valorização de fontes regionais, Maria Yedda Linhares, alguns anos anterior a afirmação acima, alertava-nos que a História do Brasil estava por ser escrita (Linhares, 1979:192). Trabalho este que vem sendo seguido por pesquisadores que acreditam ser possível esgotar na história regional todas as fontes de investigação, fazer uma história de longa duração, bem construída. Porém, deve-se ter certo cuidado para não influenciar diretamente os dados, que devem ser analisados da forma mais imparcial possível, para os resultados não serem distorcidos por emoções ou paixões (Shaff, 1994: 24). Esta complementaridade só é possível no momento em que se enquadra a dinâmica de estudo e a pesquisa, como agente de percepção da evolução histórica, como construtores e produtores dela.

Neste movimento populacional desencadeado pelo ajustamento à diminuição da produção de ouro levou a ocupação de espaços periféricos e, conseqüentemente, a área central da Mata Mineira.

²⁵ Muriaé apresentava nos finais do século XIX e início do XX o mais importante município do ponto de vista agrícola, principalmente em relação à região sub-sul.

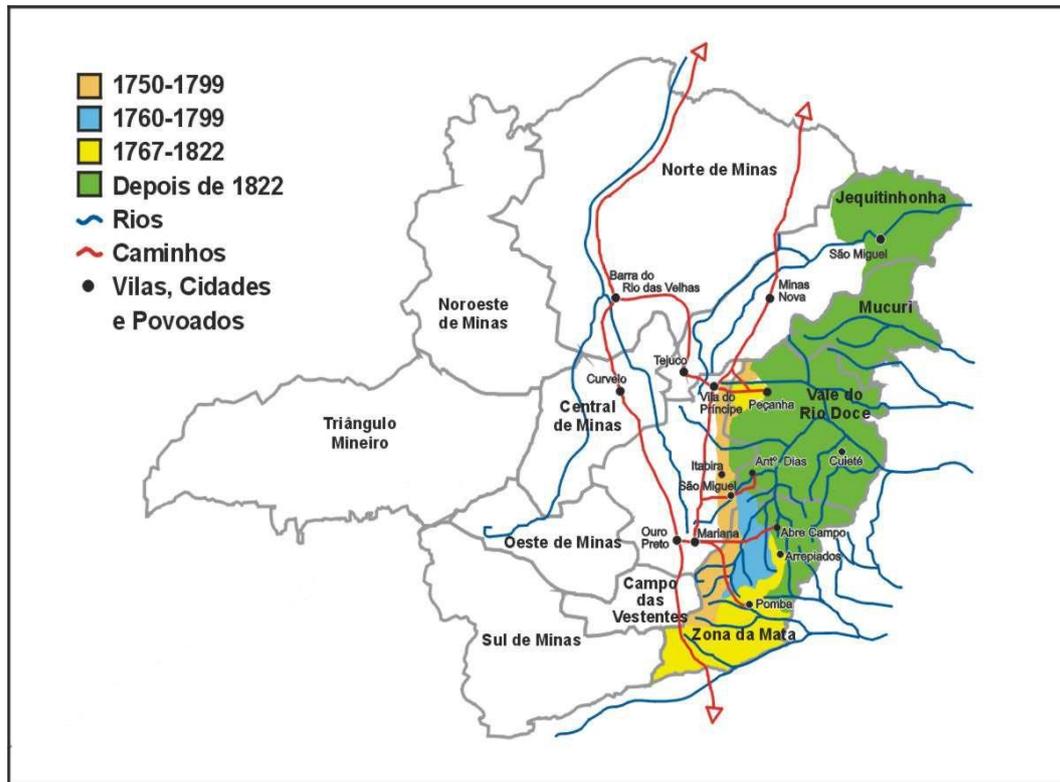
No mapa 9, é possível conjecturar as etapas da ocupação das regiões da Zona da Mata, Vale do Rio Doce, Jequitinhonha e Mucuri entre os anos de 1750 e após 1822. Uma carta geográfica extremamente sugestiva no que tange a expansão populacional, na qual se pode observar avanços, rios, caminhos, vilas, cidades e povoados. Na segunda década do século XIX, a ocupação foi intensa nas regiões de influência das estradas para o Rio de Janeiro e Cantagalo correspondente às atuais microrregiões de Juiz de Fora e Cataguases.

Conforme Ilmar Rohloff de Mattos (1987:45-46), os mineiros progrediam em direção ao Oriente de Minas Gerais, dando origem a uma importante zona agrícola, ao desviarem para o Sul acabaram por se encontrar com a corrente de povoamento proveniente do Rio de Janeiro, que tinham como ponto de dispersão Cantagalo.

Para Espíndola (2005: 285-286), em finais do século XVIII, as correntes migratórias de grande consideração foram as que tiveram ligação com o abastecimento do Rio de Janeiro e a produção de fumo no sul de Minas. Depois de 1810, a concessão de sesmarias concentrou-se na Zona da Mata, na área de influência entre as estradas do Caminho Novo e o Caminho de Cantagalo, e a partir de então, liberou o território para a entrada de sesmeiros, posseiros que avançavam as regiões que tinham sido demarcadas como área indígena.

Mapa 9

Etapas da ocupação da zona de floresta de Minas Gerais, entre 1750-1819, usando como base o mapa da divisão em meso região da FIBE



Fonte: ESPÍNDOLA, Haruf Salmen.²⁶

Nota-se, então, que as relações entre colonos e indígenas no período compreendido entre o último quartel do século XVIII e as duas primeiras décadas do século subsequente foram marcadas por tensões que passavam por distintos entendimentos sobre a propriedade agrária, mas, ao mesmo tempo, promoveu a convivência entre as duas culturas. Tais fatores estão ligados à política do governo brasileiro de doações de parcelas de terras para o seu cultivo às famílias nativas (Carrara, 1999:13).

Nesta direção, caminham as reflexões sobre os índios da Província mineira feita, em 1826, por Marlière. O diretor dos índios alerta sobre a necessidade de doações de espingarda com munição, enxadas, – mas deveriam ficar sob a guarda do administrador

²⁶ Agradeço ao professor Haruf Salmem Espíndola que gentilmente nos forneceu o mapa acima utilizado, enviado dia 07 de agosto de 2008.

– galinhas, porcos, além de incentivar a produção de mandioca, fumo, moinhos; devendo haver em cada aldeia um cemitério, um ferreiro e alguns pés de gravatá²⁷.

O mesmo documento especifica sobre a preocupação do diretor no que se refere às divisões territoriais de índios. *Devem ser feitas quanto antes pelos sesmeiros respectivos, para não mais se confundir as propriedades dos índios com as dos sesmeiros, e evitar dissenções entre uns e outros*²⁸.

Nomeado como responsável pelo primeiro aldeamento na área central da Mata Mineira, mais precisamente a região do Pomba em 1767, o padre Manoel de Jesus Maria destacou em correspondência enviada ao Governador de Minas Gerais, no ano de 1799, a exposição sobre o prejuízo para os índios na concessão das sesmarias.²⁹ Era, portanto, uma crônica de um acontecimento anunciado.

Os conflitos atingiram seu clímax na declaração de guerra justa aos Botocudos, realizada pelo então Príncipe regente D. João no ano de 1808. A justiça referia-se ao fato de que os indígenas estavam atrapalhando o processo de ocupação em uma área que cobria as fronteiras entre Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Em Minas Gerais, essa área correspondia às atuais regiões da Zona da Mata (áreas central e norte) e Vale do Rio Doce, e foi justamente esse o principal palco dos conflitos.

Os conflitos entre posseiros e os indígenas, assim como a complexa legislação agrária e a pequena presença de meio circulante, deve-se somar também questões relacionadas à política nacional, pois o período de gênese do mercado de terras na área estudada coincidiu com a fase de instabilidade política que caracterizou o Primeiro Reinado e a Regência. As raízes dessa instabilidade encontram-se na mudança do eixo econômico para o Sudeste, protagonizado pela expansão cafeeira, facilitada pela ausência de legislação do período 1822-1850, tanto na província do Rio de Janeiro quanto na de Minas Gerais (Linhares, 1981: 32).

Adverte-se, então, que as disputa por terra e poder começam a fazer-se presente. Área de fronteira aberta, a Zona da Mata experimentava alterações profundas ocasionadas pela ocupação, numa região que até então possuía uma vida tranquila, longe das efervescências das áreas mineradoras iniciando na região um processo espacial particular, fruto da própria complexidade da base econômica. Novas relações

²⁷ Reflexões sobre os índios da Província de Minas Gerais, Março de 1826. Arquivo do Senado Federal: Arquivamento 307.

²⁸ Reflexões sobre os índios da Província de Minas Gerais, Março de 1826. Arquivo do Senado Federal: Arquivamento, 307.

²⁹ AHU-MG 27 de agosto de 1799. Carta de Manoel de Jesus Maria, vigário dos índios Croatos e Cropós para D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

de centralidade são produzidas e neste entrelaçamento haverá uma mudança paisagística, fruto da própria alteração causada pelo espaço habitado, entretanto, com a ocupação, esta mudança ocorrerá de maneira mais abrupta.

Vilas, povoados, freguesias, fazendas são fundadas e neste sentido, a ruralidade que se constrói no século XIX não pode ser entendida como uma continuação do campo, tampouco como algo apartado da urbanização. Trata-se de um processo espacial particular, fruto da própria complexificação da base econômica, produzindo novas relações de centralidade, neste entrelaçamento de urbano e rural, franqueando novas ideias e imagens dos processos sociais e políticos em Minas deste tempo (Cunha, 2007:99-100).

Junto à metamorfose do espaço interno e externo ao processo de urbanização, as formações das vilas, que se iniciam timidamente, aos poucos tomam grande feição, e, como consequência, novas redes sociais são criadas mediadas pelos contatos entre as localidades formadas³⁰.

Num encadeamento social e relações de dependências, muitos destes donos de terra se viam no direito de estender suas posses de acordo com sua vontade, invadindo propriedades alheias ou ainda não demarcadas, tendo como pressuposto básico a ideia de que a fiscalização existente era ineficiente para fazer a vigilância destas fronteiras. No dizer de Célia Dias (2008: 65), ao que tudo indica havia certa *convivência entre estes ocupantes com os fiscais da Coroa*.

Faremos um estudo mais apurado no que diz respeito à Lei de Terras no Brasil, buscando os conceitos de posse e propriedade, a fim de compreender os conflitos daí derivados, bem como possíveis esquemas que surgem mediante a conquista por um lote de terra.

³⁰ Para entender esta lógica ver HARDOY, Jorge E; SCHAEDEL, Richar P. Las ciudades de América Latina y sus áreas de influencia a través de la historia. *Las ciudades de América Latina y sus áreas de influencia a través de la historia*, Ediciones SIAP: Buenos Aires, 1975.

1.5 Posse, poder e propriedade: a disputa pela terra

O complicado emaranhado no qual se organiza a distribuição de terras no Brasil, tece infinitas tramas que a todo o momento se confundem pelo âmbito da contradição das leis instituídas pelo defeituoso e discriminatório meio de repartição dessas terras. O sistema de sesmarias, desde seus primórdios, passou por muitas modificações e por diversos outros mecanismos de distribuição desigual, como a própria Lei de Terras de 1850.

Como afirma Rui Cirne Lima (1954:47), *depois da abolição das sesmarias, a posse passou a campear livremente, ampliando-se de zona a zona à proporção que a civilização dilatava a sua expansão geográfica.*

Em 1850, com o início de toda uma mudança na estrutura agrária do país, surge a tentativa de organização sobre este posseiro, o que de fato não aconteceu. A Lei de Terras, Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850,³¹ regulamentada pelo Decreto número 1.318, de 30 de janeiro de 1854 previa um cadastramento imobiliário do domínio privado no país, sendo transferida esta responsabilidade para os párocos das freguesias, que eram subordinados ao poder civil.

Foram, então, instituídos os Livros de Registros de Terras para os lançamentos que iriam definir as terras devolutas, delimitando o domínio privado e, por extensão, o público (Motta, 1996:210-213; Motta, 2005:279-280).

Devemos também levar em consideração que, a partir desta data, após várias tentativas do fim do tráfico, a mão-de-obra escrava entra definitivamente em processo de diminuição, consequência da Lei Euzébio de Queiroz, o que liberou capitais antes aplicados no tráfico, para outras atividades, dinamizando e modernizando a sociedade (Silva, 1996: 121,122).

Como observado no tópico anterior, São Paulo do Muriaé não possuía fronteiras fechadas neste momento. Tal fato nos leva à dedução da existência de desentendimentos entre parentes, vizinhos, negociantes, posseiros, ocupantes e nativos, oriundos da ocupação territorial.

Conforme as especificações da lei, *as declarações deveriam conter o nome do possuidor, a designação da Freguesia em que se situavam, o nome particular da*

³¹ A respeito do debate parlamentar na década de 1840 até a Lei 601, conferir CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial e o Teatro das Sombras: a política imperial*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996, pp. 303-312.

situação (se o tivesse), sua extensão (se fosse reconhecida) e seus limites (Silva, 1996: 173), o que muitas vezes não era feito. Se houvesse uma preocupação do vigário em realmente seguir o que a lei sugeria, nosso desempenho seria facilitado. O que observamos foi uma redação feita a revelia, sem seguir uma sequência, o que dificulta em muito nosso trabalho.

Preocupado em entender a dimensão política da lei, Ilmar O. de Mattos (1987), relaciona seu uso à vitória do projeto de Estado Nacional do grupo Saquarema, cuja base social era constituída, principalmente, pelos cafeicultores do Médio do Vale Paraíba fluminense e paulista.

Para Lígia Osório Silva (1996:14), a Lei de Terras esteve intimamente ligada ao processo de consolidação do Estado Nacional; à medida que procurou ordenar uma situação de grande confusão que existia em matéria de título de propriedade, *a lei estabeleceu um novo espaço de relacionamento entre os proprietários de terras e o Estado que foi evoluindo durante a segunda metade do século XIX.*

Com a mesma visão conservadora das sesmarias, José de Souza Martins (1994: 72) afirma que a Lei de Terras não teve o sentido de liberalização de seu acesso, mas, ao contrário, buscou *instituir bloqueios de acesso à propriedade por parte dos trabalhadores, de modo que eles se tornassem compulsoriamente força-de-trabalho das grandes fazendas.*

Várias discussões são travadas, tendo como objetivo analisar a aplicação e validade da Lei de Terras, dentre algumas já enfocadas. Márcia Menendes Motta (1996: 8-25 e 306) nos alerta para seu uso. De acordo com a autora, sua aplicação se reduz, na grande maioria, a uma única linha e explicação, deixando os historiadores muitas vezes, escapar detalhes em sua interpretação, analisada a partir dos interesses de grandes proprietários. Completa ainda, que a dita lei *não conseguiu impor um título de propriedade imune às estratégias duvidosas dos grandes fazendeiros, no seu esforço de ocupar terras legalmente devolutas.*

Segundo a autora, a lei abriria uma brecha no processo de concentração fundiária, permitindo uma possibilidade de democratizar seu acesso pelos lavradores que haviam ocupado pequenas parcelas, antes da aprovação da lei. Procurava atender aos problemas dos pobres que não podiam arcar com as despesas, pois, em conformidade com a Circular de 10 de abril de 1858, o artigo onze que definia sobre o pagamento dos impostos, sofreu uma emenda, no qual todos ficariam isentos de pagamento para medir sua terra (1998: 142).

Sônia Souza (1998: 87,88), ao analisar a produção de alimentos e o mercado interno de Juiz de Fora, constatou que a aprovação da Lei de Terras, o acesso aos pequenos proprietários *tornou-se mais difícil, pelo fato de que seriam consideradas legais as propriedades adquiridas através da compra*. O que levou aqueles que possuíam algum recurso adaptarem sua situação, direcionando seus investimentos, que antes eram feitos para a aquisição de escravos, para a compra de terras.

Hebe Castro (1990) considera que esta mudança de estratégia aconteceu pelo fato de ser a terra um bem de valor mais acessível, devido à relativa abundância, muito embora grande parte desta mercadoria já estivesse concentrada nas mãos de poucos homens.

É bom esclarecer que a Lei de Terras é aprovada após amplos debates no Senado e sua legalização passa ter uma feitura totalmente diferente da primeira versão. Pretendia, a início, impedir o acesso à terra dos imigrantes pobres, mediante a proibição de posse, e ainda a intenção de estabelecer os colonos com alguns recursos nas terras devolutas da Coroa, por meio da venda de lotes. Porém, esta lei, não conseguiu alterar o quadro desanimador da organização fundiária e, portanto, não viabilizou a utilização da terra como garantia de crédito para os fazendeiros (Motta, 1998a: 146, 150).

Apesar da obrigação de registrar as terras após a sua aprovação, muitos eram aqueles que preferiam omiti-la, crendo que desta forma, poderiam perpetuar seu mando e domínio, o que, na prática, acabou acontecendo.

Caberia aos vigários a função final de lavrar os Registros Paroquiais, mas a burocracia anterior acabava corroendo o processo final. Deveria primeiramente passar pelos Presidentes de Província, e, a partir daí, se perdia nos trâmites exigidos pela lei, passando por juízes de direito, juízes municipais, delegados, subdelegados e juízes de paz. Após esta primeira etapa, os Presidentes de Província nomeariam um juiz comissário nos municípios em que houvesse propriedades a regular, mas só atuariam mediante requerimento dos interessados, passando por agrimensores, até chegar ao registro do vigário (1996:169-179). Fato que acabaria contribuindo para seu fracasso, pois, o vigário e seus representantes, teriam dificuldades tanto de discriminar as terras públicas das privadas quanto em receber informações sobre os terrenos (Motta, 1998a: 163-164).

Assim, um dos objetivos principais não foi alcançado: o problema do posseiro. Ao contrário, serviu para legalizar as posses que continuaram sendo efetuadas, principalmente pelos grandes fazendeiros (Silva; Secreto, 1999: 121). Como

consequência, os Registros Paroquiais de Terra não refletem uma cópia fiel da realidade, pois, para uns poderia apresentar uma ameaça, para outros, a legalização da propriedade. Outro entrave seria a necessidade dos confrontantes também reconhecê-la para a sua legalização, o que dificultava todo o processo (Motta, 1998a: 171).

Rômulo Garcia Andrade (1995) analisando quantitativamente estes Registros de Terras de Muriaé e Nossa Senhora da Glória, atual Itamuri, distrito de Muriaé, chega à conclusão de que a compra foi a forma predominante de aquisição das propriedades rurais, tanto para Muriaé (74%), quanto para Itamuri (72%), seguido da herança, troca e posse, conforme tabela abaixo.

Tabela 4
Forma de aquisição das propriedades, segundo o Registro Paroquial de Terras, Muriaé e Itamuri – 1854-1857.

Modalidade	Muriaé		Itamuri		Total	
	compra	340	74%	210	72%	550
Herança	47	10%	30	10%	77	10,3%
Troca	36	8%	17	6%	53	7,1%
Posse	13	3%	10	3%	23	3,0%
Doação/dote	15	3%	12	4%	27	3,6%
Mista	7	2%	15	5%	22	3,0%
Hasta pública/adjudicação	2	0	–	–	2	–
Subtotal	460	100%	294	100%	754	100%
Não menciona/ilegível	93	–	45	–	138	–
Total	553	–	339	–	892	–

Fonte: ANDRADE (1995) p. 111 (Foi retirada a freguesia de Juiz de Fora da tabela original)

De acordo com esta documentação, eram praticamente inexistentes as posses em Muriaé, como também em Itamuri. Conforme o autor, geralmente referia as propriedades inferiores a 50 alqueires de terra (1995: 34-35). Estes números nos levam a pensar numa provável reversão da realidade, pela dificuldade do declarante posseiro considerar-se dono de uma posse, principalmente devido ao artigo 5º da Lei de Terras,

Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante que se acharem cultivadas, ou com o princípio de cultura e morada habitual do respectivo posseiro, ou de quem o represente (Apud Motta, 1998a: 142).

Em contrapartida observa-se um amplo mercado de terras na região. A compra representava mais de 70% das transações efetuadas, significando a possibilidade de expansão da fronteira agrícola. Esta perspectiva de expansão de fronteira econômica ocasionou uma valorização e concentração das terras recém-ocupadas, provavelmente ligadas à expansão da cafeicultura ³².

Se de fato este comércio de terra estava fazendo sentido, somos obrigados a concordar com Edward P. Thompson (1998: 134) quando afirma que *o conceito de propriedade rural exclusiva, como uma norma a que outras práticas devem adaptar, estava então se estendendo por todo o globo, como uma moeda que reduzia todas as coisas a um valor comum*, mesmo referindo o autor, a uma realidade distinta da brasileira.

Devemos ficar atentos, pois, se a região possuía, até final do século XIX, fronteiras a expandir, este posseiro deveria existir em maior número do apresentado nos Registros de Terras.

Faremos abaixo uma apreciação de alguns estudos de casos que poderão ilustrar e aproximar do dia-a-dia destas pessoas que nasciam, cresciam e morriam, tendo a terra como centro de disputa, numa época em que pouco se sabia quais eram os direitos instituídos, no qual humanos se sobrepunham uns aos outros.

³² Ver CASTRO Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da História*. São Paulo: brasiliense, 1987. p 125-126

1.6 Posse e direito a terra

Aos vinte e nove dias do mês de abril de 1863, em Cartório da Freguesia de São Paulo do Muriaé, o escrivão Antônio Caetano Pinto Coelho da Cunha, inicia uma petição de embargo, assim descrito:

Dizem Manoel José da Rosa e sua mulher que elles são senhores e possuidores de uma Fazenda denominada Papagaio, no distrito de Tombos do Carangolla, deste termo, há mais de 18 annos (dezoito annos), sem que em todo esse espaço de tempo fossem perturbados em sua posse; mas em dias do mês de junho do anno pp, José Januário de Souza Romano, sem título algum, que a esse autorizasse, entrou na dita fazenda, levantou uma casa, fez roçados e praticou outros atos de verdadeiro dono, e transpassou logo a casa, roçados e mais benfeitorias à Antônio Gomes da Silva e sua mulher, que apoderarão da dita casa e tem praticado outros actos de verdadeiro domínio, com verdadeiro prejuízo para o suplicante ³³.

Após várias audiências, e cinco meses de arrolamento, o juiz Romualdo Moreira de Albuquerque alega insubsistência de provas para o embargo contra José Januário de Souza Romano. Primeiro por possuir o réu um documento *tido* como legítimo, mesmo que ainda não possuísse escritura pública; segundo por provar que havia feito uma troca destas terras com os possuidores de uma fazenda de nome Bom Retiro, Antônio Gomes da Silva e sua mulher, devendo, a partir deste momento em diante, cada qual tomar posse do que lhe conviesse. As despesas do processo deveriam ser arcadas pelos então autores do embargo, Manoel José da Rosa e sua mulher.

Este exemplo ilustra muito bem a arena de disputa vivida por muitas pessoas em meados dos oitocentos, derivada da luta e posse pela terra, na Freguesia de São Paulo do Muriaé, negócio que começava neste momento a ser lucrativo por tomar a terra feições de mercadoria aceitável entre as negociações econômicas.

Evidencia-se também, que *colocar-se perante a justiça como proprietário da terra em disputa não era o bastante para se tornar senhor e possuidor de terras* (Motta, 1996: 57). Para ter sua posse confirmada, José Januário de Souza Romano, teve que apresentar uma documentação e mesmo *tida* como verdadeira é legitimada pelo juiz a posse da propriedade.

³³ Ação de Embargo, 1863. Autor: Manoel José da Rosa e sua mulher. Réu: José Januário de Souza Romano. FTPM, Muriaé. Maço 12.

Ao que tudo indica, mesmo não cumprindo as exigências da lei, pois existe a suspeita da veracidade do documento, o juiz concede o embargo como indevido, o que nos mostra um jogo de manhas que envolvia todos os interessados, reforçando que a decisão do juiz se fizera muito além do que a lei prescrevia. Ficam então as perguntas: quais seriam as verdadeiras causas para tal decisão? O que fez o juiz pender para uma das partes? Teria este levado alguma vantagem ou na verdade José Januário da Silva Romano não agiu de má fé?

Tudo leva a crer que este exemplo é um caso típico de grilagem da terra. Seria cômodo e seguro para o réu falsificar um documento do que vir a perder o que cultivara. Deve-se levar em conta que a região caracterizar-se-ia neste momento por fronteiras ainda abertas, terras não demarcadas, o que poderia favorecer a ocupação por posse e provavelmente por grilagem.

Assim, a lei estava e ainda está “*sujeita a manipulação*” (Thompson, 1998: 105). Falar em imparcialidade de quem julga é algo impossível, pois, quem julga, muitas vezes, encarna o processo como algo seu, transferindo, até mesmo inconscientemente, para algumas das partes seu projeto pessoal.

Juízes, legisladores, políticos, administradores e dirigentes de Estado, formavam os quadros dos governos locais e dos tribunais, arranjavam leis para impor perdas às propriedades e seus oponentes, manipulavam as regras (Holston, 1993: 80). O juiz, soberano ao dar sua sentença, apenas apresenta como neutralidade em sua atuação, pois se reveste da presença de outros interesses, que não os instituídos em processo, intervindo direto nas relações sociais pela via publicizada da relação social³⁴, o que reforça a dicotomia entre a lei existente e a lei aplicada.

De acordo com Márcia Motta, seria viável, a princípio, supor que a lei, tal como é vista por muitos pesquisadores, teria servido para garantir a propriedade da terra aos grandes proprietários, como fez José de Souza Martins. No entanto, muitos fazendeiros não cumpriam a solicitação da Lei de Terras para registrar suas terras, talvez porque, se registrassem, submeteriam seu poder ao poder de outros.

Assim, o poder local teria muitas vezes a função de fazer o papel da lei. A luta pela terra poderia ir muito além de seu domínio, extrapolando o poder dos limites determinados chegando até os grotões mais distantes. Implicava a aceitação do

³⁴ Para maiores detalhes sobre a atuação dos juízes, ler: BALDEZ, Miguel Lanzellotti. *Sobre o papel do direito na sociedade capitalista*. Ocupações coletivas: direito insurgente. s/ referência.

indivíduo perante a sociedade, podendo, inclusive este indivíduo, aproveitar desta situação, para almejar ascensão econômica e/ou social.

James Holston (1993: 68), ao focar a cumplicidade da lei de terra no Brasil, esclarece que muitas vezes ela é utilizada como instrumento de manipulação, complicação, estratagem e violência, pelas quais as partes envolvidas, fazem valer seus interesses. A lei seria então, uma arena de conflito, na qual as distinções entre o legal e o ilegal são temporárias e sua relação instável.

Mesmo sem saber o nível de riqueza dos envolvidos no processo, por não nos permitir neste momento uma análise junto aos inventários *post-mortem*, caberia informar que pela ação foi impossível delimitar a extensão das terras dos envolvidos, por serem destacadas apenas as marcações feitas e não o tamanho da extensão territorial. Desta forma, não sabemos se tendeu o juiz a ficar do lado do mais forte ou mais fraco economicamente.

Caso José Januário da Silva Romano tivesse sido considerado pela justiça um intruso das terras alheias, reforçaria a idéia de que a moradia ilegal é uma maneira comum e segura, na qual se pode ter acesso à posse legal da terra (Holston, 1993: 71 e 72). Apesar de o dito posseiro seguir a risca a determinação da Lei de Terras, no que diz respeito ao seu cultivo, feriria os princípios de usurpação do alheio e invasão (Motta, 1998a: 142).

O processo de medição e demarcação de terras dos autores Sargento João Manuel de Souza Godinho e sua mulher D. Maria do Carmo Nery da Natividade, moradores da Fazenda denominada Ribeirão dos Alves em Santa Rita, da Freguesia do Glória, distante a cerca de 30 quilômetros da sede administrativa, também nos possibilita uma análise sobre o não cumprimento da lei. Três anos de processo foi o tempo necessário para que o juiz Doutor Francisco de Assis Martins da Costa, autorizasse demarcar e medir as terras das vinte e seis pessoas envolvidas, que possuíam terras em comum, adquiridas na grande maioria por compra ³⁵.

Dos 304 alqueires destas terras, 280 são matas virgens e capoeira, avaliados em quatorze contos de reis, 16 alqueires de terras de segunda qualidade em capoeiras finas, no valor de seiscentos e quarenta mil réis e 8 alqueires de péssimas qualidades,

³⁵ Divisão e demarcação de Terras. 1867. Autores: Sargento João Manuel de Souza Godinho e sua mulher D. Maria do Carmo Nery da Natividade Réu: diversos co - proprietários. FTPM, Muriaé. Maço 20.

avaliados em cento e sessenta mil reis, no valor total de quatorze contos e oitocentos mil réis ³⁶.

Este processo chama-nos atenção para dois fatores, 1º) toda terra demarcada é inculta, sem produção, sem nenhuma área cultivada e nem por isso ilegítima; 2º) evidencia uma quantidade enorme de terras ainda por cultivar na região. Este caso reforça a idéia de uma sobreposição em relação à interpretação da Lei de Terras no que diz respeito à necessidade do cultivo, pelo menos em parte da extensão territorial demarcada, para legitimação da posse ou mesmo na ambiguidade gerada a partir de sua confecção, a partir da lógica da colonização (Motta, 1996; Silva, 1996).

Nas ilustrações acima, procuramos nos aproximar da reconstituição do vivido em Muriaé, por acreditarmos que a análise de escalas reduzidas, permite-nos um enriquecimento do social, tornando-o mais complexo, muitas vezes inacessível a outras abordagens historiográficas (Levi, 2000:17-18).

Daí a necessidade de, ao fazer uma análise microscópica sobre a apropriação e desapropriação no Brasil, da *história construída nos detalhes quase invisíveis, das coisas deixadas “de lado”* (Del Priori, 1997: 274), pois cada caso pode possuir modelos próprios, com traços não vistos se trabalhados, grosso modo, delineando o contorno deste interior.

³⁶ Divisão e demarcação de terras (1867) idem, ibidem.

1.7 O Caso da Fazenda Capivara

A oito de maio de 1875, em Cartório da Freguesia de São Paulo do Muriaé, o escrivão Romualdo Moreira de Albuquerque lavra a abertura de uma Petição de Embargo no Fórum a pedido dos doutores João Chrysostomo Leopoldino de Magalhães, Adeodato Serrano Pires e Luis Orozimbo Alves de Mesquita, assim descrita:

“Dizem Francisco Luciano de Paula e sua mulher, dona Bernardina Carolina de Paula, José Bernardino Venâncio de Paula e sua mulher dona Maria Lucianna de Paula. José Bernardino de Paula e sua mulher Maria Bernardina de Paula, Manoel José de Paula, que sendo senhores e possuidores da Fazenda de terras de cultura, denominada Capivara, na dita freguesia, a qual foi concedida por sesmaria, medida e demarcada e sucedida e que Firmino de Sá Rocha e sua mulher Dona Marianna, João Pereira da Rocha, Antônio da Rosa Brum e sua mulher dona Maria de tal, todos moradores na mesma freguesia, invadirão e internarão-se pelas terras da dita Fazenda em diversos pontos e ahi tem feito serviços derrubando mattas e abrindo benfeitorias, como se fossem donos dos respectivos lugares, e não têm querido desocupar com reclamações amigáveis, nem mesmo com juízo concilliatorio”³⁷.

O processo se caracteriza por amplos debates entre os advogados de acusação e defesa, instaurado pela querela de confrontantes, em uma porção de terras localizada geograficamente no lado leste pelo Rio Pomba, a oeste pelos divisores que são os acusados no processo de invasão, ao norte pelo ribeirão Capivara e ao sul pela região de floresta, no qual, ao final do processo, o juiz se posicionou perante uma das partes.

Os autores do processo apresentam em juízo uma Planta Topográfica, feita pelo engenheiro agrimensor J. Moura Neves, datada de 31 de março de 1874 (cópia abaixo); uma carta de sesmarias datada a 27 de outubro de 1812, doada a Antônio Pereira da Costa; além de uma escritura de compra feita a Júlio César de Miranda Monteiro de Barros, morador de Barra Mansa, datada no ano de 1874, lavrada no Rio de Janeiro, feita pelos herdeiros do finado José Venâncio de Paula, não tendo na ocasião da transferência lavrado escritura em cartório.

Os réus, através do procurador Doutor Luiz Vieira de Rezende e Silva, exibem uma escritura pública de compra e venda datada de 3 de julho de 1872; uma escritura dos antigos proprietários da fazenda de cultura em vertentes do Capivara, por compra

³⁷ Ação de Libelo, 1875. Autores: Felício Luciano de Paula e sua mulher, José Venâncio de Paula, José Bernardino de Paula e sua mulher e Manoel José de Paula. Rés: Firmino de Sá Rocha e sua mulher, João Pereira da Rosa, Antônio da Rosa Brum e sua mulher.FTPM, Muriaé - Maço 35.

feita a Adriano José do Nascimento. Neste documento, são apresentados os confrontantes e nenhum deles equivale aos autores do processo. Apresentam ainda, uma escritura de troca, datada de 27 de agosto de 1866, lavrada no livro de notas de Laranjal, termo da cidade de Leopoldina.

Durante vários meses de arrolamento e várias audiências com réplicas e trélicas de advogados de ambas as partes, nos chama atenção o embaraço do processo e da documentação apresentada, bem como os argumentos utilizados pelos advogados.

De acordo com o advogado de defesa, os autores do processo, apesar de apresentarem uma carta de sesmaria, que fora doada pelo Conde de Palma a Antônio Pereira da Costa, não possuem documento algum que comprove a transferência desta porção de terras para Júlio César de Miranda Monteiro e nem mesmo este senhor apresenta no ato da transferência aos compradores da Fazenda Capivara, nenhuma confirmação de sua posse, não tomando os réus qualquer conhecimento da transferência.

Assegura o advogado que, conforme consta na carta de sesmaria, esta terra deveria ser medida e demarcada num prazo de um ano, o que fora feito somente, em 1815, ou seja, três anos após a doação. Que os réus ocuparam esta terra mansa e pacificamente durante longos anos e que os autores utilizaram de falso título e de má fé.

Garante ainda, que o primeiro a possuir os terrenos foi Adriano José do Nascimento, que, em 1848, os vendeu a Manoel Francisco de Lima. Após doze anos, vendeu para Sá Rocha e sua mulher, e depois de mais de treze anos é que foram perturbados. Através de várias trocas e vendas, parte do terreno foi passado ao Capitão Manoel Francisco Malta e repassado para João Pereira Rosa, um dos réus, que há dezesseis anos mora no lugar, cultivando, plantando e fazendo outras benfeitorias e, só depois de um bom tempo, é que foram perturbados.

Na réplica, o advogado de acusação alega que deveriam ser consideradas as linhas limites presentes na Planta Topográfica e que mesmo os confrontantes não tendo reconhecimento de tal venda, ela deve ser pensada e reconhecida, por que não se trata de uma sesmaria, mas de uma ação de força reivindicatória. Que estas terras nunca estiveram em propriedade dos réus, mas foi primitivamente constituída por concepção de sesmaria com limites determinados por linhas limítrofes e reconhecida.

De acordo com o denunciante, a demarcação se manifesta pela falta de direito dos réus na invasão, que Firmino de Sá Rocha e sua mulher, após a compra feita a Manoel Francisco de Lima, foram descendo seus serviços pelas terras dos autores do

processo num pequeno córrego que deságua no ribeirão Capivara. Os vendedores Manoel Francisco de Lima e sua mulher faziam divisas com terras de Pedro Rodrigues Xavier da Silva Chaves, antecessor do Tenente Coronel Júlio César de Miranda Monteiro de Barros e sucessor de Domingos Alves da Silva Porto, tal qual está presente no documento dos réus.

João Pereira da Rosa, tendo adquirido parte da sesmaria dos autores por título de troca com Capitão Manoel Francisco Malta, obteve deste senhor uma escritura marcando seus limites, divisando na parte de cima com os puris e a leste com a sesmaria dos autores. A propriedade dos réus localiza-se em terras de mato virgem e um braço de lagrimal, que deságua no ribeirão Capivara, situada abaixo do rumo da sesmaria dos autores.

E ainda, que sendo as terras dos autores concedidas e demarcadas ao sesmeiro Antônio Pereira da Costa, este senhor tomou posse e começou a cultivá-las e passou a Domingos Alves de Sá Porto, que muito beneficiou sob a administração do seu irmão, Dr. Florindo, e que, depois da sua morte, foram passadas a Pedro Rodrigues Xavier da Silva Chaves e deste para Tenente Coronel Júlio Cezar que a vendeu para José Venâncio de Paula, pai e sogro dos autores. Finalizando, que foi dito por Dr. Florindo que foram construídos paredões de pedra no lugar denominado Puri, onde existia uma cachoeira e ali construíram um moinho sendo inexato o que alegam os réus. Que a decisão final deverá ser em conformidade com o pedido de libelo, sendo os réus condenados neste pedido e nas custas.

Após várias audiências, o advogado dos réus representa em juízo uma tréplica alegando invalidade da documentação. Julgando que, apesar da sesmaria ter sido concedida a Salvador da Costa, não é hoje pertencente somente aos autores do processo, mas também aos acusados, cada um em seus respectivos lugares e que nenhum dos réus tinham sido até então, perturbados e nem mesmo seus antecessores. E mais, que os antecessores dos réus são os construtores do paredão de pedra próximo à cachoeira, não o Dr. Florindo e que todas as despesas deveriam correr por conta dos autores.

Desta forma, aos três dias do mês de agosto de 1875, o juiz em exercício, Anacleto Correia de Faria, concluiu os autos baseados na tréplica dos réus. Observamos que apesar de ser um processo recheado de documentações, estes dados poderiam ser legítimos ou não; que o fato de todos os envolvidos, desde o início da doação da sesmaria (mesmo em período posterior ao solicitado em carta), até a conclusão do processo, o fato de dizerem cultivadores e construtores de benfeitorias, poderia estar

indo ao encontro à Lei de Terras, mas abrimos os olhos para a possibilidade destas informações serem falseadas.

Estas terras são passadas e repassadas sem uma preocupação em transferi-las de maneira correta judicialmente, o que transforma o caso em uma mistura de sesmeiros, posseiros, compradores e herdeiros que a todo o momento se confundem. É evidente que todos eles procuraram melhores áreas para o cultivo. Possuir água em abundância era um meio de se afirmar em terra fértil e de boa qualidade, podendo através dela, gerar divisas mediante construções de moinhos e engenhos, valendo-lhes também à facilitação da sobrevivência humana. Mediados por estas breves hipóteses, nos perguntamos: por que o juiz pendeu para uma das partes, já que todos apresentaram justificativas nos autos? Por que o primeiro juiz a assumir o caso, doutor José Cândido da Silva Franca, não é o que conclui os autos? Será que a medição feita pelo agrimensor, atividade tão escassa na época, não poderia ser confundida pela quantidade de terras ainda devolutas na região?

São questões que merecem um maior estudo, mas ao mesmo tempo nos fornece pistas que só um olhar reduzido nos permitirá observar situações únicas de redes de sociabilidades e construção de um tecido social mais amplo.

Foto 1



Fonte: Ação de Libelo, 1875. Autores: Felício Luciano de Paula e sua mulher, José Venâncio de Paula, José Bernardino de Paula e sua mulher e Manoel José de Paula. Rés: Firmino de Sá Rocha e sua mulher, João Pereira da Rosa, Antônio da Rosa Brum e sua mulher. FTPM, Muriaé - Maço 35.

CAPÍTULO II

A ECONOMIA NASCENTE E SUA CONSOLIDAÇÃO

2.1 Os tropeiros: um realce à parte

O objetivo central do presente capítulo é acompanhar as variações da fortuna pessoal, durante os anos de 1848 a 1888 em São Paulo do Muriaé. Como salientado no tópico 1.4, o declínio da mineração dispersa a população das minas que, em busca de novas terras e afazeres, ocupa os *Sertões do Leste* mineiro.

As matas, com características propícias para o cultivo do café vislumbram as novas formas de riqueza e a construção da base econômica do novo polo comercial mineiro, grande atrativo para aventureiros em busca de explorações econômicas. Portanto, cabe salientar, antes da efetivação do cultivo do café, outros gêneros agrícolas imperavam no cotidiano dos *sertões do leste*, como: o milho, a cana, o arroz, e, como consequência, é observado um valor galopante das terras, como mercadoria de compra e venda, após sua ocupação definitiva.

Embrenhar por este emaranhado de valores aplicados será a guia de análise do capítulo que ora inicia. Entender este passado auxiliar-nos-á à compreensão das formas de aplicação do presente, tendo sempre em mente que, toda e qualquer produção historiográfica é uma consequência dos valores sociais, econômicos, políticos e sociais que operam via sujeito e se fazem na prática como uma escrita. Tais fatores são definitivos para a compreensão e significação do fazer historiográfico, que influencia e define todas as relações históricas do presente (De Certeau, 1999: 65-109).

Para João Fragoso (2002), estudar a dimensão econômica não equivale apenas analisar o mercado como *locus* de produção ou de trocas, mas também o seu significado para a qualidade de vida dos diferentes grupos sociais. Entretanto, a história econômica ajuda a melhor entender a sociedade, a política e as formas de pertencimento cultural e étnico.

O mesmo autor relata que, durante o século XIX, as críticas feitas à história econômica eram grandes. Alguns estudiosos acreditavam que esse campo de estudo se limitava a dados quantitativos em detrimento ao social, o que resultaria numa história social desprovida de carne e sangue. Era necessário, pois, ligar o econômico aos fatores

sociais. Dar vida aos números, como afirma Carlos Bacellar (2001), para que estes números não se tornassem em algo frio e distante.

Conforme Adeline Daumard (1985:31), os interesses por historiadores, assim como cronistas e filósofos por assuntos sociais toma novos tons, apreendendo as características dos diversos grupos sociais, introduzindo, assim, o método quantitativo às pesquisas. Deriva daí a necessidade de medir os cálculos estatísticos por se adaptarem melhor do que a descrição de casos típicos, sempre contestáveis, ao estudo dos grupos, apresentando uma garantia de maior objetividade. Tal fator permite eliminar mais facilmente casos aberrantes. Obviamente, nada que deriva da descrição social é incomensurável, sendo necessário ampliar os campos estatísticos e o diálogo interdisciplinar.

Esta percepção de ligar a história econômica à história social é visível já em finais do século XIX. A preocupação passa a ser, não somente o mercado como *locus* de produção ou de trocas, mas também o seu significado para a qualidade de vida dos diferentes grupos sociais. Os estudos começam a visar estratégias sociais ao longo do tempo, suas opções entre consumo, poupança, bem como ao estudo de transferência patrimonial.

Nesta linha de raciocínio, em que economia e sociedade dialogam, nos aproximamos da compreensão da riqueza local, entendida como uma variação temporal definida como tudo o que foi acumulado durante a vida de uma pessoa, no nosso caso, e de outros pesquisadores, o que foi notificado nos inventários *post-mortem*, de acordo com a metodologia de Zélia Cardoso de Mello (1985), Renato Leite Marcondes (1998) e Rita de Cássia Almico (2001).

É justo afirmar que cada região possui características específicas, que nos ajudam a compreender a sociedade como um todo e seria algo ingênuo ou tolo generalizar a economia mineira. Assim, *cada grupo social, além de seus traços econômicos, caracteriza-se por culturas e estratégias de existências diferentes* (Fragoso, 2002: 3).

De uma forma brilhante, Rita Almico (2001:5) ultrapassa o período por nós analisado. Almico identifica e classifica as categorias de riqueza distinguindo as “novas” formas de riqueza das “antigas”, antes e depois da abolição, *levando em conta ser o movimento dessas formas de riqueza a expressão da transição em curso no momento*. O que permitiu conhecer qual grupo social se fortaleceu no interior de

interesses diversificados, quais as formas de aplicações monetárias antes e depois de 1888. Para tanto, separa seus dados em bens urbanos e rurais.

Não tivemos uma preocupação de separar bens urbanos, mas consideramos todos os bens notificados como rurais pelo fato de não existirem na freguesia traços marcantes de urbanização, como arruamentos e infraestrutura, por ser uma freguesia recém ocupada. Desta forma, optamos por considerá-los rurais, pois, estes traços se misturam a ruralidade de forma intensa, o que dificulta separá-los. Características que são observadas nos anos finais da pesquisa feita. Mesmo assim, nossa pesquisa contribuirá muito para preenchimento de uma lacuna na historiografia muriaeense, por não existir nenhum trabalho que aborde de maneira profunda e em longa duração as transformações na riqueza. Mesmo acreditando serem necessárias novas análises que dêem conta de traços não abordados aqui ³⁸.

Opondo a teoria de João Manoel de Cardoso de Mello (1998) no que diz respeito ao panorama econômico brasileiro no período recortado, - meados do século XIX ao fim do escravismo -, outras várias mudanças aconteciam a nível econômico brasileiro. Ainda que, para o autor, a economia brasileira estivesse voltada basicamente para o mercado externo, que mantinha o Brasil como país fornecedor de matéria prima, alimentos básicos, e consumidor de produtos industrializados dos países tidos como centrais, esta visão iria além, por existir um mercado interno forte, intenso e dinâmico.

Quase sempre voltados para um mercado de produção de gêneros básicos para consumo de diversas mercadorias que alcançaram destaque nos circuitos econômicos internos, como os animais e seus derivados, farinha de mandioca, madeiras, carne seca, aguardente e tecidos, milho, arroz e feijão, por estar diretamente voltado para compras e vendas, mesmo em locais recém ocupados, como a região em foco.

Devemos levar em conta que alguns fatores políticos, sociais e econômicos redefinam o período recortado. A Lei Euzébio de Queiroz que proibia o tráfico internacional de escravos, a Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários, pode ser um dos exemplos, por colocar em xeque a permanência de uma economia que arrolava há anos. No dizer de Robert Conrad (1975), a escravidão chegava ao seu fim e com ela a crise do sistema. O café se destaca a partir de então, pelas bandas do Médio Vale Paraíba como o principal produto agroexportador, o que proporcionou o enriquecimento, e mais tarde, o déficit de vários fazendeiros da região. *Uma riqueza*

³⁸ O trabalho pioneiro que, grosso modo, faz uma análise econômica local é ANDRADE, Rômulo Garcia de (1995).

fugaz, como bem afirma Célia Loureiro Muniz (2005: 3). Porém, por volta de 1870, este produto chega com toda força ao Oeste Paulista e, mais adiante de uma forma intensa, a Zona da Mata Mineira (Andrade, 1995; Oliveira, 2005).

Atrelada à ocupação e ao desenvolvimento econômico estava o transporte das mercadorias, bem como sua modernização, além do desenvolvimento de implementos agrícolas para a produção do café. Jamais esquecendo que, paralelo ao café, ou mesmo antes de sua chegada, outras atividades produtivas proporcionavam a manutenção da população, que na região se instalara como veremos no item 2.4.

Porém, não nos esqueçamos que no sertão por nós analisado, o tropeirismo teve uma função primordial no transporte de alimentos. Homens que, adentravam pelas picadas feitas por entre florestas e montanhas, com a função de transportar os mais variados produtos, foram imprescindíveis para a consolidação econômica da região.

Até recentemente havia a falsa ideia de que o café seria o principal produto econômico em Muriaé, já em meados do século XIX³⁹. Portanto, em pesquisa realizada constatamos que, quanto mais próximo ao fim da escravidão, maior seria sua produção. Portanto, antes do café se tornar economicamente o principal produto, outros alimentos eram produzidos e mesmo após sua intensa produção, - não entraremos neste mérito no momento -, os básicos continuavam sendo produzidos para abastecimento do mercado interno. Afirmamos, assim, pelos dados levantados, que a agricultura de mantimentos prepara para o desenvolvimento do café e o ingresso definitivo da região à economia de maior porte.

Mas não nos resta dúvida que inexistindo um intenso tráfego fluvial, mesmo entendendo que a produção poderia escoar timidamente pelo percurso do rio, a melhor forma de dinamizar o comércio local via terrestre, se encontrava nos lombos das bestas, já que as cachoeiras do rio dificultariam o transporte. Os lombos dos animais seriam uma alternativa para o transporte de mercadorias, que marcaria de vez o processo inicial do escoamento da produção agrícola.

Paulo Mercadante (1973:45) reforça esta argumentação ao afirmar que,

No lombo das tropas, a Mata encaminhava o açúcar, o fumo, o toucinho e o milho. Recebe de volta o sal de Magé. Em regresso, no arsenal, havia também armas e munições, botas e ferramentas para os homens. As sinhás encontravam veludo e seda, botina de

³⁹ Ver algumas efemérides, como as Revistas da Fundação Hastenreiter em suas várias edições, dentre outros autores, como Faria, Maria Auxiliadora Faria. O que ficou dos 150 anos de Muriaé. Leopoldina, 1995.

duraque e artigos de luxo. Ademais, havia algodão em tecido, o chá, bugingangas e mercadorias do Rio de Campos.

Tanto saíam quanto entravam produtos na freguesia. Artigos iam e vinham criando um intercâmbio e redes sejam elas comercial, social, política e cultural; que interligava a freguesia à Corte, Campos dos Goytacases, Itaperuna, Italva, Paraibuna, Vale do Paraíba fluminense e outras diversas localidades.

Foto 2

Chegada e embarque das tropas de burro nos armazéns da freguesia.



Fonte: Coletânea de fotos doadas pela Fundarte – APMM.

Para Evandro Carlos Guilhaon de Castro (2002:6), o tropeiro estaria ligado às atividades relacionadas ao deslocamento de gado e também de cargas através de tropas de muare, que seriam responsáveis por grande parte dos transportes dos produtos produzidos na região.

Muitas são as definições dadas ao termo tropeirismo, porém, sua essência não se perde. Evandro Castro (2002: 6-7) diz que, majoritariamente, o termo se refere àquele indivíduo envolvido com transportes de mercadorias, um agente de sistema de transporte baseado na tração animal, sendo uma figura colonial típica.

Para Mafalda Zemela (1990), os tropeiros, eram conhecidos como pessoas condutoras de animais, a grande maioria deles proprietários e, em alguns casos, um condutor contratado, o que geraria renda e relações sociais.

Lenharo (1993: 37) argumenta que os tropeiros não estavam sós, eram constituintes da parte da estrutura social uma vez que laços de parentescos eram imprescindíveis para que o comerciante estruturasse sua rede de negócios. Seria um ponto de apoio para firmar na praça comercial. São constantes para Lenharo, casos de famílias inteiras dedicadas ao comércio, o que lhes permitia uma associação de esforços e divisão de tarefas que as beneficiava conjuntamente.

Maria Sylvia de Carvalho Franco (1974: 12-25), assim como Lenharo, considera o tropeirismo como uma forma de oportunidade a *homens pobres livres* para projetar-se no sistema social. Por muitas vezes escravos livres e homens pobres usavam o tropeirismo como forma de enriquecimento.

Alcir Lenharo (1993: 36) é enfático ao afirmar que

o grosso da produção que abastecia o mercado provinha de áreas distantes. Os cereais eram geralmente produzidos no litoral e comercializados através de cabotagem. Já o gado, porcos, carneiros e galinhas, além do toucinho e queijos provinham do interior, através do comércio de tropas.

Obviamente que nas rotas comerciais, a presença de *atravessadores* já se faziam presentes, como forma de obter preços mais baixos ou mesmo algumas regalias, ocasionadas pelo comércio que se organizava.

Analisando um dos inventários datado de 1883, observa-se ao final do documento, um contrato de prestação de serviços, no qual Manoel José Ferreira deveria ser pago, seja em espécie ou em produto, de acordo com suas vendas, pelas viagens que fazia com tropas à cidade de Barbacena, perfazendo um total equivalente a 7% do total em contos de réis negociados. Infelizmente, a fonte não nos dá valores negociados, mas cruzando estes dados com os arquivos paroquiais, confirmamos exatamente o exposto por Zemela: Manoel José Ferreira era contratado por seus serviços. O inventariado, Desembargador Antônio Augusto Bicalho Canêdo, batiza Teresa de Jesus, nascida a 14 de março de 1865, filha do contratado e sua esposa Joaquina Clara de Jesus⁴⁰.

Evidencia, assim, amplas relações entre proprietários de animais (bestas) e contratantes, que acreditamos que não tendo condições para se manter por si só, ou

⁴⁰ Inventário *post mortem* de Desembargador Antônio Augusto Bicalho Canêdo, 1883 – FTPM. Maço 55.e APMSP - 1º Livro de Batismo da Matriz São Paulo do Muriaé.

mesmo obtendo no contratante um apoio e segurança social, mantinham-se fiéis um ao outro, mesmo sabendo da possível existência de atravessadores nos serviços, seja por um lado, seja por outro.

Querendo ou não, somos coniventes com Alcir Lenharo (1993), Mafalda Zemela (1990) e Maria Sylvia de Carvalho Franco (1974), ao considerarem que a atividade tropeirística era utilizada como um *trampolim* para a mobilidade social, o que mostra a importância da atividade para o crescimento social e econômico daqueles que por esta atividade se aventuravam.

Observa-se, então, que o interior mineiro não estava isento das atividades comerciais instituídas via tropeiros, mas o tropeirismo dinamizou a economia de subsistência, que acabou por se tornar, antes e depois da abertura das estradas de ferro pelo governo imperial, uma das maiores e melhores formas de comércio e de enriquecimento pessoal.

Mesmo havendo uma *maior distância de Muriaé do centro exportador (Campos-Rio de Janeiro) as dificuldades de transporte foram obstáculos sérios ao seu processo de acumulação* (Andrade, 1995:56), mas nem por isso as mercadorias deixaram de circular em longas distâncias através do sistema de tropas. Acreditamos que a atividade tropeirística, como referido acima, foi a responsável pela diminuição do acúmulo de capital de alguns senhores ou mesmo foi fator definitivo para a economia local.

Apesar de ainda hoje encontrarmos na região o uso de tropas, este sistema baseado em muares não persistiu por muito tempo como o principal meio de transporte. A partir da Lei do Ventre Livre em 1871, houve uma necessidade de adaptação e desenvolvimento de novas técnicas, já que o preço da mão-de-obra escrava estava em alta.

Ajudada pelos avanços tecnológicos mundiais das indústrias, a estrada de ferro, viria suprir essa deficiência. O trem de carga, meio de transporte barato, de grande capacidade de carga e muito mais rápido, assumiria essa franja pioneira. Porém,

As ferrovias não tinham capacidade de gerar um processo de produção novo (...) Elas consistiam antes de tudo num aperfeiçoamento tecnológico exigido pela própria natureza de um processo de produção determinado e a elas pré-existentes. Mas por um período inicial possibilitou que alguns lavradores em condições melhores pudessem contar com uma facilidade que assegurava o escoamento da produção agrícola e mercantil (Carrara, 1999: 21).

Na região, esta malha ferroviária cresceu de forma desordenada, por *falta de um plano diretor único, seguido pelos diversos governos do Estado; constituição de várias pequenas empresas privadas independentes, e por fim o relevo em geral fortemente ondulado* (Valverde, 1958:31). Por isso, nesta mesma localidade, esta possibilidade de transporte não seria por muito tempo utilizado, sendo extinta após alguns anos.

Em 1877, os trilhos chegam a Leopoldina, em 1879, em Ubá e, em 1886, ocorre a inauguração da Estrada de Ferro Leopoldina, em Muriaé. Acredita-se que este fato possibilitou o aumento da produtividade, e em breve, a cidade se destacaria entre um dos principais pólos de desenvolvimento da região. Porém, nossa análise não ultrapassará em demasia este momento oriundo do crescimento do escoamento de café com a chegada da Leopoldina Railway, mas estará voltada no momento para o papel assumido pelos lombos de burro para o escoamento no início da produção agrícola local.

Se o Brasil estava voltado para a economia de exportação, mesmo sendo contestado por alguns autores, para que isto acontecesse era necessário fazer chegar estes produtos até aos locais de embarque. E mesmo sendo este comércio voltado para um consumo interno, o comércio com freguesias próximas, ou o negócio de compra e venda com grupos sociais pela região estabelecidos, precisaria existir o transporte.

Entendido sob este ângulo, o tropeirismo foi de vital importância para o escoamento de gêneros básicos, ou seja, o crescimento da economia de exportação era acompanhado pelo setor de produção de alimentos, o que aumentava a necessidade de transporte (Almeida, 1994), e, automaticamente, faziam de todos os envolvidos no processo, consumidores dos alimentos transportados. Ainda afirmando que a economia muriaeense no período fosse voltada para um mercado regional, as tropas faziam seu papel de escoamento da produção.

Portanto, além de produtores e responsáveis em escoar a produção, todos aqueles que se aventuravam na arte de organizar tropas, e todos os submergidos no comércio tropeirístico, eram também consumidores de seus próprios produtos, dinamizando a produção e comércio, mesmo entendido como uma produção simples, se comparada a outros locais do Brasil Império.

Uma vez que o mercado expandia, a figura do tropeiro ganhava destaque, e sua participação na sociedade estabilizava-se, o que proporcionava uma intensa modificação na economia, por criar paralelamente vários campos de trabalho, como por exemplo: ferreiros, ajudantes e rancheiros (Maia, 1981).

Nas viagens feitas pelas tropas, de vez em quando, era necessário interromper o percurso para descanso. Em locais de paragens das tropas, muares, seus condutores, proprietários e/ou contratados era comum desenvolver locais de hospedagem, o que mais tarde poderiam derivar em futuras vilas e freguesias interioranas. Em algumas efemérides locais, fica claro a existência de locais de montagens de barracas e acampamentos para pouso e descanso de aventureiros que pela região passavam, bem como o local de recebimentos de produtos agrícolas, escoamento de produção, construção da primeira Igreja e contato com nativos. Local mais tarde batizado de Rosário, na região central de Muriaé ⁴¹.

Certamente que os condutores dos animais tinham um papel preponderante neste tipo de economia, mas também aqueles que conduziam as mercadorias, que tinham a função de levar nas costas o peso das mercadorias transportadas: o muar, que era o veículo de transporte utilizado pelo tropeiro.

Este animal é um híbrido originado de cruzamentos de espécies diferentes resultando do acasalamento entre equinos e asininos, ou seja, o jumento e a égua ou entre o cavalo e jumenta. Geralmente, dá-se preferência a este último por suas qualidades de resistência, capacidade de carga e disciplina (apud Castro, 2002:15-25).

Segundo Ronan José Rodrigues Pires (Pires, 2008:13) este animal é conhecido por vários nomes: *besta, mula, burro e vários outros sinônimos*. E complementa, o muar é dotado de muita inteligência, sabe dosar e regular suas forças durante o trabalho, sua estrutura corporal é proporcional o que permite uma maior capacidade de carga e transporte. Adapta-se, pois, a longos trajetos e grande peso.

Levando em consideração que a Zona da Mata Mineira tem sua ocupação definitiva após o esgotamento das lavras de ouro, seria óbvio que o muar terá sua atividade em proporções maiores a partir do desenvolvimento da região. Mafalda Zemela (1990) afirma que, a partir de 1733, o gado muar começou a aparecer em maiores quantidades em Minas Gerais e em outras regiões do Brasil, provenientes na sua maioria do Sul do país.

Diversos autores enfatizam a importância dos muares para o desenvolvimento econômico, como força impulsionadora de uma economia mercantil. De acordo com Celso Furtado (1980:42-55), sem os tropeiros, a economia se tornaria imóvel, não havendo desenvolvimento comercial.

⁴¹ Ver FARIA, Maria Auxiliadora. *O que ficou dos 178 anos da história de Muriaé*. Leopoldina, 1995.

Destarte, mesmo não aprofundando neste momento na produção de alimentos muriaeense no século XIX, o que faremos mais adiante, categoricamente, a produção de gêneros agrícolas esteve lado a lado com a expansão de novas rotas de mercado consumidor. Para que tal investimento acontecesse, os muares estariam atrelados ao dinamismo econômico local.

A procura de novas áreas para o fluxo e escoamento de mercadorias, as tropas teriam papel fundamental à procura de novos mercados produtores e consumidores. Traços desta afirmação são trazidas em amostras feitas junto a sessenta e quatro inventários *pós-mortem* do Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, entre os anos de 1846 a 1864 ⁴², e dezoito documentos entre os anos de 1865 a 1888, na tentativa de observarmos, na variação temporal, os resultados encontrados.

Porém, deve ser levado em consideração o fato de alguns anos analisados não foram encontrados documentos correspondentes. Acreditamos que um dos motivos das falhas se explica pela existência de alguns documentos em péssimas condições de conservação, impedindo uma análise mais aprofundada.

Pelo fato de não estarem devidamente organizados os documentos, sem a devida ordem cronológica no Fórum local, acreditamos que poderíamos encontrar, em maços não consultados na ocasião, novos dados, mas as informações apresentadas não nos impossibilitam de averiguar o papel dos muares na composição econômica local.

Mesmo que haja uma variação da apresentação de muares entre os anos analisados, é importante frisar que estes animais existiam e circulavam entre picadas feitas nas matas. Tal dedução ficará mais nítida com o desenvolvimento do trabalho, no qual falaremos sobre a produção de alimentos da região e que de fato, pela proporção produzida, afirmamos categoricamente que houve um mercado consumidor, mesmo sem saber suas proporções, o que necessitaria ocuparmos de outras fontes, como registros de notas compra e venda, mas existe a convicção de que o tropeirismo foi vital para o comércio local.

Metodologicamente, dividimos em dois momentos a análise dos dados, para captar as variações em número de animais, bem como seu preço. O recorte inicial equivale ao primeiro inventário encontrado no Fórum local, 1846 até 1864, em 1865 iniciamos o segundo período de análise, data à Lei Hipotecária, que colocaria a terra

⁴² Agradeço a colaboração de Ronan José Rodrigues Pires na coleta dos dados junto ao Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros e na confecção das tabelas referentes aos muares da região em foco.

como moeda de troca, formando um sistema bancário propriamente dito (Muniz, 2005), estendendo até a abolição dos escravos.

Um fator importante é que a grande maioria dos inventariados que possuíam as bestas de carga eram homens, provavelmente tropeiros ou donos de tropas que se aventuravam por entre caminhos não apenas transportando cargas, mas também levando informações e notícias via jornais, cartas e impresos ou mesmo boca a boca ⁴³. Teria esse grupo de trabalhadores a função não apenas de transportar alimentos e mercadorias, em geral, mas também levar comunicação.

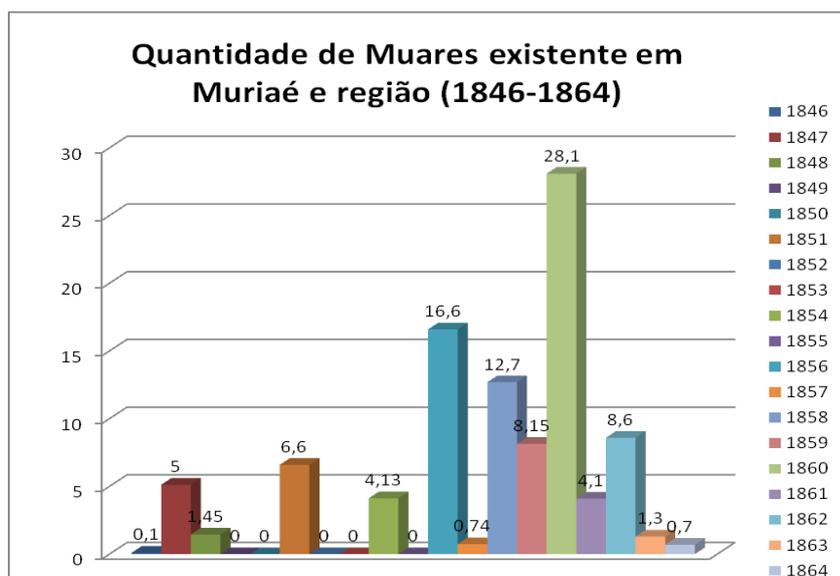
Ao analisar os dois gráficos abaixo em parceria com Ronan Pires, notamos variações no que diz respeito a quantidade de muares existentes em Muriaé e região, porém, em destaque, encontram-se os anos de 1856 (16,6%), 1860 (28,1%), no primeiro período, e no segundo período os anos de 1878 (15,4%) e 1881 (16,3%).

Não há uma explicação justa de existir nos anos abordados um maior número de animais, pode estar relacionado ao período de maior necessidade de transporte, ocasionado por uma maior produção agrícola nos anos destacados, o que não é nossa justificativa principal. Devemos entender que, com a chegada dos trilhos da estrada de ferro na localidade, o escoamento tenderia ser maioritário por este meio. Se o trem chega em 1886, temos a justificativa da queda do transporte por meio das tropas e um aumento do transporte por meio da linha férrea, mesmo reforçando que, até muito recentemente, elas ainda existiam na região.

Vemos assim, que mesmo variando de época para época, ano para ano, as tropas foram imprescindíveis para o um processo lento e gradual do desenvolvimento da atividades econômicas locais.

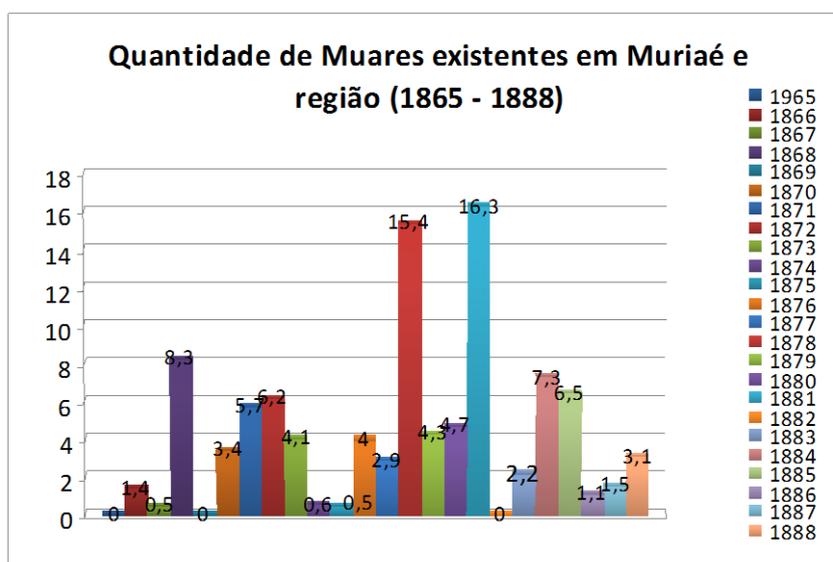
⁴³ Para maiores detalhes sobre a circulação de notícias em jornais ver, Rodrigo Fialho Silva. Nas Minas...por entre "typos", jornais e tintas: sociabilidade impressa e debate político na província das Gerais (1823-1831). *Tese de Doutorado*. PPGH/IFCH, Rio de Janeiro, 2011

Gráfico 1



Fonte: Inventários *post mortem*, 1846-1864. FTPM, Muriaé – MG.

Gráfico 2



Fonte: Inventários *post mortem*, 1865-1888. FTPM, Muriaé – MG.

De acordo com os dados coletados, podemos levantar a média de preços por muar, o que nos possibilitou obter um valor aproximado de cada animal decorrente de cada ano. Para Lenharo (1980:50-51), tal análise poderia funcionar como um *termômetro da economia*. De posse dos preços dos animais, é possível obter um

panorama geral das negociações geradas pelas relações tropeirísticas, bem como a situação econômica do período.

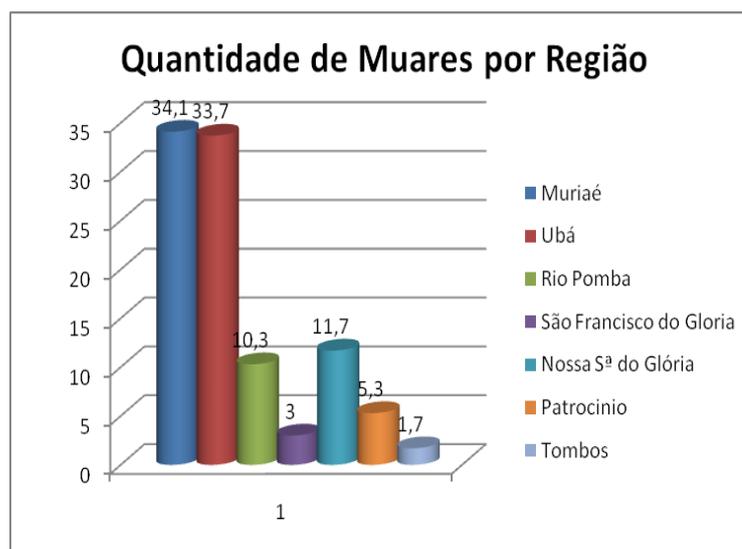
Observando todo espaço temporal avaliado (1846-1888), como era de esperar é visível uma variação do valor do mular. Períodos mais elevados e outros mais baixos. Entre os anos de 1846 e 1888, a média de preço dos animais é elevada, pelo fato de ser o período inicial da circulação dos produtos, sendo o animal um semovente raro, de grande valor de mercado e o principal meio de escoamento da produção. Em 1848, o preço do produto caiu se comparado a 1846, mas em 1851, a média de valor se mantém, com um pequeno declínio. Continuam as variações entre os anos de 1866 a 1864, sem nenhuma interrupção, por falta de dados. Daí adiante, até 1888, existe falta de dados em 1865, 1869, 1882; permanecendo entre queda e aumento de seu valor nos anos subsequentes.

Convém salientar que não sabemos a idade e estado de conservação dos animais, por não serem notificados na fonte, mas é obvio que este fato foi decisivo para a declaração do preço final do produto nos inventários. O que sabemos é que, independente da variação do valor das tropas, até muito recentemente, os muares se faziam presentes na região transportando madeiras, alimentos, e gêneros de utilidades básicas.

Acreditamos que no século XIX, quanto mais difícil o escoamento da produção, maior seria a valorização das tropas, e mesmo com a chegada da estrada de ferro na região, - o que vai ser decisivo para a diminuição do transporte via tropas -, este serviço se mantém ainda por muitos anos, como um dos pilares do transporte contribuindo decisivamente para o crescimento econômico regional.

Encontramos nas fontes consultadas, a presença de documentos de freguesias próximas a São Paulo do Muriaé, como: Ubá, Rio Pomba, Tombos, além de outras, em quantidades reduzidas. Mesmo sabendo que tais fontes podem estar presentes em outro cartório, que não o de origem, por extravio, ou coisa parecida, permite-nos notar indícios de vários pontos de carregamentos e descarregamentos entre Muriaé e várias localidades da região, constituindo numa malha comercial de vendas e trocas, com destinos em pontos estratégicos de vendas e revendas.

Gráfico 3



Fonte: Inventários *post-mortem*, 1846-1888. FTPM, Muriaé - MG.

Após esta breve explanação, fica-nos claro que o sistema de tropas representa um dos principais meios para o transporte e desenvolvimento da economia local, pelo menos até a chegada da estrada de ferro na região. Nos lombos dos animais, produtos comerciais iam e vinham, subiam, e desciam montanhas; trilhas eram feitas, rotas eram modificadas e solidificadas, novos contatos e novas redes sociais eram estabelecidos. Inclusive reforçava os laços parentais reafirmados, reestruturando uma rede de negócios bem estabelecida pelo apoio parental, que lhe serviria de ponto de apoio, ao proporcionar benefícios conjuntos.

Com a circulação das tropas, a riqueza local ia aos poucos tomando novos rumos, acirrando cada vez mais a divisão social. Ricos e pobres, brancos e negros, índios e mestiços se entrelaçavam numa sociedade extremamente hierarquizada, assim, quem possuía bens era impulsionado à elite que, se constituía e utilizava os meios possíveis e impossíveis para o acúmulo de capital.

Mas o que era possuir riqueza em uma sociedade que ora se organizava? Quais seriam as aplicações feitas surgidas pelo aumento comercial? Terras, escravos, produção de alimentos, benfeitorias, animais. O que garantia a aplicação e o lucro individual? É possível perceber a retenção e a diversificação econômica pessoal como forma de

entendimento das transformações da própria esfera produtiva?⁴⁴ São alguns interesses a serem desenvolvidos a seguir.

⁴⁴ Vale a pena consultar o trabalho brilhante de Rita Almico, *Fortunas em Movimento: as mudanças ocorridas na riqueza pessoal. Juiz e Fora, 1870-1914. Dissertação de Mestrado*. Campinas: Unicamp, 2001.

2.2 A alocação da riqueza

Mais importante do que constatar a permanência das fortes desigualdades sociais ao longo de quinhentos anos de Brasil é compreender que, nesses séculos a sociedade brasileira viveu mudanças (em suas relações sociais, nas formas de acumulação, no perfil de suas elites, etc).

Fragoso, 2002, p. 3-28

É proposital iniciar este subtítulo com a fala de João Luís Fragoso, exatamente por observarmos que as explicações e entendimento sobre as mudanças na economia constituem-se num processo histórico de difícil compreensão.

O autor salienta que para compreensão da brutal desigualdade na distribuição da riqueza, temos que compreender historicamente o processo. Marcado por uma alta concentração de riqueza nas mãos de poucos, compartilhamos os valores originados de uma sociedade de predominância do trabalho escravo, em que foi produzido um contínuo fosso entre ricos e pobre.

Uma ciranda econômica acabaria por gerar alguma segurança em aplicações monetárias, de acordo com o momento vivido. Para Fragoso (1998) a conversão de acumulação em fazendas confirma uma sociedade baseada no prestígio social, no qual as relações de poder estão além das relações de produção. Escravos e terras seriam um investimento seguro, no período por ele recortado (1790-1830), na praça mercantil do Rio de Janeiro.

Em se tratando da Zona da Mata Mineira, até pouco tempo, a região era vista como intermediária, de segundo plano, por estar localizada fora de eixo central da Capitania, no período Colonial. Os holofotes não estavam refletidos historicamente, até porque teve uma ocupação tardia, em relação às demais localidades do centro minerador mineiro.

Tal fator influencia decisivamente na justificativa de existirem poucos trabalhos que buscam aprofundar a economia da Mata Mineira, o que atualmente, tem crescido de forma assustadora. Portanto, permanece ainda pequeno, o número de pesquisas que se volta para a região central aqui em foco, pois, a maioria deles, se concentra na região juizforana. Quanto mais tardia a ocupação e mais distante do eixo central, menores as pesquisas até então realizadas.

Alguns destes estudos foram comentados na parte introdutória do trabalho, mas reforçamos a importância de pesquisas que abordem a Mata Mineira para o

entendimento da freguesia aqui analisada, apreendida não como idêntica, mas que ajuda a entender o emaranhado de ligações entre homens, que por aqui circulavam ⁴⁵.

Abaixo ilustraremos alguns trabalhos abordados, que tem afinidade como o tema aqui tratado. Somente mais adiante é que daremos ênfase ao trabalho desenvolvido por Rômulo Andrade, por fazer uma análise comparativa entre São Paulo do Muriaé e Juiz de Fora, o que é de vital importância para a compreensão da região como um todo.

Mônica Ribeiro de Oliveira (2005: 249), ao estudar o sistema de transição para o sistema agrário-exportador, conclui que antes de uma mera extensão do sistema agrário fluminense, a cafeicultura mineira cresceu vinculada à acumulação endógena de capital mercantil na província, diferindo dos modelos do Rio de Janeiro, pela ausência de capitais de grosso trato nos primeiros investimentos; e São Paulo, por transferir capitais anteriores ao cultivo de bens de subsistência ou exportação em atividades comerciais.

Verificando as fortunas de Juiz de Fora, entre 1870-1914, Rita de Cássia Almico (2001) afirma existir uma *dança de riqueza*, ou seja, a tríade escravos, dívida ativa e café, eram os principais ativos econômicos do município no período escravista, mas posteriormente à abolição, mudando principalmente para terras, casas e títulos. E conclui que, *o capital acumulado graças à atividade econômica possibilitou grandes investimentos industriais e comerciais na região, demonstrando a diversificação da economia local e a formação de riquezas pessoais.*

Luiz Fernando Saraiva (2001) confirma esta análise de fortuna local, pelo menos no que se refere aos anos de 1870 a 1888, reforçando o que a historiografia já confirmara: uma estreita ligação entre a riqueza da região com o setor agrário. O autor separa os principais ativos ditos “rurais” ou ligados ao setor agroexportador, e chega à conclusão que terras e escravos correspondiam a 55% da riqueza total da região. O café permanecia numa média de 13,73%, já o escravo correspondia, até o ano de 1887, à maior riqueza do período, qual seja, 24,78% e as terras 16,49%.

Anderson Pires (1993), partindo de um estudo sobre o capital agrário e investimento e crise na cafeicultura em Juiz de Fora, constata que a base

⁴⁵ Em conversa com Dr^a Elione Silva Guimarães, observamos que um dos maiores proprietários de escravos da região, Manoel Garcia de Mattos, era oriundo de Juiz de Fora e pelo visto filho ou sobrinho de Francisco Garcia de Mattos, um grande senhor de escravos morador de Juiz de Fora. Claro que Manoel Garcia de Mattos não se deslocou de Juiz de Fora sem saber das possibilidades econômicas existentes em Muriaé, demonstrando que havia intensas trocas econômicas, social, cultural, etc; entre familiares entre um local e outro.

agroexportadora cafeeira favoreceu o desenvolvimento industrial e que a produção de café não entra em decadência após a abolição.

Wanderley Clarck dos Santos (1997), em pesquisas às cartas de alforria em São Paulo do Muriaé, esclarece que, esta freguesia tem seu desenvolvimento ligado à economia agroexportadora cafeeira. Porém, a ascensão do café nesta localidade se deu mais tardiamente se comparado a Juiz de Fora, tendo por isso mesmo, uma estrutura de posse de escravos diferenciada, algo em torno de 1/3 da população escrava.

Com o impulso comercial na região, a agricultura foi ganhando força. Para que houvesse este crescimento, era necessário o desenvolvimento da mão de obra; programa de sementes; e mudas e técnicas agrícolas. Era necessário cultivar a terra, neste contexto, surgem plantações de cana, mandioca, milho e mais adiante o café, que se transformaria no maior produto exportador no final do século.

Conforme Mônica Ribeiro de Oliveira (2005) a expansão da produção cafeeira da Zona da Mata Mineira deu-se nas primeiras décadas do século XIX, acelerando a partir de 1850; todavia o grande auge produtivo aconteceu no início do século XX. De acordo com Anderson Pires (1993), em 1847 e 1851, a Mata Mineira obteve uma participação de quase 100% proporcional à produção geral de café do Estado.

Ana Lanna (1985:30-31) afirma que, sendo a Zona da Mata Mineira apenas 5% do território do Estado de Minas, a região se beneficiou pela aproximação do Vale do Paraíba Fluminense, considerado anteriormente o maior produtor de café do país, como também por suas adequações ao produto. Pelas condições favoráveis, não tardou ser um dos principais centros comerciais exportadores da rubiácia, como descrito na tabela abaixo.

A tabela 5 nos permite vislumbrar uma participação ativa da região no que diz respeito à produção cafeeira mineira até 1926, permanecendo altíssimas as porcentagens de produção, com um pequeno declínio em 1886, 1903/04, queda oriunda principalmente dos cafezais do sul da província. Domingos Giroletti (1987) afirma que, em 1890, 75% da receita do Estado adivinham das taxas da produção cafeeira. De 1870 a 1930, o café seria o responsável por cerca de 60% das exportações mineira.

Tabela 5**Relação Proporcional da Produção cafeeira da Zona da Mata na Produção do Estado de Minas Gerais (períodos seleccionados)**

Período	Minas Gerais*	Zona da Mata*	%
1847/48	745.381	743.707	99,77
1850/51	900.264	898.184	99,76
1886	5.776.866	4.316.067	74,71
1888	5.047.600	4.433.800	87,83
1903/04	9.404.136	5.993.425	63,73
1926	12.793.977	9.105.543	71,17

* em arrobas **Fonte:** PIREs, Anderson (1993:96)

A rápida expansão do mercado interno na região cafeeira repercutiu favoravelmente à produtividade do setor de subsistência (Fragoso, 976:46). Entretanto, diferentemente de Ana Lanna (1986), Mônica Oliveira (2005) adverte que, a Mata Mineira gozava de capital internalizado na Província, o que ajudou na formação de um modelo autônomo de transição para o café. A cafeicultura mineira não dependeu de um avanço de fronteira ocidental da cafeicultura fluminense, sobretudo não dependeu da aplicação de capital mercantil, e sim do capital produzido endogenamente na província, vinculada a intercâmbio Centro/Sul que processou uma verdadeira mutação de categorias de produtores de alimentos, comerciantes e capitalistas, alçando-os a condição de grandes cafeicultores.

Mas nos perguntamos, Muriaé seguiu esta mesma característica da Zona da Mata Mineira? Em que se baseavam as aplicações monetárias em um período de intensas transformações sociais, econômicas e culturais? Café, escravos, terras, benfeitorias faziam parte de tal designação?

Tentaremos nos aproximar das respostas de tais indagações, a partir de análises documentais. E como citado anteriormente, chamaremos por riqueza o que foi acumulado durante toda a vida do inventariado, seguindo metodologicamente os trabalhos Rita de Cássia Almico (2001), bem como de Zélia Cardoso de Melo (1985) e Renato Leite Marcondes (1998).

Procuramos vislumbrar estas transformações advindas das aplicações monetárias das categorias que mais se destacam nos inventários, o que permitirá conhecer qual o grupo social que se destaca, e quais os interesses envolvidos nas relações instituídas.

Para melhor conhecer esta realidade, apresentaremos a qualificação dos bens materiais e seus respectivos valores financeiros que, constituíram a maioria das grandes fortunas por nós analisadas. Através dos dados digitalizados dos inventários, catalogamos a parte referente ao montante de bens, que estão divididos em bens de raiz, semoventes (escravos), móveis e dívidas ativas. Após a catalogação foi feita uma seleção dos principais geradores de riqueza através de cada monte-mor.

Jamila Aparecida de Silva Câmara e Sérgio Antônio da Silva (2009) analisaram a riqueza decorrida no mesmo período de tempo, porém, sob uma análise a cada 10 anos. Na tentativa de diminuir o raio de ação, incluiu alguns inventários que, na oportunidade, ainda não compunham à documentação analisada.

Necessário reforçar, como salientado em pesquisas anteriores ⁴⁶, que a região aponta para peculiaridades próprias: a existência de pequenos e médios proprietários, sem grandes *plantations* possuindo como sustentáculo econômico mão de obra escrava. Assim, na região, o que definia a posição sócioeconômica era o número de cativos pertencentes à família. A terra não estava condicionada a este número de escravos, haja vista a quantidade de solo improdutivo resultando numa variável produção agrícola.

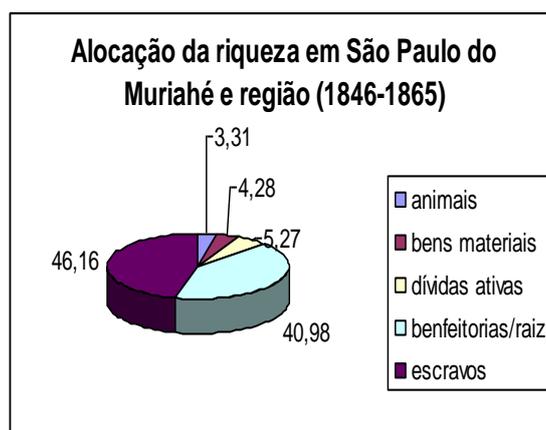
Porém, antes de aprofundarmos em um estudo mais amplo e de maior recorte temporal (1846-1888), bem como os maiores geradores de renda, concentraremos esforços para perceber esta variação na riqueza entre os anos de 1846 a 1865, como uma análise prévia, comparativa e com uma metodologia diferenciada como será abordado posteriormente. Dentre os poucos trabalhos que objetivam analisar a região muriaeense, se encontra um estudo recente, desenvolvido em parceria com Antônio Anardino Salvador (2008).

Para tal pesquisa, selecionamos 89 amostragens de inventários, entre os anos de 1846 a 1865. Foram feitas médias de cinco inventários/ano, num montante total de 56 documentos descritos pelas seguintes categorias: escravos, benfeitorias/raiz, bens materiais (cobre, prata, ferro, utensílios e móveis), animais e dívidas ativas.

Do total analisado, 3,31% da riqueza correspondia à quantidade de animais como burro, cavalo, boi, vaca, ovelha, cabra; 4,28% estariam entre os bens materiais; 5,27% em dívidas ativas; 40,98% entre benfeitoria/raiz, incluindo engenhos, moinhos, chiqueiros, além de outros; e 46,16% representavam a categoria de escravos. Como mostra o gráfico a seguir.

⁴⁶ Para maiores detalhes ver Andrade, Rômulo Garcia (1995) e Andrade, Vitória Fernanda Schettini de (2006)

Gráfico 4



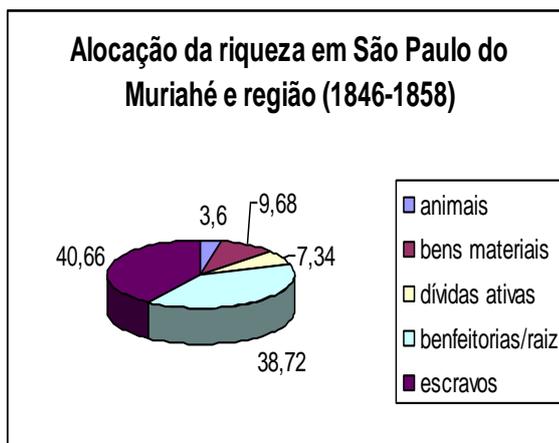
Fonte: Salvador, (2008)

No decorrer da pesquisa notamos uma variação resultante do ano de 1850. De acordo com Lígia Osório Silva (Silva, 1996), a Lei de Terras, constitucionalizadas nesse ano, influenciou na economia local, mudando parte das estruturas econômicas existentes. Todavia, tal transformação só refletiu de forma convincente em Muriaé e região a partir de 1858.

A Lei Euzébio de Queiroz colocou fim ao comércio internacional de escravos, mas de certa forma colaborou para o tráfico interprovincial e encareceu o preço dos escravos. Estes preços que eram em média 800\$000 (oitocentos mil réis) nos anos iniciais da pesquisa, passaram em 1858 para 2:000\$000 (dois contos de réis), um aumento considerável que resultou em várias transformações e até mesmo em falência de alguns cafeicultores locais, que, sem dinheiro para investir em mão de obra escrava, acabariam por sofrer um colapso.

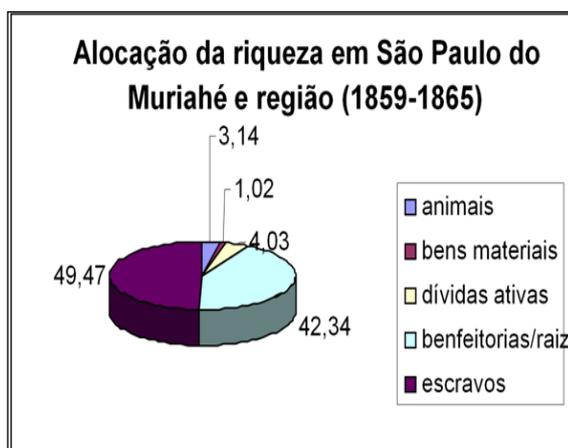
Se observarmos um desmembramento feito entre os anos de 1846 a 1865, para 1846 a 1858 e ainda 1859 a 1865 notamos que as transformações não refletiam apenas os valores dos escravos, mas também a economia local. Os bens materiais que até 1858 correspondiam a 9,68% da riqueza local, agora representavam 1,02%. Os animais e dívidas ativas se mantiveram reguláveis, já que as terras também presenciavam um grande aumento em seu valor, conforme os gráficos a seguir.

Gráfico 5



Fonte: Salvador, (2008)

Gráfico 6



Fonte: Salvador, (2008)

As pesquisas de Rômulo Garcia Andrade (1995: 63), apesar de um recorte e uma metodologia diferenciada, não distanciam muito dos dados alcançados. Ao fazer um estudo contábil levando em consideração as inversões significativas para o processo produtivo, tais como, escravo, terra e café, salienta que, entre os anos de 1872 a 1884, os escravos representavam mais da metade das inversões, seguidos da terra e do café. Outra nota feita pelo autor é que havia pouca representatividade dos pequenos proprietários no conjunto de inversões, uma vez que, os grandes e médios concentravam mais de 90% delas, o que justifica historicamente ser uma sociedade extremamente desigual em sua distribuição de renda. Poucos detinham a maioria das terras e lucros,

enquanto, a grande maioria vivia em péssimas condições econômicas, conforme tabela abaixo.

Tabela 6
Os proprietários rurais de Muriaé e a concentração de escravos, terra e café, 1872-84.

Proprietários	Nº	Escravos	Café	Terras	Total
Pequenos	10	34:194 (10%)	8:640 (8%)	18.686 (8%)	61:520 (9%)
Médios/grandes	10	314:495 (90%)	96:770 (92%)	209.280 (92%)	620:545 (91%)
Total	20	348:689 (100%)	105:410 (100%)	227.966 (100%)	682:065 (100%)

Fonte: ANDRADE, (1995: 63)

Numa comunidade agrícola, onde o sistema escravista era o sustentáculo dessa moldura econômica, *o trabalho escravo tinha o papel primordial na economia do período* (Libby, 1984:15). Assim, *expandir a produção implicava em primeiro lugar, o aumento do plantel de escravos* (Andrade, 1998: 186), seguido de outras duas características fundamentais, *a terra e o café* (Andrade, 1995: 61), como nos mostra a tabela abaixo.

Tabela 7
Comparações das inversões em escravos, terra e café.
Muriaé, 1872-84

Proprietários	Escravo	Café	terras	total
Pequenos	56%	14%	30%	100%
Médios/Grandes	51%	16%	33%	100%

Fonte: ANDRADE, (1995: 63)

Desta forma, independente do lucro obtido com a produção das terras, possuir maior número de cativos era o que definia a posição econômica e social dos moradores locais, ou seja, a terra não estava condicionada ao número de escravos e muito menos a produção agrícola.

Rômulo Andrade (1995:43) afirma que a média de anotações sobre pés de café por propriedades em Muriaé era de aproximadamente 21.300 pés, sendo que 50.000 foram à maior quantidade encontrada em uma propriedade. Conquanto, é importante

esclarecer que o tamanho das propriedades era extenso, mas a sua produtividade não ultrapassava feições de pequeno produtor.

A localidade analisada teve como característica a base de concentração de terras, onde a pequena minoria dominava a grande extensão de terra, ainda que, o número de escravos e a dedicação à cafeicultura fossem muito modestos. Assim, as pequenas e médias propriedades tinham a função de absorver o grande contingente populacional de escravos que existia na localidade no século XIX.

Acreditamos que, o número de pés de café apontado por Andrade (1995) deve ser revisto, pois, ao verificar o inventário de um dos maiores proprietários de escravos da região, Desembargador Antônio Augusto da Silva Canêdo, encontramos números que ultrapassam a maior quantia encontrada pelo referido autor, qual sejam, 102 mil pés de café; e ainda, 5.250 arrobas de café em coco; 600 arrobas de café novo e 300 arrobas de café em frutas, além das culturas de arroz, feijão, milho, cana-de-açúcar, mandioca e arroz, o que provavelmente implica num aumento da produção local do produto ⁴⁷.

As aplicações trazidas por Andrade (1995) possuem afinidades com os dados que apresentaremos, os quais estenderemos o raio de ação. Anteriormente, focávamos entre os anos de 1846 a 1865, agora estenderemos para os anos de 1846 a 1888 este estudo. Porém, nos aprofundaremos na variação da riqueza de tempo em tempo para melhor analisar esta mudança nas aplicações monetárias em um maior espaço temporal.

Como observado anteriormente, o declínio da área de mineração dispersa a população de suas minas à busca de novas terras e afazeres, levando a ocupação dos *Sertões do Leste*. As Matas, com suas características propícias para o cultivo do café, vislumbraram as novas formas de riqueza e a construção da base econômica do novo polo comercial mineiro, que seriam um grande atrativo para aventureiros em busca de novas explorações econômicas.

O crescimento das lavouras trouxe para a região outra fonte de riqueza segura para a época, *a mão de obra escrava*. Paralelos aos escravos, às terras apresentam como a mais segura fonte de investimentos e a mais consistente do sistema econômico para o período mencionado, persistindo até o limiar da escravidão, abrindo novos caminhos para a última forma de riqueza dos proprietários do final do século XIX e início do XX: o café.

⁴⁷ Inventário Desembargador Antônio Augusto da Silva Canêdo. Maço 55. FTPM, Muriaé.

Para melhor conhecer esta realidade, apresentamos a qualificação dos bens materiais e seus respectivos valores financeiros que, construirão a maioria das grandes fortunas por nós analisadas: escravos, terras e café, buscando assim, analisar a variação da riqueza no município de São Paulo do Muriahé, no século XIX.

Para esta próxima etapa da pesquisa os inventários *post-mortem* continuam sendo nossa principal documentação equivalente ao período entre 1848-1888. Através dos dados digitalizados dos inventários, catalogamos a parte referente ao montante de bens, que estão divididos em: bens de raiz, semoventes (escravos), móveis e dívidas ativas. Após a catalogação foi feita uma seleção dos principais geradores de riqueza através de seus representativos no monte-mor. Foram estabelecidas comparações entre esses dados, a fim de avaliar a variação na riqueza em recortes de 10 anos.

No primeiro período analisado, entre os anos de 1850-1859, os escravos representaram 49,22% da riqueza total, as terras 44,01% e café 6,77% dos inventários, perfazendo um total de 97:920\$000. Distribuídos entre 48:200\$000, aplicados em escravos, 43:100\$000, em terras e 6:620\$000 investidos em café conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 7

Análise dos bens. São Paulo do Muriahé, 1850-1859.

Inventários : 1850/1859

Valor dos bens analisados: 97:920\$000

Escravos: 48:200\$000

Terras: 43:100\$000

Café: 6:620\$000



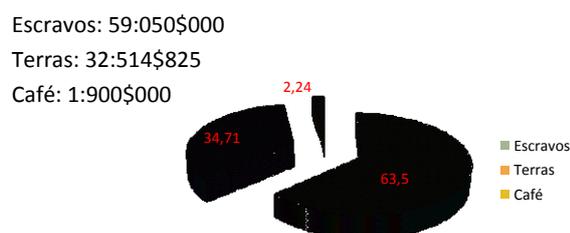
Fonte: Inventários *post-mortem*, 1850-1859. FTPM, Muriaé – MG.

Entre os anos de 1860-1869, os cativos apresentam 63,05%, as terras 34,71% e o café figuram em 2,24%, num total de 93:648\$825. Sendo aplicados 59:050\$000 em escravos, 32:514\$825 em terras e 1:900\$000 em café.

Gráfico 8

Análise dos bens. São Paulo do Muriaé, 1860-1869.

Inventários : 1860/1869
Valor dos bens analisados: 93:648\$825



Fonte: Inventários *post-mortem*, 1860-1869. FTPM, Muriaé – MG.

No período entre os anos de 1870-1879 os escravos figuram 52,65%, terras representarão 36,67% e o café, 10,68% do montante dos inventários aplicados entre 308:283\$000. Dentre os investimentos 75:700\$000 são em escravos, 43:100\$000 em terras e 15:600\$000 em café.

Gráfico 9

Análise dos bens. São Paulo do Muriaé, 1870-1879.

Inventários: 1870/1879

Valor dos bens analisados: 308:283\$900



Fonte: Inventários *post-mortem*, 1870-1879. FTPM, Muriaé – MG.

Nos anos entre 1880-1888, os cativos representarão 42,49%, terras representarão 41,34% e o café 16,17% do total da riqueza, aplicados à soma de 377:360\$391, distribuídos ente 160:340\$000 em escravos, 156:016\$191 em terras e 61:004\$200 em café.

Gráfico 10

Análise dos bens. São Paulo do Muriaé, 1880-1888.

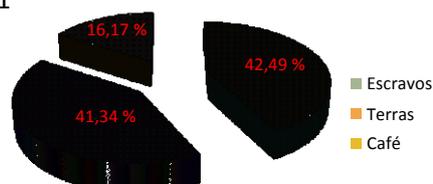
1880/1888

Valor dos bens analisados: 377:360\$391

Escravos: 160:340\$000

Terras: 156:016\$191

Café: 61:004\$200



Fonte: Inventários *post-mortem*, 1880-1889. FTPM, Muriaé – MG.

Obs: Para o período analisado, o inventário do Desembargador Antônio Augusto Bicalho Canêdo corresponde a 51,77% do montante do valor para os itens: Escravos, Terra e Café perfazendo um total de 195:371\$385 (Cento e noventa e cinco contos, trezentos e setenta e um mil, trezentos e oitenta e cinco réis).

Com base na análise dos dados catalogados referentes aos inventários do Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, nota-se que a riqueza pessoal em São Paulo do Muriaé era basicamente composta pela posse de escravos, seguido das terras e café, havendo um crescimento gradativo entre terra e café, enquanto o preço do escravo tem um declínio no último período analisado.

Nos anos de 1880 a 1888, o valor da terra aproxima-se do escravo tendo o café permanecido *inexpressivo* para o recorte temporal em todos os períodos analisados, muito embora houvesse um crescimento da produção rubiácea em todos os períodos avaliados.

Ao que tudo indica, a partir de 1888, o café teria uma intensificação na produção favorecido pelo escoamento da produção, via estrada de ferro o que poderá ser um dos fatores responsáveis pela urbanização, sendo a situação econômica dos grandes cafeicultores, um incentivo ao crescimento local.

Muito embora a região caracterizasse por baixos plantéis de escravos, este grupo, em todos os períodos analisados permanece sendo o do maior valor aplicável,

inclusive até os períodos finais da escravidão, mesmo em períodos de intensas mudanças econômicas, seguidos de uma crescente valorização da terra.

A terra inserida ao meio da produção cafeeira retrata sua variação de preços e instabilidade econômica, mediante ao cativo que somente no último período (década de 1880), próximo à abolição, terá seu valor comercial um pouco reduzido no mercado, comparado aos períodos anteriores.

O valor da terra passa de 40% nos inventários analisados no último recorte (1880-1888), retornando sua importância financeira, observada nas primeiras décadas (1850/1859), em que perfazia um total de 44,01% do valor total dos inventários analisados, junto aos escravos com 49,22% e o café apresentando 6,77% do total de 48:200\$000 na primeira década analisada.

Afirmamos, assim como Rita Almico (2001), uma *dança de riqueza* nas aplicações monetárias, porém, necessário se faz esmiuçar os dados para tentar fugir ao modelo já tradicional: terra, café e escravos, a fim de verificar mudanças na própria estrutura que aos poucos se organiza em Muriaé.

O aumento do valor das terras pode ser entendido como uma forma de controle dos fazendeiros, revelando como uma das aplicações mais seguras em períodos de mudança, apesar de não ser até finais da escravidão, o principal bem aplicável.

Mesmo não sendo objetivo principal deste trabalho, merece destaque o número de dívidas ativas apresentadas na documentação e poucas dívidas passivas, o que demonstra certo equilíbrio monetário entre os inventariados. Apenas em caráter ilustrativo, e tentando perseguir trajetórias individuais, selecionamos o inventário de maior investimento e bens encontrado. Um registro datado de 20 de maio de 1883, do inventariado Desembargador Antônio Augusto Bicalho Canêdo.

Com uma riqueza fora dos padrões normais para a freguesia, o documento consta com aparatos de uma banda de música, café, cana de açúcar, feijão, potes de água ardente, capados, garrotes, bestas, seleiros, casas de vivenda, olarias, 103 escravos (101 escravos residentes na freguesia murieense e 2 escravos residentes em Barbacena), etc. Ainda no documento observa-se um número gigantesco de dívidas ativas, cerca de 293:231\$970 (Duzentos e noventa e três contos, duzentos e trinta e um mil, novecentos e setenta réis) dentre as dívidas ativas estão o Banco do Brasil, Companhia de Seguros, Apólices, Eudóxia Canêdo (a esposa), os filhos, padres, dentre outros, e nenhuma dívida

passiva, o que demonstra que o Desembargador era realmente um investidor estável residente na região⁴⁸.

Ainda no mesmo inventário observa-se que só na freguesia de São Paulo do Muriahé, excluindo Barbacena, uma soma total 195:370\$000 dentre escravos, terras e café, e outros bens. Portanto, há de convir que dentre os herdeiros, seis filhos eram do segundo matrimônio: Antônio (17a), Balbina (9a), Agenor (8a), Affonso (5a) Christianno (3a), Guilhermina (8m); e quatro filhos de primeiras núpcias: D. Augusta Canêdo Alves Pequeno casada com Dr. Augusto Pinto Alves Pequeno; D. Christina Severina Augusta Canêdo de Magalhães casada com Augusto de Almeida Magalhães; D. Antônia Augusta Canêdo Penna casada com Domingos Moreira Teixeira Penna, o que de fato, contribuiu para redução dos bens com a divisão entre os herdeiros.

Esperamos nos dados acima levantados ter contribuído para um maior entendimento do que era ser considerado ser rico na freguesia no século XIX. Fica nítido que a economia estava em crescimento e mesmo que apresente um modelo tido como *tradicionais outras* formas de aplicações são percebidas ao final da escravidão, como aplicações em ações e abertura de bancos, o que aponta para uma sociedade em mudança.

Claro que um maior entendimento das mudanças sofridas economicamente necessita de uma ampliação e análise pós-1888 e ainda um cruzamento desta fonte analisada com registro de notas. Portanto, não temos dúvidas de que a região caminhava rumo a novos tempos. A cidade crescia. Os determinantes sociais e econômicos tomavam novos rumos e novos investimentos se manifestavam.

Com o intuito de afunilar nossa análise resta, pois, um olhar mais refinado de como era constituído estes plantéis de escravos, já que no período analisado apresentava o maior bem aplicável.

⁴⁸ FTPM. Inventários *post-mortem* do Desembargador Antônio Augusto Bicalho Canêdo, 1883, Maço 55.

2.3 Um adentrar pelo maior bem aplicável: a análise das escravarias

Continuamos nossa viagem pelos sertões muriaeenses, e como confirmado acima, o maior investimento monetário no período abordado, como previsto, era oriundo da aplicação tradicional: o escravo. Foi possível perceber que existiam variações entre os cativos, no que diz respeito ao ano dos inventários, número, valor e idades dos escravos.

Sabendo, portanto, que os escravos eram bens que possuíam alto valor agregado e que, por isso, moviam a economia no período em que foram utilizados como principal mão-de-obra em atividades diversas, desde o fiarem tecidos, cuidarem de filhos das senhoras, até a labuta diária e pesada das culturas e lida com a terra. Dessa forma, aprofundar nos dados que remetem à constituição demográfica escravista é dar uma maior seguridade à pesquisa.

E tal análise não nos remete a algo inusitado ou sem justificativa, entretanto, há de convir, extremamente complexo. De acordo com Maria do Carmo Salazar Martins, Maurício Antônio de Castro Lima e Helenice Carvalho Cruz da Silva (2001), a distribuição da população mineira é bastante heterogênea, quando consideramos cada município isoladamente. Os autores, ao utilizarem de mapas populacionais para os anos de 1862/3, constatam que, em Barbacena e Leopoldina, localidades próximas a Muriaé, o número de escravos era superior aos livres, 54,6% e 53,5% respectivamente. Em Muriaé, Itajubá, Pitangui, Piumi, Serro, Caldas, Minas Novas, Ponte Nova, Curvelo, Jacui, Mariana, Itabira, Bonfim, Pouso Alegre e Cristina a porcentagem estava entre 13,0% a 20,0% do total da população. Ressaltam, porém, que a imprecisão dos limites geográficos municipais neste período pode levar a uma interpretação nem sempre condizente com a realidade. Por esse motivo, preferem distribuir a população por regiões, conforme tabela abaixo.

Tabela 8
Distribuição de livres e escravos por região, Minas Gerais, 1862/63.

Região	% livres	% escravos
Centro	74,7	25,3
Centro Oeste	77,0	23,0
Jequitinhonha/Rio Doce	85,6	14,4
Mata	69,3	30,7
Sudoeste	82,0	18,0
Sul	73,5	26,5
Vertentes	61,8	38,2
Total	74,9	25,1

Fonte: MARTINS; LIMA; SILVA, 2002:10.

Percebe-se na tabela 8 que, conforme os códigos SP654, SP955, SP956, SP1005 e SP1006, existentes no Arquivo Público Mineiro, utilizados na pesquisa, as maiores concentrações de escravos em Minas Gerais estavam nas regiões da Vertente e Mata, enquanto no Jequitinhonha/Rio Doce e Sudoeste a percentagem de livres era maior. Mais um indício, como salientado no capítulo 1, que nas últimas regiões (Jequitinhonha/Rio Doce e Sudoeste) a ocupação e exploração da terra acontecem posteriormente, a Zona da Mata Mineira, não havendo grande número de escravos ali resididos.

Devemos observar, tal como salientado, que as variações locais eram visíveis, e, conseqüentemente, com a ocupação da Zona da Mata Mineira, houve também um crescimento populacional. Se analisarmos o senso populacional de 1872 na região das matas, esta afirmação é percebida com maior nitidez. Localidades próximas umas as outras, apresentam uma diferença populacional expressiva, tanto em relação aos escravos, quanto aos livres, conforme a tabela abaixo.

Tabela 9
Municípios e população da Zona da Mata Mineira em 1872.

N°	Municípios	N° de Freguesias	População					
			Livre	%	Escrava	%	Total	%
1	Ponte Nova	09	49.627	86,72	7.604	13,28	57.231	100,00
2	Leopoldina	08	26.633	63,59	15.253	36,41	41.886	100,00
3	Juiz de Fora (1)	05	23.968	62,53	14.368	37,47	38.336	100,00
4	Santa Rita do Turvo	06	30.460	82,12	6.636	17,88	37.096	100,00
5	Muriaé (2)	11	27.682	79,96	6.938	20,04	34.620	100,00
6	Pomba	06	25.528	78,42	7.028	21,58	32.556	100,00
7	Ubá	06	25.311	77,98	7.149	22,02	32.460	100,00
8	Mar de Espanha	05	19.632	60,80	12.658	39,20	32.290	100,00
9	Rio Novo	03	15.838	69,49	6.957	30,51	22.795	100,00
10	Piranga	06	18.241	81,31	4.195	18,69	22.436	100,00
11	Rio Preto	05	15.746	71,39	6.313	28,61	22.059	100,00
Total		70	278.666	74,56	95.099	25,44	373.765	100,00

Fonte: Recenseamentos Gerais do Brasil Império de 1872, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP (UFMG e USP), CD Room. ANDRADE, (1995)

- (1) 1 paróquia não recenseada (Nossa Senhora da Glória em São Pedro D'Alcântara).
(2) 1 curato não recenseado (Divino Espírito Santo).

Ao compararmos, primeiramente, os dados trazidos em 1862/63 nos mapas populacionais, vemos que a população escrava de Muriaé estava entre 13% a 20% do total. Quando consideramos os habitantes da mata mineira, por distribuição regional, estes dados ampliam para 30,7% (conforme tabela 7), o que apresenta um crescimento da população escrava. Se compararmos as percentagens das duas tabelas anteriores, tendo como princípio a soma total dos municípios que pertenciam à região, tanto para a população escrava quanto para a livre, vemos uma queda em 1872 da população escrava. De 30,7% entre os anos de 1862/3, declina no Censo de 1872 para 25,44%, enquanto que, a população livre tem um ligeiro aumento: de 69,3% no primeiro período salta para 74,56% em 1872.

Se focarmos apenas na soma populacional das freguesias pertencentes a São Paulo do Muriaé, notamos uma aproximação dos dados desmembrados da primeira

tabela, ou seja, aproximadamente 20% para os escravos. Exaltamos o fato de não ser recenseado no período o curato de Divino Espírito Santo, atual cidade de Divino do Carangola. Devemos também esclarecer que tanto o censo quanto os mapas populacionais embora possuam dados necessários aos estudos em profundidade, a prática estatística deixava, e ainda deixa, a desejar. Muitas vezes as ordens repassadas aos vigários das freguesias não eram obedecidas, o que deixa as fontes *incompletas e confusas*.

Por conseguinte, em relação às fontes,

Não se pode perder de vista o fato de que o sujeito que as construiu é parte integrante daquela realidade e não pode ser dissociado dela. Cabe, portanto, ao pesquisador avaliar o documento, tanto naquilo que esconde como no que revela, e a partir daí, estabelecer um diálogo com as fontes que facilite e permita sua análise (Martins; Lima; Silva, 2002:3).

Para Sérgio Odilon Nadalin (1994: 45-51), os primeiros recenseamentos consideravam somente a população livre. Todavia, por volta de 1770, “todos” os habitantes foram incluídos nas listas, com exceção aos indígenas, cuja maioria escapava ao controle das autoridades portuguesas. Com o passar do tempo, pela necessidade de racionalizar a administração da colônia, de incremento da população, desenvolvimento agrícola e comércio, foram dispostos novos conteúdos demográficos, objetivando alcançar informações mais organizadas, estimuladas por uma política de crescimento populacional e de ocupação dos *vazios demográficos*. Porém, a lacuna e os problemas censitários se prolongam entre os anos de 1872, 1890, 1900, 1920.

Resta-nos afirmar, que encontramos ao final de alguns inventários *post-mortem*, no arquivo do fórum de Muriaé, algumas listas de matrícula de escravos, porém, não na proporção encontrada anteriormente por Rômulo Andrade (1995). Acreditamos que a falta de organização do arquivo ou mesmo a transferência de uma média de 300 inventários para o Arquivo do Tribunal de Justiça na capital mineira, fez com que vários documentos se perdessem ou extraviassem. Mas felizmente, ainda registramos e catalogamos uma média de 63 listas nominativas, com aproximadamente 785 cativos. Enquanto o autor acima somou 99 documentos, englobando 1070 cativos, correspondentes a 65 plantéis pequenos, 31 médios e 3 grandes. Por este motivo optamos pela análise feita pelo autor, que se encontra anexa em sua tese de doutoramento.

Ao analisar os dados de São Paulo do Murahé, no que diz respeito a sexo, idade e tamanho do plantel nas listas nominativas de 1872, o autor obteve os seguintes dados.

Quadro 1
Escravos do Município de Muriaé, segundo sexo, idade e tamanho do plantel, 1872.

Quantidade de escravos nos plantéis	Número de plantéis	Escravos								
		Total	Crianças até 14 anos				Adultos – 15 anos ou mais			
			H	M	T	RM	H	M	T	RM
1-4	41	102	22	12	34	183	37	31	68	119
5-9	24	156	33	25	58	132	52	46	98	113
10-14	11	128	21	26	47	81	45	36	81	125
15-19	10	163	30	25	55	120	61	47	108	130
20-49	10	278	59	48	107	123	108	63	171	171
50-105	3	243	37	37	74	100	107	62	169	173
Total	99	1.070	202	173	375	117	410	285	695	144

Fonte: ANDRADE, (1995)

Temos acima um apanhado geral do que a documentação apresenta, para o ano de 1872, distribuídos em idade e sexo tendo como meta principal a observação destes primeiros dados em relação à quantidade de escravos por plantéis e razão de masculinidade. Explicamos, assim como Robert Slenes, dentre outros, (1987: 2; Marcílio, 1984: 201-202) que a razão de masculinidade é o número de homens para cada 100 mulheres.

A maioria dos escravos concentrava-se na faixa de 20 a 49 anos, algo justificável pela idade produtiva. No entanto, o número de escravos acima de 50 a 105 anos é verificado como o segundo grupo, que são absorvidos em apenas 3 plantéis, o que pode ser um indicativo de velhas escravarias de senhores que há muitos anos viviam pela região, ou que vieram de outras localidades próximas. Outro dado marcante é a concentração de escravos de 1 a 4 anos e 5 a 9 anos reunidos em vários plantéis, 41 e 24 respectivamente, o que confirma a presença da maior quantidade de escravos nos pequenos e médios plantéis e não nos grandes, como ressaltado em outra oportunidade.

Mesmo sendo em áreas totalmente distintas, tal dedução aproxima-se da constatação de Francisco Vital Luna (1981:124-126). Ao estudar a estrutura e posse de

escravos em alguns centros mineratórios, Luna constata que *salta à vista*, de imediato, a elevada porcentagem de senhores com reduzido número de cativos. De modo geral, os resultados apresentados quanto à estrutura de posse de cativos, demonstram uma sociedade marcada por pequenos proprietários: indivíduos possuidores de escravarias de um, dois ou, no máximo, cinco escravos. Raros seriam os grandes proprietários.

Stuart Schwartz (1983:281) ao analisar o Recôncavo Baiano, na segunda década do século XIX, numa região associada à produção de açúcar, indica que eram geralmente menores os engenhos proprietários de escravos do que os historiadores supunham, a maioria dos proprietários possuía em média menos de quatro escravos, e cerca da metade dos escravos viviam em unidades menores do que vinte pessoas.

Em relação à razão de masculinidade, há uma maior variação entre as idades até 14 anos em relação aos escravos acima de 15 anos. Porém, permanece certa estabilidade entre os adultos, e tanto para as crianças quanto para os adultos existe uma predominância de escravos do sexo masculino. Isso resulta da consequência do próprio sistema escravista, que necessitava de mão de obra masculina, mesmo entendendo a necessidade da mulher para a renovação da escravaria. Sabemos que o equilíbrio e/ou desequilíbrio dentre os sexos refletia diretamente nas uniões legítimas ou não, tanto entre livres, quanto entre outros grupos⁴⁹.

Com o intuito de aprofundarmos no tema, cruzaremos os dados extraídos do recenseamento de 1872 e das listas de matrículas para a freguesia de Muriaé, acima debatido, com as informações existentes nos inventários *post-mortem*.

Mantendo o mesmo padrão anterior de análise comparativa, para esta análise, coletamos os dados obtidos entre dois períodos de 1858/1868 e 1878/1888, pois somente em 1858, começam a ser sentidas na região as mudanças na estrutura e posse de escravos.

Nesta etapa usamos como metodologia a escolha aleatória de quinze inventários para cada período analisado, somando, portanto, trinta inventários referentes aos dois períodos. Dessas fontes foram coletados os dados de todos os escravos existentes nos mesmos, tais como, nome, sexo, idade, valor e algumas observações existentes em alguns casos. Ao final dessa transcrição chegamos ao total de 92 escravos no período de 1858/1868 e de 98 escravos no período de 1878/1888. Ressaltamos que o maior proprietário de escravos do período ficou excluído da análise, pois, nosso objetivo será

⁴⁹ Tema que será tratado no capítulo 3.

perceber, grosso modo, as variações e percentagens caracterizadas por uma média, e não somente a quantidade existente de cativos.

O próximo passo foi a confecção de duas planilhas, que se encontram anexas ao final do trabalho, relativas a cada período separadamente, contendo todos os dados coletados. Através das planilhas, passamos à fase da elaboração de tabelas e gráficos, enfocando cada um dos escopos a serem comparados, quais sejam, idade, valor, ano dos inventários e número dos escravos para análise dos períodos elencados.

Através da confecção das tabelas, realizamos uma análise preliminar no que diz respeito aos anos dos inventários que foram transcritos. O destaque vai para o ano de 1878, de acordo com as tabelas abaixo. Conforme podemos analisar, o ano de 1878 consta de 41 escravos relacionados, ou seja, 22% do total e a menor incidência está no ano de 1879, um ano após, com apenas 1 escravo. Se cruzarmos tais dados com os registros de batismos da Paróquia São Paulo, percebe-se que existiam, no ano de 1879, 36 assentos efetuados em escravos, uma média alta se comparada aos anos de 1852 a 1888, podendo endossar o aumento de escravos percebido para o ano. Porém, tal cruzamento não condiz com os dados anteriores, quando referimos ao ano de 1879, no qual a presença de batismos é superior a todos os outros períodos existentes.

Tabela 10

Inventários por ano 1858/1868	
Ano dos Inventários	Quantidade de Escravos
Ano 1858	21
Ano 1859	16
Ano 1860	2
Ano 1863	11
Ano 1864	2
Ano 1866	22
Ano 1867	9
Ano 1868	9
Total	92

Fonte: Inventários *post mortem*, 1858-1868 – FTPM
- Muriaé/MG

Tabela 11

Inventários por ano 1878/1888	
Ano dos Inventários	Quantidade de Escravos
Ano 1878	41
Ano 1879	1
Ano 1880	10
Ano 1882	7
Ano 1883	23
Ano 1884	13
Ano 1885	3
Total	98

Fonte: Inventários *post mortem*, 1878-1888. FTPM-Muriaé/MG

Ao juntar as duas tabelas acima, somando os anos de 1858 a 1888, vislumbramos o quadro abaixo, no qual podemos perceber uma constante variação nos números encontrados.

Gráfico 11

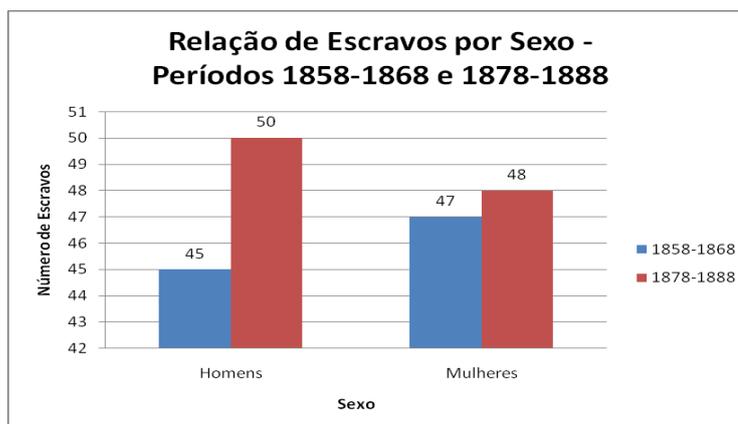


Fonte: Inventário *post-mortem*, 1858-1888 - FTPM - Muriaé/MG

Em relação ao sexo dos escravos, não percebemos uma diferença muito significativa, na verdade há certo equilíbrio entre ambos os sexos. No período de 1858-1868, as mulheres correspondem a 51% do total e os homens 49% do total, sendo que no período de 1878-1888 observamos o contrário, as mulheres correspondem a 49% do total e os homens totalizam 51%.

Gráfico 12

Sexo dos Escravos



Fonte: Inventário *post-mortem*, 1858-1868/1878-1888.- FTPM - Muriaé/MG

Mesmo não estando presentes nesta etapa, os dados referentes ao ano de 1872 e muito menos havendo separados as idades dos cativos, mas apenas os sexos, comparamos os elementos extraídos do censo de 1872 aos resultados retirados dos inventários *post-mortem*. Observamos que, no censo de 1872, houve uma predominância dos escravos serem homens, o que difere dos dados aqui observados, mesmo sendo pequena, existe no primeiro período uma predominância de mulheres em relação aos homens, mas acreditamos que isso não influa diretamente numa mudança mais drástica na forma de organização familiar.

Entretanto, essa relação de paridade não corresponde à realidade nacional, muito menos aos dados acima levantados, no que diz respeito aos escravos. Dessa forma, alguns autores afirmam que o número de homens superava o de mulheres, como em regiões com formas econômicas diferenciadas e em períodos distintos, como nos adverte Robert Slenes (1987), além de outros autores.

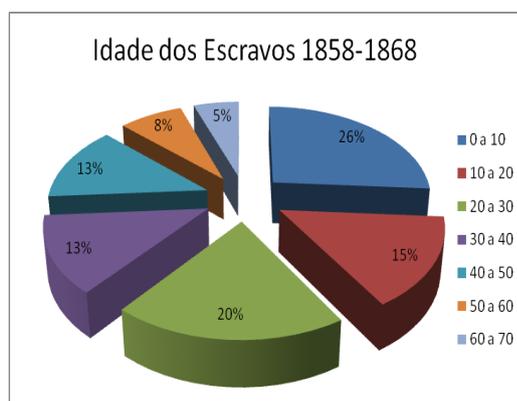
A maior taxa de desproporção entre os sexos se dá nas regiões de processamento da cana-de-açúcar, economia que movimentou o mundo da América Portuguesa, e que para seu desenvolvimento se utilizou muito do braço negro, advindo da África até chegar na terra Brasília, já nos navios o número de homens superava o de mulheres, e quando chegavam em terra, os senhores ávidos por trabalhadores para labutar nos canaviais e engenhos, davam preferência aos homens o que seria drástico para formação de arranjos familiares (Alves; Macedo, 2008).

Uma das possibilidades que podem justificar essa pequena diferença entre os sexos está na idade dos escravos no período estudado, uma vez que segundo a citação

acima, essa diferença que demonstrava a maioria masculina é percebida quase sempre em outras regiões, influenciando diretamente nas formas de uniões. Importante novamente salientar que o período estudado está relacionado diretamente com o fim do tráfico.

Baseados nas idades dos escravos referentes aos dois períodos selecionados para nossa pesquisa, foram confeccionados dois gráficos, um para cada período selecionado. Percebemos com essa análise que, no primeiro período, a maior parte de escravos, 26%, possuía entre zero e dez anos de idade e a faixa etária entre 60 a 70 anos foi onde se registrou o menor número de escravos.

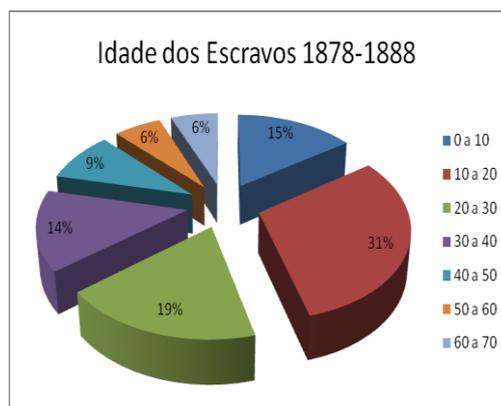
Gráfico 13



Fonte: Inventário *post- morte*, 1858-1868 - FTPM- Muriaé/MG

Em análise idêntica à relacionada ao período de 1878-1888, percebe-se que 31% do total de escravos possuíam idade variando entre 10 a 20 anos, e que com 6% as menores parcelas de faixa etária seriam as em que os escravos possuíam entre 50 a 60 e 60 a 70 anos de idade.

Gráfico 14

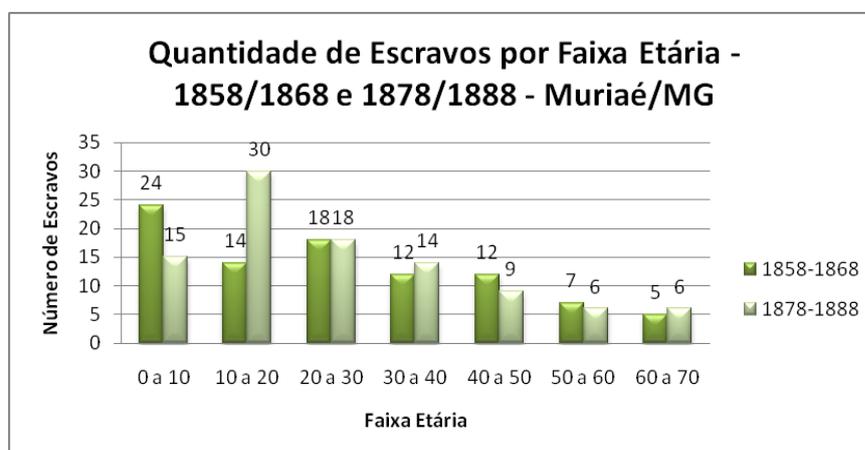


Fonte: Inventário *post-mortem*, 1878-1888 - FTPM - Muriaé/MG

Por fim, em relação à idade dos escravos, percebe-se que, comparando os dois períodos analisados, há um maior número de escravos com faixa etária entre zero e 20 anos, ou seja, a grande maioria são escravos em idade produtiva, ou a produzir em futuro próximo, é correspondente a um total de 56%. Resultados parecidos com os encontrados nas listas de matrículas alcançadas por Andrade (1995: 136) em que os escravos até 14 anos representavam 35% e os de 15 a 24 anos 25% do total analisado.

Nesta etapa, a hipótese levantada anteriormente, no que diz respeito à quantidade de escravos homens, não ser tão superior às escravas mulheres, uma vez que isso depende do nascimento de escravos e a relação de compra e venda, o que não adentraremos aqui. Portanto, a natalidade pode ser uma explicação dessa paridade entre o número de escravos do sexo masculino e feminino. Essa comparação pode ser visualizada através do gráfico abaixo.

Gráfico 15



Fonte: Inventário *post-mortem*, 1858/1868 e 1878/1888 - FTPM - Muriaé/MG.

Como análise sobre o gráfico acima, percebe-se que o número de escravos começa a cair consideravelmente quando estes atingem a idade em que trabalham, geralmente eles começam a trabalhar de forma mais efetiva e desgastante quando se tornam adultos. Por isso, através do gráfico, percebemos que, após a idade de 20 anos, o número de escravos sofre quedas sucessivas, de acordo com o aumento da faixa etária, isso nos mostra que, devido às condições de trabalho quase sempre insalubres e desumanas, a morte dos escravos era muito comum por trabalhos forçados e perigosos. Nesse sentido, em relação aos escravos urbanos do Rio de Janeiro, Mary Karasch avalia, que,

A falta de alimentação, roupas e moradias apropriadas, em combinação com os castigos, enfraqueciam-nos e preparavam-nos para serem liquidados por vírus, bacilos, bactérias e parasitas que floresciam na população densa do Rio Urbano. As ações intencionais ou não dos senhores contribuía diretamente para o impacto de doenças específicas ou criavam indiretamente as condições nas quais uma moléstia contagiosa espalhava-se rapidamente pela população escrava. (karasch, 2000: 207).

Entretanto, segundo Gilberto Freyre (2004:539) e Rosilene Mariosa (2006), devemos, porém, distinguir entre os escravos de trabalho agrícola e os do serviço doméstico, ou entre o escravo urbano e rural para o entendimento das doenças a eles provenientes. Os escravos que residiam em áreas rurais poderiam possuir uma assistência moral e religiosa que diferiam das assistências urbanas, influenciando diretamente na vida dos cativos.

Entendemos que os dois períodos, (1858-1868) e (1878-1888), analisados neste trabalho, são fases de transição econômica na região em foco. Influenciados por uma série de acontecimentos, sociais e econômicos, os valores dos escravos não são homogêneos, ao contrário, acreditamos que eram variáveis de acordo com a idade, profissão exercida, estado de saúde, etc. Assim, o valor do escravo estava diretamente relacionado ao que ele era capaz de produzir.

Mesmo não separando os preços por sexo, acreditamos que alguns senhores poderiam interessar pelo valor reprodutivo das escravas, principalmente após a abolição do tráfico, que refletia numa maior demanda por cativos do sexo feminino. De acordo com Flávio Versiani e José Raimundo Oliveira Vergolino (2002:5) muito embora, no período pós-1850, tenha elevado a um aumento expressivo no preço relativo às

escravas, este valor pode ser visto como efêmero, pois, já na segunda metade dos anos cinquenta houve um movimento contrário, com forte baixa relativa no valor de mercado das escravas.

Por outro lado, nota-se uma queda no preço relativo aos escravos, após 1870, o que sugere que a Lei do Ventre Livre teve um efeito assimilável na demanda por cativos do sexo feminino. *Se a abolição do tráfico não estimulou de forma continuada a demanda por escravas, aparentemente a concessão de liberdade aos nascituros produziu uma redução nessa demanda* (Vesiane; Vergolino, 2002: 5).

Podemos evidenciar melhor este contexto quando analisamos os preços dos escravos comparativamente. Em Juiz de Fora, os preços oscilavam entre 160\$000 a 2:075\$0000 após 1870, enquanto para Muriaé, os preços variavam entre 500\$000 a 2.500\$000⁵⁰ entre os anos de 1858 a 1888, uma situação propícia ao tráfico intra e inter provinciais.

A análise permitiu concluir, que, para Muriaé, os valores variaram de maneira mais intensa entre os anos de 1878 a 1888. Isso se explica pelas constantes pressões em favor do fim da escravidão e ao próprio mercado e produção existente em um período em que o bem se torna escasso. Outra evidência nos leva a entender que os grandes proprietários de terra teriam acesso aos semoventes, portanto, a grande maioria estava em poder dos pequenos e médios proprietários.

Assim, vemos que o valor destes escravos retrata quem eram seus donos, pois, só contendo grandes riquezas poderiam usufruir de maiores quantidades de mão de obra escrava, em uma região onde a mão de obra livre estava em crescimento, consequência da própria dinâmica do escravismo.

⁵⁰ Para os dados relativos a Juiz de Fora ver Andrade, Rômulo. Notas prévias sobre a escravidão na Zona da Mata de Minas Gerais (século XIX). V Seminário de Economia Mineira. Anais... , Diamantina, 1990.BH: Cedeplar/Face/UFMG, 1990. p 82

Tabelas 12

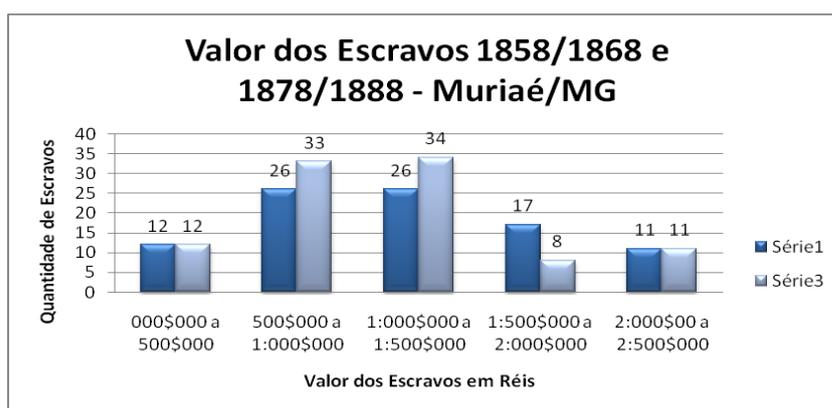
Valor de Escravos - 1858 -1868		
Valor do escravo	Escravos	Percentual
000\$000 a 500\$000	12	13%
500\$000 a 1:000\$000	26	28%
1:000\$000 a 1:500\$000	26	28%
1:500\$000 a 2:000\$000	17	18%
2:000\$00 a 2:500\$000	11	11%
Total de Escravos	92	100%

Valor de Escravos – 1878-1888		
Valor do escravo	Escravos	Percentual
000\$000 a 500\$000	12	12%
500\$000 a 1:000\$000	33	34%
1:000\$000 a 1:500\$000	34	35%
1:500\$000 a 2:000\$000	8	8%
2:000\$00 a 2:500\$000	11	11%
Total de Escravos	98	100%

Fonte: Inventário *post mortem*, 1858-1868. FTPM - Muriaé/MG

Fonte: Inventário *post mortem*, 1878-1888- FTPM - Muriaé/MG

Gráfico 16



Fonte: Inventário *post mortem*, 1858/1868 e 1878/1888 – FTPM - Muriaé/MG.

Com relação ao valor dos escravos encontrados nos inventários, percebemos mais uma vez uma relativa paridade entre os dois períodos estudados, uma vez que a maioria dos escravos possuía seus valores fixados entre 500\$000 e 2:500\$000. Em ambos os períodos, encontram-se nessa faixa de valoração a maioria dos escravos contidos, no período de 1858-1868, somam 52% do total de escravos, e, no período compreendido entre 1878-1888, a porcentagem é ainda maior sendo que 67% do total de escravos tem seu preço entre 500\$000 e 2:500\$000.

Com o trabalho e as análises realizados, pudemos concluir que há muitas possibilidades de enfoques e de estudos a serem propostos. Optamos, pois, pelos escravos por se tratar de objeto rico de facetas e de teorias prováveis que nos fizeram entender pequenos detalhes, em muitos momentos esclarecedores, de pontos que antes poderiam nos gerar dúvidas.

Percebemos um número variável de homens escravizados em relação às mulheres, porém, na sua grande maioria há uma paridade entre ambos. Analisando as idades dos escravos, observamos que o valor fixado entre eles tem forte ligação à sua idade, sexo, função específica e ainda seu estado de saúde.

Por fim, compreendemos através de fontes como os inventários, ser possível realizar trabalhos que atendam, aos diversos fins, que comprovam ou ao menos sinalizem fatos que em muito elucidam questionamentos prévios, e que ainda é possível, através da análise de tal fonte, formular inúmeras possibilidades de questionamentos.

2.4 A produção de alimentos: uma releitura ao cultivo do café ⁵¹

Nosso passeio continua por São Paulo do Muriaé no século XIX. Como vimos anteriormente, a grande aplicação monetária era advinda de escravos provenientes de pequenos e médios plantéis. A partir daí, começamos a nos interrogar quais seriam as principais formas de sobrevivência desses atores que por aqui instalavam? Quais produtos vigoravam nas plantações agrícolas entre os anos de 1846 a 1888? Que produtos seriam? É forçoso ressaltar o papel sempre destacado para o café. Porém, necessário perceber, como realçado nos investimentos monetários aplicados, que o café aparece como o principal produto agrícola somente em finais dos oitocentos e não no período em que a historiografia tradicional muriaense sempre coloca em destaque ⁵². Entendemos, porém, a urgência de maiores estudos sobre a produção e cultivo da rubiácea, em anos anteriores e posteriores a 1888.

Contudo, o interesse pela produção de gêneros agrícolas em locais tidos como pouco relevantes para a historiografia é menosprezado por alguns estudiosos, que se fecham em um plano único de análise e acabam por tratar o assunto superficialmente, mesmo entendendo que toda exportação oriunda de um determinado lugar tem, em sua grande maioria, uma agricultura de gêneros de abastecimento bem organizado. Percebemos que o tema está ligado a uma rede de fatores dele proveniente e, mesmo que haja desacordos entre alguns autores, seu entendimento é fundamental para observarmos a produção, a economia local e sua possível relação com o crescimento populacional.

De acordo com Roberto Borges Martins (1993: 181-209), o crescimento demográfico da população livre e o grande aumento da população cativa surgem como consequências da intensificação das atividades agrícolas. Para o autor, a economia oitocentista mineira era um vasto complexo agrícola, composto por fazendas, sítios e roças, produzindo para o autoconsumo ou para mercados regionais intraprovinciais, com uma numerosa população escrava.

Esta perspectiva mereceu algumas críticas de alguns pesquisadores, como Francisco Vital Luna e Wilson Cano (1983: 1-14), Robert Slenes (1888) e Douglas Libby (1988), que justificam a ampla utilização da mão de obra escrava e os grandes plantéis pela redução da

⁵¹ Agradeço a colaboração exastiva de Jamila Aparecida Silva Câmara, que, com disposição e afinco, auxiliou na confecção das tabelas.

⁵² Para maior aprofundamento ver Faria, Maria Auxiliadora. O que ficou dos 178 anos da história de Muriaé. Leopoldina, 1995

taxa de exploração e o *relaxamento dos costumes* no contexto da economia de subsistência, o que teria permitido o crescimento demográfico escravista.

Robert Slenes (1988) enfatiza o papel dinamizador que a economia de subsistência desempenhou frente ao setor de exportação e os valores que os produtos alcançavam no processo de exportação, o que favoreceu o crescimento econômico regional e a utilização de produtos importados.

Douglas Libby (1988: 348-350) chama atenção para o efeito multiplicador das produções domésticas, que num trabalho conjunto entre homens e mulheres desenvolviam a produção doméstica; a fundição de ferro e ferramentas, o que mantinham relações intraprovinciais, ligadas à agricultura mercantil de subsistência; e, ao mesmo tempo exportavam seus produtos para fora.

Mais adiante Clotilde Paiva e Marcelo Godoy (1992: 29-52) destacam a importância da cana-de-açúcar para a formação de uma *agroindústria* canavieira, principalmente, a produção de aguardente, envolvendo uma ampla rede de negócios.

Tentando dar conta de traços essenciais da economia mineira, baseados na atividade agrícola do século XIX, e considerando as regiões pesquisadas, cada autor toma por base, traços permitidos pela fonte consultada, considerando as tensões, articulações e desarticulações socioeconômicas existentes entre as regiões e sua ligação a outras regiões do país.

Como nosso objetivo está voltado para São Paulo do Muriaé, cabe a nós entendê-la no seu interior sob uma perspectiva global, como uma percepção das atividades regionais, dotadas de ritmos próprios que o meio ambiente impõe em grande medida à produção agrícola (Cardoso, 1979: 75-76). Assim, numa freguesia recém-criada seria mais que óbvio que algumas redes socioeconômicas fossem criadas ou mesmo recriadas, por acreditar que vários dos moradores, que, na localidade se estabeleceram, são oriundos de lugares próximos, e já sabiam das potencialidades econômicas da região.

Diante disso, a presente proposta de estudo busca apresentar um panorama das produções paralelas da freguesia agrária de São Paulo do Muriaé, em meados do século XIX, onde tradicionalmente acreditava-se existir apenas a atividade agrícola tida como predominante (o café), pautada somente na escravidão. Porém, afirmamos que esta análise vai muito além desta hipótese, por existirem outros gêneros agrícolas e outras formas de exploração da mão de obra, já que é fato a caracterização da região com pequenos e médios plantéis de escravos, que levava a população a organizar, não de forma padronizada e

tradicional como era concebido no período: mão de obra escrava e produtos baseado exclusivamente para exportação.

Observa-se que, a Zona da Mata Mineira, apesar de evidente sua importância para a compreensão econômica do período analisado, é desprovida de trabalhos que tenham como objetivo o estudo da estrutura econômica e seu dinamismo social. Os poucos trabalhos existentes voltam-se para o estudo da estrutura escravista e muito embora tenham importância para o entendimento das relações existentes entre os temas, não aprofunda na produção agrícola, sendo sempre considerados via de mão única, sendo tratada a região como cafeeira e escravista.

Para melhor visualização do caminho percorrido pela produção agrícola ao longo do período, optamos pela amostragem, utilizando 112 inventários, do total de 240 catalogados referentes aos anos propostos. Foram utilizados ainda recortes com intervalo de cinco anos. O primeiro iniciado em 1848, seguindo por 1853, 1858, 1863, 1868, 1873, 1878, 1883 e 1888, dado que os documentos com estas terminações numéricas são mais abundantes e mais completos.

Em trabalho publicado, em co-autoria com Jamila Aparecida Silva Câmara (2010), um levantamento relativo à produção de alimentos em São Paulo do Muriaé, foi feito para cada 10 anos, porém, esmiuçamos as informações, a fim de adentrarmos às culturas agrícolas efetivadas na região, com a tentativa de dar maior credibilidade aos dados. Assim, foram estabelecidas comparações entre os dados selecionados, em um recorte temporal de 5 em 5 anos, perfazendo um total de quatro décadas.

De acordo com os recortes propostos, obteve-se a seguinte disposição de inventários por ano.

Quadro 2

Número de Inventários Analisados do Fórum tabelião Pacheco de Medeiros, 1848-1888.

Anos propostos	Nº de inventários
1848	9
1853	7
1858	17
1863	8
1868	16
1873	7
1878	17
1883	8
1888	23
Total	128

Fonte: Inventários post-mortem, 1848-1888. FTPM, Muriaé - MG

Consultando os Registros Paroquiais de Terras, fonte já utilizada anteriormente, nota-se que desde os primeiros registros existe uma preocupação em notificar a origem da posse da terra, geralmente *posta pelo declarante* sem maiores esclarecimentos.

Tanto para Rômulo Andrade (1995), quanto para Maria Cristina Robert Boechat (2006), nesse período, o que importava aos proprietários era a legalização da posse da terra o que não cedia maiores atenções às origens das devidas apropriações. Um segundo aspecto em relação às terras, digno de menção, reside na composição das propriedades no local, onde a apropriação de terras no município estaria atrelada aos efeitos causados pela promulgação da Lei de Terras de 1850.

Nesses mesmos registros, percebem-se ainda as primeiras unidades produtivas de cana-de-açúcar no município, por volta da década de 1840. As pequenas produções que variavam entre cana, milho, dentre outros mantimentos, serviriam de ponto de partida para a acumulação e investimentos em outros rendimentos subsequentes (1995: 26-27). Conforme modelo a seguir:

O Tenente Coronel João Ribeiro Tostes, morador nesta freguesia de Nossa Senhora da Glória, abaixo-assinado, declara: Que o senhor é possuidor de uma fazenda denominada São João, sita no ribeirão do mesmo nome, que deságua no rio Glória, composta de casas, paiol,

moinho, senzalas e mais cômodos cobertos de telhas, de terras de cultura, que compreendem de duas a três sesmarias pouco mais ou menos, em uma e outra margem do sobredito ribeirão de São João com todas as suas vertentes para o rio Glória : e que nessas terras se acham afazendados ele, seus filhos e genros, quais Joaquim Nunes de Moraes, Floreano José Correa, Manoel Antônio da Fonseca e seus genros José Nunes de Moraes, Antônio Alves Vieira, Marciano Rodrigues da Silva e José Bento Rodrigues...(RPT, 02, 15/02/55, fls 1-v e 2).

Apesar de ser apenas um exemplo compilado do Registro Paroquial de Terras, percebemos que a preocupação central estava no declarante em se dizer dono das terras e a tentativa de garantia da mesma terra, para seus filhos e genros, o que determina uma grande propriedade que era utilizada por sua família em conjunto. É perceptível, apesar de poucos dados referentes à esfera produtiva, uma primeira característica econômica da região: a presença de paiol, moinho, senzalas, terras de cultura em grande extensão (cerca de 2 a 3 sesmarias).

Porém, são poucas declarações de benfeitorias e culturas agrícolas na documentação analisada, o que não significa que elas não existissem, muito ao contrário, estavam presentes, só que em quantidade reduzida, mas nem por isso nos isenta de análise, pois, são reveladoras da sua existência.

Maria Cristina Coutinho Robert Boechat (2006: 50-60) traz alguns dados presentes nos Arquivos Paroquiais de Terra para a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Tombos de Carangola, pertencente à São Paulo do Muriahé, no período analisado, e chega aos seguintes quadros em relação a discriminação das culturas agrícolas e pasto nos registros paroquiais, entre os anos de 1855 a 1857.

Quadro 3

Relação das benfeitorias, o número e o percentual de registros no livro paroquial, 1855 a 1857.

Benfeitorias	Número	Porcentagem
Casa de telha ou de moradia	6 registros	1,85%
Moinho	4 registros	1,23%
Monjolo	6 registros	1,85%
Paiol	3 registros	0,92%
“mais benfeitorias”	6 registros	1,85%

Fonte: BOECHAT, (2006: 59).

Para Boechat (2006:60) a prática de declaração das benfeitorias e das culturas agrícolas não se manteve durante o período de vigência, e mesmo que haja indícios eles são reveladores de sua existência, com exceção dos cafezais, que ainda não faziam parte, de forma expressiva do cenário rural mineiro, no período delimitado. A autora alerta para os dois únicos registros de plantio de café foi feitos em folhas finais do livro.

Como percebido abaixo, já em finais de 1857, existia a presença da cultura de milho que se constituía num dos produtos básicos da região, o que será aprofundado em pesquisas junto aos inventários *post mortem* do Fórum tabelião Pacheco de Medeiros, em Muriaé. Acredita-se que, apesar do baixo nível técnico das forças produtivas, da utilização do solo, por ser a grande maioria composta de capoeiras, como salientado no capítulo 1, nos instrumentos de trabalho rudimentar e na baixa produção, acabaram por gerar recursos monetários pela aplicação desses valores arrecadados a outras formas de mercado, numa rede de negócios.

Quadro 4

Discriminação das culturas agrícolas e pasto nos registros do livro paroquial. 1855 a 1857.

Registros	Número de declarantes	Porcentagem
Pasto	02 registros	0,61%
em “plantas de milho”	26 registros	8,04%
Cafezal	02 registros	0,61%
Bananal	02 registros	0,61%
Laranjal	01 registro	0,30%

Fonte: BOECHAT, (2006: 59).

Partindo para a análise dos inventários, especificamente para São Paulo do Muriaé, no primeiro período (1848), foram selecionados 9 inventários, deste total apenas 3 trazem descrições agrícolas, por isso, optamos em não fazer uma tabela demonstrativa, mas comentar os dados deles extraídos. Chama-nos atenção para a característica rural dos documentos: todas as caracterizações são derivadas da zona rural e apresentam produtos agrícolas, corroborando a idéia de que Muriaé, neste período, poucos anos após sua ocupação, tinha a ruralidade como princípio básico.

O somatório de terra nos inventários pesquisados chegam a um total de 320 alqueires, importando um valor total de 13:040\$000 (treze contos, quarenta mil réis). Deste total 60 alqueires são destinados ao plantio da cana-de-açúcar, 61 alqueires à cultura do milho, 42 alqueires destinados a outras formas de cultura, como o arroz. Os outros 157 alqueires

restantes são designados apenas como *terras de cultura*, sem ser designado o produto. Deduzimos que eram terras improdutivas, sem plantio algum, ou seja, mata ou capoeira.

Nesse período, somente 2 cafezais são encontrados. Um com 4000 pés de café pertencentes à Joanna Maria de Jesus no valor de 400\$000 réis plantados em 11 alqueires de terra e, o segundo, à Ana Maria de Jesus, com a denominação somente de “cafezal” não contendo a quantidade exata de plantas, mas com o valor de 550\$000 (quinhentos e cinquenta mil réis), plantados em 14 alqueires de terra. (Andrade; Câmara, 2010)

Observa-se que nesse período o café ainda não é o principal produto das culturas agrícolas do município, ficando o milho com o maior destaque. Ainda são registradas as benfeitorias⁵³, que somam 16, distribuídas nas 9 propriedades e que possuem o valor total de 987\$000 (novecentos e oitenta e sete mil réis) (Andrade; Câmara, 2010)

No segundo período analisado (1853), observamos um aumento na produtividade. O número de terras de cultura mais que duplica, a produção da cana-de-açúcar tem um forte declínio, sendo encontrada somente em uma unidade de produção. Mas o que nos chama a atenção é a presença do café, mesmo que em número reduzido (8.000 pés), mas que possui uma representatividade enorme, pois, ultrapassa a produção do milho e da cana-de-açúcar no período abordado.

Tabela 13

Demonstrativo dos bens de raiz encontrados nos inventários *post-mortem* de 1853.

Bens de Raiz	Quantidade (em alqueires ou unidade)⁵⁴	Valor em contos de Réis:	Porcentagem
Terras de cultura	427 alqueires	21:380\$000	55,8%
Cana	140 alqueires	2:500\$000	6,5%
Milho	24 alqueires	290\$000	0,9%
Café	8.000 pés	9:902\$000	25,8%
Benfeitorias (Moinho, Engenho, Paiol)	12 unidades	2:337\$000	6.1%
Outras Produções (arroz, feijão, etc.)	80 alqueires	1:880\$000	4.9%
Total	-	39:899\$000	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*, 1853. FTPM, Muriaé – MG.

⁵³ São consideradas benfeitorias nesse período somente paiol, moinho e engenho.

⁵⁴ As quantidades estão com a observação de, aproximadamente, pelos valores e unidades de medidas nem sempre serem os mesmos em todos os documentos. Alguns dados apresentam medida em hectare, outros alqueires, sorte, parte, fazenda, etc. Na tentativa de sanar esse problema, foram usadas as fórmulas de conversão presentes em <http://www.clickreforma.com.br/tabelas.php?tabelas> acessado em 26/03/2011.

No período do recorte subsequente, tendo início em 1858, observamos um maior montante de registro de bens por contar de um maior número de inventários, 17 no total, fator que demonstra um aumento de produtividade agrícola em Muriaé devido a fatores internos e externos, como: aumento populacional e o crescente mercado consumidor.

Comparando este período (1858) com os períodos anteriores, vemos novamente o aparecimento da produção da cana (14%), seguida do milho (12%) e do café (8,8%). Notamos também certa permanência de áreas cultiváveis (51,2%). Aparecem ainda outras produções, entre elas, a laranja, o arroz, o feijão, etc. Apesar da baixa participação desses produtos no montante final dos valores, a quantidade de terras ocupadas por essas culturas leva-nos a acreditar que seu cultivo não era destinado apenas ao consumo próprio, mas também compunham as mercadorias que seriam comercializadas, juntamente ao café a cana e o milho (Andrade; Câmara, 2010).

Tabela 14
Demonstrativo dos bens de raiz encontrados nos inventários *post-mortem* de 1858.

Bens de Raiz	Quantidade (em alqueires ou unidade)⁵⁵	Valor em contos de Réis:	Porcentagem
Terras de cultura	760 alqueires	48:580\$000	51,2%
Cana	193 alqueires	13:530\$000	14,2%
Milho	825 alqueires	12:290\$000	12,9%
Café	8800 pés	8:460\$000	8,8%
Benfeitorias (Moinho, Engenho, Paiol)	30 unidades	7:430\$000	7,8%
Outras Produções (arroz, feijão, etc.)	130 alqueires	4:900\$000	5,1%
Total	-	95:190\$000	100%

Fonte: Inventários post-mortem, 1858. FTPM, Muriaé - MG

Bom salientar que nesse período já se encontrava em vigência a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, conhecida como a Lei de Terras, o que contribuiu para uma maior regularização da posse da terra e, por conseguinte, possibilitou um controle maior dos

⁵⁵ As quantidades estão com a observação de aproximadamente pelos valores e unidades de medidas nem sempre serem os mesmos em todos os documentos. Alguns dados apresentam medida em hectare, outros alqueires, sorte, parte, fazenda, etc. sem dar plena certeza da real medida. Para transformar hectares em alqueires dividimos o total por 4,8 conforme consta no site:

<http://www.clickreforma.com.br/tabelas.php?tabelas>

registros oficiais das porções de terra no Brasil, mesmo sabendo que podemos vê-la como cópia fiel da realidade ⁵⁶.

Em 1863, próximo ano avaliado, continua o crescimento da produção de café aparecendo como o principal produto agrícola, cerca de 24,9%, saltando de 8.800 pés cultivados no período anterior, para 76.000 pés, o que evidencia o crescimento do produto na região. A cana tem um ligeiro crescimento (14%), porém, chama-nos atenção que em nenhum documento analisado existe produção de milho.

Destaque no período para o inventário do Capitão José Rodrigues Xavier Pimenta. É notificado um montante com certo peso econômico, qual seja, 1 fazenda de cultivo com 200 alqueires, no valor de 10:000\$000, 18.000 pés de café, somados em 3:600\$000 (três contos e seiscentos mil réis), 12.000 pés de café novos no valor de 3:500\$000 (três contos e quinhentos mil réis), 28.000 pés de café já velhos, notificados em 2:800\$000 (dois contos e oitocentos mil réis), 1 engenho de socar café de 2:500\$000 (dois contos e quinhentos mil réis), 1 engenho de moer cana a 80\$000 (oitenta mil réis), 15 alqueires de cultivo de mandioca validado em 20\$000 (vinte mil réis), e ainda 1 moinho (150\$000) 2 monjolos com casa de café (400\$000).

Tabela 15
Demonstrativo dos bens de raiz encontrados nos inventários *post-mortem* de 1863.

Bens de Raiz	Quantidade (em ou alqueires unidade) ⁵⁷	Valor em contos de Réis:	Porcentagem
Terras de cultura	690 alqueires	29:550\$000	59,8%
Cana	85 alqueires	2:030\$000	4,2%
Milho	—	—	0%
Café	76.000 pés	12:300\$000	24,9%
Benfeitorias (Moinho, Engenho, Paiol)	23 unidades	3:909\$000	7,9%
Outras Produções (arroz, feijão, etc.)	19 alqueires	1:600\$000	3,9%
Total	-	49:389\$000	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*, 1863. FTPM, Muriaé – MG.

Em 1868, como era de se esperar, continua o salto na produção cafeeira da freguesia, visto que os inventários registram um número muito maior de unidades plantadas. Mais que

⁵⁶ Para maiores detalhes, ver: MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder. Conflito de Terra e Direito Agrário no Brasil de meados do século XIX*. Campinas: UNICAMP 1996. ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. A Lei de Terras e seus efeitos para a região de Muriaé: O caso da fazenda Capivara. In: *Anais 2º Seminário de História Social e Econômica da Zona da Mata*. Outubro 2008. Cd Rum

⁵⁷ As quantidades estão com a observação de aproximadamente pelos valores e unidades de medidas nem sempre serem os mesmos em todos os documentos. Alguns dados apresentam medida em hectare, outros alqueires, sorte, parte, fazenda, etc. Na tentativa de sanar esse problema, foram usadas as fórmulas de conversão presentes em <http://www.clickreforma.com.br/tabelas.php?tabelas> acessado em 26/03/2011.

duplica a produção, se comparado ao período anterior, bem como é perceptível o aumento no preço do produto. São informados 183.000 pés de café no valor de 45:896\$000 (quarenta e cinco contos, oitocentos e noventa e seis mil réis), distribuídos em 298 alqueires de terras.

Com o aumento na produção do café, novas formas de integração são criadas, e, conseqüentemente, surgem novos mecanismos de sobrevivência. As benfeitorias tomam novos rumos, as técnicas agrícolas melhoram. Agora, as *casas de pilhar café*, os *terreiros* para secagem, os *pilões e engenhos de socar* passam ser uma constante na documentação. Há novamente uma redução na produção da cana, e o milho volta a aparecer, mesmo que em proporção inferior ao café. São destinados às duas culturas (milho e café) pouco mais que 200 alqueires de terra, trazendo a soma de 14:312\$000 nos inventários analisados. *As demais culturas, embora não desapareçam, são bastante sufocadas pelo crescimento da cultura de café.* (Andrade; Câmara, 2010)

Tabela 16

Demonstrativo dos bens de raiz encontrados nos inventários *post-mortem* de 1868.

Bens de Raiz	Quantidade (em alqueires ou unidade)⁵⁸	Valor em contos de Réis:	Porcentagem
Terras de cultura	690 alqueires	81:696\$000	53,0%
Cana	87 alqueires	5:600\$000	3,6%
Milho	113 alqueires	8:712\$000	5,6%
Café	183.000 pés	45:896\$000	29,8%
Benfeitorias (Moinho, Engenho, Paiol)	30 unidades	11:755\$000	7,6%
Outras Produções (arroz, feijão, etc.)	19 alqueires	270\$000	0,3%
Total	-	153:932\$000	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*, 1868. FTPM, Muriaé – MG.

Em 1873, haverá uma pequena alteração no quadro anterior, devido a uma maior diversificação nas produções agrícolas. Menor é a área cultivada, o que influenciará decididamente para a redução de aplicações. De 153:932\$000 (cento e cinquenta e três contos, novecentos e trinta e dois mil contos de réis) cai para 79:692\$000 (setenta e nove contos, seiscentos e noventa e dois mil contos de réis). Destaca-se o crescimento em benfeitorias, tal

⁵⁸ As quantidades estão com a observação de aproximadamente pelos valores e unidades de medidas nem sempre serem os mesmos em todos os documentos. Alguns dados apresentam medida em hectare, outros alqueires, sorte, parte, fazenda, etc. Na tentativa de sanar esse problema, foram usadas as fórmulas de conversão presentes em <http://www.clickreforma.com.br/tabelas.php?tabelas> acessado em 26/03/2011.

como já havíamos dito acima. Novos padrões no cultivo são necessários, além do crescimento, em relação ao número de alqueires plantados para o cultivo do café.

Para o recorte de 1873, há um realce para a inventariada Mariana Leopoldina de São José. Dentre as quatro fazendas que possuía, em cada uma é notificada a presença demais de 15.000 pés de café, perfazendo uma média de 60.000 pés. Vemos, assim, que quanto mais próximo ao final do século, como era de se esperar, maior será o cultivo do café. O que também ficará explícito nas tabelas a seguir.

Tabela 17

Demonstrativo dos bens de raiz encontrados nos inventários *post-mortem* de 1873.

Bens de Raiz	Quantidade (em alqueires ou unidade)⁵⁹	Valor em contos de Réis:	Porcentagem
Terras de cultura	487 alqueires	47:070\$000	59,0%
Cana	80 alqueires	2:800\$000	3,5%
Milho	40 alqueires	1:712\$000	2,3%
Café	209.400 pés	19:320\$000	24,2%
Benfeitorias (Moinho, Engenho, Paiol)	18 unidades	8:350\$000	10,4%
Outras Produções (arroz, feijão, etc.)	50 alqueires	440\$000	0,6%
Total	-	79:692\$000	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*, 1873. FTPM, Muriaé – MG.

No sétimo recorte (1878), continua o aumento do número de alqueires incultos, além de elevarem-se as unidades com benfeitorias, bem como o número de alqueires ocupados por café. Quase que quadruplica a área plantada com a rubiácea, o que também repercute no preço do produto.

Necessário esclarecer que o responsável pela escrituração sempre especificava o estado de conservação sobre os pés de café: *muito novos, muito velhos*, o que poderia influenciar no preço final do produto.

Outro fator observado é o aumento exagerado dos alqueires dedicados à cultura do milho. Esta diferença é proveniente da declaração do inventário pertencente a João Lucas

⁵⁹ As quantidades estão com a observação de aproximadamente pelos valores e unidades de medidas nem sempre serem os mesmos em todos os documentos. Alguns dados apresentam medida em hectare, outros alqueires, sorte, parte, fazenda, etc. Na tentativa de sanar esse problema, foram usadas as fórmulas de conversão presentes em <http://www.clickreforma.com.br/tabelas.php?tabelas> acessado em 26/03/2011.

Antunes Pereira, em que dedica 500 alqueires para o cultivo do milho, algo incomum para o período.

Tabela 18

Demonstrativo dos bens de raiz encontrados nos inventários *post-mortem* de 1878.

Bens de raiz	Quantidade (em alqueires ou unidade)⁶⁰	Valor em contos de Réis:	Porcentagem
Terras de Cultura	1034 alqueires	60:230\$000	48,0%
Café	768.989 pés	30:958\$000	25,8%
Milho	518 alqueires	21:681\$000	18,7%
Benfeitorias (Moinho, Engenho, Paiol)	42 unidades	4:653\$000	3,8%
Cana	53 alqueires	3:220\$000	2,6%
Outras Produções (Arroz, Feijão, etc.)	120 alqueires	2:134\$000	1,7%
Total	-	119:565\$000	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*, 1878. FTPM, Muriaé – MG.

No penúltimo recorte (1883), haverá uma queda nas terras participadas, porém em relação ao montante geral, existe um aumento proporcional se comparado a outros bens destacados. O mesmo acontece com o café, que tem uma queda em alqueires plantados, mas um aumento na porcentagem. Tal diminuição é devido à redução de documentos analisados de um período para outro, equivalente a 17 inventários observados no ano de 1878, e apenas 8 em 1883.

Desta forma, ao considerar apenas as porcentagens, vemos que com o café, as benfeitorias tem um aumento considerável, enquanto que o milho, a cana e outras produções se reduzem no cenário econômico.

⁶⁰ As quantidades estão com a observação de aproximadamente pelos valores e unidades de medidas nem sempre serem os mesmos em todos os documentos. Alguns dados apresentam medida em Hectare, outros alqueires, sorte, parte, fazenda, etc. sem dar plena certeza da real medida.

Tabela 19**Demonstrativo dos bens de raiz encontrados nos inventários *post-mortem* de 1883.**

Bens de Raiz	Quantidade (em alqueires ou unidade) ⁶¹	Valor em contos de Réis:	Porcentagem
Terras de cultura	931 alqueires	48:610\$000	59,6%
Cana	100 alqueires	2:710\$000	3,3%
Milho	61 alqueires	445\$000	1,0%
Café	661.000 pés	24:902\$000	30,5%
Benfeitorias (Moinho, Engenho, Paiol)	24 unidades	3:431\$000	4,7%
Outras Produções (arroz, feijão, etc.)	54 alqueires	340\$000	0,9%
Total	-	81:438\$000	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*, 1883. FTPM, Muriaé – MG.

No último recorte considerado, que se inicia em 1888, observa-se um grande crescimento em todos os pontos observados, sendo o café o maior destaque.

Nesse período, nota-se a produção de café bem consolidada, não entrando na soma acima as 7640 arrobas do produto já colhido em sacas, pertencendo boa parte dessas sacas ao inventariado Desembargador Antonio Augusto Canêdo.

Embora o desembargador tenha falecido em 1883, consideram-se seus bens para esse período, por dispor de um dos maiores montantes agrícolas da região. Conforme a documentação, havia plantado mais de 102.000 pés de café na época da abertura do inventário. É responsável ainda por boa parte da produção de outros gêneros, entre eles o arroz, possuindo 130 alqueires de cultura desse produto.

No último recorte proposto, observa-se o crescimento significativo da produção de café e do número de benfeitorias.

⁶¹ As quantidades estão com a observação de aproximadamente pelos valores e unidades de medidas nem sempre serem os mesmos em todos os documentos. Alguns dados apresentam medida em hectare, outros alqueires, sorte, parte, fazenda, etc. Na tentativa de sanar esse problema, foram usadas as fórmulas de conversão presentes em <http://www.clickreforma.com.br/tabelas.php?tabelas> acessado em 26/03/2011.

Tabela 20**Demonstrativo dos bens de raiz encontrados nos inventários *post-mortem* de 1888.**

Bens de raiz	Quantidade (em alqueires ou unidade)	Valor em contos de Réis:	Porcentagem
Terras de Cultura	1067 alqueires	121:685\$000	48,6%
Café	913.000 pés	87:197\$000	34,9%
Benfeitorias	57 unidades	24:456\$000	9,7%
Milho	117 alqueires	11:995\$000	4,7%
Outras Produções (arroz, feijão, etc.)	307 alqueires	2906\$000	1,2%
Cana	87 alqueires	2:007\$000	0,9%
Total	-	250:246\$000	100%

Fonte: Inventários *post-mortem*, 1888. FTPM, Muriaé – MG.

Como já publicado em parceria com Jamila Câmara⁶², convém encerrar afirmando que esse maior crescimento da produção do café no último período analisado pode ter explicação no que considerou Rômulo Andrade em seu estudo sobre o município. Segundo o autor, a economia baseada no cultivo de café em São Paulo do Muriaé só se consolidou após 1886, com a inauguração da ferrovia, no qual passaram a existir melhores condições de escoamento do produto para o Rio de Janeiro (Andrade 1995: 56).

Nesta sessão, pudemos acompanhar um crescimento gradativo da cultura do café por entre os períodos analisados, percebendo que seu sucesso na região veio muito depois do que se pensava tradicionalmente, consolidando-se ao fim do período proposto na análise. Mas, acreditamos que o produto foi a alavanca que impulsionou o crescimento urbano de Muriaé.

No lugar da cafeicultura, ao contrário do que se pensava, vê-se o milho como constante produção de subsistência e comércio, dado à extensão de terras destinadas à sua cultura juntamente com a cana que, mesmo produzida em menor escala, também esteve presente em todos os períodos, em maior ou menor proporção em relação aos outros produtos.

Ainda nota-se a constante presença das terras de cultivo sem plantio descrito. Os valores dessa posse nos levam a crer que essas terras seriam uma forma de garantia econômica dos proprietários rurais do período, visto que, na maioria dos inventários, existem

⁶² Para maiores detalhes ver, ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de; CÂMARA, Jamila Aparecida Silva. A existência de um mercado interno em São Paulo do Muriaé em meados do século XIX. In: *Revista de Ciências*, ano , n 1, p 163-176. Janeiro/Abril de 2010. Caratinga-MG: Unec. ISSN: 2179-2151.

porções de terra incultas. Tal análise corrobora a afirmação feita no primeiro capítulo de que na região havia fronteiras abertas por ocupar.

Outro fator importante é sobre o número de benfeitorias nas propriedades. Esse crescimento acompanha o desenvolvimento da produção de café, devido à necessidade de adequação da propriedade à produção em maior escala.

As outras produções, que englobam arroz, feijão, laranja entre outras, apesar do cultivo ser menor, porém, em escalas constantes, contando com boas porções de terras destinadas principalmente ao cultivo de arroz em algumas propriedades.

O principal fator a se observar é que, em São Paulo do Muriaé, apesar do grande número de alqueires de terras pertencentes aos produtores agrícolas, como demonstra Rômulo Andrade serão as pequenas propriedades responsáveis por grande parte da produção agrícola (Andrade 1995: 34).

Estudos nesse sentido são essenciais para o entendimento do funcionamento da economia de determinadas regiões, principalmente locais em que não existem grandes concentrações de pesquisas que visem ao conhecimento afinado.

Tais pesquisas podem contribuir para a desmistificação de paradigmas tradicionais e generalizantes sobre o eixo econômico vigente, nesses lugares e servir para pesquisadores que posteriormente estudem a região.

CAPÍTULO III

JOGOS E INTERESSES: PARENTESCOS E REDES DE SOCIABILIDADES

3.1 Uma incursão comparativa entre famílias minhotas e muriaenses.

O tema da família é ao mesmo tempo atraente e perigoso. Sua popularidade fez com que fosse explorado por ampla bibliografia, que é difícil de ser dominada adequadamente por qualquer pessoa.

James Casey, 1989:10

No prefácio do livro organizado por Márcia Maria Menendes Motta: *Terras lusas. A questão agrária em Portugal* (2007:9), Ronaldo Vainfas enfatiza a escassez de trabalhos dedicados à investigação da propriedade agrária portuguesa, bem como a falta de conhecimento acadêmico brasileiro sobre a relação existente entre Brasil/Portugal e vice-versa. Destaca o autor, baseado nas falas de Sérgio Buarque de Holanda, que *tudo que aqui se fez foi uma adaptação do que havia em Portugal (...). Adaptação por vezes desconcertante, outras vezes invertida*. Assim, somos herdeiros de um passado milenar português o que de fato marca definitivamente e ajuda a compreender a estrutura agrária brasileira.

Desta forma, adentrar pelos caminhos que envolvem a posse da terra e as formas com que se organizavam as famílias em solo brasileiro, mesmo em caráter de enriquecimento, não é possível, sem fazer uma reflexão e análise a partir da matriz portuguesa. Somos herdeiros de traços sociais criados e transmitidos por este país, mesmo sabendo das características e particularidades de cada espaço abordado.

Esta dominação que atravessou o Atlântico marcou definitivamente os modelos da população além-mar, numa sociedade com características totalmente diferentes do ponto de vista ético, social, econômico e cultural, porém, muitas vezes tomadas como modelo-padrão para definir a distribuição da terra e a formação da família brasileira do século XIX.

Hoje, através de alguns estudos de História da População, sabe-se que estes modelos europeus não são únicos para a Europa, muito menos para o Brasil, visto que existem diferenças regionais que se refletem, de maneira intensa, nas especificidades territoriais, tanto para Portugal, como para o Brasil (Laslett, 1972; Àries, 1981; Brettel e Metcaf, 1993; Brandão, 1994; Burguière, 1998; Scott, 2002; Durães, 2004; dentre outros).

Tais estudos comparativos que tomam como referência o conhecimento português para repensar os diversos interesses familiares, como os casamentos consanguíneos ou arrançados, a análise da sucessão e da herança, a análise sobre legitimidade e os laços familiares fictícios, são praticamente inexistentes entre nós para se pensar o passado brasileiro. Tal dedução reforça a necessidade de lançar uma nova luz e interpretação de dados documentais referentes aos dois países.

Bom esclarecer que, mesmo com traços diferenciados no que diz respeito à exploração e divisão das terras, no seio desta terra que são efetuadas as relações sociais mais profundas no período recortado, visto que, tanto no Norte de Portugal, como na área Central da Zona da Mata Mineira, a sobrevivência humana dependia dos vínculos originários criados em relação ao cultivo e à exploração agrícola.

Portanto, para o entendimento dos sistemas familiares e de algumas de suas nuances como, por exemplo, a existência de filhos naturais, o jogo existente entre os casamentos consanguíneos, a transmissão do patrimônio e os laços de parentesco, é indispensável conhecer a propriedade fundiária e as formas de utilização do solo, como também conhecer as relações instituídas entre as famílias para poder compreender as formas ou os mecanismos de sobrevivência utilizados por estes grupos, como forma de criação e recriação de laços de solidariedade. Não podemos perder de vista que as formas de uniões e sistemas de herança estavam ligadas à transmissão do patrimônio familiar.

Para Ana Sílvia Volpi Scott (1999: 8) e Donald Ramos (2008: 135), a região do Entre-Douro-e-Minho é uma das regiões de maior incidência de emigração para o Brasil, muito embora se admita que não seja possível negar a importância do fenômeno em todas as regiões portuguesas, porém, em escalas diferenciadas. Assim, as regras e modelos de transmissão da propriedade portuguesa apresentam-se decalcadas nos modelos encontrados para a região mineira, apesar da partibilidade dos bens serem aparentemente desiguais em cada uma das regiões.

A região caracteriza-se por uma tendência histórica de emigração dos homens, ficando as mulheres na chefia das famílias. Segundo Donald Ramos (2008:135), a partida desses homens significava perda de trabalhadores. Contudo, os homens que partiam não eram mais necessários nas propriedades rurais, pequenas demais para alimentarem famílias numerosas. A emigração de homens para o Brasil acabou por causar certo impacto demográfico em Portugal. Robert Rowland (1984) afirma que, em 1734, em Guimarães, a proporção de indivíduos por sexo era de 76 homens para cada 100 mulheres; 72,5 homens para 100

mulheres em 1760; 88,3 homens para cada 100 mulheres em 1788. Se esta feminização da sociedade minhota já se fazia sentir em Guimarães, região onde desde o século XVIII se verificava uma proto-industrialização que atraía muitos forasteiros das regiões mais interiores do país, a situação revelava-se ainda mais grave nas zonas rurais do Alto Minho, onde, o exemplo paradigmático da freguesia de Areosa, no município de Viana do Castelo, apresenta, em 1794, apenas 49 homens para cada 100 mulheres, enquanto a freguesia da Meadela, bem próxima da primeira, não possuía mais do que 50 homens para a mesma proporção de mulheres (Durães, 2009: 139).

A predominância de mulheres causou um enorme impacto, que revelou vários níveis em todos os setores econômico-sociais da região. Desde uma atividade agrícola assente na mão-de-obra feminina, ao número significativo de agregados domésticos chefiados por mulheres, à baixa média de filhos por casal ou mesmo à existência de casais sem descendência, à dificuldade de encontrar parceiro num mercado matrimonial desestabilizado, à necessidade de recorrer aos casamentos consanguíneos e o alto celibato definitivo registrado entre as mulheres, são alguns dos aspectos que se podem indicar como as principais características das zonas rurais minhotas que permitem a individualização desta região nortenha no contexto nacional.

A população do noroeste português sempre revelou uma proporção maior de mulheres solteiras do que em outras áreas de Portugal. Em Braga, no ano de 1864, por exemplo, 27% das mulheres com idade entre 50 a 54 anos eram solteiras, assim como as mulheres com idades entre 20 a 24 anos. (Nazareth, 1977: 31-50). Por seu lado, na comarca de Viana do Castelo, a taxa média de celibato feminino definitivo andava à volta dos 37%, enquanto a dos homens não ultrapassava os 12% (Moreira e Veiga, 2004: 60). Em geral, as freguesias onde se registava uma forte corrente migratória eram as que apresentavam, no final do século XVIII e ao longo de todo o século XIX, as taxas de celibato feminino mais alto, havendo uma correspondência direta entre o aumento do celibato das mulheres e o aumento do número de homens que emigrava para qualquer parte do Reino (Durães, 2009: 140).

Não entraremos no mérito discursivo sobre o celibato entre as regiões em estudo, mas, como visto acima, abordar as duas regiões, mesmo que sutilmente, não é algo injustificável, muito pelo contrário. Fazer uma análise comparativa de regiões tão distantes, mas que durante alguns séculos estiveram subordinadas à mesma realidade político-administrativa, só nos

aproxima da necessidade de levar esta investida adiante, pautando alguns traços que aproximam e distanciam as duas realidades (Rowland, 1984) ⁶³.

Enfim, entendidas como áreas geograficamente distintas, mas próximas historicamente, o objetivo será confrontar as relações sociais, partindo da análise dos livros de batismo, casamentos e fontes cartoriais para a freguesia mineira e processos de Dispensas Matrimoniais da Mitra, batismos e alguns estudos de casos extraídos dos inventários orfanológicos, para a região do Minho, Noroeste de Portugal, no século XIX.

Como na parte inicial do trabalho tivemos a oportunidade de analisar o processo de ocupação das terras na região das Gerais, também concentraremos esforços para nos aproximarmos da mesma realidade no que diz respeito à distribuição e ocupação das terras nas comunidades rurais do Minho. Só então, poderemos compreender as estratégias de sobrevivência das famílias murieenses e minhotas, enfatizando as semelhanças e as diferenças registradas em cada uma destas regiões.

A partir deste ponto, dedicaremos o nosso estudo às formas de organização das famílias e dos grupos domésticos, às uniões matrimoniais entre membros de uma mesma família e aos nascimentos dos filhos. Entremearmos com este estudo, uma suposta prevenção da divisão da herança entre diversos membros familiares como meio de sustentar a fragmentação da propriedade, que poderia levar à inviabilização econômica e ao desmantelamento dos grupos familiares e agregados, com a conseqüente diminuição ou mesmo perda de prestígio e poder local.

Sabe-se, pois, que, em Portugal, o sistema troncal, que privilegia um dos herdeiros, tem como forte indício a manutenção e sobrevivência da unidade produtiva, sendo a emigração uma válvula de escape para a restante população, principalmente para os homens, o que acaba gerando um desequilíbrio entre os sexos. Com poucas oportunidades de trabalho fora da agricultura, a solução encontrada seria sair do país ou encontrar outras formas alternativas de contornar a situação (Scott, 2002:11-12).

No Brasil, mais precisamente na Zona da Mata Mineira, pelo observado, estes padrões diferiam, principalmente pela abundância de terras, o que levava a uma maior fixação das pessoas. Apesar do desafoço em relação à abundância de terras que permitiria a instalação de

⁶³ Robert Rowland, em 1984, salienta a necessidade fundamental de realizar estudos comparativos para melhor examinar e avaliar os conceitos de uma região que tem ligações a outras, como no caso de Portugal/Brasil e que esta coordenação deveria ser feita pelos próprios envolvidos, mas infelizmente é uma tarefa fundamental a ser completada. (Rowland, 1984)

novas famílias nem por isso o casamento legítimo era uma predominância nas Gerais (Oliveira, 2005; Brügger, 2007).

Quanto à sucessão e partilha das heranças, essas são pesquisas que merecem maior aprofundamento, mas acredita-se que os casamentos arranjados e casamentos entre parentes seriam a tônica da permanência econômica entre os filhos e filhas que, mesmo sendo de famílias abastadas, eram excluídos do sistema de distribuição de bens.

Com o objetivo de melhor conhecer as diversidades dos sistemas familiares entre Brasil e Portugal, bem como a necessidade de não se criar um modelo próprio a aplicar aos dois países, observaremos as aproximações e distanciamentos dos usos e costumes da exploração das terras nas freguesias agrárias de São Paulo do Muriahé e em algumas freguesias minhotas, pertencentes ao município de Braga. Dedicaremos ainda, uma atenção especial para o entendimento das alianças matrimoniais e da estrutura daí derivada de modo a compreendermos os contributos destes processos à manutenção do poder e prestígio de antigos grupos sociais, reforçando a idéia de uma perpetuação econômica de certos grupos familiares.

3.2 Conhecendo o Noroeste português: o quadro natural e econômico. Traços de um sistema sucessório.

Cortada por uma geografia irregular, composta por montanhas, rios e vales profundos, a ocupação humana do Norte português encontra-se *relacionada com os contrastes naturais, correspondendo geralmente ao lavradio um intenso povoamento, enquanto que os cumes e vertentes sombrias se caracterizam por um relativo despovoamento* (Silva, 1974: 40).

No mapa abaixo apresentamos uma mostra de Portugal no século XVIII em termos administrativos. Observe-se que ao todo são seis províncias presentes. A província portuguesa que nos interessa, chamada dantes Entre-Douro-e-Minho, mas que hoje predomina o último nome, está localizada no Noroeste português. Medindo um continente vasto, cerca de cento e quinze quilômetros no maior comprimento e setenta de largura, abrange os três modernos distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto: limita a Norte pelo Minho, a Oeste, pelo Oceano, ao Sul, pelo Douro (Farinha de Carvalho, 1979:169).

Mapa 10
Províncias de Portugal, século XVIII



http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a7/Antigas_Provincias_Portugal.png

Acessado em 09 de abril de 2011.

A província do Entre-Douro e Minho faz fronteira com a Galiza (Norte da Espanha), e a leste com a Província de Trás-os-Montes. Banhada pelos rios Minho, Lima, Cavado, Ave e

Douro, tinha como principais centros urbanos as cidades de Braga (localizada no vale do Rio Cavado), Porto e Viana do Castelo. Estas duas últimas áreas eram banhadas pelo Oceano Atlântico e foram ao longo de vários séculos os mais importantes portos marítimos do Norte de Portugal. Do ponto de vista judicial era composta por sete comarcas: Penafiel, Guimarães, Viana do Castelo, Barcelos, Valença, Porto e Braga, cabendo à última o papel de sede administrativa da Província. As Comarcas estavam divididas em Concelhos e, estes em Freguesias. Na Província interessada (Entre-Douro e Minho) possuíam o estatuto de cidade: Braga, Porto e Penafiel. Contava, ainda, com 21 vilas e 1.329 freguesias (Pereira, 2010: 14-15).

Assim o Entre-Douro-e-Minho, era um território que se estendia do Marão, Cabreira e Geres até ao litoral atlântico. É delimitado ao norte, pelo rio Minho e ao sul, ultrapassando o vale do Douro alcança as fraldas ocidentais da serra de Montemiro e as setentrionais das montanhas do Vouga. Nesta região permanece a maior zona de concentração de população, de mosteiros e solares, assente numa economia de autoconsumo obtida através do sistema da policultura. A fertilidade do solo é uma de suas marcas, que possibilita, mesmo para os pequenos produtores, tirarem proveito das exações senhoriais. Os senhores de Entre-Douro e Minho lutavam para preservar a base fundiária e o poder. Distantes do centro político do Reino – Lisboa, e não podendo contar com o apoio da Corte, tinham de guardar o fundamento da força de que dispunham, ou seja, a terra e o poder senhorial sobre os homens que nela habitavam (Mattoso, 1986:84-96).

De acordo com Jose Mattoso (1986:98), no Entre-Douro e Minho estão as raízes da nobreza portuguesa, daí se podendo contemplar os horizontes abertos pela análise da relação entre o poder e a estrutura familiar, que a nobreza da região conseguiu alcançar ou manter.

Uma região caracterizada pela alternância na agricultura, campo no verão e prado no inverno, a localidade é abraçada pela presença de árvores, na qual a utilização de técnicas agrícolas, mesmo que rudimentares, possibilitavam a exploração intensa da terra (Ribeiro, 1970:60-67). Os amieiros, salgueiros, choupos e freixos sombreiam as margens dos rios e regatos. Os terrenos agrícolas entremeiam-se com árvores frutíferas, comuns na Europa Central, atingindo em consequência do clima um extraordinário desenvolvimento. *De maio a junho os arvoredos mostram em toda glória sua vegetação fresca e viçosa* (Farinha de Carvalho, 1979: 190-195).

De Norte a Sul de Portugal, o vinho é considerado, há séculos, uma das fontes mais abundantes da riqueza agrícola e uma das principais bases de seu comércio, por se acomodar

em qualquer tipo de terreno, mesmo sofrendo os piores tratamentos, mas que retribuía ao camponês a generosidade e a avareza da alta produção. (Farinha de Carvalho, 1979: 235) Esta forma de cultura agrícola estava aliada, permanentemente, às pastagens ou culturas de inverno, como o trigo, centeio, linho e, às de primavera com o milho. O sistema cultural agrícola minhoto é essencialmente fruto da combinação entre o trabalho do homem e os agentes naturais, pois, *devido à sua constituição geológica, o solo do Minho é pobre, mas a abundância de água, os adubos orgânicos e os cuidados que o homem dedica às culturas permitem uma vegetação abundante e ‘luxuriosa’* (Durães, 2000: 128).

Ligadas às condições físicas e geográficas e às formas de exploração do solo, a ocupação da região está relacionada a fatores hidrográficos e geológicos, sendo essenciais à fixação do homem, que se submetiam ao poder dos grandes senhores, interessados na coleta de seus direitos (foros ou pensões). Portanto, a ocupação das terras na região começou a ser delineada desde a ocupação romana. Os senhores, na impossibilidade de trabalhar todas as propriedades, reservavam uma pequena parte para a exploração direta, repartindo as restantes entre pessoas “confiáveis”, mediante contratos de aforamento ou arrendamento que lhes permitia a cobrança dos foros ou rendas anuais (Durães, 2000:140).

Margarida Durães, ao citar Aurélio Oliveira, esclarece que, no termo de Braga, quase toda a propriedade estava nas mãos do clero e da nobreza. Dentre os grandes senhorios eclesiásticos que possuíam amplo domínio territorial encontravam-se a Mitra e o Cabido da Sé de Braga, tendo como vizinhos os coutos dos Mosteiros de Tibães, Arentim, Pedralva, Vimieiro, além da Ordem de Cristo, que possuía uma extensa Comenda, na freguesia de Adaúfe. Mas, *encravados* no meio desses grandes senhores, surgem pequenos proprietários possuidores de alguns terrenos alodiais com pouca importância e que confrontavam com o domínio daqueles que se destacavam (Durães, 2010).

Assim, a paisagem agrícola minhota é dominada por dois tipos de prédios rústicos: as quintas e os casais. As quintas, caracterizadas pela continuidade das suas parcelas e pelos muros que as circundam, as fecham e permitem a formação de uma unidade orgânica de produção, eram possuídas, em geral, por fidalgos e burgueses que as exploravam através de mão-de-obra assalariada (criados e jornaleiros) ou as entregavam para exploração a foreiros ou caseiros mediante a entrega de uma parte das colheitas que constituía a pensão ou foro a ser entregue anualmente. De grandezas variadas, as quintas são prédios rústicos que se destacam na paisagem agrícola minhota não só pela sua organização mas, sobretudo, pela sua dimensão que pode atingir em vários casos algumas dezenas de hectares. Pelo contrário, o

casal era o prédio rústico de cariz popular, formado, inicialmente, por uma pequena extensão de cultivo com casa. Mas, à medida que os arroteamentos avançaram, os casais foram aumentando a sua dimensão ao mesmo tempo em que disseminavam as suas parcelas pelas aldeias de modo a obter terrenos de distinta potencialidade e capacidade agrícola (Durães, 2010).

Dependendo da sua dimensão, da pressão exercida pelo aumento da densidade populacional e da procura de terras, os casais podiam ser entregues para exploração a um ou vários lavradores que também os possuíam através de contratos de aforamento ou arrendamento. A adoção generalizada destes contratos terá provocado a divisão dos casais em explorações de pequena e média dimensão que, no entanto, conservavam, na maioria dos casos, a capacidade de manutenção do agregado familiar que se dedicava à sua exploração. Porém, com o andar dos tempos, e apesar de todas as pressões exercidas pelos senhorios para evitar a sua divisão, estas explorações foram sendo fracionadas no sentido de satisfazer a necessidade de instalação de um número cada vez maior de famílias (Durães, 2000:142-145).

Em São Paulo do Muriahé a terra, também seria a grande norteadora das relações estabelecidas, entre os que ali se fixavam e os não-residentes na localidade, que tinham por objetivo ampliar o seu património. Dela originaram as atividades de mercado, dinamizando uma economia intrincada por intermináveis trocas de concessões e favores, consignados via casamentos endogâmicos, casamentos arrançados e apadrinhamentos.

Porém, em Muriahé, a terra não era um bem escasso como em Portugal, pelo menos até meados do século XIX, como visto anteriormente, fato que influenciará diretamente na constituição familiar e na transmissão de heranças. A partir do fechamento das fronteiras agrícolas, vários conflitos entre os envolvidos são observados, estando ligados à tentativa de permanência e ao domínio de poder de determinadas famílias que se destacam na região no momento de ocupação destas terras ⁶⁴.

Todavia, mesmo entendendo que as Ordenações Filipinas ⁶⁵, defendessem a igualdade da distribuição de bens entre os herdeiros, como observa Carlos de Almeida do Prado Bacellar, (1997) outras práticas foram sendo incorporadas ao processo, como modo de impor privilégios a poucos filhos em detrimento dos demais, tanto no Brasil como em Portugal.

⁶⁴ Para maiores detalhes ver capítulo 1 da tese.

⁶⁵ Sistema baseado no direito sucessório e transmissão de património no mundo luso-brasileiro, principalmente no livro IV. Almeida, Cândido Mendes de. Ordenações Philipinas . vol. 1 a 5. Rio de Janeiro de 1870 .

Margarida Maria Moura (1978:7-40) estudando a opção de concentração da herança nas mãos de um herdeiro único em pequenos sítiantes paulistas, alerta-nos para as regras preferenciais instituídas no próprio seio familiar, não ditadas pelo mercado, como modo de evitar a fragmentação da propriedade. Na grande maioria dos casos analisados por Moura, quem vendia as terras eram as mulheres a um dos homens da família, geralmente aquele com maior poder de decisão ou mesmo o primogênito; caso não aceitassem ou não se adaptassem à estratégia estabelecida, deveriam procurar locais de expansão agrícola para se fixarem, ou mesmo arranjar um bom partido para se casar.

Neste cenário, deve-se considerar que a Mata Mineira tem sua ocupação tardiamente, se comparada à região mineradora, sendo o Caminho Novo a porta de entrada para a região, mesmo entendendo que já havia sítiantes morando na região antes mesmo da abertura do caminho (Venâncio, 1999:181-187). A estas condicionantes devem ser somadas não apenas as dificuldades em desbravar os sertões, mas também a implantação da política da Coroa em não ampliar as áreas de ocupação das fronteiras além-mineração, com intuito de reforçar a vigilância e o contrabando do ouro (Lanna, 1986:82) ⁶⁶.

Podemos, pois, afirmar, que a ocupação, a exploração e as relações sociais estabelecidas em São Paulo do Muriaé foram promovidas pela expansão de fronteiras agrícolas e que, aos poucos foi constituindo num dos grandes pólos econômicos da Província de Minas Gerais.

A nova configuração geográfica que se emoldura na região das minas, marcada pela diminuição do ouro, levou vários grupos familiares a deslocarem-se para a região das matas. Vagarosamente, algumas famílias com certo poder aquisitivo adentraram no sertão mineiro e acabaram por dominar alguns poucos proprietários que, na região, residiam, não possui recursos financeiros para se manterem donos do espaço ocupado.

Nesta lógica, a terra, que antes da criação da vila era um bem insignificante, sob o ponto de vista econômico, acabaria virando alvo de especulação financeira a partir da constituição da freguesia, e levaria a um aumento de prestígio social por parte dos possuidores de parcelas de terras, que se organizaram numa sociedade hierarquizada e pouco flexível. Hipótese confirmada no capítulo 2, quando observamos a valorização da terra em finais do século XIX.

Em Portugal, neste período, as parcelas territoriais já haviam sido doadas para grupos senhoriais, enquanto na freguesia brasileira eram amplas as extensões de terras dando um tom

⁶⁶ Para discussão sobre ocupação da região, ver o capítulo 1 deste trabalho.

diferenciado às relações instituídas. Mesmo assim, entendemos que a permanência de poder, em ambos os lados, girava em torno de padrões sociais e econômicos fundados na posse de domínios territoriais, reforçando o seu poder através da distribuição desigual de bens e das estratégias que visavam à permanência dos bens entre o pequeno grupo dos envolvidos.

Vemos, assim, que, no Minho, região densamente povoada, a posse de bens fundiários permanece como símbolo de poder e de prestígio social, estando a sua posse, de maneira geral, nas mãos de grandes senhores, interessados apenas na coleta das rendas. Para exploração, estas terras eram entregues aos camponeses que as trabalhavam sob a forma de diversos contratos, que determinavam a organização de uma estrutura social baseada em princípios, valores e interesses, dos quais resultavam não apenas as formas de dominação econômica e social, como também a espiritual (Durães, 2004, 2002).

A estrutura de parentesco estaria, portanto, intimamente relacionada à aquisição e transmissão de mando, tornando-se uma das mais importantes formas de transmissão e perpetuação de domínio, tanto para homens comuns, quanto para a nobreza (Sobral Neto, 2007; Durães, 2004, 2002; Mattoso, 1986: VI).

De acordo com Emília Lagido (2008:02), a terra no Minho no século XIX, é alvo de avidez que assenta numa economia familiar basicamente voltada para produção doméstica e o autoconsumo. Impossibilitados de uma mobilidade social baseada na posse de terra, a solução para muitos minhotos seriam partir para outras localidades refreando a pressão sobre a terra a fim de evitar a sua fragmentação. Tais mecanismos levariam, desde tempos remotos, a uma população marcada pela falta de homens para casar e à canalização do poder decisório familiar para o sexo feminino.

A dispersão e divisão das propriedades foram fomentadas não apenas pelas doações régias, que deu início ao domínio da Igreja e dos nobres, como também foi alimentada por um sistema confuso de compras, legados e doações. Tais práticas levariam à necessidade de encontrar formas de exploração que assegurassem o reconhecimento de posse e do domínio da propriedade fundiária.

Assim, *a já dispersa propriedade senhorial dividiu-se à medida que implementava e divulgava a prática de entregar estas propriedades, para exploração, através de contratos enfiteutas que implicavam a cedência do domínio útil* (Durães, 2002: 67). *O contrato enfiteutico podia assumir a modalidade de perpétuo ou em três vidas*. Segundo Margarida Sobral Neto (2007: 16), ao realizar uma escritura de aforamento operava-se o desdobramento dos direitos de propriedade em dois domínios: o *directo* e o *útil*. O direto seria o direito à

renda em gêneros, bem como em dinheiro; o útil implicava a posse e desfrute do bem durante o período do contrato.

Dividida a terra em pequenas unidades de produção, não restava ao camponês outra alternativa, senão, adequar aos modelos pré-estabelecidos em contrato, cabendo aos senhores o controle e administração deste domínio. A sobrevivência da propriedade só era possível se a renda fundiária satisfizesse às necessidades dos encargos propostos, o que poderia levar, caso não acontecesse, ao endividamento e expulsão do camponês.

De acordo com Margarida Durães (2002:50) dentre as formas de contratos existentes (aforamentos, emprazamentos, arrendamento), o mais comum, no Minho, era o emprazamento⁶⁷.

Se as grandes propriedades estavam na posse de grandes senhorios eclesiásticos, que com a nobreza monopolizavam as terras, os camponeses tinham que fazer contratos para a sua exploração. Deveriam pagar suas pensões a partir do contrato realizado. Um dos grandes problemas enfrentados para este tipo de análise é que grande parte dos títulos de posse não traziam anotado pelo juiz o tipo de contrato realizado. Como analisado por Durães (2000: 164), em investigação da documentação de Adaúfe, entre 1593 a 1609, 42% da documentação não apresenta a forma de título de posse que confere o domínio útil e o direito à exploração da propriedade pelo camponês, encontrando-se assim em descumprimento face ao senhorio.

Tabela 21

Distribuição dos títulos de posse do domínio útil. Adaúfe (1593-1609)

	Prazos de vidas	herança	compra	s/título	Total
Foreiros	44	20	1	48	113
%	39%	18%	1%	42%	100%

Fonte: DURÃES, (2000: 164)

Observamos que 39% são contratos regulados em prazos de vida, uma percentagem inferior aos que não declaravam qualquer tipo de contrato, sem qualquer tipo de posse (42%). Embora reconhecendo o senhorio, o Juiz do Tombo, juntamente com o procurador, não agia contra os foreiros quando estes recusavam outros tipos de títulos, o que demonstra a dificuldade que os senhorios tinham em controlar os seus domínios, principalmente quando se encontravam distantes do centro administrativo (Durães, 2000:166). Fica, pois, perceptível os

⁶⁷ Hipótese confirmada na documentação investigada junto ao Arquivo Distrital de Braga.

entraves surgidos a partir dos contratos que regulavam a posse das terras existentes. Acreditamos ser necessários novos investimentos para entender as barreiras, dificuldades e percalços originados a partir da distribuição de títulos em terras lusas.

Ao considerar os inventários orfanológicos⁶⁸ existentes no Arquivo Distrital de Braga, para o município da Póvoa de Lanhoso, no ano de 1850 e no ano de 1876, pudemos observar que todos apresentam bens de prazo, ou seja, possuem terras oriundas de contratos pré-estabelecidos. Nenhum dos herdeiros diretos possuía a propriedade plena da terra. Em todos os documentos os valores dos bens de raiz são multiplicados por vinte anos, na intenção de garantir ao senhor, dono da terra, o direito de continuar a receber sua renda, enquanto que, pelo mesmo período, o lavrador poderia explorar a terra que lhe seria atribuída na partilha da herança.

Dentre os inventários considerados para a mesma localidade, alguns possuem o testamento anexado. Tais informações apresentam uma distribuição desigual entre os herdeiros. De acordo com o aforamento ou morgadio, a regulamentação que definia o direito sucessório e hereditário assentava em critérios que defendiam a integridade da propriedade. Nestes casos a família ficava muitas vezes em segundo plano. Cabia à propriedade *presidir à definição dos direitos normativos que deviam regular a sucessão e a herança* estipulando muitas vezes a sucessão única, a prioridade do cônjuge em relação aos descendentes, *a primazia dos varões sobre as fêmeas e dos mais velhos sobre os mais novos* (Durães, 2004).

Caso ilustrativo que nos dá margem para observar as complicações ocasionadas pelo direito sucessório da terra é o de João Antônio Vieira de Araújo, natural de Braga, falecido de tuberculose na Santa Casa de Misericórdia, no Rio de Janeiro, e sepultado no cemitério São João Batista, em idade de 36 anos em 1874. Um processo datado de 1876 que tem como inventariante a viúva Joanna Rosa Vieira, moradora de Oliveira e Antônio José Vieira de Araújo, irmão do inventariado, residente em Fonte Arcada, dá-nos conta da complexidade de que se revestiam algumas heranças, sobretudo quando não havia acordo entre os interessados na partilha do patrimônio deixado pelo falecido.

A primeira testemunha, Manoel Antônio de Azevedo, afirma que seu cunhado, o inventariado, lhe deixara uma procuração para administrar os bens do casal para criar e olhar seus filhos usufruindo de terra colada. O processo decorre ocasionado pela intenção da ex-mulher do falecido João Antônio Vieira reivindicar seus bens em Portugal, mesmo declarando

⁶⁸ Inventários orfanológicos são inventários em que existem herdeiros menores. Consulta feita ao Arquivo Distrital de Braga durante o Estágio Doutoral, na Universidade do Minho, sob a co-orientação da professora Margarida Varela dos Santos Montenegro Durães.

seu cunhado que o casal já se achava separado, ocasionado pelo adultério da esposa, que se encontrava grávida de seis meses. Remetia, pois, a Manoel receber judicialmente o que cabia aos filhos do falecido, para que os mesmos *não tivessem o mesmo destino da mãe*⁶⁹.

Após várias audiências, o juiz de órfãos delibera que os filhos menores, José e Júlia, deveriam ficar sob a guarda do avô e acompanhados de sua mãe, pois os órfãos declaravam que assim preferiam e ainda afirmavam que o procurador Manoel Antônio de Azevedo havia *caducado*.

Em todos os processos pesquisados, havia sempre um ou dois herdeiros residentes no Brasil, o que de fato, dificultava a divisão dos bens, ou mesmo criava uma expectativa de disputa pela terra entre os herdeiros. Cita-se o caso em que dois irmãos, partiram para o Império: João Antônio e Antônio. Após o falecimento de Joaquim de Mello, seu pai, intensas disputas são travadas, pois os quatro irmãos que residiam em Oliveira diziam em juízo que a carta expedida que concedia a procuração ao genitor não chegara até o destino final e presumiam não conter procuração dos irmãos⁷⁰.

Alegavam os herdeiros que ambos os irmãos que residiam no Brasil, haviam falecido, porém, não tinham o reconhecimento das certidões de óbito, o que só vem a acontecer em 1905, pela autenticação do Consulado Geral de Portugal, no Rio de Janeiro, ou seja, 55 anos após a abertura do processo.

Nestes inventários consultados observa-se sempre um endividamento daqueles que da terra viviam assim como dificuldades em liquidar seus débitos. De acordo com Margarida Durães (2004: 19) *pagar as dívidas, entregar legados, assumir pensões, disponibilizar usufrutos, dotar e entregar legítimas aos outros descendentes, zelar pela alma do testador, eram os custos ou condições que o herdeiro principal ou universal tinha que pagar pela sua nomeação*. Contudo, a autora conclui que as vantagens de ser escolhido sucessor eram muito mais simbólicas do que materiais.

Observamos, assim, que a relação envolvendo a posse da terra em Portugal era tão complexa quanto no Brasil, embora as formas de exploração do solo e os contratos efetuados se diferenciasssem na forma e no conteúdo.

O código de leis que regia a herança e distribuição de bens, - as Ordenações Filipinas - apresentava alguns princípios implícitos no sistema, relacionados com os filhos legítimos e os ilegítimos. *Quando algum homem casado, ou sua mulher se finar, deve o que ficar vivo, dar a partilha aos filhos do morto, se os que tiver, quer sejam filhos d'entre ambos, quer da*

⁶⁹ Inventário Orfanológico. ADB. Caixa 1707. Processo 1293, maço 90, n° 17, 1876.

⁷⁰ Inventário Orfanológico. ADB. Caixa 2785. Processo 303, maço 151, n° 7, 1850.

parte do que se finou, se forem legítimos, ou tais, que por nossas ordenações, ou Direito devam herdar seus bens (OF, nota 4. Título XCVI).

Qualquer que fosse a condição do nascimento, pai e mãe tinham deveres para com os filhos. Muito embora a doutrina católica entendesse que apenas com o matrimônio poderia o filho ser criado com dignidade, as Ordenações Filipinas determinavam a responsabilidade dos pais para criarem seus filhos, independente do tipo de união (OF, Livro IV, Título XCIX).

Em tal determinação ficaria implícito que os filhos ilegítimos não teriam direito a herdar de seus progenitores. E ainda esclarece que, se algum homem viver ajuntado com alguma mulher solteira ou tiver uma manceba, não havendo entre eles parentescos, ou impedimento e possuindo filhos, os filhos seriam vistos como naturais e se ele tiver mais filhos legítimos, na herança suceder-lhes-iam igualmente com os filhos legítimos. (OPAB, livro quarto, Título XCII) Deste modo, apenas estariam excluídos os espúrios e os insucessíveis, que seriam os filhos de pais que possuíam relações não sancionadas com mais de uma mulher. Porém, a lei considera que os filhos tidos de uma só concubina, considerada quase como esposa, concorriam na herança com os filhos legítimos (OPAB, Título XCII, nota 1).

Ana Luíza de Castro Pereira (2010:189), baseada nas Ordenações Filipinas, confirma a importância que a geração ilegítima assumiu na organização dos grupos familiares em Portugal já que havia a possibilidade de, no plano sucessório, os filhos naturais de plebeus estarem aptos a herdar em equidade com os legítimos. Pelo contrário, o mesmo fato não era observado em relação aos filhos de nobres que, para terem garantido a herança do pai, necessitavam ser legitimados. Se isso não acontecesse, teriam apenas garantido o sustento e educação.

Ao verificar os 53 testamentos consultados para São Paulo do Muriaé, encontramos 23 casos de reconhecimento de paternidade. A grande maioria reconhecia os filhos como legítimos e alguns pediam perdão de seus pecados, por só reconhecê-los legalmente naquele momento. Dentre os casos analisados, dois eram padres. Um deles, José Delfino César reconhece quatro filhos que teve com sua escrava, enquanto José Henriques teve dois filhos, cada qual com uma mulher diferente ⁷¹.

Porém, mesmo quando as Ordenações asseguravam o direito à herança, na prática a situação era adversa. Brigas e mais brigas estavam presentes, como no caso dos herdeiros lusos, ou mesmo nos conflitos por lotes de terra no Brasil. A imposição de uns sobre outros

⁷¹ Testamentos presentes no Cartório do 1º ofício do Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, espalhados em diversos maços.

levavam a desentendimentos que duravam a vida toda, seja por áreas de abundância d'água, seja pela sede da fazenda, seja por um quinhão de terra.

Os descendentes, assim como podiam herdar, também podiam ser deserdados. As causas que levavam à deserdação eram: 1- filhas menores de 25 anos dormirem com algum homem ou casar sem o consentimento do pai ou da mãe; 2- agredir pai ou mãe com palavras ou ações; 3- acusar os pais de crime; 4- usar de feitiçaria ou se relacionar com eles; 5- envenenar ou permitir o envenenamento dos pais; 6- procurar a morte dos pais de toda forma; 7- se houver ajuntamento ou feição carnal entre o filho e a mulher ou manceba de seu pai ou mãe, ou entre a filha e o marido ou barregão de sua mãe; 8- fazer intrigas com a mãe ou pai à Justiça causando desonra; 9- se mãe ou pai forem presos e o filho varão, tendo condições, recusar a pagar a fiança; 10- se impedirem o pai ou mãe de fazerem testamento; 11- os filhos negligenciarem atendimento à mãe ou pai loucos; 12- se pai ou mãe forem cativos e os filhos forem negligentes na remissão do cativo; 13- sendo pai e mãe católico e o filho herege (OPAB, Título LXXXVIII Livro quarto).

Silvia Brügger (2007: 151) faz uma observação interessante, à exceção do primeiro motivo citado acima, os demais, se praticados pelos pais e não pelos filhos, poderiam dar margem à deserdação daqueles por estes. Ou seja, caso forem os pais uma das partes a agirem contra o determinado acima, excetuando o primeiro caso, por ser dirigido diretamente aos filhos, estes pais poderiam ser deserdados. Prática muito incomum no Brasil Império, assim como em Portugal.

Muito embora a legislação portuguesa determinasse a distribuição igualitária entre os herdeiros, não impedia a distribuição desigual entre aqueles que por lei tinham direito. Em vários países europeus, onde estava em vigor o direito costumeiro, alguns elementos regulavam a sucessão através de *costumes em comum*, numa dada comunidade (Thompson, 1998). Porém, em Portugal o direito costumeiro há muito que tinha sido extinto. Mas, como as Ordenações estipularam “o terço” como a parte disponível que qualquer testador podia utilizar para beneficiar algum dos herdeiros, tanto na região minhota, como na mineira, podíamos encontrar a sucessão e divisão igualitária entre os herdeiros, como a sucessão única e herança indivisa ou o herdeiro beneficiado com uma maior proporção de terra (Durães, 2001, 178), já que as duas regiões estavam subordinadas à mesma compilação de leis – as Ordenações.

Em Portugal, três foram as Ordenações que regularizaram o quadro jurídico social: a Afonsina, a Manuelina e a Filipina. As duas últimas Ordenações subseqüentes à Afonsina não

fizeram mais do que atualizar a coletânea da primeira, que se manteve em vigência até ao século XIX, em Portugal e até ao século XX, no Brasil. Eram elas que definiam as regras gerais da sucessão e da distribuição do patrimônio (Durães, 2009, 6-7).

Na segunda metade do século XVIII, houve uma tentativa de renovação do código jurídico português, pois os seus princípios não mais correspondiam às doutrinas sociais introduzidas na sociedade lusa. As correntes *jusnaturalistas* e *jusracionalistas* estavam a ser divulgadas, num momento em que o direito sucessório português se caracterizava por uma grande complexidade. Portanto, de acordo com Margarida Durães (2009) o campo do direito sucessório foi presidida pela primazia da propriedade sobre a família, e como tudo girava em função dos contratos enfiteúticos. Foram estes que mais acabariam por influenciar as práticas de sucessão e herança utilizadas pelas famílias camponesas, o que acabou gerando o Código Civil de 1867.

Desde modo, nem as Ordenações, nem o Código Civil conseguiu conter as *estratégias e adaptações do sistema aos interesses e necessidades de cada família ou grupo social* (Durães, 2009). O primeiro objetivo seria a indivisibilidade da exploração agrícola, neste sentido, sucessão e herança eram processos distintos. *Sucedia-se na direcção e administração da casa, no nome, no estatuto e lugar detido na sociedade, nos títulos, honras e cargos, mas também nas dívidas e encargos que os antecessores tinham assumido. Herdavam-se bens imóveis livres ou o seu valor em bens partíveis* (Durães, 2009: 10).

No caso brasileiro, as Ordenações Filipinas, também foram insuficientes para garantirem a legalidade das diversas estratégias adotadas para a sucessão e a herança. Mesmo sendo enfraquecido, o dote aparece algumas vezes nos testamentos consultados para o século XIX, em Muriaé. Em Portugal, nos testamentos de Braga, os dotes aparecem muitas vezes porque os pais faziam contas a tudo quanto já tinham dado às filhas e filhos que se tinham casado e saído de casa (Durães, 2010).

Outras práticas me parecem rotineiras como, por exemplo, a antecipação de heranças, a aplicação monetária em determinados filhos para estudarem em Portugal, ou mesmo as compensações pelas ajudas e cuidados em caso de doença de familiar. Tais práticas eram vistas, não como partilha desigual, mas como um investimento futuro junto ao filho visando ao seu sucesso profissional ou mesmo uma forma de piedade e troca por benefícios feitos aos pais em vida. Eram estratégias que estariam voltadas para um *projeto de administração familiar* e que se assumiam como uma forma compensatória ao bem prestado.

Eu, Manoel João Fernandes, em meu perfeito juízo e temendo a morte, cujo dia é incerto, determinei fazer este meu testamento, para

*dispor da terça dos meus bens, como adiante declaro... nascido na freguesia de Santa Christina de Pouso, em Braga, reino de Portugal, sou casado em primeiras núpcias com D. Anna Maria, de cujo consorcio tivemos nove filhos, achando viúvo presentemente apenas cinco a saber Maria, casada com André Teixeira Crespo; Maria José, casada com Francisco Joaquim da Silva; Theresa, casada com Secundino de Azevedo; Maria Fernandes, casada com Balbino Alves de Souza e Joaquim também casado. Em consideração aos serviços e extrema amizade que o dito filho me teve dispensado e a sua mãe, minha esposa, instituo herdeiro de minha terça*⁷².

O que nos chama atenção no caso acima é o fato de o único filho vivo ser aquele que recebe uma herança beneficiada com a parte disponível ou terço, o que demonstra, além da afinidade declarada, uma preferência pelo sexo masculino para herdar os bens do pai, o que poderia gerar tensões entre os membros da família, inclusive os genros. Porém, estas estratégias são encontrados tanto deste lado, como do outro lado do Atlântico. Distribuições e partilhas desiguais são localizadas tanto para Minas, como para o Minho assim como dos dois lados se encontram divisões e partilhas amigáveis, sem a intenção de privilegiar um ou outro membro do grupo familiar.

Neste emaranhado de jogos, leis, estratégias e interesses é bom que se destaque que uma sociedade marcada pela obediência aos pais, poderia implicar uma anulação ou mesmo a contrariedade do filho. Estava na mesa objetivos familiares e cada qual, a seu modo, deveria contribuir da melhor maneira possível. Esta deveria ser a tônica principal.

⁷² Testamento de Manoel José Fernandes da Cruz. Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros, 1898. Maço 18.

3.3 Se casando cessa todo o escândalo: A obediência à Igreja e seus preceitos. Casamentos e laços consanguíneos.

O último Sacramento dos sete instituídos por Christo nosso Senhor é o do Matrimônio. E sendo ao princípio um contracto como vínculo perpétuo, e indissolúvel, pelo qual o homem, e a mulher se entregão um ao outro, o mesmo Christo Senhor nosso o levantou com a excellencia do sacramento, significando a união, que há ente o mesmo Senhor e a Igreja, por cuja razão confere graça aos que dignamente o recebe. (CPAB, Título LXII, 259).

Desta forma se inicia a sessão dedicada ao Sacramento do Matrimônio nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Um contrato celebrado entre os casais, que deveria ser perpétuo e indissolúvel. O matrimônio possuía uma relação de domínio dos corpos, ao receberem os sinais de consentimento de união *até que a morte os separe*. Significa que os casais ao receberem as bênçãos aceitam o estabelecido, constituindo em ministros os próprios contraentes (Silva. 1984).

Aparentemente, dependendo da vontade individual dos casais, o casamento estava voltado para a propagação da espécie, o que acabou por gerar uma série de consequências, necessitando, pois de um controle de regras religiosas. Surge assim o matrimônio enquanto Sacramento religioso, na tentativa de estabelecer certo controle perante a população católica, evitando, sobretudo os casamentos incestuosos, a mancebia, e o concubinato. Apesar de todos os impedimentos estabelecidos pela Igreja de Roma, muitas formas ilegais dos casamentos permaneceram sendo mesmo predominantes em alguns grupos étnicos como, por exemplo, as práticas de concubinato e mancebia.

Aliás, na sessão XXIV, o Concílio de Trento, ao organizar o matrimônio, considerou o concubinato entre solteiros como pecado grave se mantivessem esta situação, e mais grave ainda os casados que na situação se encontrassem. (CT, cap VIII) Mesmo entendendo que o concubinato era algo praticado, como afirma Fernando Londoño, *portas a dentro*, (1999) tais casos fugiam aos olhos da Igreja, ou os próprios representantes eclesiásticos se faziam despercebidos. Tais práticas poderiam estar relacionadas ao grupo social ao qual o casal pertencia, ou havia convivência entre a população como um todo com o vigário que poderia se encontrar em situação irregular ⁷³.

⁷³ Ver ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. Declaro como plenamente livre e dispensados das condições dalei”.Alforriasdepiaeredesdesociabilidades.SãoPauloMuriaé,18521888.http://www.uss.br/arquivos/pdfssimpósios2/Vitoria_Schettini_Declaro_como_plenamente_livre_e_dispensada.pdf

O matrimônio teria segundo as Constituições três fins básicos: o primeiro estaria relacionado à propagação humana, ordenada pelo culto e a honra de Deus; o segundo voltado para a fé e a lealdade ente os casais e o terceiro o da inseparabilidade (CPAB, Título LXII, 260). Enfim, o matrimônio além de unir corpos a partir do consentimento da Igreja Católica, moldava os nubentes a se aceitarem perpetuamente.

As Constituições definiam alguns títulos que convém esclarecê-los. No título LXIV, do livro primeiro, enfatiza a necessidade do varão ter no momento de contrair matrimônio, quatorze anos completos e a fêmea doze anos, também completos, além dos impedimentos de pessoas *doidas*, que não entendem o que fazem (CPAB, Titulo LXIX, 267). Se os casais forem de diferentes freguesias ou naturais de uma, e residentes em outra freguesia por um espaço de mais de seis meses, se farão nas ditas freguesias denúncias devendo os interessados apresentar certidão que confirme seu desimpedimento para casar, evitando-se assim os casos de bigamia que não eram toleradas pela Igreja (CPAB, Título LXIX, 272).

Mesmo entendendo que muitos destes tópicos seriam uma forma de controle social dos fiéis, a grande maioria deles não era obedecida, sendo, pois, burlados ou negligenciados. Mesmo não havendo, no caso brasileiro, uma preocupação em registrar o matrimônio tal como era definido pelas Constituições, muitos detalhes não apareciam. Porém, em alguns dentre todos os registros consultados na Matriz São Paulo, em Muriaé, podemos acessar certas informações como, por exemplo, a idade dos nubentes. Cerca de 5% dos registros possuíam a idade dos contraentes girando em torno de uma média entre 15 anos para as mulheres e 17 para os homens que se uniam matrimonialmente ⁷⁴.

Encontramos na Matriz de São Paulo um caso em que o vigário faz uma notificação e confirma o matrimônio após denúncia de ser segundas núpcias do contraente. Após apregoar por várias semanas a união de Florentino Alves da Silva e Mariana Pereira, havendo denúncia do contraente possuir outra esposa na freguesia de São José de Leonira, em Cantagallo, Bispado do Rio de Janeiro, o vigário Maximiano José da Silva Castro celebra o matrimônio, no dia 19 de janeiro de 1856 alegando que as testemunhas da celebração, Manoel Coelho Guimarães e Sebastião Pinto Monteiro, confirmam serem inverdades o que fora notificado particularmente ⁷⁵.

Contudo, cruzando os dados acima com as Ações de Libelo do Fórum local encontramos a existência de uma ação contra o mesmo senhor, Florentino Alves da Silva, impetrada por Manuel Antônio de Oliveira, da freguesia de Cantagalo, que reivindicava por

⁷⁴ Livros de casamentos 1 e 2. AMSP, Muriaé - MG.

⁷⁵ Livros de casamentos 1. AMSP, Muriaé - MG.

direitos de partilhas de seu sobrinho menor, Joaquim da Silva, um filho nascido da união matrimonial entre ele e Anna Maria de Jesus ⁷⁶.

Observa-se, deste modo, que a vigilância da Igreja era insuficiente para dar conta dos casos de uniões ilícitas. Mesmo não sendo as duas freguesias tão distantes, mesmo não sendo áreas mineradoras, centros urbanos ou mesmo portuários, que seria, segundo Sheila Castro Faria (1998), áreas propícias à ilegalidade, mas sim regiões agrárias de baixa mobilidade social, como a freguesia mineira, encontramos um caso confirmado de bigamia nas fontes consultadas.

A tentativa do clero de regularizar a vida religiosa e social de modo a evitar abusos, a instituição chocava com as dificuldades de acesso às localidades e à variedade cultural que acabava por gerar maneiras próprias de viver e reproduzir. Para Sheila Faria (1998: 307), não parece que o clero, pelo menos de além-mar estivesse preocupado em conter todos os tipos de manifestações não-católicas no Brasil Colonial, desde que não colocassem em risco os preceitos e signos do catolicismo. Na grande maioria, os resultados foram combinações variadas, vivenciadas no cotidiano do homem comum, independentemente de qualquer que fosse a sua origem.

Os dogmas católicos deveriam ser, senão aceites, respeitados. Entretanto, nem sempre eram cumpridos. Neste sentido, os casamentos representavam muito mais do que uma relação entre duas pessoas, mas uma relação de contrato social sujeito a condições especiais para que ocorresse nas sociedades em geral, inclusive no Brasil e em Portugal, mais especificamente nas regiões de Muriaé e Minho. Essas localidades seguiam os códigos das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia e as Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga, derivados do Concílio de Trento e das Ordenações Filipinas, respectivamente. Os casamentos que ocorriam em São Paulo do Muriaé e no Minho deveriam seguir as recomendações da Igreja Católica. Porém, esta aspiração religiosa nem sempre era observada, sendo vários os desvios aos preceitos religiosos inseridos nas Constituições e muitas as faltas cometidas em relação à legislação civil.

Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva (1984:30) havia tanto no discurso eclesiástico quanto no político a existência de uma lei da natureza que fazia com que os indivíduos de sexos opostos se relacionassem. Contudo, a espécie humana apresenta instintos que acarretam consequências funestas e que precisam ser controlados por um sistema de regras civis e

⁷⁶ Ação de Libelo. Réu: Florentino Alves da Silva. FTPM, Muriaé, maço 67, 1887.

religiosas. Dessa forma, *o casamento deve ser visto como um contrato sujeito às três leis: da natureza, do Estado e da Igreja.*

A partir dessa concepção o casamento define-se muito mais através dos regulamentos políticos e sociais estabelecidos ao longo dos séculos pelas sociedades, do que pelo próprio sentimento de afinidade entre os cônjuges. O que para nós hoje é essencial para que haja um enlace, no período estudado, era quase inexistente a intenção amorosa em relação ao outro.

De acordo com Mircea Eliade (1992: 150), por ocasião do casamento, tem lugar a passagem de um grupo sócio religioso para o outro. O recém-casado abandona o grupo dos celibatários para participar do grupo dos chefes de família, o que implica em uma tensão e um perigo, desencadeado por crise, por isso o casamento se efetua num rito de passagem.

Ronaldo Vainfas (1986) discorda de que o casamento não seria um ato valorizado socialmente e que a burocracia e economia para se casar não seriam causa para o afastamento do sacramento, mas sim a contradição entre a estabilidade e a instabilidade, ou seja, o constante ir e vir.

Em seus estudos sobre a formação das famílias do Oeste Paulista, Carlos de Almeida Prado Bacellar (1997:60) considera que *a decisão de se casar refletia uma ampla gama de comportamentos e atitudes da sociedade em que o indivíduo estava inserido*, ou seja, a decisão de se casar envolvia questões que iam muito além da privacidade e do sentimento mútuo. Era preciso levar-se em conta os fatores relacionados a bens, patrimônios, status social e privilégios. As relações matrimoniais constituíam-se basicamente em contratos estabelecidos entre as famílias dos nubentes. Contudo, o respeito mútuo, o companheirismo e a amizade não eram elementos descartados desse contrato, apenas não havia a obrigação da existência da paixão e do amor entre os impetrantes.

Angela Almeida (1996:19) afirma que o casamento seria,

Originariamente um ato não apenas civil, mas também privado, ele era visto como um dever de todo cidadão em relação aos seus pares: dever de aumentar seu patrimônio, pela anexação do dote da esposa, e de contemplar a cidade com novos cidadãos, seus herdeiros. Nem o amor, e muito menos a sexualidade eram fatores relacionados ao casamento.

Maria Beatriz Nizza da Silva (1984) salienta que a indissolubilidade do matrimônio, estabelecida pela doutrina da Igreja Católica, era usada como principal argumento a favor de uma escolha maduramente pensada do futuro cônjuge. O casamento como matrimônio significava ser eterno, uma opção *sem volta*, portanto, era preciso que a escolha do futuro companheiro fosse feita conforme os requisitos que atendessem às expectativas de ambos os

interessados. Essa escolha deveria significar a segurança da transmissão de status social a partir das heranças e dos dotes, a fim de constituir e consolidar as alianças familiares e econômicas.

Os casamentos segundo as ordenações do reino no Brasil Colonial, representavam uma forma popular de união. Entretanto, essa união só era válida se fosse confirmada via sacramento do matrimônio. Caso coabitasse o casal a mesma casa, a união não era válida perante a Igreja Católica, que a considerava concubinato, uma vez que o homem e a mulher viviam debaixo do mesmo teto sem terem contraído o sacramento. A validade civil dessa forma de união não podia ser contestada porque a legislação acolhia dois tipos de casamentos: o casamento de feito e o casamento social. O primeiro constituía-se na adesão de duas pessoas por meio de algum parentesco e o segundo era aquele em que o casal vivia como marido e mulher, dividindo o mesmo leito, a mesma mesa e a mesma casa.

Apesar de esses casos terem sido aceitos pela instituição católica, havia condições para que os casamentos formais ocorressem de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo Concílio de Trento. Este estabelecia as categorias a serem seguidas para se poder contrair o matrimônio segundo a doutrina Católica.

Portanto, as pessoas que pretendiam se casar, deveriam procurar o pároco para que este assegurasse que o matrimônio não teria nenhum impedimento ante as qualidades exigidas pela Igreja. Além dessas, havia ainda a exigência dos documentos a serem apresentados ao pároco como as certidões de batismo, atestados de residência, atestado de óbito do primeiro cônjuge caso um dos contraentes fosse viúvo (Silva, 1984:115). Além desses comprovantes havia ainda a *provisão*. Uma espécie de taxa paga ao sacerdote para que o casamento se acertasse. Os bispos não permitiam que ninguém se casasse sem o pagamento dos emolumentos. Apenas a partir do século XIX, passaram a aceitar que os escravos contraissem matrimônio sem seus custos, como forma de diminuir os casais que possuíam vida em comum não legalizada.

Em relação aos impedimentos, as recomendações eram as mesmas para Portugal e Brasil, bem como para todos os países católicos. Os impedimentos eram uma forma de garantir que a população não se casasse de modo indevido, ou seja, imoral. Para isso algumas práticas (principalmente sexuais) como a bigamia, o incesto, a cópula, e a infidelidade religiosa, por exemplo, representavam algumas ações indesejadas pela Igreja e passíveis de impedição (CPAB, Título LXVII).

Além da forma correta e moral taxada pela Igreja para que o matrimônio se sucedesse, este ainda tinha que ser aceito pela sociedade. A união deveria seguir os moldes sociais, as uniões ideais. Estas consistiam basicamente naqueles casais que se vinculavam através do princípio de igualdade (Silva, 1984:131). A igualdade estava relacionada à idade, à condição social, à saúde e às qualidades dos pretendentes. Os casamentos desiguais do ponto de vista social eram mal vistos, ou seja, o princípio de igualdade era mais uma das imposições sobre o modo de casar no século XIX.

A questão da igualdade social é um dos princípios presentes na maioria dos processos de Dispensa de Casamento existentes para Portugal e, sobretudo, para o Minho. As relações de parentesco muito próximas entre os nubentes e a não existência na aldeia de outros homens “seus iguais” e sem grau de parentesco impeditivo para a realização do casamento são as justificações mais abundantes em todos os processos entrados no tribunal da Mitra a fim de ser obtida a dispensa e a autorização para que o matrimônio se pudesse realizar à face da igreja.

Através das análises dos livros de Dispensas de Matrimônios de várias localidades da região citada, como as Freguesias de Santa Eulália de Gontim, São Thomé de Parada do Outeiro, Santo André de Cadeçoso, São Pedro de Canadello, Santa Maria de Fiães, Vila Cova, São Tiago, Thomé do Campo, Vicente de Redondello, São Paio de Ruilhe, São Martinho de Aldoar, Santa Maria Maior, Santa Maria de Sanfins do Douro, dentre muitas outras, é possível perceber que muitos dos pedidos de dispensas feitos pelos impetrantes lusos estavam relacionados, não só com o fator da consanguinidade e afinidade, mas também com os casos de compadrios, cópulas, casamentos de viúvos e diferenças de idade (principalmente femininas). Tais solicitações eram feitas para que fossem liberados pelo Papa para que o casamento pudesse ser celebrado. A questão da idade não apropriada nos casos portugueses estava diretamente relacionada à oferta e procura de pessoas disponíveis para se casar.

Para tal análise foram relacionadas no Arquivo Distrital de Braga todas as Dispensas Matrimoniais da Mitra, dentre várias freguesias existentes no ano de 1848, num total de 368 documentos e para o ano de 1871, totalizando 328 processos, a fim de observar os casamentos consanguíneos e/ou arrançados e as possíveis razões que levavam os nubentes a solicitar do Arcebispado de Braga dispensas, por possuírem algum tipo de impedimento para se casarem.

Como esclarece Emília Lagido (2008), ao esgotar todas as formas de encontrar um cônjuge sem vínculos familiares os interessados recorrem ao pedido de dispensa. Por isso, em alguns processos são indicados os nomes dos varões solteiros ou viúvos do lugar em que

habita a nubente que não têm parentesco (e os que têm) com a mesma e a justificação de serem par matrimonial. Para Lagido, além da mobilidade masculina, outras estratégias vão sendo adotadas pelas famílias, na tentativa de manter a propriedade, na qual se destaca: a endogamia geográfica, o matrimônio consanguíneo, o atraso da idade ao primeiro casamento, a limitação de segundas núpcias e a elevada taxa de celibato.

Observa-se que a fonte segue uma padronização geral, constando de folha de rosto, nome dos nubentes, o motivo da dispensa; requerimento; um Breve Apostólico; Premissas do Breve; Comissão; Carta de Excomunhão, Justificativas e Declaração do Pároco.

Em todos os documentos apresentados, sem distinção, os interessados se declaram serem *pobres e miseráveis*. Mas como salienta Emília Lagido (2008: 16), como podem ser *gente pobre e miserável*, que nada possui, e pagar os elevados custos do processo? Entre todos os casos de pecado por incesto confirmado ou não pelas testemunhas todos dizem ter acontecido por *fragilidade humana*, casos frequentes para todo o distrito de Braga. Como percebemos a seguir,

Não se fazendo este casamento poderia haver grande escândalo e a requerente ficava difamada sem casar e casando cessa todo o escândalo. São os impetrantes pobres e miseráveis, que vivem de sua indústria e trabalho...” “...Sabendo que eram parentes e tiverão copula e ela não fora forçada ou constrangida”⁷⁷.

Segundo Dubert (1989) esta seria uma forma de correção aos erros ocasionados anteriores ao casamento, o que permite aos transgressores reintegrá-los na vida social da Igreja. Para tanto, haveria penitência a cumprir como orações, jejuns, doações, visita ao Santíssimo Sacramento, dentre outras.

A amostra permitiu observar que, em muitos casos, a justificativa para dispensa derivava de a noiva passar de 24 anos sem contrair matrimônio, como também a falta de homens disponíveis para o casamento que não fossem parentes, como consta a seguir:

Afirma os impetrantes Manoel Joaquim Coelho e Anna Maria Fernandes, parentes de consangüinidade de terceiro grau, que são naturais da freguesia Santo André de Villar dos Perdizes. A localidade somente consta de setenta e oito fogos e nelle não tem a impetrante varão com quem passa casar, que não seja parente seu ou desigual, não obstante haver nesta freguesia vinte moços solteiros e quatro viúvos, cujos nomes, idades, qualidades, condições e havere⁷⁸.

⁷⁷ Dispensa Matrimonial de Mitra entre João Cunha e Rosa Martins, primos de 3º e 4º grau. nº 4879, 1848. Freguesia de Santa Eulália de Gontim Conselho de Viana Verde. Distrito de Braga.

⁷⁸ Dispensa Matrimonial de Mitra entre Manoel Joaquim Coelho e Anna Maria Fernandes, primos de 3º grau de consangüinidade. nº 5231, 1848. Freguesia de Santo André Vilar de Perdizes. Concelho de Viana Verde. Vila Real.

No processo tais nomes são enumerados um a um sendo discriminados os tópicos acima determinados, conforme descrito abaixo.

Quadro 5

Homens disponíveis para casar. Concelho de Viana, Vila Real, 1848.

Nomes	idade	estado	qualidade condição	possui	Espera herdar	Grau de parentesco
Bernardino Lopes	48	Solt	lavrador	-	359\$000	3°
Domingos Fernandes	48	Solt	lavrador	-	350\$000	2°
Paulino Gonçalves	48	Sol	lavrador	-	350\$000	3°
José Vas Vieira	48	Solt	lavrador	-	350\$000	3°
Agostinho Coutinho	21	Solt	lavrador	350\$000	350\$000	3°
José Barros	47	Solt	lavrador	400\$000	400\$000	3°
Jacinto Vaz	45	Solt	lavrador	500\$000	500\$000	3°
Manoel Albino Gonçalves	45	Solt	lavrador	500\$000	500\$000	3°
Antônio Gonçalves	28	Solt	lavrador	800\$000	800\$000	3°
José Antônio Gonçalves	22	Solt	lavrador	800\$000	800\$000	3°
José Gonçalves	22	Solt	lavrador	800\$000	800\$000	3°
Frutuoso Lopes	45	Solt	lavrador	500\$000	800\$000	3°
Caetano Gonçalves	45	Solt	lavrador	500\$000	800\$000	3°
Domingos Gonçalves Pereira Silva	24	Solt	lavrador	800\$000	800\$000	3°
João Gonçalves da Silva	21	Solt	lavrador	800\$000	800\$000	3°
Manoel Gonçalves	17	Solt	lavrador	800\$000	800\$000	3°
José Lopes	28	Solt	lavrador	10\$000	800\$000	3°
José Victorino	28	Solt	lavrador	80\$000	800\$000	3°
Julho Alves	25	Solt	lavrador	80\$000	800\$000	3°
Manoel Vas	54	solt	lavrador	600\$000	200\$000	3°
Manoel Gonçalves	30	viúvo	lavrador	600\$000	200\$000	2°
João Fernandes	68	Viúvo	lavrador	600\$000	200\$000	2°
Egydio Lopes	78	Viúvo	lavrador	600\$000	200\$000	2°
Domingos Justo	62	viúvo	lavrador	50\$000	200\$000	2°

Fonte: ADB - DMM entre Manoel Joaquim Coelho e Anna Maria Fernandes, primos de 3° grau de consangüinidade. n° 5231, 1848. Freguesia de Santo André Vilar de Perdizes. Concelho de Viana Verde. Vila Real.

Advertimos que no quadro acima todos os homens que poderiam contrair matrimônio com Anna Maria são parentes da impetrante de 2º ou de 3º grau, ou seja, seria impossível casar com alguém que não fosse consanguíneo dela. Percebemos uma variação de idade entre os possíveis candidatos, nenhum deles possui grandes posses, todos vivem do sustento da terra, provavelmente foreiros, e, o que foi escolhido para casar, não se encontra na lista dos candidatos.

Tal documento ilustra como na região portuguesa a terra era um bem cobiçado e sua posse restrita a poucos proprietários o que levariam os poucos que a possuíam a não a desbaratar com casamentos desiguais que só conduziriam ao empobrecimento de ambos os cônjuges. Os casamentos consanguíneos teriam exatamente o propósito de não dividir os bens entre estranhos, mas amarrar as terras com os laços empreendidos familiarmente. Com isso, a disponibilidade de pessoas “iguais” socialmente era reduzida fora das próprias famílias, onde os casamentos ocorriam.

O livro de dispensas da região do Minho, correspondente ao ano de 1848, demonstra a necessidade e a dificuldade de se contrair o matrimônio após certa idade. O exemplo do casal Thomas Martins de Carvalho e Rosa Martins primos, em 1º grau de consanguinidade, ilustra a realidade portuguesa

...os lugares onde os impetrantes são moradores são lugares pequenos e, por essa causa não tem ella impetrante no seu lugar varão com quem possa casar, que não seja seu parente ou desigual. O impetrante foi casado com a irmã da impetrante de quem se acha viúvo há mais de hum ano. E mais, o impedimento de confraternidade pela impetrante ter sido madrinha de 4 filhos do impetrante. Ella passa dos 30 anos de idade... (DMM, ADB – 1848, 5100).

Essa situação do Minho elucida um dos vários motivos pelo qual era necessário pedir as dispensas para se casar fora dos *moldes* estabelecidos pela legislação canônica da igreja. Além de serem compadres, o que era considerado parente de afinidade de 1º grau, ainda era ele cunhado da futura esposa, o que era proibido perante as leis vigentes unir-se em matrimônio.

Dessa forma, os enlaces arranjados e premeditados, principalmente pelos pais dos supostos futuros cônjuges, conseguiam relacionar o desejo de perpetuação e concentração de bens e prestígio social, às regras da Igreja e da moralidade, constituindo um verdadeiro mercado matrimonial.

Esclarecemos que a legislação específica que regula o procedimento para dispensas de casamentos de Braga está presente nos Sínodos Diocesanos, inseridos nas Constituições

Sinodais do Arcebispado de Braga. Neste conjunto de normas, constam os impedimentos *dirimentes*, que são impedimentos que podem ser capazes de serem ultrapassados por uma dispensa, como impedimento de desonestidade pública. O direito canônico conserva a idéia de que os esposos devem ser totalmente estranhos um ao outro. O parentesco de consanguinidade constitui impedimento até ao sétimo grau (Lagido, 2008).

Após o Concílio de Latrão, em 1215, o parentesco natural ou consanguíneo se altera para o quarto grau. Já os direitos *impedientes*, acima citados, estão relacionados com o parentesco espiritual até quarto grau, originado a partir do batismo ou confirmação, por um lado, e entre estes e o afilhado, ou seu pai e mãe por outro, assim como entre afilhado e os filhos do padrinho ou madrinha. Voltados para a *compaixão* às pessoas, o papa concede licenças entre parentes e aliados até quarto grau (Lagido, 2008).

Na Matriz São Paulo, em Muriaé, como não há livros de Dispensas Matrimoniais, optamos por consultar os livros de casamentos, o que não impede de fazermos uma análise comparativa, já que alguns casamentos trazem a observação do vigário sobre o grau de parentesco e a dispensa dos nubentes. Esses arranjos matrimoniais funcionavam como um instrumento de concentração de fortunas, principalmente após a instituição da Lei de Terras no Brasil em 1850.

Contudo, existem diferenças na forma de catalogação desses dados de acordo com cada fonte estudada. No Minho, além de existirem livros específicos para as Dispensas Matrimoniais essas anotações eram dadas em detalhe, inclusive com a árvore genealógica entre os nubentes, o valor econômico dos pretendentes e a justificativa da escolha da noiva por casar com o futuro marido; enquanto, em Muriaé, os casamentos eram registrados da mesma forma que os demais, apenas com uma observação de dispensa ou licença sem mais detalhes, sem seguir, sequer, as regras estabelecidas pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, presentes no título LXIV, 267.

Na tentativa de sanar este problema, recorreremos ao Arquivo Diocesano e constatamos não existir sequer uma Dispensa de Casamento para São Paulo do Muriaé, mas sim para outras localidades ocupadas antes da região aqui mencionada. Importante destacar que o documento é diferente por que a realidade é diferente, a cobrança não era a mesma.

Essa diversidade de registro faz com que maiores ou menores informações possam ser retiradas dos livros permitindo um aprofundamento do assunto. A classificação de parentesco, especificado nos livros portugueses e brasileiros por graus de consanguinidade, nos permite comparar a ocorrência desses tipos de uniões entre o Minho e São Paulo do Muriaé.

Dessa forma, foi possível realizar uma comparação desses acontecimentos. Por meio de suas categorias, bem como a quantidade de vezes que esses eventos se deram ao longo do período analisado, a fim de avaliar o verdadeiro significado que as uniões consanguíneas representaram para a história demográfica de cada local e período estudado.

Com o estudo dos dados estatísticos, podemos perceber uma notável alteração entre a quantidade de casamentos entre parentes do Minho, em relação a São Paulo do Muriaé. Apesar de não usar a mesma sequência temporal nas duas margens nos anos estudados (1855 a 1888 Muriaé, 1848 e 1871 para o Minho), a comparação é passível de análise, pois, nos referimos ao primeiro recorte a uma data muito próxima temporalmente ao analisado na freguesia mineira e o segundo recorte, ano em que há maior percentagem de casamentos consanguíneos na Matriz São Paulo ⁷⁹.

A princípio, quando estivemos em Braga durante o Estágio Doutoral, colhemos os dados relativos às Dispensas relacionados ao ano de 1848, por estarem organizados e catalogados em livros próprios, porém, após percebermos que os casamentos consanguíneos ocorriam na região mineira com mais frequência no ano de 1871, achamos por bem fazer o levantamento do mesmo ano em Braga. Ao voltarmos pela segunda vez à cidade lusa, cuidamos de coletar os dados relativos ao ano correspondente.

Os anos em que existe na freguesia mineira o maior número de dispensas matrimoniais estão entre os anos de 1871-1881 (65%), seguidos de 1860-1870 (23%) e ainda 1855-1859 (12%).

Permeando um total de 131 casos, 7,22% do total geral dos casamentos da Matriz São Paulo para os anos de 1855 a 1888 - apenas 35,50% do total geral do ano de 1841 e 39,90% para 1871 referentes à Braga - em 93,91% , o vigário não especifica o grau de parentesco entre os nubentes, seguido de 3,81% para parentes de segundo grau, 1,52% parentes de terceiro grau e 0,76% parentes de primeiro grau.

Tais dados nos remetem a entendermos que, na região portuguesa, havia mais frequência de casos de anotações de dispensas de matrimônio se comparado a Muriaé. Por conseguinte, devemos levar em consideração o fato de a freguesia mineira ser distante do Bispado de Mariana, o que poderia ocasionar numa menor *vigilância* dos registros,

⁷⁹ Sobre este tema, ver uma prévia em: ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de Andrade; GONTIJO, Beatriz Simão. A terra e o altar: análise comparativa dos sistemas de casamento e uso da terra. São Paulo do Muriaé e Baixo Minho, século XIX. No prelo. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. Anpuh 50 anos*, São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011.

acarretando numa possível displicência do vigário em não registrar adequadamente os assentos de casamentos.

Ao ser comparada a quantidade de casamentos consanguíneos entre as duas localidades, ressalta que há maior constatação de enlaces com relações de parentesco para São Paulo do Muriaé com o 2º grau de consanguinidade com cinco casamentos registrados, não aproximando dessa mesma classificação os registros do Minho. Já o que apresenta maior representatividade dentre as classificações são os “sem referência” na situação muriaeense, o que acontece em menor proporção nos livros de casamentos de Braga.

Tabela 22

Casamentos Consanguíneos, Matriz São Paulo, 1855-1888		
Grau	Ocorrência	%
Parentesco de 1º grau	1	1,76
Parentesco de 2º grau	5	3,81
Parentesco de 3º grau	2	1,52
Sem referência	123	92,91
Total	131	100,00

Fonte: APMSP, Muriaé – MG, 1855-1888. Livros de casamentos 1 e 2.

Tabela 23

Dispensas Matrimoniais de Mitra – Minho 1848		
Grau	Ocorrência	%
1º grau	27	7,32
1º e 2º grau	8	2,17
2º grau	48	13
2º e 3º grau	27	7,32
2º e 4º grau	2	0,54
2º, 3º e 4º grau	4	1,08
3º grau	84	22,8
3º e 4º grau	58	15,7
4º grau	103	28
Sem referência	8	2,1
TOTAL	369	100,00

Fonte: DMM. ADB, 1848.

Se fizermos uma transposição do ano de 1848 para 1871 relativos a Braga, é percebida primeiramente uma diminuição de pedidos de dispensas de matrimônio, uma redução entre solicitações de parentes entre algumas categorias e uma variação do grau de parentesco entre eles. Neste sentido, esclarecemos que nas Dispensas Matrimoniais da Mitra é

descrito na fonte, a árvore genealógica da família por troncos dos nubentes, assim, temos vários casos em que é desenhada a constituição familiar a partir da mãe e pai dos interessados no casamento. Por este motivo, o casal que pretendia casar poderia ser parente de graus diferenciados, com, por exemplo, 1º e 2º, 2º e 3º, mesclando entre o grau, até o quarto grau de consanguinidade ou afinidade.

Tanto no ano de 1848, como no ano de 1871, os parentes que mais solicitam a dispensa são os de 3º grau de consangüinidade.

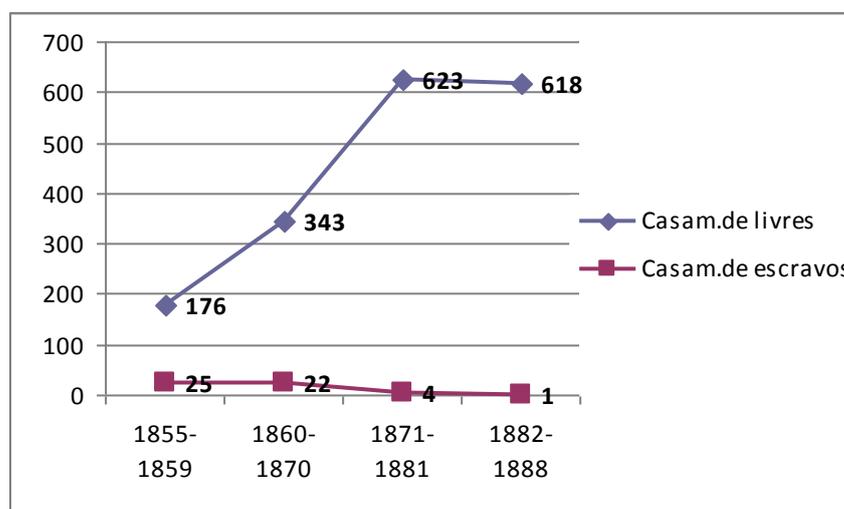
Tabela 24

Casamentos Consanguíneos, Minho - 1871.		
Grau de parentesco	Ocorrência	%
1º	22	6,7
1º e 2º	5	1,5
2º	58	17,7
2º e 3º	27	8,1
3º	81	24,7
3º e 4º	59	18,0
4º	72	22,0
1 e 3º	1	0,3
2º, 3º e 4º	1	0,3
2º e 4º	2	0,7
TOTAL	328	100

Fonte: DMM. ADB, 1871.

Na região brasileira, existe o peso da escravidão e mestiçagem que influencia de forma intensa na organização familiar. Notamos que a maioria dos casamentos em geral são efetuados entre a categoria dos livres, num total de 99,84%, seguido de 53 celebrações de matrimônio de escravos (0,16%) e apenas duas celebrações de casamentos entre nativos. Vale a pena destacar que, em nenhum caso, existe outra categoria social, senão a livre, solicitando este tipo de dispensa.

Gráfico 17
Variação de casamentos por categoria social. Matriz São Paulo do Muriaé. 1855 – 1888.

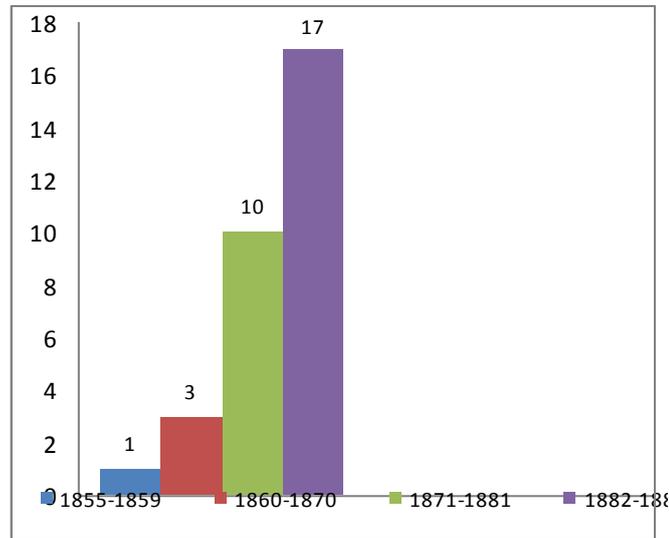


Fonte: APMSP, Muriaé – MG, 1855-1888.. Livros de Casamentos 1 e 2.

Mesmo não existindo uma preocupação com a preservação e permanência em adotar os sobrenomes dos pais no Brasil Império, não fechamos os olhos para a quantidade de uniões de casais que apresentam sobrenomes em comum, algo em torno de 31%, do total geral de 1814 celebrações. Um indicativo de que mesmo não sendo obrigatório o uso de adotar sobrenomes do marido, muitos casais que se uniam possuíam sobrenomes em comum, o que gera a suposição de possibilidade de parentesco não notificado pelo vigário.

Gráfico 18

Nubentes com sobrenomes iguais. Matriz São Paulo do Murahé, 1855-1888.



Fonte: APMSP, Muriaé - MG, 1855-1888. Livros de casamentos 1 e 2.

Entre todos os casamentos efetuados cerca de 643 (35,44%) das mulheres, do total geral possuem a designação *de Jesus* como sobrenome, o que nos leva a uma possível ligação entre a vida terrena e espiritual. Um dado importante a ser destacado é o fato de que, quanto mais próximo ao fim do século, mais cresce a adoção da designação, que surge com os efeitos do catecismo ministrado na freguesia mineira que acabava tomando novos rumos organizacionais, seja em todas as esferas social, econômica, política e religiosa.

Tabela 25

Mulheres com sobrenome "de Jesus". Matris São Paulo, 1855-1888.		
Década	Ocorrência	%
1855-1859	79	12,09
1860-1870	116	17,76
1871-1881	202	30,95
1882-1888	256	39,2
TOTAL	653	100

Fonte: APMSP, Muriaé – MG, 1855-1888. Livros de casamentos 1 e 2.

Como salientado acima, para o Minho, há nas fontes informações que caracterizam ou justificam o pedido de dispensa para matrimônio. Esses dados dizem respeito principalmente à condição dos contraentes, como por exemplo, se estava viúvo, grávida, e o mais expressivo de todos: a cópula. A cópula consiste na consumação do ato sexual antes do sacramento do matrimônio. Esse comportamento era proibido pela Igreja Católica que o considera pecado

contra a castidade. *A castidade é uma virtude moral. A castidade comporta uma aprendizagem do domínio de si, que é uma pedagogia da liberdade humana. A alternativa é clara, ou o homem comanda suas paixões e obtém a paz, ou se deixa subjugar por elas e se torna infeliz* (Aquino, 1992:42).

Além dos detalhes serem mais presentes nas fontes portuguesas, a cópula representa a grande diferença entre as duas fontes analisadas. Como já foi dito antes, os livros de casamentos da Matriz São Paulo é muito sucinto em relação às licenças portuguesas. As informações mais detalhadas que temos são que esses casais dispensados são parentes. Já os livros de Dispensas Matrimoniais da Mitra para Braga, Porto, Póvoa do Lanhoso e Viana do Castelo, etc., (regiões minhotas) trazem em seus proclames os pormenores da situação de cada casal registrado. Esses detalhes sustentaram as hipóteses dessa pesquisa, pois, demonstram o perfil dos casamentos entre pessoas da mesma família, permitindo a reconstrução familiar da sociedade portuguesa.

Essa qualidade de descrição, como dito acima, se dava principalmente pelo fato da cidade de Braga (uma das cidades que compunha a região do Minho) ser conhecida como a “cidade dos bispos”, devido a essa proximidade acontecia uma maior vigilância da Igreja na pessoa do bispo em relação aos registros de casamentos, o que influenciava na qualidade dos registros, bem como seus detalhes e peculiaridades. Situação bem diferente de São Paulo do Muriahé, no qual as dispensas e os casamentos eram apenas apontados nos livros paroquiais.

Para a grande porcentagem das cópulas não são notificadas, as causas da *fragilidade humana*, seguida por outras situações, viúvos, fraqueza carnal, fama e grávidas, conforme tabela abaixo.

TABELA 26

CÓPULAS. ADB, 1848.		
Situação	Quantidade	%
Viúvos(as)	20	16,52
Grávidas	5	4,13
Fraqueza Carnal	13	10,74
Fama	11	9,00
Nada Consta	41	34,00
Outros	31	25,61
TOTAL	121	100,00

Fonte: DMM. ADB, 1848.

Como vimos na tabela 26, além da cópula, existe uma série de situações relacionadas a ela, que, confirmam a necessidade de se obter a dispensa para que seja possível a realização

do casamento. Nesses casos, os pedidos de licença tratam mais de uma medida urgente, a fim de se evitar escândalo e difamação da família relacionada. Na verdade é a mesma família, uma vez que os impetrantes são parentes próximos, na comunidade.

Esses casos revelam a face de uma sociedade que não apresentava uma variedade de pretendentes disponíveis no mercado matrimonial, o que é relatado pelos livros de dispensas no Minho, em Portugal. A fim de evitar a condição de solteiro, a população minhota se unia a parentes, muitas vezes viúvos, ou de idade avançada, ou até mesmo àqueles que já haviam tido alguma relação de afinidade, que era aquela em que os pretendentes tinham algum laço legal com os parentes do outro, como: apadrinhamentos, tios e o mais comum, primos próximos.

Assim, a oferta e procura de cônjuge era variada nos dois diferentes locais. Havia de um lado uma sociedade que crescia de forma gradual, em que a terra era um bem atingível e indicador social, no qual o casamento consanguíneo afirmava status e prestígio, e, de outro, uma sociedade mais estratificada, e com acesso restrito posse de terras, em que as uniões entre parentes ofereciam a manutenção dos bens já adquiridos.

Ao buscar quantificar os casamentos ocorridos entre pessoas de mesma família, percebemos que a posição econômica era uma garantia considerável frente às sociedades agrárias em que os pretendentes estudados estavam inseridos. As duas regiões delimitadas tinham em comum, além dos casamentos consanguíneos, a questão da posse das terras. Uns e outros estavam diretamente relacionados, considerando que muitas vezes esse tipo de união acontecia justamente para que houvesse a permanência da posse da terra, ou a anexação de mais propriedades, favorecendo a não dispersão das fortunas familiares.

A grande quantidade de pedidos de dispensas verificados nos livros referentes ao Minho demonstra a necessidade de possuir terras, numa região em que a divisão das grandes extensões de terras já havia sido feita entre a Igreja, a nobreza e o Estado, desde a Idade Média. Realidade esta que dificultou o acesso às terras pelas gerações camponesas posteriores. Diferente do Brasil onde, a extensão territorial e a facilidade de se possuir uma propriedade, faziam com que as uniões consanguíneas se perpetuassem e concentrassem os bens adquiridos.

Apesar de reconhecer a necessidade de aprofundar as pesquisas entre as regiões analisadas, apesar dessas possuírem configurações diferentes, a tentativa de preservação da propriedade é comum aos dois espaços. Considerando que elas possuem algumas características em comum, não podemos observar as regiões como idênticas, já que o ponto de

partida não é o mesmo, assim como o ponto de chegada também não poderá ser igual devido às características de cada extremo. Todavia, nas duas margens, intrincadas redes sociais são firmadas com a mesma intenção de permanência e poder.

Como forma de não dividir os bens familiares, os casamentos consanguíneos foram um dos meios utilizados para a sua permanência e uma das formas de manter acesa a harmonia e amizade entre as famílias.

3.4 Tramas familiares: a ilegitimidade nas bandas de lá e do lado de cá

Logo na introdução desse trabalho, tivemos a oportunidade de aprofundar sobre o conceito de família observando as variações temporais do termo. Cabe-nos então explicar que, para cada designação étnica, existem, em cada momento vivido, características e tons específicos de cada grupo familiar, sendo impossível sua generalização. Ainda mais se tratando de grupos familiares em dois lados do atlântico, em regiões diferentes, como em São Paulo do Muriahé e Minho.

Cabe ainda, esclarecer que algumas fontes consultadas Além-mar, não são idênticas às consultadas aqui no Brasil, o que não impede uma pesquisa com fins comparativos. Contudo, devido às próprias condições de acesso e catalogação das fontes, os resultados do lado de cá serão trabalhados mais intensamente em relação aos do lado de lá. Mesmo assim, teremos como objetivo entender os comportamentos das famílias que existiam nas bandas de lá e que contribuíram para a composição familiar do lado brasileiro.

Afirmamos que, no Brasil, as condições econômicas e demográficas eram completamente diferentes das portuguesas. A terra muriaense, como visto no primeiro capítulo, estava isenta de pressões econômicas, mas mesmo assim, alguns traços na composição familiar se aproximam, dando um aval à força parental e à formação de alianças intrafamiliares, que davam um tom de poder e prestígio social.

Para George Peter Murdock (1969:1) o termo família *é designado a um grupo social caracterizado pela residência comum, com cooperações econômica e reprodução*. Segundo Ralph L. Beals e Harry Hoijer (1969:475) família seria *um grupo social cujos membros estão unidos por laços de parentescos, ou mesmo um grupo de parentes afins e seus descendentes que vivem juntos*.

De acordo com Jean Louis Frandrin (1994: 12-13), num sentido lato, família é um *conjunto de pessoas ligadas entre si pelo casamento ou pela filiação, ou a sucessão de indivíduos que descendem de outros*, da mesma linhagem, raça, dinastia. Em sentido restrito, está mais relacionado aos que moram no mesmo teto, mais particularmente pai, mãe e filhos.

Nos séculos XVI e século XVIII, os dicionários franceses e ingleses revelam que o conceito de família estava dividido entre a ideia de residência comum, que, frequentemente, designava um conjunto de pessoas que coabitavam e que não estavam necessariamente ligados pelo sangue ou pelo casamento (Flandrin, 1994:12).

Porém, não ficaremos aqui esmiuçando o conceito de família, já que o fizemos, em momento oportuno, qual seja, na introdução do trabalho. Mas, tanto em Portugal como no Brasil existia a crença da não padronização da estrutura familiar, apesar dos modelos se adaptarem à realidade social nos quais os membros são inseridos. Assim, generalizar um modelo próprio da composição e estrutura familiar, adotando-lhes comportamentos e laços é desprezar as especificidades de cada região (Pereira, 2010:6).

Mesmo existindo uma composição demográfica diferente nos dois lados do Atlântico, consequência da própria composição econômica, o modelo tido como padrão familiar é baseado na tentativa de criação e recriação dos modelos lusos considerando que uma nova cultura foi ajustada em terras brasileiras.

De acordo com Sérgio Buarque de Holanda (1969:41-49), *a família colonial brasileira fornecia a idéia mais normal de respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. Assim, o resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do estado pela família.*

Voltado para uma visão antropológica, Françoise Zonabend (1996: 14) afirma que, antes de sermos nós mesmos, fomos o *filho ou filha de fulano e beltrano*. Nascemos numa família e antes de ter uma existência social própria, é pelo nome de família que nos referem e identificam. Tal fator repercute de forma muito clara tanto aqui na Mata Mineira, quanto no Minho. Ser alguém de família é ter status social, valor político, merecimento.

Para Sheila Castro Faria (Faria, 1998:207),

as estratégias das famílias mais abastadas, no período colonial, incluem aspectos que, muitas vezes, independem da fortuna. Para caracterizar o grupo que se reconhecia e era reconhecido enquanto "homens bons" ou "principais", é necessário levar em conta condições fundamentais: brancura da pele, prestígio familiar, ocupação de postos administrativos importantes, atividade agrária, acesso à escolaridade e fortuna anterior ou no presente, se não dos envolvidos pelo menos de parentes próximos, principalmente no caso de serem herdeiros.

Numa sociedade em que as relações de produção não estavam voltadas diretamente para o fator econômico, mas, sobretudo para a dependência pessoal, que se confundia com as relações de poder exercidas nas estruturas familiares, a fidelidade e o apadrinhamento tornam-se aspectos fundamentais para este equilíbrio social.

Assim sendo, fazer uma análise da família no Brasil do século XIX implicava em desatar os nós do emaranhado de influências chegadas *de fora* e das formas de resistências e adaptações em nome das raízes rurais brasileiras, que se faziam presentes de forma muito

intensa no interior da mata mineira, sempre carregada de prestígio embutido num jogo de interesses entre os recém-chegados e os instalados⁸⁰.

Segundo Ângela Mendes de Almeida (1999:10-19) o ideário da nova família chegou até nós de variados *modos e modas*, sobre um ideário de modernização, higiênico, científico e normalizador, não encontrando no Brasil uma tabula rasa. Havia na sociedade tida como base a sujeição direta do escravo e a dependência de homens pobres em relação aos senhores com posses. Os homens não eram iguais e nem eram tratados como iguais, havia, portanto, a idéia de uma sociedade envolvida pela presença da mentalidade ligada à família patriarcal. O homem em sua residência familiar, que passava a ser um recinto fechado e íntimo se deleitava diante de filhos, esposa e aqueles com quem convivia mais intimamente, inclusive escravos e parentes.

Obviamente com maus tratos, poucos cuidados de higiene e exclusão, o número de óbitos entre recém-nascidos e crianças era altíssimo, ainda que fosse um dos temas de discussão entre higienistas e sanitaristas do Brasil Imperial, apesar de se preocuparem muito mais com a mortalidade de crianças brancas e não negras. Entre os anos de 1845 e 1947, Dr Haddock Lobo observa, que 51,9% da mortalidade no Brasil era de crianças de 1 a 10 anos de idade (apud Costa, 1979:162).

As mais variadas formas de interpretação sobre o termo família são utilizadas pela historiografia vista não mais de forma monolítica, mas com uma variedade de tipos diferentes. Dentre as diversas formas de família estão as encabeçadas por mulheres, se constituindo em chefes de domicílio, muito comum na região minhota, como enfatizado acima, e na região mineira por nós analisada.

Tal afirmação deve-se ao fato de adentrarmos por esta investida durante o mestrado, tendo como foco principal as mulheres escravas, mas também presentes, segundo a documentação analisada (Livros Paroquiais) entre as mulheres livres que eram mães de filhos naturais. Uma predominância entre as escravas de uniões consensuais, com coabitação ou não, sendo sempre oculto pela fonte, o nome do pai.

Mulheres sendo esposas ou não e filhos legítimos ou ilegítimos declarados, antes do século XVIII eram considerados como patrimônio. A partir deste período, uma nova ideologia se forma: uma mulher modelo, mãe perfeita, dedicada aos filhos e ao marido, independente deste possuir concubinas ou não. O instinto materno se faz presente. Desta forma a mulher é

⁸⁰ Para maiores detalhes ver ELIAS, N; SCOTSON, J. *Os estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

excluída da participação social ficando a cargo do homem o mundo exterior e o suposto papel de modelo moral da família.

Alguns trabalhos são desenvolvidos envolvendo a temática da ilegitimidade para o Norte português, principalmente na cidade de Guimarães. Dentre alguns autores que desenvolvem o tema destacam-se, Maria Norberta Amorim Guimarães (1987), Ana Sílvia Volpi Scott (1999). Ana Luíza Castro Pereira (2009) volta-se para uma localidade vizinha a Guimarães tendo como foco os residentes na Paróquia São João do Souto, pertencente à área urbana da Cidade de Braga em análise comparativa com a Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Sabará, no século XVIII que nos servirá de base para o desenvolvimento comparativo.

Os trabalhos desenvolvidos para Guimarães apresentam um nível de ilegitimidade muito alto se comparado à Paróquia de São João do Souto, em Braga. O fato de ser Braga a sede do Arcebispado, ou no dizer de Pereira (2009), o *coração religioso* do Norte de Portugal, pode ser um motivo da dita moralidade existente na documentação, na qual são registrados apenas 6% de nascimentos ilegítimos. Outra suposta dedução de Pereira poderia estar no fato dos progenitores de filhos ilegítimos optarem por batizar seus filhos ilegítimos em paróquias vizinhas, como forma de mascarar a origem da filiação e a vergonha social. Porém, outros estudos já desenvolvidos para a região do Minho têm comprovado distintos comportamentos face à questão da ilegitimidade tendo sido encontrados índices de ilegitimidade ainda mais baixos do que os encontrados na paróquia de S. João do Souto em Braga e muito mais baixos do que os que foram detectados na região de Guimarães. Os comportamentos distintos encontrados para várias freguesias do Minho vêm chamar a atenção da perigosidade das generalizações que têm sido feitas a partir de casos pontuais que só valem por si e não podem ser aplicados a uma região inteira.

No entanto, com o fim de estabelecer uma análise comparativa, achamos por bem trazer os dados levantados por Ana Luíza de Castro Pereira (2009), relativos a uma paróquia pertencente a Braga. Na ocasião em que estivemos em Braga, mais precisamente no Arquivo Distrital da cidade, não foi nosso objetivo principal coletar este tipo de dados, mas selecionamos os registros de batismos entre o período de 1848 a 1888 em paróquias diversas, os quais nos darão a oportunidade de uma análise comparativa através do cruzamento dos resultados para maior aproximação ou distanciamento das duas margens do Atlântico. Enfim, ao trazermos estes números, poderemos compará-los com a freguesia mineira por nós analisada.

Tabela 27

Local de domicílio dos batizados

Paróquia de São João do Souto, Braga 1700-1799.

Local de domicílio ⁸¹	Legítimos		Natural		Exposto		Pai incógnito		N/c natureza da filiação		Total	
	V/a	%	V/a	%	V/a	%	V/a	%	V/a	%	V/a	%
Paróquia de São João do Souto	6727	88,4	289	3,9	5	0,1	17	0,2	9	0,1	7065	92,7%
Paróquias vizinhas	166	2,2	110	1,4	2	-	-	-	-	-	278	3,6
N/c	150	2,0	65	0,8	7	0,1	34	0,4	8	0,1	271	3,4
Ilegível	7	0,1	-	-	-	-	-	-	-	-	7	0,1
Cidade de Braga	4	0,1	-	-	-	-	-	-	-	-	4	0,1
Total	7071	92,7	472	6,1	14	0,2	51	0,6	17	0,2	7625	100

Fonte: PEREIRA, Ana Luíza Castro (2009: 49). Os valores apresentados são baseados em assentos de batismo que é de 7.625; V/a: Valor absoluto; % Valor percentual.

ADB – Registros Paroquiais, Batismos de São João do Souto, livros 144 a 149, século XVIII.

De acordo com Ana Luíza Castro Pereira (2010), 90% dos filhos legítimos eram domiciliados na paróquia. Até mesmo entre os filhos naturais, a maioria dos casos (3,9%) se refere aos batismos de crianças em que pelo menos um dos progenitores era residente na Paróquia São João do Souto.

Se observarmos as variações presentes na tabela acima, fica claro que, em todos os locais de domicílio, os filhos legítimos são em proporção acentuada se comparados aos filhos naturais, expostos, pai incógnito e sem nenhuma natureza de filiação. Cerca de 92,7% do total de domicílios pesquisados apresentam crianças derivadas de casamentos legitimados.

Os dados alcançados por Ana Luíza Castro para a Paróquia de São João do Souto, aproximam-se muito dos dados coletados para outras Paróquias Bracarenses. Consultamos todos os livros de batismo listados no catálogo do Arquivo Distrital de Braga, relacionados aos meados e finais dos anos do século XIX, sendo perceptível uma pequena diminuição nos dados alcançados por Pereira (2009) para os filhos legítimos, ao qual corresponde um leve aumento na proporção de filhos naturais, expostos e filhos em que não consta a natureza de filiação. Porém, tais mudanças pouco alteram o quadro de predominância de filhos que são batizados declarando-se o nome do pai e da mãe.

⁸¹ O local do domicílio indicado é aquele referente ao domicílio dos pais do batizado.

Tabela 28
Local de domicílio dos batizados
Paróquias diversas⁸², Braga - 1848-1888.

Local de domicílio ⁸³	Legítimos		Natural		Exposto		Pai incógnito		N/c natureza da filiação		Total	
	V/a	%	V/a	%	V/a	%	V/a	%	V/a	%	V/a	%
Paróquias diversas	345	82,35	56	13,36	13	3,1	-	-	5	1,19	419	100
N/c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ilegível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	345	82,35	56	13,36	13	3,1	-	-	5	1,19	419	100

Fonte: Registros de Batismos relacionados às Paróquias de Povia do Lanhoso, n° 139 (Garfe), 1862-1871; Geraz do Minho, 1849-1873, n° 153; Friande, 1864-1875, n° 115; Santo André Frades, 1857-1901, n° 438; Fonte Arcada, 1863-1871, n° 85; São Martinho Ferreiros, 1776-1874, n° 65; São Bartholomeu Esperança, 1860-1901, n° 392; São Julião Covelas, 1868-1877, n° 371; São Martinho do Campo, 1808-1875, n° 38; São Gens de Calvos, 1838-1893, n° 349; São Paio Brunhais, 1845-1874, n° 17; São Martinho Águas Santas, 1862-1877, n° 17; Santa Maria Moure, 1871-1876, n° 194; Loredó, 1858-1874, n° 175; São Thiago de Lanhoso, 1861- 1878 n° 504; São Martinho Monsul, 1866-1911, n° 515; Serzadelo, 1863-1875, n° 237, Santa Maria de Souto de Sobradello da Goma, 1864-1877, n° 602; São Miguel de Thaíde, 1868-1879, n° 609; São Martinho de Trabaços, 1862-1883, n° 627; Santa Maria de Verim, 1860-1877, n° 645; Santo Emilião, 1856-1896, n° 565; São João de Rei, 1853-1882, n° 569; Rendufinho, 1867-1883, n° 558; Oliveira, 1826-1875, n° 200. Todos livros consultados no ADB.

Os valores apresentados são baseados em assentos de batismo que é de 7.410 V/a: Valor absoluto; % Valor percentual.

É bom que se esclareça que filiação de casamentos legitimados são aqueles em que o vigário anotava ao registrar um assento de batismo, o nome do pai e da mãe, enquanto que os filhos naturais eram batizados apenas com o nome da mãe, originados de pais solteiros no qual não poderia existir algum impedimento de se casarem. Porém, é provável que estes filhos fossem notificados como *naturais* na tentativa de minimizar a carga atribuída à ilegitimidade, quando nascidos de relações incestuosas, sacrílegas ou adúlteras.

⁸² Registros de Batismos relacionados às Paróquias de Povia do Lanhoso, n° 139 (Garfe), 1862-1871; Geraz do Minho, 1849-1873, n° 153; Friande, 1864-1875, n° 115; Santo André Frades, 1857-1901, n° 438; Fonte Arcada, 1863-1871, n° 85; São Martinho Ferreiros, 1776-1874, n° 65; São Bartholomeu Esperança, 1860-1901, n° 392; São Julião Covelas, 1868-1877, n° 371; São Martinho do Campo, 1808-1875, n° 38; São Gens de Calvos, 1838-1893, n° 349; São Paio Brunhais, 1845-1874, n° 17; São Martinho Águas Santas, 1862-1877, n° 17; Santa Maria Moure, 1871-1876, n° 194; Loredó, 1858-1874, n° 175; São Thiago de Lanhoso, 1861- 1878, n° 504; São Martinho Monsul, 1866-1911, n° 515; Serzadelo, 1863-1875, n° 237, Santa Maria de Souto de Sobradello da Goma, 1864-1877, n° 602; São Miguel de Thaíde, 1868-1879, n° 609; São Martinho de Trabaços, 1862-1883, n° 627; Santa Maria de Verim, 1860-1877, n° 645; Santo Emilião, 1856-1896, n° 565; São João de Rei, 1853-1882, n° 569; Rendufinho, 1867-1883, n° 558; Oliveira, 1826-1875, n° 200. Todos os livros consultados no ADB.

⁸³ O local do domicílio indicado é aquele referente ao domicílio dos pais do batizado.

Para Ana Luíza Castro Pereira (2010) a composição da sociedade bracarense, majoritariamente composta por brancos e livres, além de ser a cidade sede do Arcebispado pode ter sido um das formas possíveis em atribuir à ilegitimidade um peso moral incapaz de ser sustentado pelas famílias. De acordo com a autora, *o baixo percentual de batismos de crianças ilegítimas, que também se reflectiu no baixo percentual de nubentes com esta origem de filiação, pode ter significado que, naqueles lares onde a ilegitimidade existiu, ela acabou por ser ocultada, omitida e, em muitos casos rejeitados.*

Em Minas Gerais, muito embora os estudos desenvolvidos apontem para alta taxa de ilegitimidade, principalmente envolvendo a população escrava e liberta, alguns indicam uma difusão das relações consensuais e uma pequena proporção para o casamento legal entre os homens e mulheres brancas. A própria desigualdade dos sexos entre brancos, associada às dificuldades de casarem brancos e negros foi um dos grandes responsáveis por casamentos ilegítimos, numa sociedade marcada pelo preconceito e alto estigma racial.

Dentre alguns autores que estudam o tema se destacam Maria Luíza Marcílio (1973), para São Paulo; Iraci Del Nero da Costa (1979), Vila Rica; Sheila Castro Faria (1998), Campos dos Goitacazes; Sílvia Jardim Brügger (2006), São João Del Rei; Ana Luíza Castro Pereira (2009), para Sabará; Jonis Freire (2005) para Argirita, e mais especificamente para a freguesia em foco, Rômulo Andrade (1995) e Vitória Schettini de Andrade (2006).

Claro que, no caso brasileiro, a presença de africanos fez com que toda a estrutura familiar fosse alterada se comparada a Portugal. Por apresentar uma estrutura familiar diferenciada, mesmo que sejam os escravos minoritários se comparado à população branca, mas que observado juntos a toda população pode mascarar a realidade existente.

Mesmo não utilizando metodologicamente o mesmo critério adotado por Ana Luíza (2009) de analisar alguns assentos de localidades vizinhas a Paróquia por ela analisada, percebemos que os números de filhos legítimos encontrados na Paróquia São Paulo, em Muriaé, no que se refere a toda população, (branca, escrava, liberto, mestiço) são bem similares aos encontrados em São João do Souto.

Tanto para Sheila Castro (Castro, 1998), quanto para Sílvia Brügger (Brügger, 2006), a maior concentração de filhos legítimos estaria concentrada em áreas rurais, predominando em áreas urbanas a ilegitimidade. Neste sentido, se relacionarmos São João do Souto, freguesia urbana, com várias outras freguesias bracarenses e São Paulo do Muriahé, mesmo sendo áreas diferenciadas no que tange ao espaço urbano e rural, notamos que os dados para toda a população se aproximam. Enquanto, na Paróquia São João do Souto, os filhos

legítimos estavam na percentagem de 88,4%, para demais paróquias bracarenses 82,35%, na Paróquia São Paulo, os legítimos encontravam-se na casa de 82,5%.

Tabela 29

Local de domicílio dos batizados

Paróquia São Paulo, São Paulo do Muriaé – 1848-1888.

Local de domicílio ⁸⁴	Legítimos		Natural		Exposto		Pai incógnito		N/c natureza da filiação		Total	
	V/a	%	V/a	%	V/a	%	V/a	%	V/a	%	V/a	%
Matriz São Paulo	6117	82,5%	1276	17,2%	-	-	-	-	17	0,3%	7410	99,98
N/c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0%
Ilegível	2	0,02%	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,02%
Total	6119	82,7%	1276	17,2	0	0	-	-	17	0,2	7412	100%

Fonte: APMSP, Muriaé – MG. Livros de Batismos 1, 2, 3 e Livro de batismo, 1850-1888.

Os valores apresentados são baseados em assentos de batismo que é de 7.410 V/a: Valor absoluto; % Valor percentual.

Ao esmiuçar a tabela acima, retirando os batismos de escravos, notamos uma inversão nos valores, provocada pela superioridade dos filhos ilegítimos nascidos de mães escravas, numa proporção até certo ponto alta se comparada a outras localidades de Minas Gerais.

Cerca de 77,62% notificações de batismos são registrados como filhos naturais, ou ilegítimos. Ao compararmos o volume enorme de crianças escravas sendo batizadas (952 assentos) e o número pequeno de adultos escravos contraindo o matrimônio, apenas 52 assentos, permite-nos entender que o batismo, como um sacramento obrigatório, fez com que muitas mães levassem os filhos à pia batismal, enquanto que o casamento seria um sacramento muitas vezes injustificável, ou impossível de ser realizado.

⁸⁴ O local do domicílio indicado é aquele referente ao domicílio dos pais do batizado.

Tabela 30

Local de domicílio dos batizados de escravos

Paróquia São Paulo, São Paulo do Muriaé – 1848-1888.

Local de domicílio ⁸⁵	Legítimos		Natural		Exposto		Pai incógnito		N/c natureza da filiação		Total	
	V/a	%	V/a	%	V/a	%	V/a	%	V/a	%	V/a	%
Matriz São Paulo	209	21,96	739	77,62	-	-	-	-	4	0,42	952	100
N/c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%
Ilegível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%
Total	209	21,96	739	77,62	-	-	-	-	4	0,42	952	100

Fonte: APMSP, Muriaé – MG. Livros de Batismos 1, 2, 3 e Livro de batismos de escravos, 1850-1888.

Os valores apresentados são baseados em assentos de batismo que é de 952; V/a: Valor absoluto; % Valor percentual.

Entendemos, como visto anteriormente, que apesar de existir *certo equilíbrio* entre a população branca e escrava, a freguesia era caracterizada como a maioria dos estudos para época e região, pela superioridade de nascimentos ilegítimos, sendo o comportamento contrário relacionado com a população branca ou livre.

Para a criança ser considerada legítima, os pais teriam de ser casados em uma união reconhecida pela Igreja e que, portanto, preencha os requisitos exigidos pela legislação em vigor, no caso as Ordenações Filipinas. Em contrapartida, as crianças naturais ou ilegítimas seriam frutos de vários tipos de uniões não reconhecidas pela Igreja (Libby, 2004:72), esta porcentagem pode ser considerada uma taxa de *legitimidade* no sentido estrito da expressão. Em alguns casos, os pais legítimos reconheceram e legitimaram esta filiação, concedendo a estes todos os direitos legais, mesmo após o batismo, como o caso do Padre José Defino César, que reconhece legalmente seus quatro filhos em testamento, presente no cartório da freguesia⁸⁶.

Não queremos afirmar, assim como José Roberto Góes (1993:18), que uma criança batizada, dita natural, não possuía um pai, como é evidente, exceto aos olhos da Igreja. Mas é uma criança de cujo pai a fonte não fala.

Importante destacar que as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, celebrada em 12 de junho de 1707, consolidaram juridicamente as disposições do Concílio de

⁸⁵ O local do domicílio indicado é aquele referente ao domicílio dos pais do batizado.

⁸⁶ Para maiores detalhes ver ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. Batismos e apadrinhamentos de filhos de mães escravas. São Paulo do Muriaé, 1850-1888. *Dissertação de Mestrado*. USS: Vassouras, 2006.

Trento, no Brasil, onde defendia a obrigatoriedade do culto à doutrina cristã, aos filhos, aos discípulos, aos criados e escravos, adoração a Deus, à Virgem Maria Nossa Senhora, aos Santos e o culto aos sacramentos, inclusive ao batismo (CPAB, Título II e VI). Para o outro lado do Atlântico, as Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga (CSAB, Título II e IX) também possuíam regulamentações a seguir.

De acordo com Pereira (2009: 41), tanto as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, como as Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga serem sustentados pelo Concílio de Trento, sua base e determinação são bastante semelhantes. Porém, *há de considerar que, no caso da América Portuguesa, a adaptação das determinações conciliares foi criticada e, muitas vezes, vista como desvio.*

É cabível ainda saber que as Constituições, no seu parágrafo 73, nos esclarecem: *E quando o baptizado não for havido de legítimo matrimônio, também se declarará no mesmo assento do livro o nome de seus pais, se for cousa notória, e sabida, e não houver escândalo, nem perigo de o haver* (CPAB, 1707. Título XX: 73). Desta forma, notamos por diversas vezes registros de batismos em que aparece apenas o nome da mãe, o que também não quer dizer que o nome do pai não era reconhecido pelo pároco.

Defendendo os interditos, a indissolubilidade e a universalidade do matrimônio (Venâncio, 1986: 7), os conciliares outorgavam poderes superiores aos seus senhores de escravos,

Conforme o Direito Divino, e humano os escravos, e escravas podem casar com outras pessoas captivas, ou livres, e seus senhores lhes não podem impedir o Matrimonio, nem o uso delle em tempo, e lugar conveniente, nem por esse respeito os podem tratar pior, nem vender para outros lugares remotos, para onde o outro por ser cativo, ou por ter outro justo impedimento o não possa seguir...” (CPAB, 1707: Título LXXI).

Sabemos por trabalhos anteriores que, apesar da Lei definir alguns parâmetros, o cumprimento dela nem sempre era seguido à risca, o que também era comum para São Paulo do Muriaé. Em nenhum dos 952 assentos de batismos de escravos aparece casais casados com brancos e nem em plantéis diferentes.

Se levarmos em consideração que a localidade caracterizava por pequenos e médios plantéis e *em escravarias pequenas, o acesso ao matrimônio era muito mais difícil do que nas unidades maiores* (Brügger, 1998:23) fica as perguntas. Por que tivemos todos os matrimônios em uma mesma escravaria? A ilegitimidade para Muriaé seria uma opção, como afirmara Sílvia Brügger em estudos para São João Del Rei, ou, na realidade, faltava parceiro dentro da escravaria? Será que estes pais não podiam aparecer? Parece ser esta última

pergunta, é a mais provável, mais para afirmar categoricamente, aquela que mais se aproxima da realidade é impossível com esta fonte de pesquisa. Se houvesse uma maior preocupação do pároco em registrar pormenorizadamente o registro, estas dúvidas poderiam ser sanadas. Uma fonte que poderia suprir esta deficiência seria o registro de casamento, ou até mesmo recorrer às Listas Nominativas da mesma freguesia, o que nos foge da análise para o momento.

Advertimos que nenhuma mãe africana uniu-se a um crioulo, e, em 3 casos (21,42%), aparece a união de africana com africano. Com relação à mãe crioula e pai crioulo, estes índices passam para 27 casos, ou seja, 13,57%, Mãe crioula e pai africano aparecem em 5 casos (2,51%).

Conforme os dados acima, vemos como nos afirma a historiografia sobre o tema, que, apesar de não podermos generalizar tomando como referência Muriaé, os casais da localidade apresentam uma preferência à endogamia, prevalecendo uma preferência entre os casamentos do mesmo grupo étnico, pelo menos até o momento em que existia pessoal disponível para tal.

Uma outra observação é o fato de não termos nenhuma mãe africana casada com crioulo, o que leva-nos a deduzir que o homem crioulo quase sempre procurava gente de categoria igual ou superior à sua para se casar.

Tabela 31
Casamento de escravos segundo a origem, Muriaé, 1852-1888

origem do pai	Origem da mãe												Total	%
	afric	%	crioula	%	mãe n/i	%	ilegível	%	n/c	%	prov bras	%		
crioulo	0	0	27	13,57	0	0	0	0	0	0	0	0	27	2,83
africano	3	21,42	5	2,51	3	0,41	0	0	0	0	0	0	11	1,15
pai n/i	0	0	0	0	170	23,25	2	100,00	1	16,67	0	0	173	18,18
ilegível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
N/c	11	78,58	165	82,92	558	76,34	0	0	5	83,33	0	0	739	77,63
Prov. bras	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0,21
Total	14	100,00	199	100,00	731	100,00	2	100,00	6	100,00	0	0	952	100,00

Fonte: APMSP, Muriaé – MG. Livros de batismo, 1850-1888.

Rômulo Garcia de Andrade (1995:276) aprofunda esta análise para as localidades de Muriaé e Juiz de Fora, e conclui que a exogamia era praticada em maior grau por homens africanos e mulheres crioulas, esclarecendo ainda, que isto não era uma preferência pelo

outro, mas um desequilíbrio na Razão da Masculinidade, que agia de forma a desfavorecer os africanos do sexo masculino, mais numerosos e sem contrapartida no plantel africano feminino, recorrendo às “sobras” do sexo oposto.

Vale notar ainda que, em sete ocasiões, aparece apenas a figura do pai, conforme tabela 30, três casos deles por danificação ao registro, todos eles anotados no livro 1a, aberto a toda população, que faz a cobertura dos anos 1852-1863. Constança, Marcelino, Feliz e Jacintho são as quatro crianças em que aparece apenas o nome do pai, sem haver alguma danificação à fonte, todos registrados como escravos, portanto, filhos de mães escravas e pais escravos, já que a lei determinava que o ventre sendo de escrava, os filhos também seriam.

Infelizmente, o vigário não especifica, em nenhum dos casos acima, a causa do desaparecimento da mãe, levando-nos a deduzir, que se relacionava ao falecimento da mesma. Um deles, de nome Feliz, tem, durante o ato do batismo, sua alforria garantida pelo proprietário: “*declaro que é nascido de ventre livre*”⁸⁷, liberdade esta conseguida, talvez por uma compensação à falta da mãe biológica.

Neste breve ensaio percebemos que a grande diferenciação nos dois lados relacionados à legitimidade estava pautada à presença, na América portuguesa, de brancos e negros, e não uma predominância de brancos como no caso europeu, que de fato influenciou definitivamente nas relações sociais estabelecidas, o que seria algo justificável por possuírem perfis populacionais muito díspares.

Mesmo sendo continentes diferentes, locais sócio-culturais distintos, foi possível perceber que a maneira organizacional da família minhota viver ou sobreviver, não era colada ou copiada aos modelos do interior mineiro, muito ao contrário, cada paróquia adequou suas regras e normas de acordo com as situações enfrentadas cotidianamente. A categoria social à qual pertencia influenciou definitivamente na maneira organizacional, tanto nas margens de lá como nas margens de cá.

⁸⁷ Livro de Batismo 1 a aberto a toda população. Batizado: Feliz, padrinhos: Francisco José de Carvalho e Perpétua Maria da Conceição, proprietário: João Gomes dos Santos, pai: Severino escravo. Batizado no dia 30/03/1856.

3.5 Os santos óleos: o compadrio e as redes sociais ampliadas.

Batizar é um ato religioso que os cristãos utilizam desde as épocas mais remotas. João Batista, no início do Evangelho de São Mateus, introduziu o batismo no deserto da Judéia dando um significado de conversão e remissão dos pecados, dizendo que, depois deste ato, outro mais poderoso que ele (Jesus Cristo) iria batizar não apenas com a água, mas com o Espírito Santo (Mt 3,11).

Através do sacramento do batismo, o batizando poderia purificar-se de seu pecado original e anunciar a entrada do pagão para a vida em comunidade, abrindo as portas da Igreja Católica para outros possíveis sacramentos.

O batismo, o casamento e a morte são sempre tratados como uma iniciação, pois envolvem uma mudança radical de regime ontológico e estatuto social. Ao nascer, a criança dispõe de uma existência física, não é ainda reconhecida pela família, nem mesmo pela comunidade, graças ao rito, se integra à comunidade dos vivos. Aquele que se dedica à experiência religiosa, gerada pela própria necessidade do ser, procura um contato com aquilo que é sagrado e os ritos de passagem desempenham um papel importante na vida do homem religioso (Eliade, 1996: 150).

Sem passar pelo sacramento do batismo, seria impossível participar de outros rituais, como a confirmação, a eucaristia, a penitência, o matrimônio, a ordem, a extrema-unção. *O batismo é o primeiro de todos os sacramentos e a porta por onde se entra na Igreja Católica, e se faz, o que o recebe, capaz dos mais sacramentos, sem o qual nem um dos mais fará nele o seu efeito* (CPAB, Livro I, Título X).

De acordo com José Oscar Beozzo (1993: 51), o batismo possuía uma função mais do que religiosa, incorporando formalmente os recém-nascidos na Igreja Católica, dando um documento oficial a cada criança, sem levar em consideração a situação matrimonial dos pais.

Numa revisão de propostas, os ritos da Igreja foram registrados no Sínodo Diocesano de 1707, sendo aceitos e publicados nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia em 1720, com e em adaptações feitas às resoluções do Concílio de Trento para a realidade da Colônia (Kjerfve; Bruggüer, 1991).

Assim, esses registros foram moldados após o Concílio de Trento (1545-1563) numa amostra única de registro da cerimônia como forma de controlar e até informar sobre os possíveis membros dessa Igreja. *“Era preciso resguardar um caráter universal e igualitário para os registros de cada católico”* (Marcílio, 2004:14).

Entrar para a vida em comunidade pelo batismo seria uma das formas de ampliação dos laços parentais via laços de solidariedades instituídos na celebração do sacramento. Além de ser considerado cristão, haveria entre os envolvidos uma criação e recriação de parentesco ampliando a família dos envolvidos, inclusive dos próprios escravos. Algumas das várias discussões sobre formação da família giram em torno da existência ou não de famílias escravas. Porém, hoje já não nos restam dúvidas que existiam relações familiares escravistas. Esta constituição era possível e até mesmo integrava, de forma mais ativa, a vida do cativo.

O batismo aparecia nesta dinâmica de integração dos escravos, e de outros grupos na sociedade, possibilitando estabelecer laços parentais fictícios (Neves, 1990; Beozzo, 1993; Schwartz, 2001), a qual não se baseava exclusivamente em laços consanguíneos, abrindo maiores possibilidades de convivência, seja com seu próprio grupo, seja com a elite local e ainda com homens livres pobres e forros.

A prática do batismo pelos católicos é antiga, muito embora o seu significado tenha mudado no tempo até se tornar um momento de purificação do pecado original. No século IX, aparece obrigatoriamente a presença de padrinhos e madrinhas como uma espécie de pais espirituais, uma aceitação acima até mesmo dos pais biológicos ou carnis (Vasconcelos 1997: 15).

No século XIX, tudo nos leva a crer que o papel do batismo tinha uma função espiritual ou sagrada muito maior do que hoje em dia, e representava *um elemento central na vida da comunidade, um rito de passagem*. Deste modo, *o batismo fazia parte da vida da alma, era um rito que aproximava a pessoa da salvação e servia como um momento de renascimento quando o pecado original era trocado pela graça divina* (Ramos, 2004: 49).

A busca da salvação, almejada pelos indivíduos, permitia um acampamento dessas relações instituídas a partir da pia batismal para a família, ampliando esta teia de relações familiares, que, de fato, encontrou aqui, na América portuguesa um campo propício para sua aceitação fortalecendo os dogmas da Igreja Católica.

Donald Ramos (2004: 49 e 51) esclarece que, *a nova família deveria ser composta por um padrinho (pai espiritual) e madrinha (mãe espiritual) e iria ter uma existência paralela à família biológica*. Assim, o batismo era o momento em que uma pessoa se transformava num ser espiritual e ganhava uma nova família.

Analisar os registros paroquiais é hoje uma das formas possíveis de mergulhar num passado que, até então, parecia distante e nos permite aproximar de um universo de

investigações sociais. Mas o interesse por esta fonte é recente. Altiya Pilatti Balhana (1987: 63) em uma de suas publicações nos esclarece,

Apesar da relativa abundância e variedade de fontes (...) observa-se que são ainda poucos os estudiosos dedicados à demografia no Brasil (...). diversos fatores continuam a retardar uma atividade mais ampla (...). são mal conhecidos ou mal definidos os acervos documentais que apresentam dados de interesse demográfico e, de outro, porque são considerados de acesso difícil ou de má qualidade.

Sabemos que são enormes as formas de exploração dos registros paroquiais como forma de reconstituição das relações mais íntimas da sociedade, melhor ainda, quando for possível cotejar estas curvas com informações à luz dos acontecimentos a fim de possibilitar um quadro mais amplo de análise (Nadalin, 1994: 64).

No dizer da precursora em história demográfica no Brasil, Maria Luíza Marcílio, os historiadores demógrafos da era atual constituem a terceira geração de um grupo que se iniciou com a professora na década de 70, num estudo de adaptação aos métodos franceses desenvolvidos pelo demógrafo Louis Henry e pelo historiador Michael Fleury, na época, chefe de Pesquisas do Institut Nacional d'Études Démographiques, na França⁸⁸.

Aos poucos, essas técnicas foram sendo moldadas, por outras pessoas, à nossa realidade, aproveitando-se de um número cada vez maior de fontes em demografia histórica. A pesquisa neste campo cresce em corpo e consistência, mas é claro que ainda existe muito para se fazer.

No Brasil os estudos sobre família (ou as famílias) acompanham com passos mais vagarosos, as tendências historiográficas de outras áreas, como a Europa, Estados Unidos e Canadá, mas com a especialidade de que, aqui, há uma relação ainda mais forte com a demografia histórica (Faria, 1997: 242).

Sheila de Castro Faria (1998: 46) enfatiza que os *estudos demográficos da família, do cotidiano e das formas de produzir, quase todos necessitando de fontes cartorárias e paroquiais, não são em geral possíveis*, exatamente pelas dificuldades de pesquisá-las, encontradas ainda escondidas no interior do país, e por não existir uma preocupação em conservá-las, além de se encontrarem muitas vezes escondidas em arquivos particulares, impossibilitando sua pesquisa.

O levantamento, catalogação e digitação dos livros de batismos e casamentos, presentes na Matriz São Paulo foi iniciado em 2003, quando pudemos levantar todos os livros

⁸⁸ Relato feito no XIV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), realizado de 20 a 24 de setembro de 2004 em Caxambu – MG

existentes para o século XIX. Ao todo são 3 livros de batismos para toda a população e um livro especial para registros de escravos, já que, após a Lei do Ventre Livre, era determinação registrá-los em livros próprios. O estado de conservação não era dos melhores, principalmente os mais antigos, mas nem por isso perdemos qualquer um dos assentos. Para os livros de casamentos são dois existentes até 1888, e estavam melhor conservados do que os livros de batismos, talvez pelo menor manuseio dos livros.

Situação muito diferente é a enfrentada no Arquivo Distrital de Braga. Primeiramente todos os livros estão organizados, a maioria em bom estado de conservação, armazenados de maneira, senão adequada, pelo menos próxima ao ideal.

Mergulhando nos registros paroquiais da Matriz São Paulo, em Muriaé, pudemos perceber a imensidão de elementos possíveis sobre a vida cotidiana de brancos, escravos, administrados e as relações pautadas a partir do estudo desta fonte.

Aos onze dias do mês de abril de mil oitocentos e cinqüenta e dois, nesta Matriz de São Paulo do Muriahé, batizei solenemente e pus os santos óleos o reverendo João José na inocente Joana, filha legítima de João Congo e Rosa Conga, escravos de Manoel Alves de Araújo, forão padrinhos Modesto de Santana e Severina Maria de Jesus, ambos escravos.

*Vigário Honório Fulgino de Magalhães*⁸⁹.

Este é o primeiro de todos os assentos dos livros pesquisados, e como podemos observar, apesar de muito sintético, as informações contidas no batismo de Joana, possibilita-nos uma leitura minuciosa da documentação analisada, ou seja, uma família escrava aparece de maneira muito clara, pois Joana era nascida de uma união legítima (algo não muito comum entre este grupo) entre João Congo e Rosa Conga, ambos africanos.

Sondando o livro de casamentos da paróquia, constatamos que tal enlace provavelmente não havia acontecido na Igreja local, pois a abertura do livro designado para registro de casamentos data de 1855, ou caso tenha sido celebrado nesta Igreja, não havia documento que comprovasse. No mais, o que se sabe, é que são dois africanos casados, o que difere da grande maioria dos cativos existentes na localidade, o que lhes possibilitava um reconhecimento moral e a possibilidade de uma *melhor adaptação* à nova terra.

É possível também observar, neste registro, os desdobramentos sociais, pois Joana possuía um padrinho e uma madrinha escravos e da mesma forma que ela, seus pais passariam a ter um compadre e uma comadre, o que nos aponta para uma relação de pessoas do mesmo

⁸⁹ Livro de batismo nº 1a, 1852-1853. AMSP, Muriaé – MG.

grupo étnico. Uma observação marcante é que tanto a madrinha quanto o padrinho possuem sobrenome, algo incomum nesta categoria.

É claro que, à medida que vamos colhendo informações do documento, vemos que, na maioria das vezes, a fórmula empregada para os registros são praticamente as mesmas, porém alguns registros nos possibilitam uma maior interpretação, pois o vigário registra informações de maneira pormenorizada.

Além dos dados acima, encontramos anotada a data de nascimento do batizando, cor dos pais e padrinhos, qualificação dos padrinhos e madrinhas, e algumas observações feitas. Assim, ler o livro de batismo e observar as entrelinhas permite-nos aproximar do cotidiano dos que ali viviam e perceber os diversos desdobramentos sociais.

Durante o mestrado,⁹⁰ tivemos como objetivo principal o estudo de apadrinhamentos de escravos na mesma localidade mineira aqui em foco e através da interpretação dos livros, conseguimos observar os arranjos estabelecidos entre os vários níveis sociais e culturais nesta criação e recriação de laços parentais. Pelo compadrio estabelecido no batismo, os escravos adquiriam laços de solidariedade e cooperação que redimensionavam o seu cotidiano, garantindo-lhes espaço de sociabilidade e convivência, possuindo caráter eminentemente político, que poderia solidificar relações entre pessoas socialmente iguais ou desiguais (Freire, 2004: 52-53).

Os dados encontrados nos registros de batismo contribuem para confirmar que a proteção e submissão, muito mais do que a fé destes cativos, era colocada em primeiro plano. Ou seja, a grande maioria dos cativos foram batizados não apenas pela aceitação dos valores da religião oficial, mas como uma ligação entre terra e céu pelo parentesco fictício representado a partir do batismo. Podemos constatar esta hipótese não apenas pela leitura nas entrelinhas do livro de batismo, mas também pelo livro de casamentos da paróquia, pois são em número muito reduzido, se comparados aos batismos. Percebe-se nesta relação de proteção do padrinho para com o afilhado uma forma de fortalecimento dos laços sociais, políticos e econômicos.

Em Muriaé, foi possível perceber as estratégias nas celebrações realizadas. A grande maioria dos padrinhos seja na categoria natural ou legítimo são os livres. Os forros apadrinham apenas as crianças naturais, num total de 6 casos, o que nos leva a deduzir que os pais (ou na grande maioria as mulheres) escolhiam pessoas de uma condição social superior à sua para apadrinhar. Na categoria não pertinente, inserem-se os padrinhos não carnais, por

⁹⁰ Para maiores detalhes, ver ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. Batismos e apadrinhamentos de filhos de mães escravas. São Paulo do Muriaé, 1852-1888. Dissertação de Mestrado. Vassouras: USS, 2006.

serem santos. Somente um caso o batizando tem como padrinho São Paulo, inclusive padroeiro da freguesia. Os pais de uma outra criança adotaram, além de um casal de padrinhos, o Mártir São Sebastião como protetor.

Por duas vezes aparece apenas o nome do padrinho e nenhuma madrinha. Crispim, batizado em 09/11/1855, filho de Francisca escrava, tem como padrinho Isidoro escravo; Constâncio, batizado no dia 11/12/1864, é apadrinhado por Justiniano escravo, propriedade de José Correa; e por fim um caso em que aparecem dois padrinhos, Romão, nascido em 18/05/1882, é batizado no dia 19/06/1882, foi apadrinhado por Francisco Ciliberti e Nicolão Antônio Lomeu, ambos livres. Demonstrando assim, como Stuart B. Schwartz (2001), que a figura do padrinho era muito mais importante do que a da madrinha, possibilitando aos afilhados uma maior promoção social.

Para a variável madrinha, encontramos praticamente os mesmos padrões dos padrinhos, com mínimas diferenças, ou seja, em todas as condições sociais (escravo, liberto ou forro) as madrinhas predominantes são oriundas de classes superiores ao batizando, tanto para filhos naturais, como para filhos legítimos. Porém a figura do padrinho sempre foi mais presente que a madrinha, que podia ser substituída por uma Santa, ou não constava sequer o seu nome.

Para confirmar esta hipótese, levantamos a presença ou ausência dos apadrinhamentos, independentemente de serem madrinhas carnavais ou protetoras espirituais, elas estavam ausentes em 18 batizados (1,89%), e o padrinho ausente em apenas 8 deles (0,84%).

Embora não seja convencional e legal, apareciam esporadicamente santos e padres fazendo esta função, como uma forma de introduzir o sagrado dentro da família. Observamos a superioridade das santas servindo de madrinhas numa proporção muito superior aos santos que foram escolhidos para padrinhos, o que nos faz crer que a idéia de sagrado é *introduzida através das madrinhas e não através dos padrinhos, pois estes tinham um papel muito importante na sociedade, talvez tão relevante que o cargo não poderia ser preenchido por um santo*. (Ramos, 2004:66) Em 26 batismos, 2,73% do total, trazia uma santa como madrinha, em 23 casos, 88,46% têm como madrinha Nossa Senhora, 2 (7,69%) Nossa Senhora do Rosário, e 1 (3,84%) Nossa Senhora da Conceição.

Para Renato Pinto Venâncio, (1986: 95-1023) *esta seletividade, madrinha no céu e padrinho na terra, correspondia a uma singular desvalorização da mulher. Ou seja, o compadrio era utilizado como um meio de acesso aos bens materiais e simbólicos*. Para

Muriaé, notamos que poderia além dessa desvalorização do sexo, ser um agradecimento a uma graça alcançada, ou mesmo falta de padrinhos e madrinhas durante o ato.

Desta forma, assim como Mônica Ribeiro de Oliveira (2005: 175), notamos que a *lógica do compadrio assentava-se tanto no poder econômico das partes envolvidas, como principalmente, no prestígio e status que podiam ser auferidos da relação*. A autora elucida ainda, uma relação de dependência entre os membros envolvidos, como dívidas, dependência de favores, etc.

Embora as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia trouxessem algumas normas a seguir, nem sempre foram cumpridas.

Mandamos que no Baptimo não haja mais que um só padrinho, e uma só, madrinha, e que não se admittão juntamente dous padrinhos, e duas madrinhas; os quaes, padrinhos serão nomeados pelo pai, ou mãe, ou pessoa, a cujo cargo estiver a criança(...) E não poderão ser padrinhos o pai, ou mãe do baptizado, nem também os infieis, hereges, ou públicos excommungados, os interdictos, os surdos, os mudos, e os que ignorão os princípios de nossa Santa Fé; nem Frade, Freira, Cônego Retrante (CPAB, 1707, Título XVIII &64).

Constatamos que, durante cinco vezes, o padre José Delfino César, apareceu como padrinho de batismo, sendo todos os cinco filhos legítimos de casais livres. Inclusive em um registro, o dito padre apresenta como padrinho e celebrante. Surgiu então a pergunta: como ele aparecia burlando a lei canônica e o porquê de não se apresentar também como padrinho de escravos? Podemos alegar que apadrinhava crianças da elite local e nunca de escravas, o que leva-nos a crer que, até mesmo por parte do vigário, havia uma desvalorização ao escravo.

No Arquivo Distrital de Braga, consultamos vários livros de batismos, mas não catalogamos os padrinhos, porém, alguns livros de Dispensas Matrimoniais da Mitra constam o registro de batismo dos nubentes notificado pelo pároco, e, na oportunidade, compilamos alguns casos.

Chama-nos a atenção à forma pormenorizada do batismo, muito mais detalhados se comparados aos registros efetuados na Matriz São Paulo, como modelo a seguir,

...Manoel Joaquim da Silva Motta Parocho da Igreja de Santo André de Codeçoso attesto que no livro dos Baptizados desta freguesia a fh 14 se acha o assento da forma e maneira seguinte = Maria Priscila, filha legítima de Domingos da Matta e Ignácia da Matta, do lugar de casal de Fundo, desta freguesia de Sancto André de Codeçoso: neta paterna de Manoel José da Matta e Luíza Thereza Clemente, do lugar da Aldeia de Baixo e neta materna de Antônio Luiz da Matta e Maria (?) Ribeiro do dito lugar de Casa de Fundo, nasceo no vinte e cinco dias do mês de janeiro do anno de mil oito centos e vinte e três e no dia seguinte foi

baptizada solenemente com imposição dos Santos óleos por mim abaixo assignado, sendo padrinhos seus thios o Padre Domingos José da Matta e Luíza da Matta e para constar fis este assento que vou assignar.

O Vigário Domingos José da Silva Panphilo (ADB, DMM, 4881, 1848).

De imediato, percebemos os detalhes nas informações contidas. Nome dos pais, local de residência e freguesia, nome dos avôs e avós maternos e maternos, local de moradia dos avós, também maternos e paternos, data de nascimento, data de batismo, nome dos padrinhos e nome do pároco que realizou a celebração.

Esclarecemos que os dados a serem redigidos, conforme o Concílio de Trento eram: a data do batismo, o nome completo do batizando, sua filiação (caso conhecida), local de residência de seus pais ou responsáveis, além de pelo menos o nome de um padrinho – sendo melhor que fossem dois - que passaria ser parente espiritual e a assinatura do vigário. Caberia ao vigário a guarda e conservação do arquivo na paróquia por ele ocupado (CT, Sessão VII: 174).

Os dados lançados no batismo acima são mais detalhados, do que era sugerido pela lei, como a presença do nome dos avós e avôs maternos e paternos e ainda o local de residência dos mesmos, além da data de nascimento do batizando. Assim como alguns casos para a região da Mata Mineira, notamos a presença de familiares apadrinhando, até mesmo a figura de padre, algo ilegal para época, visto que as funções do vigário não poderiam substituir os pais em caso de ausência de um deles, pois teria uma função não de ser um pai fictício, mas um representante legítimo de Deus para cuidar da salvação das almas.

Entre todos os batismos compilados, anexados às Dispensas Matrimoniais, presentes no Arquivo Distrital de Braga, (cerca de 20 casos) todos os padrinhos possuem sobrenomes idênticos a pelo menos um dos progenitores. Em alguns casos notamos certa semelhança com a Paróquia São Paulo, por apresentar Santos apadrinhando e em nenhum dos casos a presença de Santos ocupando tal designação, como no caso a seguir.

Antônio José Alves Carneiro Parocho Encomendado da freguesia de São Thiago da Ribeira da Alhariz, atesto como vendo um dos livros de baptismodesta freguesia ato quarenta cinco versus (?) Maria filha legítima de Ignácio Coelho e da Angella sua mulher do lugar de (?) desta freguesia de São Thiago da Ribeira de Alhariz, neta paterna de José Coelho e Roza Maria do lugar de Parada e materna de Joze Fernandes e Thereza Maria do lugar de Santa Iolanda, todos desta freguesia, nasceo no dia trteza no mês de novembro do anno de mil oito centos e vinte e foi baptizada solenemente por mim, Padre Bernardo José Coelho coadjutor. Forão padrinhos Nossa Senhora do Rozario e Leonardo Joze da Parada, desta freguesia.

Padre Bernardo José Coelho. (ADB, DMM, 4886, 1848).

A fim de verificar as redes instituídas, selecionamos os compadres que mais apadrinham em São Paulo do Muriaé. Dois padrinhos que mais aparecem na pia batismal são grandes senhores locais, como o Dr. João Chrisostomo Leopoldino de Magalhães, advogado local, que apadrinha 41 vezes e Manoel Garcia de Mattos, grande proprietário, que tem seu nome informado 31 vezes. Todos os batismos efetuados são de livres e filhos de pessoas influentes na sociedade, como Francisco Garcia de Mattos, Lino Teixeira Cerqueira, Antônio Augusto da Silva Canêdo, Francisco Januário de Magalhães Portilho, Manoel Rodrigues Pinto, Maximiano Rodrigues da Costa Bastos; para o primeiro padrinho; e Francisco Garcia de Mattos Sobrinho, Marcelino Garcia de Mattos, Antônio Pinto Monteiro e Manoel Mendes de Cerqueira, para o segundo padrinho.

Não nos escapa a relação de pessoas consideradas ricas na sociedade muriaeense utilizadas como padrinhos de pessoas também com certo poder econômico e político local, como o caso do Desembargador Antônio Augusto da Silva Canêdo, que é considerado um dos homens mais ricos da região e grande influente político, que junto de sua segunda esposa, Dona Eudóxia Augusta Canêdo, apadrinha Trajano, nascido a 13 de abril de 1881 e batizado no dia 29 de junho de 1881, filho do Dr. João Chrisostomo Leopoldino de Magalhães e Dona Balbina Augusta de Oliveira.

Outra família abastada presente no exemplo acima, os Garcia de Mattos merecem destaque, pelo fato de ter dois Garcia de Mattos a apadrinhar membros da mesma família reproduzindo a idéia portuguesa de padrinho entre familiares como forma de proteção espiritual entre o mesmo grupo familiar. Manoel Garcia de Mattos, no dia 06 de setembro de 1869, batiza Placidina, nascida aos 23 de agosto de 1868, filha de Francisco Garcia de Mattos e Theresa Maria de Jesus. Marcelino Garcia de Mattos e sua esposa, D. Gertrudes Honória Gomes tem dois filhos batizados por Manoel Garcia de Mattos e sua esposa D. Thereza Maria de Jesus, Antônio e Honório. O primeiro, nascido a 13 de abril de 1871 e batizado aos 02 de maio de 1871 e o segundo, nascido a 11 de agosto de 1874 e batizado aos 28 de agosto de 1874, ambos batizados por Manoel Garcia de Mattos.

Francisco Garcia de Mattos, irmão de Manoel Garcia de Mattos, a partir da celebração, passa ser compadre do Dr. João Chrisóstomo Leopoldino de Magalhães, o que representa uma rede interminável de interesses entre a elite local.

Concluimos que o tema é extremamente amplo e merecedor de novos olhares. Neste breve ensaio sobre batismos e compadrios observamos identidades próprias para com os escravos, livres e forros, para a região mineira e características afins, para o caso de livres, em

Portugal, mesmo que trazendo apenas alguns estudos de caso. Estas relações originadas a partir da pia batismal eram moldadas a partir de estratégias sociais econômicas e familiares, que refletiam num amplo jogo de vivências, com relação às afinidades intensas, celebradas via batismos.

Em São Paulo do Muriaé, apesar da configuração das escravarias locais serem moldadas em sua grande maioria a partir de um reduzido número de cativos, foi possível a estes indivíduos manterem amplas relações de parentesco, consanguíneos ou não. As extensas redes de solidariedades expressas nas relações de compadrio, adotadas por mães de filhos naturais ou legítimos, com homens e mulheres livres, escravos, libertos, parentes consanguíneos e até mesmo santos, constatadas via registros de batismos, nos possibilitou rastrear algumas vivências cotidianas de alguns casos específicos.

Consequentemente, os pais ou mesmo as mães, tinham a liberdade da escolha dos padrinhos de seus filhos, e estes, utilizaram de estratégias para serem beneficiados na escolha de seus compadres e comadres, em sua grande parte, visando uma maior aceitação e reconhecimento na sociedade, seja em Minas, seja no Minho. Portanto, são temas merecedores de maior aprofundamento e atenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão e a articulação da região chamada de São Paulo do Muriaé, e região no século XIX, foram a tônica do trabalho que aqui se encerra, mesmo sabendo que o universo é mais amplo do que foi apresentado. Muitos dados levantados servirão de norte para outras interpretações ligadas ao tema trabalhado. Porém, a ambição de manter a guisa para o entendimento de uma história mais ampla, perseguida em alguns momentos, representa um esforço de interpretação e contribuição de uma sociedade até há pouco tempo esquecida nas discussões acadêmicas.

Ao longo dos capítulos colocamos em evidência duas características da região brasileira estudada: o sentido da sua fronteira aberta, assim como a presença dos conflitos pela posse da terra. O resultado desta disputa ordena o poder e cria o prestígio social, organizando a sociedade com base na dominação de pequenos grupos sociais sobre os outros.

Como advertido no primeiro capítulo, não houve, na região mineira, esquemas pré-definidos que tinham como meta uma organização territorial planejada. Muito ao contrário, o que vimos foi uma ocupação sem nenhum controle por parte do governo central, emanada pela lei do mais forte, envolvendo negócios e famílias, que se solidificavam nas teias e tramas estabelecidos por perdas e ganhos territoriais. Tal como indicado por Cunha, (2007:91), a organização espacial não se desenrola sobre a própria base territorial dada, mas este espaço estaria presente em todos os processos sociais, influenciando diretamente na vida cotidiana, que se exprime a partir da criação e recriação do próprio tempo social.

Assim, não podemos observar a formação e a configuração espacial da região como via de mão única, mas em um desenrolar constante, no qual a divisão territorial estaria envolvida por fatores econômicos, sociais, políticos e culturais, fazendo com que as perdas e ganhos espaciais derivassem em mudanças e permanências de complexas redes de uma dinâmica territorial que submergiam interesses particulares e/ou sociais.

Nesta vinculação entre o espaço ocupado e as relações dos envolvidos, percebe-se que o fator econômico foi fundamental para a compreensão, e não pode ser visto de forma alguma como algo isolado, seja através dos vínculos estabelecidos via negociantes, seja através dos vínculos familiares. Por sua vez, nota-se também que a estrutura e o uso da terra, tanto quanto a base econômica e as organizações familiares, foram fundamentais para a compreensão do Noroeste português, como observado no terceiro capítulo.

Inicialmente com uma economia acanhada, a região mineira brasileira passou a dar sinais de progresso, baseada, principalmente, em uma minoria que impôs seu poder de mercado e submeteu a obediência dos mais fracos; contudo, nem por isso, os pequenos proprietários deixaram de participar na vida econômica da freguesia, destacando-se como produtores de culturas agrícolas básicas, tendo em vista o mercado regional.

Ao analisar as conclusões chegadas por Boechat (2006: 123) para Carangola, nota-se certa aproximação com São Paulo do Muriaé, no que diz respeito à ocupação das terras: uma produção rural diversificada, não voltada para o mercado internacional, mas que foi capaz de gerir recursos monetários, a partir da inserção de parte da produção local com outras formas de mercado. Podemos citar, como exemplo, o papel assumido pelas tropas para o escoamento da produção e as mudanças nas aplicações monetárias analisados no segundo capítulo.

Assinalamos ainda, que em São Paulo do Muriaé, não foi o café a mola propulsora para a ocupação e alargamento das fronteiras, mesmo entendendo que a rubiácea seria a grande impulsionadora do crescimento urbano em finais do século XIX. No início da ocupação, destacavam, principalmente, o milho e a cana-de-açúcar, como produtos que estiveram presentes em todos os períodos considerados, em maior ou menor proporção, e se concentravam nas pequenas unidades produtoras, como já havia advertido Rômulo Andrade (1995). Estes produtos foram fundamentais para o acúmulo de capital e o ingresso de Muriaé numa economia mais dinâmica.

Os escravos, como maior valor de aplicação, mereceram uma análise à parte. As variações monetárias, a razão de masculinidade, os tamanhos dos plantéis, mesmo que superficialmente estiveram presentes, derivados da lógica e compreensão de uma economia nascente. Como era de esperar, houve uma variação em todos os períodos temporais analisados, seja nos preços, no gênero, e provavelmente no tamanho dos plantéis. Uma configuração baseada em um trabalho escravista de menor escala definia o perfil da sociedade muriaeense.

No terceiro capítulo, mesmo trabalhando de forma ilustrativa evidencia a importância dos vínculos familiares para a estruturação das sociedades analisadas. Comparativamente, vimos de forma clara a relação entre a terra, a riqueza e a família como ações interligadas. Tanto no Minho, como na área central da Zona da Mata Mineira, as estratégias de uniões, de ampliação de laços de parentescos e os tramas familiares foram os norteadores das sociedades. Assim, *a família era a célula básica a partir do qual os agentes sociais se pensavam e planejavam suas vidas* (Brügguer, 2007:327).

As organizações familiares foram estratégias visíveis entre os abastados, entre os escravos, entre os nativos e entre os camponeses. Tais táticas basearam-se na permanência na terra, na criação de laços de solidariedades, no apoio familiar e intrafamiliar, criando segurança e estabilidade em uma sociedade de forte concentração da riqueza em mãos de poucas pessoas. Desta forma, arranjar um bom casamento e ter um padrinho com prestígio social foram mecanismos de manter-se firme aos olhos da Igreja e da sociedade. Possuir proteção de um padrinho era obter alguns benefícios que a própria categoria social pertencente não lhe possibilitava usufruir, ou mesmo, uma solidificação deste grupo.

Nomeada ou ocultada, reconhecida ou excluída, várias foram as faces que a ilegitimidade assumiu nas comunidades pertencentes às duas margens do Atlântico (Pereira, 2010:227). Quando abordamos a população como um todo nos dois lados, notamos certa aproximação dos dados relacionados aos filhos ilegítimos. Porém, se refletirmos os escravos individualmente, o nível de filhos ilegítimos eleva-se consideravelmente, ou seja, a categoria social pertencente foi um fator definitivo para as estratégias organizacionais das famílias, principalmente na América portuguesa, pela presença dos africanos.

Com a análise dos casamentos consanguíneos, partimos para o entendimento de que o matrimônio era visto como uma questão patrimonial seja nas margens de cá, bem como nas margens de lá. A terra em Portugal era um bem escasso, como já comentado, embora houvesse terras abundantes aqui no Brasil sua aquisição tinha um custo elevado, que orientavam as ações familiares condicionada por decisões econômicas. Como afirma Lagido, (2008) as estratégias dos grupos domésticos orientaram-se no sentido da obtenção de terra e ampliação do tamanho da exploração. Racionalizava questões como o matrimônio que serviria de base à divisão do trabalho tornando a casa numa célula econômica viável.

Os casamentos entre parentes teriam, então, o objetivo de resolver, ou pelo menos tentar resolver, problemas de uma possível dispersão patrimonial. As duas regiões possuíam em comum, mesmo que em configurações diferenciadas, os casamentos consanguíneos ligados à posse da terra, mesmo que os nubentes não declarassem tal intenção na documentação consultada.

Vimos durante o desenrolar da última parte desta pesquisa que, mesmo sendo o Minho e a Zona da Mata Mineira áreas tão distantes, alguns elementos se aproximam e alguns elementos se distanciam. Em nosso estudo comparativo podemos destacar como pontos que se convergia a tentativa de permanência dos herdeiros em manter seu prestígio e posse por meio do sistema de herança, mesmo sabendo que tais estratégias estavam ligadas a cada grupo

social ou família. Entendemos que nem mesmo as leis vigentes conseguiam controlar as estratégias hereditárias que acabavam por originar em partilhas desiguais e/ou partilhas amigáveis nos dois lados do Atlântico.

O nascimento de filhos ilegítimos seria outra aproximação das margens, principalmente quando nos referimos à população como um todo, o que dá um tom e um padrão de continuidade. Porém, quando consideramos exclusivamente os escravos presentes na América portuguesa do restante da população, os números para a região mineira aumentam consideravelmente, destacando-se como um dos pontos de divergência entre as duas margens, o que nos leva a afirmar a existência de certa fluidez e ascensão social entre os escravos.

Portanto, há de convir que as estratégias de organização familiar muito se aproximavam das relações ampliadas via compadrios e dos casamentos consanguíneos. Contudo, ressaltamos que os grupos sociais, as famílias e seus membros possuíam mecanismos de afirmação social. Deste modo, não podemos jamais generalizar os fatos, mas sim afirmar que cada margem, cada caso, cada ocorrência, possuía característica própria. O ponto de partida de um lado, pode não ser o mesmo ponto de chegada do outro lado, por haver uma pluralidade nas situações.

Em suma, afirmamos que a região da Mata Mineira não será jamais considerada terra sem história, pois muitos esforços vêm sendo feito para seu entendimento. Fica aqui o nosso contributo para um juízo maior no sentido de afirmar que a terra, a riqueza e a família foram temas que se interligaram de maneira intensa e que marcaram toda organização das estruturas sociais, seja no Norte de Portugal, seja na área central da Zona da Mata Mineira.

FONTES MANUSCRITAS

- Arquivo Paroquial da Matriz São Paulo.
Livros de casamentos e batizados da Paróquia, 1850-1888.
- Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros
Ação de Embargo, 1863. Autor: Manoel José da Rosa e sua mulher. Réu: José Januário de Souza Romano. FTPM, Muriaé. Maço 12.
Ação de Libelo, 1875. Autor: Francisco Luciano de Paula e sua mulher, José Venâncio de Paula e sua mulher, José Bernardino de Paulo e Manoel José de Paula. Réu: Firmino de Sá Rocha. FTPM, Muriaé, Maço 35.
Ação de Libelo, 1875. Autores: Felício Luciano de Paula e sua mulher, José Venâncio de Paula, José Bernardino de Paula e sua mulher e Manoel José de Paula. Rés: Firmino de Sá Rocha e sua mulher, João Pereira da Rosa, Antônio da Rosa Brum e sua mulher. Maço 35.
Ação de Libelo, 1887. Autor: Manuel Antônio de Oliveira. Réu: Florentino Alves da Silva. FTPM, Muriaé. Maço 67.
Alguns Testamentos presentes junto aos inventários.
Divisão e Demarcação de Terras, 1867. Autor: Sargento João Manoel de Souza Godinho e sua mulher D. Maria do Carmo Nery da Natividade. Réu: Diversos co-proprietários. FTPM, Muriaé. Maço 20.
Inventário *post mortem* Desembargador Antônio Augusto Bicalho Canêdo, 1883. FTPM, Muriaé, Maço 15.
Inventários *post-mortem*. Cartório do 1º Ofício Cível. Muriaé – MG.
- Arquivo Distrital de Braga.
Dispensa Matrimonial de Mitra em entre João Cunha e Rosa Martins, 1848, nº 4879. Freguesia de Santa Eulália de Gontim Concelho de Viana Verde.
Dispensa Matrimonial de Mitra entre Manoel Joaquim Coelho e Anna Maria Fernandes, 1848. nº 1848. Freguesia de Santo André de Perdizes, Concelho de Viana Verde. Vila Real.
Dispensa Matrimonial de Mitra entre Thomas Martins de Carvalho e Rosa Martins, 1848, nº 5100.
Todas as Dispensas Matrimoniais de Mitra para o ano de 1948 e 1871.
4879, 4880, 4881, 4882, 4383, 4884, 4885, 4886, 4887, 4888, 4889, 4890, 4891, 4892, 4893, 4894, 4895, 4896, 4897, 4898, 4899, 4900, 4901, 4902, 4903, 4904, 4905, 4906, 4907, 4908, 4909, 4910, 4911, 4912, 4913, 4914, 4915, 4916, 4917, 4918, 4919, 4920, 4921, 4922, 4923, 4924, 4925, 4926, 4927, 4928, 4929, 4930, 4931, 4932, 4933, 4934, 4935, 4936, 4937, 4938, 4939, 4940, 4041, 4942, 4943, 4944, 4945, 4946, 4947, 4948, 4949, 4950, 4951, 4952, 4953, 4954, 4955, 4956, 4957, 4958, 4959, 4960, 4961, 4962, 4963, 4964, 4965, 4966, 4967, 4968, 4969, 4970, 4971, 4972, 4973, 4974, 4975, 4976, 4977, 4978, 4979, 4980, 4981, 4982, 4983, 4984, 4985, 4986, 4987, 4988, 4989, 4990, 4991, 4992, 4993, 4994, 4995, 4996, 4997, 4798, 4999, 5000, 5001, 5002, 5003, 5004, 5005, 5006, 5007, 5008, 5009, 5010, 5011, 5012, 5013, 5014, 4015, 4016, 4017, 4018, 4019, 5020, 5021, 5022, 5023, 5024, 5025, 5026, 5027, 5028, 5029, 5030, 5031, 5032, 5033, 5034, 5035, 5036, 5037, 5038, 5039, 5040, 5041, 5042, 5043, 5044, 5045, 5046, 5047, 5048, 5049, 5050, 5051, 5052, 5053, 5054, 5055, 5056, 5057, 5058, 5059, 5060, 5061, 5062, 5063, 5064, 5065, 5066, 5067. 5068, 5069, 5070, 5071, 5072, 5073, 5074, 5075, 5076, 5077, 5078, 5079, 5080, 5081, 5082, 5083, 5084, 5085, 5086, 5087, 5088, 5089, 5090, 5091, 5092, 5093, 5094, 5095, 5096, 5097, 5098, 5099, 5100, 5101, 5102,

5103, 5104, 5105, 5106, 5107, 5108, 5109, 5110, 5111, 5112, 5113, 5114, 5115, 5116, 5117, 5118, 5119, 5120, 5121, 5122, 5123, 5124, 5125, 5126, 5127, 5128, 5129, 5130, 5131, 5132, 5133, 5134, 5135, 5136, 5137, 5138, 5139, 5140, 5141, 5142, 5143, 5144, 5145, 5146, 5147, 5148, 5149, 5150, 5151, 5152, 5153, 5154, 5155, 5156, 5157, 5158, 5158, 5159, 5160, 5161, 5162, 5163, 5164, 5165, 5166, 5167, 5168, 5169, 5170, 5171, 5172, 5173, 5174, 5175, 5176, 5177, 5178, 5179, 5180, 5181, 5182, 5183, 5184, 5185, 5186, 5187, 5188, 5189, 5190, 5191, 5192, 5193, 5194, 5195, 5196, 5197, 5198, 5199, 5200, 5201, 5202, 5203, 5203, 5204, 5205, 5206, 5207, 5208, 5209, 5210, 5211, 5212, 5213, 5214, 5215, 5216, 5217, 5218, 5219, 5220, 5221, 5222, 5223, 5224, 5225, 5226, 5227, 5228, 5229, 5230, 5231, 5232, 5233, 5234, 5235, 5236, 5237, 5238, 5239, 5240, 5241, 5242, 5243, 5244, 5245.
522, 520, 518,519, 517, 514, 515, 513, 511.

Inventários Orfanológicos de Povia do Lanhoso, 1707. Processo nº 1293, 1876, maço 90
Inventário Orfanológico da Freguesia Santa Maria de Souto Sobradello, 2763, Maço 150, nº 4, 1850.

Inventários Orfanológico Freguesia de Oliveira, 2785. Processo 303, Maço 151, nº 7, 1850.

Inventário Orfanológico Fonte Arcada, 2803. Processo nº 323. Maço 16, 1850.

Inventário Orfanológico Povia do Lanhoso, 772, 1850.

Inventário Orfanológico Povia do Lanhoso, 1382, 1850.

Inventário Orfanológico Freguesia de Serradello, 1052, 1850.

Inventário Orfanológico Povia do Lanhoso, 684, 1850.

Inventário Orfanológico. Portela, 3133, Maço 79, 1850.

Inventário Orfanológico Povia do Lanhoso, Maço 177, nº 1, 1850.

Inventário Orfanológico. Povia do Lanhoso, Maço 151, nº 12, 1850.

Inventário Orfanológico. Fonte Arcada, Processo nº 902, Maço 188, nº6, 1859.

Inventário Orfanológico.3230. Processo 898. Maço 188 nº2, 1850

Inventário Orfanológico. 3230. Processo nº 899. Maço 188, nº 3, 1859.

Inventário Orfanológico. 2806. Processo nº 326. Maço 152. nº13, 1850.

Registros de Batismos presentes no Arquivo Distrital de Braga.

Paróquias de Povia do Lanhoso, nº 139 (Garfe), 1862-1871;

Geraz do Minho, 1849-1873, nº 153;

Friande, 1864-1875, nº115;

Santo André Frades, 1857-1901, nº 438;

Fonte Arcada, 1863-1871, nº 85;

São Martinho Ferreiros, 1776-1874, nº 65;

São Bartholomeu Esperança, 1860-1901, nº392;

São Julião Covelas, 1868-1877, nº 371;

São Martinho do Campo, 1808-1875, nº 38;

São Gens de Calvos, 1838-1893, nº 349;

São Paio Brunhais, 1845-1874, nº 17;

São Martinho Águas Santas, 1862-1877, nº 17;

Santa Maria Moure, 1871-1876, nº 194;

Loreda, 1858-1874, nº 175;

São Thiago de Lanhoso, 1861- 1878, nº 504;

São Martinho Monsul, 1866-1911, nº 515;

Serzadelo, 1863-1875, nº 237,

Santa Maria de Souto de Sobradello da Goma, 1864-1877, n° 602;
São Miguel de Thaíde, 1868-1879, n° 609;
São Martinho de Trabaços, 1862-1883, n° 627;
Santa Maria de Verim, 1860-1877, n° 645;
Santo Emilião, 1856-1896, n° 565; São João de Rei, 1853-1882, n° 569;
Rendufinho, 1867-1883, n° 558;
Oliveira, 1826-1875, n° 200.

- Arquivo Público Mineiro.

Registro Paroquial de Terras: Freguesia Nossa Senhora da Glória. Registro n° 46 (11/01/1856 f. 14v)

- Cartório de Rio Pomba e Visconde do Rio Branco.

- Arquivo da Prefeitura Municipal de Muriaé
Ata de Qualificação de Eleitores.

- Arquivo do Senado Federal

Reflexões sobre os índios da Província de Minas Gerais, Março de 1826. Arquivamento 307.

- Arquivo Histórico de Ubá

Carta de Manoel de Jesus Maria, vigário dos índios Croatos e Cropós para D. Rodrigo de Souza Coutinho, 27 de agosto de 1799.

FONTE ORAL

- Entrevista feita pelo aluno Sérgio Antônio da Silva do 1° ano de História da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Santa Marcelina ao descendente de Puri, Sr. Sebastião Fontoura, dia 10 de agosto de 2008.

FONTE DIGITALIZADA

Recenseamentos Gerais do Brasil Império de 1872, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP (UFMG e USP), CD Room.

FONTE INTERNET

Disponível em: www.brasilchannel.com.br. Acesso 08 de abril de 2009.

Disponível em:

http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a7/Antigas_Provincias_Portugal.pg.

Acessado em 09 de abril de 2011.

FONTES IMPRESSAS

ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Ordenações Philipinas* . vol. 1 a 5. Rio de Janeiro de 1870.

ATAÏDE E MELLO, Pedro Maria Xavier. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v.11, 11 de Abril de 1808.

DA VIDE, Sebastião Monteyro. *CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia*” (1853). 5º Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Magestade. Propostas, e aceitas em Synodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho de 1707. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro. Livro I, Título XVIII

COSTA, Joaquim Ribeiro da. *Toponímia de Minas Gerais. Com estudo histórico da Divisão Territorial Administrativo*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica do Brasil*. Tomo I, vol.1 e 2. Brasília: INL, 1975.

LAMEGO FILHO, Alberto. *A Planície do Solar e da Senzala*. Rio de Janeiro: Livraria Católica, 1934.

JOSÉ, Oiliam. Marlière, *O Civilizador*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1958. *Revista Brasileira de Geografia. Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais*. (1958).

FIGUEIREDO, Cândido. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Sociedade editorial Arthur Brandão & Companhia. v.1, 4ª edição. Lisboa, 1925.

MATOS, Raimundo J. da C. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979.

Revista do Arquivo Público Mineiro, ano II, 1918.

Revista do Arquivo Público Mineiro, vol. II, 1897.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1974.

SAINT-HILAIRE. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975.

VALVERDE. Orlando. *Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. Revista Brasileira de Geografia*. Ano XX, nº1, jan-mar, 1958.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Média de Minas Gerais*. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1918.

Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1853), feytas e ordenadas pelo Illustrícimo, e Reverendíssimo Senhor Sebastião Monteyro da Vide, 5º Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Magestade. Propostas, e aceitas em Synodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho de 1707. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro. Título II e VII

SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Edição comemorativa do 1º Centenário da Independência do Brasil. Revista de Língua Portuguesa. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Receitas Regionais: a noção de região como um ingrediente da historiografia brasileira ou o regionalismo como modo de preparo historiográfico. *Anais do XIII Encontro Regional de História*. UFRRJ/Seropédica, 2008.

ALMEIDA, Ângela Mendes de. *Família e Modernidade. O pensamento jurídico brasileiro no século XIX*. São Paulo: Porto Calendário, 1999.

ALMICO, Rita de Cássia. Fortunas em Movimento: as mudanças ocorridas na riqueza pessoal. Juiz e Fora, 1870-1914. *Dissertação de Mestrado*. Campinas: Unicamp, 2001.

ALVES, Jéferson Cândido; MUIRAKTAN, Kennedy de Macedo. Razão de masculinidade da população escrava da Ribeira do Seribó (Século XVIII) - *Anais do II encontro Internacional de História Colonial*. Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. ISSN 1518-3394.

AMANTINO, Márcia Sueli. A escravidão indígena em Minas Gerais no século XVIII. In: *Anais Anpuh/MG São João del Rei*. Julho 2006. Cd Rum.

_____. O sertão oeste em Minas Gerais: um espaço rebelde. *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG, nº 29, p. 79-97, 2003.

AMORIM, Maria Norberta. O Minho: comportamentos demográficos através da informação paroquial. In: *Ler História*, nº3, p 9-43, 1999.

ANDERSOM, Michel. *Elementos para a história da família ocidental 1500-1914*. Lisboa: Editorial Querco, 1984.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. A enxada complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. *Dissertação de Mestrado*. Belo Horizonte: UFMG, 1994.

ANDRADE, Rômulo Garcia. Notas prévias sobre a escravidão na Zona da Mata de Minas Gerais (século XIX). V Seminário de Economia Mineira. *Anais...*, Diamantina, 1990. BH: Cedeplar/Face/UFMG, 1990.

_____. Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX. (A subjetividade do escravo perante a coisificação social própria do escravismo) *Tese de doutorado*. USP. São Paulo, 1995.

_____. Família escrava e estrutura agrária nas Minas Gerais oitocentista. *Revista População e Família*. nº 1, p.181-210, jan-jun. São Paulo: Humanitas/CEDHAL, 1998.

ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. Batismo e apadrinhamentos de filhos de mães escravas. São Paulo do Muriaé, 1850-1888. *Dissertação de Mestrado*: USS. Vassouras, 2006.

_____. A Lei de Terras e seus efeitos para a região de Muriaé: O caso da fazenda Capivara. In: *Anais 2º Seminário de História Social e Econômica da Zona da Mata*. Outubro 2008. Cd Rum

_____. Declaro como plenamente livre e dispensados das condições da lei”. Alforrias de pia e redes de sociabilidades. São Paulo do Muriaé, 1852-1888. http://www.uss.br/arquivos/pdfssimposios2/Vitoria_Schettini_Declaro_como_plenamente_livre_e_dispensada.pdf

_____. Propriedade agrária e arranjos matrimoniais: uma análise comparativa entre as freguesias de São Paulo do Muriaé e Baixo Minho no século XIX. In: *XIV Encontro Regional da Anpuh –Rio*. Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro, 19 a 23 de julho de 2010. Unirio.

ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de; CÂMARA, Jamila Aparecida Silva. A existência de um mercado interno em São Paulo do Muriaé em meados do século XIX. In: *Revista de Ciências*, ano 1, n 1, p 163-176. Janeiro/Abril de 2010. Caratinga-MG: Unec. ISSN: 2179-2151.

ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de Andrade; GONTIJO, Beatriz Simão. A terra e o altar: análise comparativa dos sistemas de casamento e uso da terra. São Paulo do Muriaé e Baixo Minho, século XIX. No prelo. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. Anpuh 50 anos*, São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011.

AQUINO, Felipe. O Catecismo da Igreja responde de A a Z. Assuntos em ordem alfabética. Ed. Cléofas. Lorena, 2002.

ARIÈS, Philippe. *História Social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*. Campinas: Centro de Memória-Unicamp, 1997.

_____. Recuperando sociabilidades no passado. In: *História Quantitativa e serial no Brasil, um balanço*. [et al] BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. ANPUH-MG, 2001.

_____. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: CMU/Unicamp, 2007.

BALDEZ, Miguel Lanzellotti. *Sobre o papel do direito na sociedade capitalista*. Ocupações coletivas: direito insurgente. s/ referência.

BALHANA, Altiva Pilatti. Reconstituição de famílias: instrumento de análise demográfica. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*. V.2, nº1 p. 1-106, jan-jun, Rio de Janeiro, 1987.

BALHANA, Altina Pilatti; WESTPHALEN, Cecília Maria. Dinâmica demográfica e sistemas de herança no Brasil meridional. In: *Anais do IV Encontro de Estudos Populacionais/ABEP*. Águas de São Pedro, 1984, v.4 p.2175-2196.

BEOZZO, José Oscar. A família escrava e imigrante na transição do trabalho escravo para o livre. A Igreja Católica ante os dois tipos de família. In: MARCÍLIO, Maria Luíza (org). *Família, mulher, sexualidade e Igreja na História do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1993.

BOECHAT, Maria Cristina C. Robert. A ocupação da região de Carangola: Um estudo sobre a expansão das fronteiras agrícolas da zona da mata mineira na segunda metade do século XIX. *Dissertação de Mestrado*. Vassouras: USS, 2006.

BRANDÃO, Maria de Fátima. *Terra, herança e família no Noroeste de Portugal. O caso de Mosteiro no século XIX*. Porto: Edições Afrontamentos, 1994.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração". In: *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BRETTELL, Caroline B; METCAFF. Family customs in Portugal and Brazil: transatlantic parallels. *Continuity and Change* 8 (3).p 365-388, 1993.

BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. Legitimidade e comportamentos conjugais. São João del Rei, século XVIII e primeira metade do XIX. X *Seminário de Economia Mineira*, 1998.

_____. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João Del Rey – séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2007.

BURGUIÈRE, Pierre. Uma geografia das formas familiares. In: *História e Família. O choque das modernidades. Ásia, África, América, Europa*. 3º vol. Lisboa: Terramar, 1998.

CABRAL, Diogo de Carvalho de. Homens e Árvores no ecúmeno Colonial: a indústria madeireira na Bacia do Rio Macacu. *Dissertação de Mestrado*. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2007.

CÂMARA, Jamila Aparecida Silva; ALMEIDA, Sérgio Antônio de Paula. Análise dos inventários post mortm da comarca de São Paulo do Muriaé, 1848-1888. *Iniciação Científica*. Fafism: Muriaé, 2009.

CAMBRAIA, Ricardo de Bastos; MENDES, Fábio Faria. A colonização dos sertões do leste mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista, 1780-1836. *Revista do Departamento de História*, nº 6, jul, p.137-150, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis: Ed.Vozes, 1979.

CARNEIRO, Patrício Aureliano S. Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835). *Dissertação de Mestrado*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

CARR, Edward Hallet. *Que é História?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CARRARA. Ângelo Alves. A Zona da Mata de Mineira: diversidade econômica e continuísmo (1839-1909) *Dissertação de Mestrado*. Rio de Janeiro: UFF, 1993.

_____. Agricultura e Pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807). *Tese de Doutorado*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1997.

_____. Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da mata mineira, século XVIII e XIX. *Série Estudos*, nº 2, Mariana: NHED/ UFOP, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial e o Teatro das Sombras: a política imperial*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

_____. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol 40, nº2, 1997.

CASTRO Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da História*. São Paulo: brasiliense, 1987.

CASTRO, Hebe M. Trabalho familiar e escravidão: um ensaio de interpretação a partir de inventários *post-mortem*. In: *Estudos sobre a escravidão II*. Niterói: *Cadernos de ICHF*, nº 23. Agosto de 1990.

_____. *Das cores do silêncio. O significado da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. Os mapas estatísticos de Minas Gerais: importações e exportações, consumo, produção e reformas econômicas no início do século XIX. *X Seminário de Economia Mineira*, 2002.

CORREA, Mariza. Repensando a família patriarcal (Notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil). In: Arantes [et al] *Colcha de retalhos*, 3ª ed., Campinas, Ed. da Unicamp, 1994, pp. 15- 42.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo: Editora Ática, 2000.

COSTA, Iraci Del Nero da & LUNA, Francisco Vital. *Minas Gerais Colonial: economia e sociedade*. Estudos Econômicos – FINEP/ Pioneira, 1982.

CUNHA, Alexandre Mendes. A diferenciação dos espaços: um esboço de regionalização para o território mineiro do século XVIII e algumas considerações sobre o redesenho dos espaços econômicos na virada do século. Ouro Preto, Minas Gerais. *X Seminário sobre Economia Mineira*. Diamantina, 2002a.

_____. Paisagem e população: algumas vistas das dinâmicas espaciais em movimentos da população nas Minas do começo de dezenove. *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Ouro Preto, Minas Gerais, 2002b.

_____. Minas Gerais, da capitania à província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação. *Tese de Doutorado*. Niterói:UFF/PPGH, 2007.

CUNHA, Daniela Martins. Atuação das instituições governamentais e não-governamentais em projetos ambientais no entorno do Parque Nacional do Caparaó, Minas Gerais. *Dissertação de Mestrado*. Viçosa: UFV, 2006.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo. A história da devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEL PRIORI, Mary. História do Cotidiano e da Vida Privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo, (org) *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DIAS, Célia. Geografia histórica e ambiental: uma geografia das matas e das florestas. *Tese de Doutorado*. Niterói: UFF/Geografia, 2008.

DÖSSE, François. A História em migalhas. Dos Annales à Nova História. Bauru, SP: Edusc, 2003.

DURÃES, Margarida. Herança e sucessão. Leis, práticas e costumes no Termo de Braga (séculos XVIII-XIX). *Tese de doutoramento*. Braga: Universidade do Minho, 2000.

_____. A posse da terra na região rural de Braga no século XVIII. In: *Ler História*. Dossiê Terras e homens, n° 43. p 57-83, 2002.

_____. Estratégias de sobrevivência econômica nas famílias camponesas minhotas: os padrões hereditários (sécs XVIII-XIX). In: *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais/ABEP*. Caxambu-MG, 20 a 24 de setembro de 2004.

_____. Espírito de aventura ou aperto da vida? As migrações internas e os seus impactos na organização familiar das comunidades rurais do Alto-Minho (Séculos XVIII – XIX), In: *Estudos Regionais*, II série, n° 3, pp. 117 – 145, 2009.

_____. Consanguineous marriages as a strategy of well-being. An example from 19th century Alto Minho. In: Margarida Durães, Antoinette Fauve-Chamoux, Llorenç Ferrer, Jan Kok (eds.), *The transmission of well-being. Gendered marriage strategies and inheritance systems in Europe (17th-20th centuries)*. Bern, Peter Lang, 2009, pp. 75-99.

_____. Os Camponeses do Noroeste de Portugal. Família, património e cultura material (séculos XVIII – XIX). In CUNHA, Mafalada y FRANCO, Juan Hernández. (orgs.), *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica. Elementos para uma História Comparativa/ Sociedad, Familia y Poder en la Península Ibérica. Elementos para una Historia Comparada*, Lisboa, Edições / CIDEHUS – Universidade de Évora / Universidad de Murcia, 2010, pp. 235-254. Colibri.

DURÃES, Margarida; LAGIDO, Emília. A arte de trabalhar a pedra: migrações temporárias e sazonais no Norte de Portugal (séculos XVIII-XIX). In: *O reino, as ilhas e o mar oceano. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*, vol1. Lisboa: CHAM, p 237-263, 2007.

DURBET, Estudiohistórico del parentesco a través de lãs dispensas de matrimonio y de los archivos parroquiales em la Galicia del Antiguo Régimen. Primeira aproximación. In:

BERMEJO BARRERA, J.C. (ed). *Parentesco, família y matrimonio em la Historia de Galicia*. Santiago de Compostela: Tórculo Edicions, p. 167-191.

ELIADE, Mircea. O sagrado e o profano. *A essência das religiões*. Martins Fontes: São Paulo, 1996.

ELIAS, N; SCOTSON, J. *Os estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Edusc: São Paulo, 2005.

FARIA, Maria Auxiliadora. *O que ficou dos 178 anos da história de Muriaé*. Leopoldina, 1995.

FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org) *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. 9ª tiragem. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARINHA DE CARVALHO. *Estudos Históricos e Econômicos "As Póvoas Martimas"*. Editora Gráfica Portuguesa, 1979.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio Escolar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FLANDRIN, Jean Loius. Famílias, parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga. Lisboa: Editorial Estampa, 1991.

FONSECA, Cláudia Damasceno. Agentes e contextos das intervenções urbanísticas nas Minas Gerais no século XVIII. In: *Oceanos*. A construção do Brasil urbano. n. 41, jan.-mar. 2000.

FRAGOSO, João L. Ribeiro, Homens de grossa aventura: acumulação mercantil e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

_____. Para que serve a História Econômica? *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n° 29, 2002, p 3-28.

FREIRE, Jonis. Batismo e compadrio em uma freguesia escravista: Senhor Bom Jesus do Rio Pardo (MG), 1838-1888. *Dissertação de Mestrado*. Franca:Unesp, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. São Paulo: Editora Global, 2004.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1970.

FURTADO, Júnia F. Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. *Tese de Doutorado*. São Paulo: Usp, 1996.

GÓES, José Roberto. O cativo imperfeito. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. Vitória: Lineart, 1993.

GÓES, José Roberto. O cativo imperfeito. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. Vitória: Lineart, 1993.

GOUBERT, Pierre. História Local. *Revista História & Perspectivas*. Uberlândia, nº 6, jan-jun, p 46-58, 1992.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais. São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

GUINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARDOY, Jorge E.; SCHAEDEL, Richard P. (comp) *Las ciudades de América Latina y sus áreas de influencia a través de la historia*. Buenos Aires: Sociedad interamericana de planificación. SIAP, 1975.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. *Raízes do Brasil*. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

HOLSTON, James. “Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 21, fevereiro de 1993.

KARASCH, M. A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850. Tradução Pedro Maria Soares, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KJERFVE, Tânia M.G.N. ; BRÜGGER, Sílvia. M. J. “Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766)”. *Estudos Afro-Asiáticos*, 20, junho de 1991.

KUSNESOFF, Elisabeth. Família e sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980) In: *Família e grupos de convívio*. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v 9, n. 17, 9/88-2/89.

LAGIDO, Emília. “O casamento consanguíneo como estratégia matrimonial no Alto Minho, no século XIX. Uma análise comparativa”. *Estudos Regionais*. Viana do Castelo, CER, 2008. II Série, nº 2.

LANNA, Ana. A organização do trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920. *Anais do V Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais/ABEP*, 1986.

LAMAS, Fernando Gaudereto. Transformações na forma de aquisição de terras na área central da Mata Mineira na primeira metade do século XIX – (1820-1850). In: *XXV Simpósio Nacional de História. História e Ética*. 12 a 17 de julho de 2009. Fortaleza, Ceará.

LASLETT, Peter. La famille et le ménage:approches historiques. In: *Annales E.S.C.* 27 anné, jan/fev, n°1, 1972.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: o caso de Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIBBY, Douglas Cole; BOTELHO, Tarcísio R. Batismos de crianças legítimas e naturais na Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, 1712-1810. *Revista Varia História*. Belo Horizonte, n° 31p.1-286, Janeiro, 2004

LIMA, Rui Cirne. *Pequena História Territorial do Brasil.Sesmarias e Terras Devolutas*. Porto Alegre, Livraria Sulina, 1954.

LINHARES, Maria Yedda. O Brasil no século XVIII e a idade do ouro: a propósito da problemática da decadência. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultua de Minas Gerais. Seminário sobre a cultura mineira no período colonial, 1979.

_____. Introdução. In: LINHARES, Maria Yedda. (org). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

_____. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. Metodologia da história quantitativa: balanço e perspectivas. In: *História Quantitativa e serial*. (org) BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de; CERQUEIRA, Adriano Lopes da Gama; MARQUES, Cláudia Eliane Parreira Marques; FAVERSANI, Fábio. Ouro Preto: ANPUP- MG, 2001.

LINHARES, Maria Yedda; TEIXEIRA, Francisco Carlos. *História da agricultura brasileira: debates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LONDOÑO, Fernando Torres. *A outra família: Concubinato, Igreja, e Escândalo na Colônia*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

LUNA, Francisco V.; CANO, Wilson. Economia escravista em Minas Gerais. *Cadernos IFCH- Unicamp*, n 10, 1983 p 1-14

MACHADO, Marina Monteiro. A trajetória da destruição: índios e terras no Império do Brasil. PPGH:*Dissertação de Mestrado*. Niterói: UFF, 2006.

_____. Leis para terra de uma fronteira étnica: a questão indígena no Império Brasileiro. In: GUIMARÃES, Elione Silva; MOTTA, Márcia Maria Menendes. (org)

Campos em disputa. História agrária e companhia. São Paulo: Annablume; Niterói: Núcleo de Referência Agrária, 2007.

MANOEL, Joel Peixoto. Os sertões do Muriaé. *Revista de Historiografia Muriaeense*. Ano III nº 3, p.21-32, Muriaé: Minas Gerais, fevereiro de 1980.

MARCÍLIO, Maria Luíza. 1984, p 201-202. Sistemas demográficos no Brasil do século XIX. In: _____ População e Sociedade (evolução das sociedades pré industriais), 1984.

_____. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista*. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

_____. Os registros paroquiais e a história do Brasil. História. *Varia História*. Belo Horizonte, nº 31, p.69-96, janeiro, 2004.

MARIOSIA, Rosilene Maria. Tratamento e doenças de escravos na Fazenda Santo Antônio do Paiol. *Dissertação de Mestrado*. USS: Vassouras, 2006.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso. Ensaio de sociologia da história lenta*. São Paulo, Hucitec, 1994.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Revisitando a Província: Comarcas, Termos, Distritos e População de Minas Gerais em 1833-35. In: *V Seminário Sobre Economia Mineira*. CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte: 1990.

_____. Anotações sobre a organização administrativa da província de Minas Gerais. In: *IV Seminário de economia mineira*. Belo Horizonte, Cedeplar, 1992.

MARTINS, R.B. Minas Gerais século XIX; tráfico e apego à escravidão numa economia não exportadora. *Estudos Econômicos (IPE)*, vol 13, n 1, 1993 p.181-209.

MARTINS, Roberto R. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. *História & Perspectivas*. Uberlândia, Minas Gerais, p. 93-130, nº 11, jul-dez, 1994.

MATTOSO, Jose. Estruturas familiares e estratégias do poder: a nobreza de Entre-Douro-e-Minho. In: *Cadernos do Noroeste. Minho, Terras e Gente*. Universidade do Minho. Ciências Sociais, abril, 1986.

MATTOS, Ilmar O de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

MAXWELL, Kenneth R. *A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

MELLO E SOUZA, A. Candido. *The Brazilian family*. In: L. Smith (ed.), *Portrait of half a continent*, Nova York, 1951.

MERCADANTE, Paulo. *Os sertões do leste. Estudo de uma região: Mata mineira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MERCADANTE, Paulo. *Crônica de uma comunidade cafeeira. Carangola: o vale e o rio*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.

MOREIRA, Maria João Guardado e VEIGA, Teresa Rodrigues. A evolução da população. In *História Económica de Portugal 1700 – 2000*. Lisboa, Imp. De Ciências Sociais, vol. 1, século XVIII, pp. 35 – 65.

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em bananal (1801-1829)*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 1999.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX. *Tese de doutorado*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1996.

_____. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terras e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998a.

_____. Terra, Nação e tradições inventadas (Uma outra abordagem sobre a Lei de Terras de 1850). In: MENDONÇA, Sônia; MOTTA, Márcia (org) *Nação e poder: as dimensões da história*. Niterói: Eduff, 1998b.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Terras da Igreja: arrendamentos e conflitos no Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2007.

_____. *Terras lusas. A questão agrária em Portugal* (org). Niterói: Eduff, 2007.

_____. In: MOTTA, Márcia Maria Menendes. (org) *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MOURA, Margarida Maria. *Os herdeiros da terra. Parentesco e herança numa área rural*. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

MUNIZ, Célia Maria Loureiro. A riqueza fugaz: trajetória e estratégias de famílias de proprietários de terras de Vassouras, 1920-1890. *Tese de Doutorado*. IFCS/UFRJ, 2005.

MYSKIW, Antônio Marcos. Fronteira aberta. In. MOTTA, Márcia. (org) *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. Território. In: *Dicionário da Terra*. (org) MOTTA, Márcia Menendes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NADALIN, Sérgio Odilon. *A Demografia Numa Perspectiva Histórica*. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1994.

NAZARETH, J.Manuel, 1977. As inter-relações entre família e emigração em Portugal: estudo exploratório. *Economia e Sociologia*, v.23, p.31-50.

NIZZA DA SILVA. Maria Beatriz. *Sistema de casamentos no Brasil colonial*. São Paulo Edusp, 1984.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de família. Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870*. Bauru, SP: Edusc; Juiz de Fora, MG: Funalfa, 2005.

PÁDUA, José Augusto de. *Um sopro de Destruição. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PAIVA, Adriano Toledo. A dinâmica populacional da fronteira leste do Termo de Mariana. (1767 a 1800). *I Seminário de História do ICHS*. UFOP, Mariana, 24 a 28 de maio de 2006.

PAIVA, Clotilde; GODOY, Marcelo. Engenheiros e casas de negócios na Minas oitocentista. Anais VI Seminário sobre a economia mineira, 1992.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste. *Tese de Doutorado* São Paulo: USP, 1998.

PEREIRA, Ana Luíza de Castro. Unidos pelo sangue, separados pela lei: família e ilegitimidade no Império Português, 1700-1799. Tese de Doutorado. Universidade do Minho, Braga/Portugal, 2010.

PIRES, Ronan José Rodrigues. Tropeiros oitocentistas em São Paulo do Muriaé. *Trabalho de Conclusão de Curso*. Fafism, 2008.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Tradução: Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1995.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Donald. Teias sagradas e profanas. O lugar do batismo na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. *Revista Varia História*. Belo Horizonte, nº 31 p.1-286, janeiro, 2004.

_____. Do Minho a Minas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XLIV, nº 1, janeiro-junho de 2008.

REMY, Jean. Pour une sociologie du rural ou le statut de l'espace dans la formation des acteurs sociaux. In: *Recherches Sociologiques*. Vol. XX, nº 3, 1989.

RIBEIRO, Núbia Braga. Lutas e focos de resistências indígenas no sertão colonial (século XVIII). In: *Anais Anpuh/MG* São João del Rei. Julho 2006. Cd Rum.

RIBEIRO, Orlando. Ensaio de geografia humana e regional, Lisboa, Sá da Costa, 1970.

RONCAYOLO, Marcel. Região. In: *Enciclopédia* nº 8. Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1986.

ROWLAND, Robert. Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: questões para uma investigação comparada. *Ler História* v.3, n.24, 1984.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Fronteiras no Brasil colonial. *Oceanos*. A formação territorial do Brasil. n. 40, out.-dez. 1999, p. 8-20.

SALVADOR, Antônio Anardino. Análise econômica de Muriaé e região, sob uma perspectiva demográfica. (1846-1865). In: 2º *Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira*. Muriaé/Fafism, Outubro, 2008. CD Rum

SAMARA, Eni de Mesquita. Tendências atuais da história da família no Brasil. In: Almeida et al., *Pensando a família no Brasil. Da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987.

_____. *A família brasileira*. São Paulo: brasiliense, 1988. (Coleção tudo é história)

SANTOS, Wanderley Clark. “As cartas de alforria e sua ambigüidade na re-invenção da liberdade (Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX). *Monografias de Curso de Especialização em História do Brasil*, Departamento de História/Universidade Federal de Juiz de Fora, 1997.

SARAIVA, Luiz Fernando. Um corredor de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora, 1870/1900. *Dissertação de Mestrado*. UFF/Niterói, 2001.

SAUER, Carl O. Introducción a la geografía histórica. *Discurso a la Asociación Norteamericana de Geógrafos*. Baton Rouge, Louisiana. Diciembre, 1940.

SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. Editora Estampa: Lisboa, 1994.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos roceiros e rebeldes*. São Paulo: EDUSC, 2001.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi. *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)*. NEPS. Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

SERRÃO, José Vicente. O quadro humano. In: MATTOSO, José (org). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi. Desvios morais nas duas margens do Atlântico: o concubinato no Minho e em Minas Gerais nos anos setecentos. *População e Sociedade* (Portugal), 7:129-158, 2001.

_____. Aproximando a Metrópole da Colônia: família, concubinato e ilegitimidade no Noroeste português (século XVIII e XIX) In: *Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais/ABEP*. Ouro Preto-MG, 4 a 8 novembro de 2002.

SILVA, Lúcia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei 1850*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Sistema de casamento no Brasil Colonial*. Edusp, 1984.

SILVA, Rodrigo Fialho. Nas Minas...por entre "typos", jornais e tintas: sociabilidade impressa e debate político na província das Gerais (1823-1831). *Tese de Doutorado*. PPGH/IFCH, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Rosa Fernanda Moreira da. Paisagem agrária das planícies e colinas minhotas. *Tese de Doutorado*. F.L.U.P, Porto, 1974: 40.

SLENES, Robert. Estudos Econômicos ABEP Neco Unicamp Escravidão e família: padrões de casamentos e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, séx XIX), 1987.

_____. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista em Minas Gerais no século XIX. In: *Estudos Econômicos*. v. 18, n.3, set/dez., p.449-495, 1988.

SOBRAL NETO, Margarida. Propriedade e renda fundiária em Portugal na Idade Moderna. In: *Terras Lusãs: a questão agrária em Portugal*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2007.

SOUZA, Sônia Maria de. Além dos cafezais: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora – Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. *Dissertação de Mestrado*. UFF, 1998.

THOMPSON E.P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XX. Jan/mar, nº1, 1958.

VASCONCELOS, Maria Cristina de. Que Deus abençoe. Batismo de escravos em Angra dos Reis (RJ) no século XIX. História e Perspectiva. *Revista do Curso de História*. nº 16/17, jan/dez. Universidade Federal de Uberlândia, 1997.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.

VENÂNCIO, Renato Pinto. A madrinha ausente: condição feminina no Rio de Janeiro, 1795-1811. In: COSTA, Iraci Del Nero da. *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986 .p. 95-102.

_____. Ilegitimidade e concubinato no Brasil Colonial: Rio de Janeiro e São Paulo, 1760-1800. *Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina* , nº 1–CEDHAL- USP, 1986.

_____. Caminho Novo: a longa duração. *Revista Varia História*. Códice Costa Matoso. Belo Horizonte: FFCH/UFMG, nº 21, jun., p181-189, 1999.

_____. *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português. (séculos XVIII e XIX)*. NEPS: Instituto de Ciências Sociais. Universidade do Minho, 1999.

VERMELHO, José de Oliveira. “O município de Muriaé e seus cursos d’água”. *Revista de Historiografia Muriaeense*, Muriaé – Minas Gerais, nº 4, p.11-16, março, 1981.

_____. Município de Muriaé. Formação administrativa. *Revista de Historiografia Muriaeense*, Muriaé – Minas Gerais, nº 5, p.11-16, nov, 1983.

VERSIANE, Flávio Rabelo; VERGOLINO José Raimundo Oliveira, Departamento de Economia. Preços de escravos em Pernambuco no século XIX. Encontro Nacional da ANPEC, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. Espaço econômico. (verbete). In: ROMANO, Ruggiero (org). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986.

ANEXOS

Planilha 1

Relação de Escravos - Inventários <i>post mortem</i> - 1858 à 1868 - Muriaé/MG							
Num	Ano	Escravo	Observação 1	Observação 2	Idade	Sexo	Valor
1	1858		pardo		50	H	1:000\$000
2	1858	Porfíria	crioula		26	M	2:100\$000
3	1858	Ritta	crioula		17	M	2:150\$000
4	1858	Marcelina	parda		4	M	1:500\$000
5	1858	Serafim			25	H	2:200\$000
6	1859	José	da Nação	casado com Rita	46	H	1:400\$000
7	1859	Pedro	crioulo		23	H	1:800\$000
8	1859	Antônio	crioulo		30	H	1:800\$000
9	1859	Joaquim	de Nação		44	H	1:400\$000
10	1859	Tereza	crioula		28	M	1:900\$000
11	1859	Marcelina	crioula		21	M	1:900\$000
12	1859	Rita	de Nação	casada com José	48	M	500\$000
13	1859	Constança	crioula		27	M	1:800\$000
14	1859	Adão	crioulo		3	H	1:000\$000
15	1859	Luíza	crioula		32	M	1:800\$000
16	1859	Joaquina	crioula		40	M	1:400\$000
17	1859		crioula		16	M	1:900\$000
18	1859	Silvéria	crioula		14	M	1:900\$000
19	1859	Ritta	cabra		18	M	1:600\$000
20	1859	Vicente	cabra		1	H	900\$000
21	1859	Carolina	crioula		0	M	300\$000
22	1858	João	crioulo		35	H	2:300\$000
23	1858	Antônio	crioulo		34	H	2:000\$000
24	1858	Vicente	crioulo		32	H	2:000\$000
25	1858	Gil	da Nação		32	H	2:000\$000
26	1858	Ana	crioula		35	M	2:050\$000
27	1858	Antônio			0	H	2:200\$000
28	1858	Joaquina	crioula		16	M	2:200\$000
29	1858	Maria	crioula		9	M	1:600\$000
30	1858	André	crioula		10	H	900\$000
31	1864	Maria	crioula		13	M	1:200\$000
32	1864	Antônia			50	M	600\$000
33	1863	Mariana	crioula		38	M	800\$000
34	1863	Venância			20	M	1:200\$000
35	1863	Tereza	crioula		14	M	1:200\$000
36	1863	Felicidade			5	M	800\$000
37	1863	Anastácia			28	M	1:200\$000

38	1863	Geralda	parda		0	M	300\$000
39	1863	Antônio			23	H	1:600\$000
40	1863	Domingos	pardo		25	H	1:600\$000
41	1863	André			36	H	1:200\$000
42	1868	João	crioulo		61	H	50\$000
43	1868	Joaquim	cabra		70	H	50\$000
44	1868	José	pardo		22	H	1:500\$000
45	1868	Manoel	pardo		0	H	1:000\$000
46	1868	Domingos	pardo		8	H	800\$000
47	1868	Daniel	pardo		7	H	700\$000
48	1868	Delfina	crioula		40	M	1:000\$000
49	1868	Severina	crioula		40	M	800\$000
50	1868	Anna	parda		13	M	1:500\$000
51	1863	Anna	crioula		22	M	1:400\$000
52	1863	Elena	crioula		6	M	600\$000
53	1866	João	de Nação	casado	65	H	700\$000
54	1866	Maria		mulher de João	54	M	500\$000
55	1866	Joaquim		Casado com Florinda	55	H	700\$000
56	1866	Florinda		mulher de Joaquim	45	M	800\$000
57	1866	Joaquim	crioulo		28	H	1:000\$000
58	1866	Custódio	crioulo		42	H	1:000\$000
59	1866	Maximiano			11	H	800\$000
60	1866	Vicente	crioulo		10	H	700\$000
61	1866	Pedro	crioulo		9	H	600\$000
62	1866	Luis	crioulo		1	H	100\$000
63	1866		crioula		25	M	1:300\$000
64	1866	Nazária			19	M	1:300\$000
65	1866				53	H	800\$000
66	1866	Geralda	crioula		14	M	1:300\$000
67	1866	Antônia	crioula		5	M	400\$000
68	1866	Cecília			2	M	200\$000
69	1858	Ignácia	cabra	doente	36	M	1:500\$000
70	1858	Silvéria			2	M	700\$000
71	1858	Perciliana	cabra		0/1mês	M	1:500\$000
72	1858	João	de Nação	quebrado	45	H	900\$000
73	1858	Domingos	de Nação		45	H	2:000\$000
74	1858	João	de Nação		55	H	1:000\$000
75	1858	Maria	de Nação		55	M	1:000\$000
76	1866	Justino			30	H	1:000\$000
77	1866	Bernardo			60	H	250\$000
78	1866	Senhorinha			25	M	1:000\$000

79	1866	Cândido			6	H	400\$000
80	1866	Emília			2	M	250\$000
81	1866	Ezequiel			0/5m	H	200\$000
82	1860	Juliana	de Nação		0	M	800\$000
83	1860	Policarpo	pardo		8	H	1:100\$000
84	1867	Antônio	muleque		60	H	500\$000
85	1867	Matheus	de Nação		35	H	800\$000
86	1867	Lourenço	crioulo		0	H	800\$000
87	1867	Bento	crioulo		20	H	1:400\$000
88	1867	Joaquim	crioulo	vesgo	25	H	500\$000
89	1867	Carlota	de Nação		40	M	500\$000
90	1867	Manuela	de Nação		40	M	400\$000
91	1867	Anna	crioula		22	M	1:200\$000
92	1867	Anna	crioula		18	M	1:200\$000
Fonte: Inventário Post Mortem - Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros - Muriaé/MG							

Planilha 2

Relação de Escravos - Inventários <i>post mortem</i> - 1878 à 1888							
Num	Ano	Escravo	Obs 1	Observação 2	Idade	Sexo	Valor
1	1884	Mariana	preta	já velha		M	500\$000
2	1884	Juliana	preta			M	850\$000
3	1884	Marcolina	preta			M	800\$000
4	1884	Custódia	preta			M	600\$000
5	1884	Pedro	preto			H	800\$000
6	1884	Valentina		e ingênua- Rita- 3 anos	30	M	800\$000
7	1884	Francisco			25	H	800\$000
8	1884	Leopoldina	crioulo		15	M	400\$000
9	1884	Feliciano	crioula		14	M	400\$000
10	1880	Bernardo				H	800\$000
11	1880	Maria	mucama			M	40\$000
12	1884	Brizida	preta	ing - Benedito, Ivia, Eva e Esperança		M	1:000\$000
13	1884	Manoel	preto		50	H	600\$000
14	1878	Lúcio	Africano		56	H	700\$000
15	1878	Pedro Paulo	Brasileiro		24	H	1:300\$000
16	1878	Florentina	Brasileiro		12	M	1:200\$000
17	1878	Antonio	Brasileiro		16	H	1:800\$000
18	1878	Carolina	Brasileiro		8	M	800\$000
19	1885	Adão	preto	solteiro	31	H	1:000\$000
20	1885	Caetana	preta	solteira e ingênua Jesuína	28	M	660\$000
21	1885	Theodora	preta	solteira	45	M	400\$000

22	1878	Ignácio	preto	solteiro	32	H	1:950\$000
23	1878	Manoel	preto	solteiro	14	H	1:400\$000
24	1878	Sofia	de cor fula	solteira com uma ingênua de 6 anos	37	M	1:200\$000
25	1878	Joaquim	de cor fula	solteira e um ingênuo de 7 anos	47	M	1:000\$000
26	1878	Maria	de cor preta	solt, cozinheira e ingênuos de 6 e 1 anos	25	M	1:500\$000
27	1878	Benedito	de cor fula	filho de Maria	9	H	1:200\$000
28	1878	Fernando	cor preta		16	H	2:000\$000
29	1878	Amaro	fula	solteiro	21	H	2:000\$000
30	1878	Domingos	preto	solteiro	21	H	2:000\$000
31	1878	Geremias	preto	solteiro	52	H	450\$000
32	1878	Pio	preto	solteiro	60	H	500\$000
33	1878	Tertuliano	preto		13	H	1:600\$000
34	1878	Juliana	preta	solteiro	37	M	1:300\$000
35	1878	Leopoldina	crioula	solteira	19	M	1:400\$000
36	1878	Antônio	cabra		42	H	1:800\$000
37	1878	Sesário	crioulo		35	H	1:000\$000
38	1878	Isabel	parda		37	M	1:000\$000
39	1878	Francisca	crioula		31	M	1:100\$000
40	1878	Cicilia	parda		26	M	1:100\$000
41	1878	Justina	parda		19	M	1:200\$000
42	1878	Josefa	preta		17	M	1:200\$000
43	1878	Cândido	crioulo		13	H	1:400\$000
44	1878	Julião	crioulo		13	H	1:400\$000
45	1878	José	crioulo		15	H	1:500\$000
46	1878	Joaquim	pardo		10	H	1:400\$000
47	1878	Catharina	parda		13	M	700\$000
48	1878	Elias	crioulo		14	H	1:450\$000
49	1878	Anna	crioula		14	M	900\$000
50	1878	Paulo	crioulo		9	H	1:200\$000
51	1878	Damatilde	crioulo		11	M	800\$000
52	1878	Luísa	parda		9	M	500\$000
53	1878	Agostinha	parda		8	M	500\$000
54	1884	Domingos	preto		50	H	500\$000
55	1884	Joaquim	preto		52	H	400\$000
56	1883	Romão	Africano		62	H	400\$000
57	1883	Adão	crioulo	aleijado	26	H	800\$000
58	1880	José	crioulo	preto	40	H	2:000\$000
59	1880	Francisco	crioulo	preto		H	2:000\$000
60	1880	João	de cor	cabra	20	H	2:200\$000
61	1880	Romão	preto		11	H	1:500\$000

62	1880	Sabrina	cor preta		28	M	800\$000
63	1880	Sebastiana	cor preta		12	M	1:200\$000
64	1880	Geralda	cor preta		40	M	800\$000
65	1880	Pedro	Africano	cor preta- muito inchado sem valor	60	H	0
66	1883	Maximiniano	preto	solteiro	46	H	2:200\$000
67	1883	Anastácio	preto	solteiro	32	H	2:000\$000
68	1883	Clementino	preto	solteiro	29	H	2:000\$000
69	1883	Pedro	preto	solteiro	32	H	2:000\$000
70	1883	Braz	preto	solteiro	22	H	2:000\$000
71	1883	Bernardina	preta	e ingênuas Honorata e Virgína	30	M	1:400\$000
72	1883	Gregória	preta		12	M	900\$000
73	1883	Romana	preta	e ingênuos - Antônio e Maria	22	M	1:300\$000
74	1883	Felicidade	preta		28	M	1:200\$000
75	1882	Joaquim	de Nação	casado com Margarida	70	H	30\$000
76	1882	Margarida		casada com Joaquim	66	M	30\$000
77	1882	Angélica	crioula	solteira		M	30\$000
78	1882	Floriano	crioulo	vendido	28	H	800\$000
79	1882	Daniel	crioulo	solteiro	22	H	1:000\$000
80	1882	Manoel	crioulo	solteiro	20	H	1:400\$000
81	1882	José			60	H	250\$000
82	1879	Marianna	cor preta	cozinheira	34	M	900\$000
83	1878	Maria Joanna	parda		28	M	1:300\$000
84	1878	Raimunda	preta		15	M	1:000\$000
85	1878	Francisca	preta		34	M	700\$000
86	1878	Paulo	preto		12	H	1:500\$000
87	1883	David	preto		41	H	1:400\$000
88	1883	Jeremias	preto		33	H	1:400\$000
89	1883	Antônia	preta		51	M	500\$000
90	1883	Romão	preto		15	H	1:200\$000
91	1883	Thomas	preto		15	H	1:200\$000
92	1883	João	preto		14	H	1:200\$000
93	1883	Custódia	preta	e uma ingênuas Bárbara	45	M	600\$000
94	1883	Francisca	preta	e um ingênuo Jerônimo	43	M	550\$000
95	1883	Romana	parda	e um ingênuo Domingos	18	M	800\$000
96	1883	Margarida	preta		16	M	700\$000
97	1883	Luzia	preta		18	M	850\$000
98	1883	Victorina	preta		14	M	750\$000
99	1883	Claro		Carpinteiro	45	H	1:400\$000
Fonte: Inventário <i>post mortem</i> - Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros - Muriaé/MG							

Relação de Casamentos por padres. Matriz São Paulo do Muriahé, 1855-1888	
Coneg. Antônio Manoel de Figueiredo	1
Coneg. Joaquim Antônio Oliveira	1
Coneg. Joaquim Maximo da Rocha Pinto	2
Pe. João Passarelli	3
Rever. Antônio Gomes Carneiro	3
Rever. Antônio Gomes da Correa	3
Rever. Antônio Pais de Azevedo	5
Rever. Domingos José de Mello	8
Rever. Floriano de Sousa Monteiro	8
Rever. Francisco de Paula Homem	12
Rever. Francisco Rodolfo de Medeiros	13
Rever. Francisco Sabino de Filó	15
Rever. João Antônio Moreno	18
Rever. João Antônio Musena	20
Rever. Joaquim José de Carvalho	23
Rever. José Francisco Baião	25
Rever. Manoel José Freitas Bello	35
Rever. Mariano Gamerano	40
Rever. Mathias Vigorati	46
Rever. Maximiano José da Silva Castro	56
Rever. Pascual Alloti	71
Vig. Antônio Caetano da Fonseca	80
Vig. Honório Fulgino Magalhães	187
Vig. José Delfino César	226

Fonte: Livros de Casamentos 1 e 2. Matriz São Paulo do Muriahé, 1855-1888.

Casamentos por categoria social. Matriz São Paulo do Muriahé. 1855 – 1888

Categoria	1855-1859	%	1860-1870	%	1871-1881	%	1882-1888	%
Livre	176	87,21	343	94	623	99,25	618	99,84
Escravo	25	12,3	22	6	4	0,6	1	0,16
Índio	1	0,49	0	0	1	0,15	0	0
TOTAL	202	100	365	100	628	100	619	100

Fonte: Livros de casamentos 1 e 2. Matriz São Paulo do Muriahé, 1855 – 1888.